

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História**

UM OLHAR SÓCIO-AMBIENTAL DA HISTÓRIA:

**A trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no
sul de Santa Catarina
(1980-2008)**

Juliana Vamerlati Santos

Florianópolis

2008

Juliana Vamerlati Santos

UM OLHAR SÓCIO-AMBIENTAL DA HISTÓRIA:

**A trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no
sul de Santa Catarina
(1980-2008)**

**Dissertação apresentada para a obtenção
do título de Mestre pelo Curso de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Santa Catarina, sendo
orientador o Prof. Dr. Waldir José
Rampinelli.**

Florianópolis

2008

Dedico esse trabalho a quatro pessoas que foram, são e sempre serão essenciais na minha vida: meus pais Tadeu e Kátia, meu irmão Marx e meu marido Sandro.

AGRADECIMENTOS

Certamente a concretização desse trabalho não seria possível sem a presença da minha família. Agradeço, imensamente, meus queridos pais, sinônimos de muito amor, preocupação, incentivo e confiança. Meu pai, Tadeu, acompanhou de perto toda a trajetória e foi meu mentor em cada passo trilhado. Minha mãe, Kátia, sempre minha confidente e incentivadora nas horas mais difíceis. O mesmo digo do meu amado esposo, Sandro, que durante esses anos demonstrou muita compreensão e paciência comigo, foi meu companheiro, conselheiro e orientador de todas as horas que precisei para realizar esse trabalho, principalmente na reta final. Nunca mediu esforços para ajudar, esteve sempre presente incentivando. É meu porto-seguro para tudo, foi ele quem me deu forças para seguir nessa tumultuada jornada. Agradeço também ao meu irmão Marx, pelo seu apoio e entusiasmo ao meu trabalho. E aos demais familiares que me acompanharam nesse percurso, demonstrando apoio e preocupação.

Agradeço meu orientador, Prof. Waldir J. Rampinelli, por ter apostado em mim quando escolheu me orientar. Também sou grata pelo seu apoio, sugestões, correções e cobranças durante o curso. Aos professores da banca por terem aceitado participar. O Prof. João Klug e o Prof. Armando Lisboa contribuíram muito com suas sugestões e comentários na banca da qualificação. Agradeço ainda o Prof. Emerson Campos por ter aceitado, prontamente, participar da banca da defesa. Não posso deixar também de agradecer o Prof. Adriano Luiz Duarte, que desde a graduação vem me acompanhando e apoiando, bem como me fornecendo ótimas sugestões, caminhos e bibliografia.

A todos os amigos pela amizade e companheirismo. Em especial ao Giovanni N. Vianna, que foi durante todo o curso meu grande parceiro. Partilhamos das mesmas angústias e alegrias. Sempre esteve pronto a me ajudar e, principalmente, me acalmar em vários momentos. Ao Juan G. Fogaça, Rafael Pereira e Rafael Cunha, os amigos mais presentes na minha vida, que sempre me apoiaram no que precisei.

À professora Zilda Lucca pela revisão de texto e à Cassiana Santos pelo Abstract. E por fim a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização dessa dissertação, em ordem alfabética: Antonio Pazzetto, César Spricigo, Fernando Zancan, Gilnei Fróes, Jairo Costa, João Marino, Joãozinho Natureza, Joaquim Teixeira, Milo, Nico Matiolla, Oswaldo Sevá, Padre Toni, Rogério Bardini, Susiane Formentin, Vanilda Zanette e Walterney Réus.

“Muita coisa não está intacta, mas a maior parte ainda é um paraíso. No meio do paraíso, uma ferida aberta, um bom pedaço de inferno: os escombros e a continuidade da atividade carbonífera.”

Oswaldo A. Sevá

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	7
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1 - A TRAJETÓRIA DA PIRITA E DO VERDE	
1.1 - O CARVÃO COMO OBJETO HISTÓRICO DO SUL DE SANTA CATARINA.....	21
1.2 - O MUNDO EM DEFESA DA ÁGUA, DO AR, DO SOLO, DA MATA.....	33
2 - A MILITÂNCIA CARACTERÍSTICA DA PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO (1980-1995)	
2.1 - ARARANGUÁ: RIO POLUIDO, ONDE TUDO COMEÇOU.....	50
2.2 - SIDERÓPOLIS E O RASTRO DEVASTADOR DA MARION.....	58
2.3 - TUBARÃO: TREM, USINA – PROGRESSO OU POLUIÇÃO?.....	70
2.4 – FÉ E NATUREZA: A PASTORAL DA ECOLOGIA.....	82
3 - A MILITÂNCIA AINDA CONTINUA, MAS AGORA O INIMIGO É MAIS VISÍVEL (1995-2007)	
3.1 – SÓCIOS DA NATUREZA: UMA TRAJETÓRIA DE PERSISTÊNCIA CONTRA O “OURO NEGRO”.....	89
3.2 – O ETERNO IMPASSE ENTRE A TERRA E O CARVÃO	
3.2.1 - MORRO ESTEVÃO E ALBINO: UM CONFLITO, UMA VITÓRIA.....	127
3.2.3 - A ESPERANÇA NA SANTA CRUZ AINDA CONTINUA.....	139
3.3 – O MOVIMENTO PELA VIDA.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162
ANEXOS.....	167

LISTA DE SIGLAS

ACAPRENA – Associação Catarinense de Preservação da Natureza
ACIC - Associação Comercial e Industrial de Criciúma
ACII - Associação Comercial e Industrial de Içara
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APA – Área de Proteção Ambiental
APREMAVI - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí
APP - Área de Preservação Permanente
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAEEB – Companhia Auxiliar de Energia Elétrica Brasileira
CCU – Companhia Carbonífera Urussanga
CDL - Centro de Dirigentes Lojistas
CEMEA – Consciência Ecológica do Morro Estevão e Albino
CEPCAN - Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPUMA - Conselho Municipal de Política Urbana de Araranguá
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura
DNPM – Departamento Nacional de Minas e Energia
EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Meio Ambiente
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão
FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente
FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais

FDESC - Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense
FEEC – Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses
FURB - Universidade Regional de Blumenau
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IME – Instituto Militar de Engenharia
ISER - Instituto de Estudos da Religião
LAP – Licença Ambiental Prévia
MEL – Movimento Ecológico Livre
MES - Movimento Ecológico de Siderópolis
MOVET - Movimento Ecológico Tubaronense
MT – Ministério dos Transportes
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SDM - Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social
SETMA - Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente
SIECESC – Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina
SINTE - Sindicato dos Trabalhadores da Educação
SOTELCA – Sociedade Termelétrica de Capivari
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
USITESC - Usina Termelétrica Sul Catarinense

RESUMO

Propõe-se com esse trabalho estudar a trajetória percorrida pelo movimento ambientalista sul catarinense em relação aos embates com a atividade carbonífera, que se apresenta como um dos principais conflitos sócio-ambientais de Santa Catarina. Em decorrência dessa atividade a região sul catarinense é, de acordo com um decreto federal de 1980, considerada uma das quatorze mais poluídas do Brasil. O movimento ambientalista, através das ONGs e movimentos sociais, demonstra com suas diversas ações empreendidas, que a mineração do carvão traz sérias conseqüências para o meio ambiente e para a sociedade como um todo, como o comprometimento dos recursos hídricos, degradação dos solos e da vegetação, poluição do ar, bem como afeta gravemente a saúde dos trabalhadores mineiros. Em contrapartida, o setor se defende ao colocar que estão nos últimos anos investindo em novas tecnologias que reduzam a poluição, bem como se utilizam da questão econômica, sobretudo pela geração de empregos, como amparo para a continuidade e fortalecimento do setor. Considerou-se o movimento de resistência dos agricultores contra a mineração do carvão em suas localidades, como parte do movimento ambientalista, que juntos lutam por uma causa comum. Sendo que para isso precisam defrontar não só com todos que representam o setor minerador e com o Estado, mas também às vezes com o poder judiciário e com os meios de comunicação.

Palavras-chave: meio ambiente, preservação, movimento ambientalista, conflito sócio-ambiental, ONG, movimento social, carvão, mineração, atividade carbonífera, poluição.

ABSTRACT

It is proposed with this work to study the path traveled by the environmentalist movement of southern Santa Catarina in relation to the discussions with the activity coal, which presents itself as a major socio-environmental conflict of Santa Catarina. As a result of this activity, the southern region of Santa Catarina, according to a federal decree of 1980, is considered one of the fourteen most polluted regions of Brazil. The environmentalist movement, through the ONGs and social movements, demonstrates with its various taken actions that the coal mining brings serious consequences for the environment and for the society as a whole, as the commitment of water resources, degradation of soils and vegetation and air pollution, and seriously affects the health of miner workers. However the industry is defending the position that in recent years they have been investing in new technologies in order to reduce the pollution, as well as have been using the economic issue, especially for the generation of jobs, as a refuge for the continuity and strengthening of the sector. The resistance movement of farmers against coal mining in their localities, was considered as part of the environmentalist movement, which together fight for a common cause. In order to do that, they need to deal not only with all representing the mining industry and with the state, but also sometimes with the judiciary and the media.

Keyword: environment, preservation, environmental movement, socio-environmental conflict, NGO, social movement, coal, mining, coal activity, pollution

INTRODUÇÃO

A questão ambiental nunca esteve tão alardeada como atualmente em todo o mundo, sobretudo pelo poder de divulgação e formação de opinião dos meios de comunicação. A razão para isso é simples, estamos vivenciando uma crise ecológica de grandes proporções e que prometem serem ainda maiores. São inúmeros e constantes os exemplos para evidenciar essa crise: furacões, tornados, terremotos, enchentes, apenas para citar os mais agravantes em termos de destruição rápida. São fenômenos naturais que sempre existiram, mas que muito se intensificaram devido à ação humana, que no seu ímpeto de lucro e desenvolvimento econômico acelerado, exploram todos os recursos naturais como se esses fossem inesgotáveis.

É dentro desse cenário que se apresenta o objeto de estudo desse trabalho. Trata-se do estudo do movimento ambientalista da região sul de Santa Catarina em relação aos conflitos com umas das atividades econômicas consideradas das mais poluentes do planeta: a atividade carbonífera, que tem como matéria-prima o combustível fóssil carvão. O debate ambiental mundial gira muito hoje em dia em torno das mudanças climáticas, na qual é ocasionada principalmente pelo efeito estufa. Esse tem como contribuintes para o seu aumento, a intensa emissão do CO₂ oriundo do petróleo, gás e carvão.

O movimento ambientalista, bem como a comunidade científica, denuncia todas as conseqüências negativas que a mineração do carvão provoca nos recursos naturais e na vida da população. Minério que foi considerado um dos impulsionadores do processo de industrialização no século XVIII e que até final do século XX recebeu ainda grande respaldo na economia de vários países.

No Brasil há reservas do carvão nos três estados que compõem a região sul¹. Mas é no estado de Santa Catarina onde a mineração é mais intensa e por sua vez conflituosa. Precisamente na região sul catarinense, denominada de região carbonífera de Criciúma. Esse é o município na qual se encontra o centro de irradiação do carvão e que segundo o qual a bibliografia oficial dedica como grande fator do seu desenvolvimento econômico. Enquanto que em seus municípios vizinhos, que também possuem mineração, o processo foi inverso, pois gerou imenso impacto ambiental e social, que conseqüentemente dificultou sua expansão

¹ Nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Paraná não há extração, apenas reservas do minério.

econômica. São hoje, grande parte deles, considerados municípios pobres, principalmente Siderópolis, Treviso e Lauro Muller.

É vasta e diversificada a bibliografia quando envolve o campo de estudo da mineração do carvão. Há uma variedade de livros, teses, dissertações, monografias, artigos e relatórios produzidos na área da sociologia, geografia, história, economia, direito, engenharias, entre outras áreas. Geralmente as pesquisas em relação à questão do carvão, no campo das Ciências Humanas, recorrem ao enfoque em quatro aspectos. Um deles é o aspecto social, ao tratarem das condições sociais que perpassa o trabalho nas minas de carvão. Um exemplo é o trabalho historiográfico de Carlos Renato Carola intitulado “Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)”² que discorre sobre as condições de vida e trabalho das mulheres nas minas de carvão da região carbonífera de Criciúma, no período compreendido entre 1937 a 1964. O estudo evidencia também as relações de poder e resistência que se davam no cotidiano das minas, bem como a participação dessas mulheres na mineração em outras épocas e lugares.

Contudo, são os trabalhos sociológicos pioneiros de Terezinha Volpato, sobretudo “A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma”³, as grandes referências quanto ao universo social das minas de carvão, que analisa e problematiza a realidade da classe trabalhadora mineira. Volpato faz uma discussão crítica, demonstrando como os mineiros são tratados no final da mesma forma como é a pirita do carvão: “o resto inaproveitável, são os homens precocemente envelhecidos, doentes ou mutilados, estigmatizados socialmente”.⁴

Um segundo enfoque refere-se ao aspecto econômico, quando então as pesquisas trabalham com a questão do desenvolvimento e/ou “progresso” dos municípios que compõem a região carbonífera, sendo principalmente estudos sobre Criciúma, que junto com Lauro Muller e Siderópolis são considerados municípios que surgiram devido à mineração do carvão. Há muitos trabalhos que tratam da história da indústria carbonífera na região sul de Santa Catarina, como por exemplo, o livro “Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina”⁵ de Maurício Aurélio dos Santos. Esse autor retrata como essa região teve seu crescimento ligado ao carvão, bem como as diferentes fases dessa atividade ao longo dos

² CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

³ VOLPATO, Terezinha Gascho; Santa Catarina. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

⁴ Idem.

⁵ SANTOS, Mauricio Aurélio dos. **Crescimento e crise na região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997.

anos, suas crises e saídas para essa região que sobreviveu durante décadas de uma economia de enclave⁶ como a carbonífera.

Há também as pesquisas voltadas mais para o aspecto político. Destaca-se a obra de José Paulo Teixeira, “Os Donos da Cidade”⁷, onde o autor demonstra como as elites da cidade de Criciúma se desenvolveram a partir da indústria carbonífera, criando toda uma ideologia da mineração. Esse estudo mostra que o carvão sinaliza a ascensão e o declínio de um poder econômico e que leva a marca registrada de “progresso”.

Um último enfoque é o aspecto ambiental que envolve o tema do carvão. São diversos trabalhos, sobretudo na área da geografia, desenvolvidos com o objetivo de analisar os impactos ambientais e sociais desencadeados pela atividade carbonífera. A expansão econômica da indústria carbonífera trouxe e ainda traz consigo impactos ambientais, na medida em que os rejeitos da mineração (no processo de extração, beneficiamento, manuseio, transporte e uso do carvão) provocam a poluição do ar, do solo, da água, da fauna e da flora. Cita-se, por exemplo, o geógrafo e professor Luiz Fernando Scheibe, realizador e orientador de várias pesquisas sobre a qualidade ambiental da região sul catarinense, como a sua participação no livro “Meio ambiente e carvão: impactos da exploração e utilização”⁸.

Referente a esse último aspecto é que se enquadra a intenção e relevância da realização dessa pesquisa, pois se constatou que há uma lacuna de estudos históricos sobre a temática do carvão voltado para as questões ambientais. Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar as principais ações dos movimentos e entidades ambientais da região em relação aos conflitos com o setor carbonífero. O estudo de todos os tipos de lutas ecológicas do movimento seria por demais abrangente para uma dissertação de Mestrado. Optou-se, então, pela questão do carvão por ser a mais problemática e polêmica na discussão ambiental da região. Além disso, foi determinante para a escolha desse tema o fato de que se apresentará em um estudo inédito na historiografia catarinense.

É a partir dos anos de 1980 que ocorrem as primeiras manifestações de entidades da região quanto aos problemas ambientais e sociais resultantes da mineração do carvão. Como é o caso da primeira entidade ambiental da região, que se originou dentro do ambiente escolar, no município de Araranguá, justamente com o propósito de protestar contra a poluição do Rio Araranguá causada pelos dejetos do carvão, permanecendo como sua grande bandeira de luta até hoje. Refere-se a ONG Sócios da Natureza, na qual foi o objeto de estudo do meu

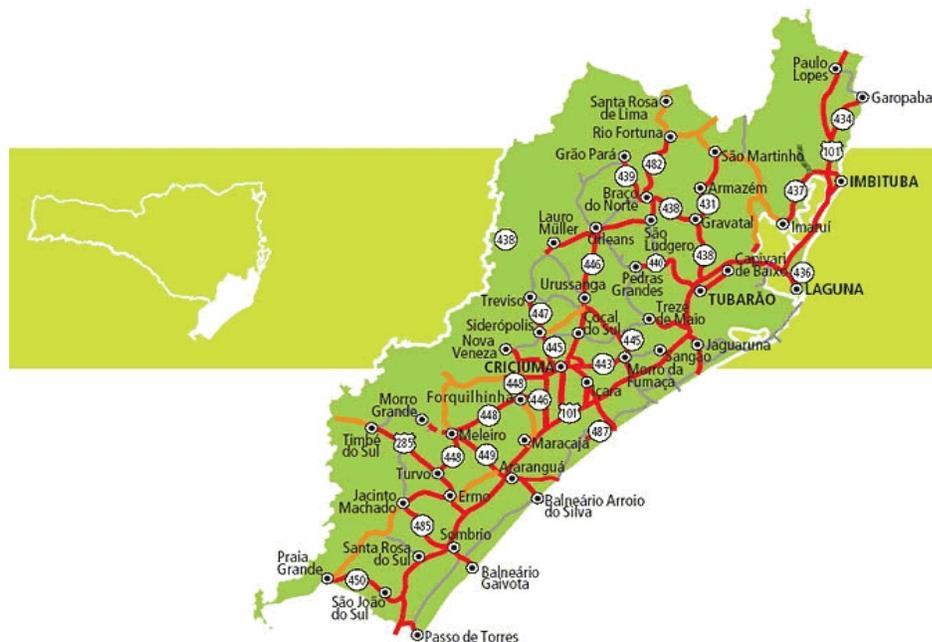
⁶ Entende-se como economia de enclave como toda aquela que se desenvolve com capital e tecnologia exógenos.

⁷ TEIXEIRA, Jose Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

⁸ TEIXEIRA, Elba Calessio. **Meio ambiente e carvão: impactos da exploração e utilização**. Porto Alegre: PADCT, 2002.

Trabalho de Conclusão de Curso em História na UFSC, intitulado “Atuação de uma Organização Não-Governamental na luta pela conscientização e preservação ambiental no sul de Santa Catarina”, defendido em fevereiro de 2004. Portanto, a realização dessa dissertação é a continuidade e aprofundamento dos estudos na temática de “história, movimentos sociais e meio ambiente”.

A área que abrange esse presente estudo é o Sul de Santa Catarina, conforme mapa abaixo. Uma região que ocupa uma extensão de 9.049 km² (9,8% da área total do Estado), compreendendo 39 municípios com uma população estimada em 800 mil habitantes. Divide-se em três micro-regiões: a AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera, a AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense e a AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna.



Mapa da região sul de Santa Catarina⁹

⁹ Fonte: www.visitesantacatarina.com.br/regioes.asp?id=8

É uma região de muitas belezas naturais, pois contempla diversas praias, balneários, rios, lagoas, reservas ecológicas, bem como grande parte da Serra Geral, com a Serra do Rio do Rastro e os famosos canyons de Fortaleza e Itaimbezinho. Porém, essa riqueza de ecossistemas está sendo cada vez mais ameaçada pelos vários problemas ambientais da região, sobretudo, nas últimas quatro décadas. O esgoto, o lixo, o agrotóxico, a rizicultura e a mineração do carvão são tidos como os maiores causadores de impactos ambientais. O carvão é o mais problemático, como já foi dito anteriormente, haja vista que desde 1980 a região sul de Santa Catarina é decretada como a 14ª Área Crítica Nacional em decorrência do impacto ambiental provocado pela exploração, beneficiamentos e usos do carvão mineral.¹⁰ Essa afirmação tem uma relevância imensa, pois se trata de um decreto federal enquadrando a região sul catarinense como uma das mais poluídas do Brasil.¹¹

A década de 1980 foi marcada pela forte crise do setor carbonífero catarinense, na qual se evidencia o fechamento de várias minas e a demissão de milhares de trabalhadores. Estima-se que o total de trabalhadores das minas tenha caído de mais de 30 mil para menos de cinco mil em poucos anos, entre fins dos 1980 e 1992, durante o último grande golpe econômico (corte da compra de carvão siderúrgico nacional, abandono e posterior licitação das minas da CSN e desativação da ICC, 1990-92).¹² A partir desse momento o setor carbonífero entrou em processo de enfraquecimento e, inversamente, esse mesmo período foi marcado pelo florescimento do ambientalismo na região.

É importante frisar que manifestações individuais e pontuais já ocorriam antes de 1980 nos municípios da região sul catarinense. Citam-se exemplos dos ex-vereadores de Criciúma, Lório Rosso e Woimer Loch, que por várias vezes se pronunciaram contestando os impactos advindos da mineração, bem como tomaram iniciativas para alertar sobre o problema, como a organização dos “Encontros sobre Ecodesenvolvimento do Sul Catarinense”¹³, que envolvia

¹⁰ Decreto Federal Nº 85.206/1980

¹¹ Ser decretada como a 14ª Área Crítica Nacional é o que impulsiona a luta do movimento ambientalista sul catarinense, que por sua vez foi um dos motivos que impulsionou a escolha deste tema para pesquisa.

¹² SEVÁ, Oswaldo. **Num Paraíso da Água e da Mata, o Inferno da Pedra Fóssil** (Piemonte da Serra Geral do Sul Catarinense). Relatório da 5ª estadia profissional, a convite, na região. Engenharia Mecânica, Unicamp, Campinas, SP Versão 2, 14 outubro 2001. p. 14

¹³ Como consequência deste 1º Encontro sobre Ecodesenvolvimento do Sul Catarinense foi criada em 1980 a Associação de Proteção Ambiental de Criciúma – APACRI. A entidade convocava para participar pessoas que “independente de sexo, religião, ideologia política ou condição social, se lançariam na defesa das causas ecológicas”. A comissão da APACRI era formada por: Duílio Paulo Rossi Fermo; Eduardo Pereira de Figueiredo; Luiz Dal Farra; Maurício Conti; Eduardo Ausquia Martins; Joaquim Arantes de Bem; Iberê Mesquita Orsi; Zélia Sorato Uliano; Egas Donadel Lapoli; Wilson Loch; Woimer Loch; Edson Natalino de Oliveira. As fontes pesquisadas revelaram pouquíssimas informações sobre essa entidade, sendo noticiada somente até 1983, provavelmente o ano em que encerrou suas atividades

as cidades da região e tinha como ponto fundamental de discussão a questão do carvão¹⁴. Foram encontros sediados em Criciúma e que receberam intensa repercussão positiva, conforme consta nos jornais da região.¹⁵ Uma matéria no Correio do Povo de 1983 sobre o “2º Encontro do Ecodesenvolvimento do Sul Catarinense”, já alertava sobre a situação ambiental:

A região sul do Estado atinge hoje um ponto ameaçador em termos de poluição gerada pelo carvão. Para se ter uma idéia, 2/3 dos mananciais hídricos lá existentes já estão comprometidos. Ainda mais: é crítica a poluição do ar e do solo pela dispersão de rejeitos do carvão e pela mineração a céu aberto.¹⁶

O campo de discussão sobre os movimentos sociais é bastante amplo e complexo. No caso do debate dos movimentos ambientalistas, não há um corpo teórico bem definido que possa servir de guia, pois ainda encontra-se em fase de construção. Há lacunas sobre conceitos, problemas e objetos em virtude de ser relativamente recente as pesquisas e estudos sobre a problemática ambiental.

Esse estudo é um trabalho historiográfico que utiliza a história ambiental, mas que também dialoga com outros campos teóricos, sobretudo na Sociologia com os movimentos sociais e em menor grau com a Economia e Geografia. É dessa forma, um estudo interdisciplinar em que se utilizam vários referenciais teóricos e analíticos.

O movimento ambientalista é uma expressão marcada por difícil definição conceitual em função do grande número de “setores sociais passível de ser categorizado em seu interior. A palavra ambientalismo não parece também, de imediato, auxiliar na tarefa de delinear o objeto de investigação graças a essa mesma amplitude de conteúdo”.¹⁷

Para falar em movimentos sociais, seja qual for a área de atuação, requer uma série de cuidados, como: perceber a heterogeneidade dos atores, seus conflitos, seus campos de disputa, suas maneiras de pensar, suas maneiras de perceber e de significar o mundo, suas relações com o Estado e com a política. Ao perceber essas características, Maria Clementina Pereira Cunha afirma o seguinte:

Nosso interesse pelos “de baixo” concretiza-se pelo estudo de relações que incluem as classes, mas também os gêneros, etnias e múltiplas formas de identidade que transpassam os seus limites, sendo relações, compreendem também os “de cima”, além de buscar diferenças entre os atores de todas as alturas aos quais não se pode – a não ser arbitrariamente – atribuir

¹⁴ O primeiro encontro foi em 1980 e o segundo no ano de 1983.

¹⁵ Foi analisado neste caso o Jornal Tribuna Criciumense de 1976 a 1983. Mas foi também noticiado no Jornal Correio do Povo.

¹⁶ Correio do Povo, 14/10/1983.

¹⁷ TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento Ambientalista e Modernidade: Sociabilidade, Risco e Moral**. Editora Annablume/Fapesp, São Paulo, 2001. p. 19.

homogeneidade. Neste sentido é, sobretudo, uma história do conflito, em suas diversas possibilidades práticas ou semânticas, que se busca hoje.¹⁸

Por tratar-se de um objeto de estudo recente, faz-se necessário colocar algumas questões metodológicas sobre a História do Presente, mesmo que a metodologia desse período da história ainda esteja sendo constituída. É importante também essa discussão porque ainda se encontra resistências para se estudar historicamente o tempo presente.

Segundo os historiadores Agnes Chauveau e Philippe Tétart, a “história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”.¹⁹ Autores desta “vertente” colocam que aquele que escreve história do presente é testemunha e historiador ao mesmo tempo, mas que nem por isso irá ignorar o rigor científico²⁰ e, como todo historiador, deve abstrair-se o mais completamente possível das interferências da ideologia e da subjetividade.

Deve-se colocar também que o presente influencia qualquer período histórico a ser analisado, porque “qualquer que seja sua especialidade cronológica, o historiador bebe em seu presente e longe de pensar que é de nenhum tempo e de país nenhum, ele sabe que está ligado por múltiplas fibras a seu tempo e a comunidade a qual pertence”²¹. E como já dizia a famosa expressão de Lucien Febvre “compreender o presente por meio do passado e, sobretudo, o passado por meio do presente”. Febvre em toda a sua obra baseou-se pela história-problema, ou seja, estudar os problemas e não os períodos, “este seria o caminho da salvação da história do tempo presente, bem como para toda disciplina histórica”.²²

René Rémond coloca que é claro e compreensível que o historiador que trabalha com percursos dos quais estamos afastados por vários séculos, tenha mais facilidade para distinguir as tendências importantes e a concentrar seu interesse nos fenômenos estáveis e constantes, mas em contrapartida a história do tempo presente:

Evoca a importância da contingência e do fato: a história é feita de surpresas, mais de surpresas que de ardis. A esse respeito, freqüentar a história do tempo presente talvez seja uma boa precaução, o meio mais seguro de nos resguardarmos da tentação que sempre nos espreita de introduzir no relato do passado uma racionalidade que não podia estar lá. A operação indispensável de tornar inteligível não deve-se exercer em detrimento da complexidade das situações e da ambivalência dos comportamentos. A história do tempo

¹⁸ CUNHA, M. C. P. (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 13.

¹⁹ CHAUVEAU, Agnes. **Questões para a historia do presente**. Bauru, SP. EDUSC, 1999. p.15.

²⁰ Talvez neste caso a exigência do rigor deva ser até maior.

²¹ Ibidem, p.78.

²² RÉMOND, René. **Algumas questões de alcance gerar à guisa de introdução** In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 221.

presente é um bom remédio contra a racionalização a posteriori, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento pode gerar.²³

A questão que se coloca é quanto à obrigação ou não da distância no tempo para a análise histórica. Para os autores que defendem a história do presente, a proximidade, em vez de um problema, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade. Quanto aos que criticam e duvidam da sua validade, argumentam que somente o recuo no tempo poderá garantir uma distância crítica ao historiador e que seu trabalho não deveria iniciar enquanto houvesse testemunhos vivos daquilo que estuda. E que, portanto, os estudos sobre o mundo contemporâneo faz com que a proximidade com os fatos dificulte uma visão "isenta", "neutra" ou científica. François Bédarida, historiador e fundador do Instituto da História do Tempo Presente, diz que:

Se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivia: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: sua consciência de historiador é sua consciência de homem. E segundo as palavras de Rabelais, que nunca é demais repetir em virtude de seu alcance permanente e universal, "Ciência sem consciência é somente ruína da alma"²⁴

As fontes para a História do Presente é outro aspecto a ser abordado. Além da sua diversificação, há uma grande quantidade de fontes disponíveis, o que na grande maioria das vezes é muito maior do que outros períodos históricos. Esta multiplicidade de fontes²⁵ seria um privilégio para os historiadores do tempo presente? Sim, desde que dessa profusão ele não dispense o rigor do ofício histórico para a escolha e classificação.

Destas fontes destaca-se a fonte oral que é própria do historiador do presente, nela há a contemporaneidade intrínseca entre o historiador e a testemunha. Mesmo que o debate em torno da história oral não seja mais novidade, apesar de ainda não haver um consenso se é uma técnica, uma disciplina ou uma metodologia, é importante frisar que fazer história oral significa produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos "outros".

Quanto a sua credibilidade como fonte há quem diga que a fonte escrita é "pura", natural e a fonte oral "impura" porque é construída, mas a fonte escrita também é construída e também tem seu grau de impureza. A diferença existente entre elas é que o depoimento oral é

²³ Ibidem, p. 208-209.

²⁴ BÉDARIDA, François. **Tempo presente e presença da história**. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Org.) Usos & abusos da história oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 227.

²⁵ Compreende os consagrados documentos escritos até as fontes novas que são os audiovisuais.

uma fonte, digamos, “provocada” pelo historiador. O que descredibiliza é uma história oral militante, isto é, uma história que só se fundamenta sobre as fontes orais, sacralizando-as e considerando-as como as únicas válidas.

Porém, não é o caso dessa pesquisa, que ao contrário, foi no diálogo e cruzamento das diferentes fontes que a mesma se desenvolveu. Foram utilizados os vários e diversificados documentos dos arquivos das entidades estudadas, processos judiciais, jornais pesquisados no Arquivo Histórico Municipal de Criciúma e o uso das entrevistas através dos métodos da história oral. É fundamental destacar que no contato direto com essas fontes citadas, procurou-se examinar atentamente e criticamente os documentos, fazendo a chamada “leitura a contrapelo”, procurando descobrir qual a intencionalidade, o que está escrito nas entrelinhas dos documentos.

Lembrando sempre que, o trabalho de pesquisa histórica se torna uma verdadeira “garimpagem”, pois o historiador tem em mente aquilo que deseja encontrar, porém se depara diante de uma quantidade de fontes que precisam ser cuidadosamente selecionadas. Às vezes, ainda, surgem fontes inesperadas de grande valor que, por sua vez, acabam redirecionando a pesquisa.

As entrevistas servem, muitas vezes, como fontes que complementam as lacunas deixadas por outros documentos. Paul Thompson, em seu livro “A Voz do Passado”, sintetiza a importância do uso delas como fonte, quando diz: “no sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão”. Porém, é bom salientar que a história oral também apresenta uma série de problemas e como as demais fontes, é passível de críticas. Por exemplo, um cuidado que se deve ter é em relação a distinção entre história e memória. Para Henry Rousso:

A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva” (...) Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, as rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma, ela constitui (...) um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros²⁶.

Neste caminho trilhado para a concretização dessa pesquisa, deparou-se com muitos obstáculos para a obtenção de informações, o que muitas vezes desestimulou, refletindo no andamento dos trabalhos. Como a questão do carvão se trata de um tema extremamente

²⁶ ROUSSO, H. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (org.) Usos & abusos da história oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 94-95.

polêmico, fez com que muitas pessoas procuradas para conceder entrevista ou para fornecer uma simples informação se esquivassem, se omitissem ou até mesmo negassem. A maioria foram ex-militantes dos movimentos ecológicos da região que passaram por momentos traumáticos de perseguição, pressão e ameaças de morte. Outros foram por não desejarem ter seu nome vinculado a um estudo que abordaria uma atividade reconhecidamente poluente como é a mineração do carvão e por estarem, dessa forma, ligados direta ou indiretamente aos interesses do setor carbonífero. Isso revelou, portanto, como ainda é muito forte a influência e poder da “cultura do carvão” em termos políticos e econômicos na região.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro busca-se, brevemente, descrever os principais aspectos da história da atividade carbonífera no sul de Santa Catarina e num segundo momento os principais aspectos do movimento ambientalista no contexto mundial, nacional e estadual.

No capítulo seguinte aborda-se a trajetória do movimento ambientalista da região sul catarinense em relação às ações empreendidas contra a mineração do carvão no período de 1980 a 1995. Nesta primeira fase do movimento predomina uma militância mais pacífica, tanto que os movimentos ecológicos analisados nos municípios de Araranguá, Siderópolis e Tubarão, juntos, formavam a Pastoral da Ecologia.

No último capítulo analisa-se o movimento ambientalista da região entre 1996 a 2008, marcando uma fase mais conflituosa comparada ao período anterior, sobretudo pelo enfrentamento mais direto com o Estado. Primeiramente se examina a atuação da ONG Sócios da Natureza que há quase três décadas vem lutando intensamente contra os impactos ambientais e sociais originados pelo carvão. Em seguida, analisam-se os movimentos dos agricultores de Criciúma (localidade de Morro Albino e Estevão) e de Içara (localidade de Santa Cruz) que resistem bravamente contra a mineração do carvão em suas terras agrícolas. Considerou-se essa luta dos agricultores como conflitos do movimento ambientalista sul catarinense.

1 – A TRAJETÓRIA DA PIRITA E DO VERDE

1.1 - O CARVÃO COMO OBJETO HISTÓRICO DO SUL DE SANTA CATARINA

Os primeiros estudos sobre o carvão mineral brasileiro datam de 1825, quando o naturalista Friedrich Sellow examinou o carvão do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, o Visconde de Taunay obteve concessão de exploração do carvão mineral em Lauro Muller, município este em que foi descoberto e inicialmente explorado o carvão em Santa Catarina. Aliás, único município da região carbonífera que tem sua base econômica originariamente ligada à mineração do carvão.²⁷

Em 1832, Friedrich Sellow repete os estudos com o carvão catarinense, data da divulgação da existência de carvão no subsolo de Santa Catarina. Augusto Kesting tenta explorar o carvão em 1837, mas desiste devido à distância entre as jazidas e o porto em Laguna. Em 1841, é feito um relatório completo sobre o carvão, a pedido da Coroa, onde já se apontava a dificuldade da exploração do carvão catarinense.

Assim, o Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul, foi o pioneiro na extração regular do carvão mineral no Brasil, no ano de 1860. Em Santa Catarina, só pôde ser viabilizada a partir de 1884, em Estação das Minas (nas cabeceiras do Rio Tubarão, hoje Lauro Muller), quando foi concluída a Estrada de Ferro “Dona Tereza Cristina” com a finalidade de se ligar a área das minas existentes em Lauro Muller até o porto em Imbituba.²⁸

O carvão mineral só passou a ser explorado no município de Criciúma em 1913, ganhando seu primeiro impulso a partir de 1919, com a chegada do ramal da Estrada de Ferro “Dona Tereza Cristina”. A Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá foi a primeira companhia mineradora em Criciúma, fundada em 1913 e pertencente ao empresário Henrique Lage, que empreendeu várias indústrias e atividades na região, nos ramos da mineração, transportes ferroviário e marítimo. A Companhia Carbonífera Urussanga foi fundada em 1918; a Companhia Carbonífera Próspera, em 1924, depois estatizada na década de 1950.

A falta de um mercado consumidor consolidado estrangulava o avanço do setor. A década de 1920 foi um período de estagnação da produção do carvão catarinense,

²⁷ SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997. p. 26

²⁸ *Ibidem*, p. 27

principalmente pela baixa qualidade do minério em concorrência com o carvão estrangeiro. Em 1922, foi criada a primeira usina de beneficiamento do Brasil em Urussanga, a mina da Companhia Carbonífera Urussanga, que passou a operar com transporte mecanizado por locomotivas elétricas, sendo a primeira no Brasil.²⁹

Foi somente com as transformações ocorridas no país a partir da década de 1930, ou seja, com a chamada “Era Vargas”, em que o Estado passa a associar-se com a indústria nacional em defesa de um padrão de desenvolvimento de base nacionalista, é que o carvão conta com um mercado interno mais consolidado. E, de acordo com José Paulo Teixeira³⁰, a partir dos anos de 1930, nomes como Diomício Freitas, Santo Guglielmi, Sebastião Netto Campos passam a ser associados como os novos “donos da cidade”,³¹ em lugar dos antigos comerciantes.

O passo fundamental para a garantia do processo exploratório do carvão catarinense foi através do Decreto nº 20.089 de 1931, o qual regulava as condições para o aproveitamento do carvão nacional. Com este decreto ficava o governo federal comprometido com a compra de toda a produção do carvão nacional, sendo que isso sempre foi vital para a sustentabilidade da atividade carbonífera.

Na década de 1930, foi criado o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, pelo Decreto nº 23.979 de 1934, cujas atribuições principais são: avaliação sobre os recursos nacionais em carvão e estudo do seu beneficiamento. Ainda hoje é a instituição federal responsável pela fiscalização da produção do carvão mineral, tendo inclusive um escritório regional em Criciúma. O DNPM é, atualmente, não apenas um órgão de fiscalização, como também de apoio técnico e político ao setor carbonífero.

É importante citar, também, o Decreto nº 2.666 de 1940, que cria o Conselho Nacional de Minas e Energia e o Decreto- Lei seguinte, de nº 2.667, que estabelece a obrigatoriedade para o consumo de no mínimo 20% do carvão nacional. Com esse decreto o governo federal ajudava as empresas mineradoras de carvão, com o objetivo de melhorar a qualidade, bem como diminuir o custo da produção.

Durante a 2ª Guerra Mundial, as importações do carvão cresceram em virtude da queda do comércio exterior. Dessa forma, o carvão catarinense tornou-se mais utilizado, ao ser misturado ao carvão importado no processo produtivo. Em 1942, o governo federal reservou para si toda a produção de carvão de Santa Catarina e instituiu como medida de

²⁹ SANTOS, op. cit., p. 29

³⁰ TEIXEIRA, José Paulo. **Os Donos da Cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

³¹ No caso se refere à cidade de Criciúma.

emergência, a entrega obrigatória ao governo federal de todo o carvão nacional.³² Porém, continuava haver um estrangulamento do mercado consumidor do carvão, já que a demanda estava concentrada no mercado do carvão a vapor, utilizado nos transportes marítimos e ferroviários.³³

A criação da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, em 1946, foi determinante para a economia carbonífera no sul de Santa Catarina, tornando definitiva a intervenção estatal na produção do carvão. No sul de Santa Catarina, na segunda metade da década de 1940, a CSN implantou um complexo industrial, constituído por minas de carvão em Siderópolis e Criciúma, usina de beneficiamento em Capivari de Baixo³⁴ e usina termelétrica no município de Tubarão. Além disso, o governo investiu em construção de vilas operárias, estradas, instalações do Porto de Imbituba e desenvolveu um amplo serviço de assistência social às famílias mineiras.

É importante ressaltar que a CSN atingiu seu pico de consumo somente em 1980 e, como consequência da sua criação, foi estatizada como sua subsidiária a Companhia Carbonífera Próspera, sob a tutela do governo federal. Diante desse contexto, Santa Catarina assumiu a liderança na produção nacional do carvão e, em 1946, Criciúma recebeu o título de “Capital Brasileira do Carvão”.³⁵

Na década de 1950, o governo federal acentua a adoção de medidas controladoras de mercado. Em 1953, é instituída a CEPCAN - Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, com atuação até 1960, quando então é criada a CPCAN - Comissão do Plano de Carvão Nacional, com a finalidade de incentivar e amparar a atividade carbonífera nacional, desde as atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição até o consumo do combustível nacional.

Quanto ao carvão metalúrgico, a produção catarinense destinava-se a três grandes indústrias metalúrgicas: Usina de Volta Redonda no Rio de Janeiro, USIMINAS em Minas Gerais e COSIPA em São Paulo. Já o carvão vapor era utilizado por duas termelétricas locais: a UTE, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional e a SOTELCA – Sociedade Termelétrica de Capivari, subsidiária da Eletrobrás.³⁶

³² CAROLA, C. R. **Dos subterrâneos da História:** as trabalhadoras das minas e carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002, p. 17.

³³ SANTOS, op. cit., p. 37

³⁴ Na época o município de Capivari de Baixo pertencia ao município de Tubarão.

³⁵ CAROLA, op.cit., p. 18.

³⁶ VOLPATO, Terezinha Gascho; Santa Catarina. **A pirita humana:** os mineiros de Criciúma. Florianópolis: Ed. da UFSC: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

A inauguração da SOTELCA,³⁷ em 1965, foi importante para a ampliação do consumo de carvão metalúrgico pela CSN em Volta Redonda. A construção da usina Jorge Lacerda em Capivari de Baixo teve como objetivo dar vazão ao carvão energético, que era obtido como subproduto do carvão metalúrgico que se destinava à CSN.

A partir dos anos 1960, ocorre uma diversificação do parque industrial de Criciúma. Setores do empresariado começam a perceber que as chamadas crises do carvão não decorriam somente da dependência do setor quanto às políticas e decisões governamentais, mas do esgotamento do modelo exclusivista adotado, passando a investirem em outros ramos industriais, como a cerâmica e o vestuário. Assim, rompeu-se com o “exclusivismo” da mineração, ou seja, até meados de 1960 a indústria de extração de carvão constituía a principal base de sustentação e desenvolvimento local e regional, seguida pelo comércio e agricultura.³⁸ Segundo Teixeira:

Esses setores do empresariado perceberam que havia por parte do setor carbonífero interesse explícito ou velado de emperrar esta diversificação. Afinal, estava em jogo a perda da hegemonia e do domínio político e econômico de um setor que, por muitas décadas, mandava na cidade e na região. A diversificação não surgiu “naturalmente”, foi resultado de uma luta por parte de outros setores do empresariado criciumense.³⁹

A crise mundial causada pelo aumento do preço do petróleo, no início dos anos 70, trouxe novos incentivos ao setor carbonífero. A política nacional para o carvão mineral passou a ser determinada pelo CNP – Conselho Nacional do Petróleo, que fixava preços, estabelecia quotas de produção, autorizava importações e concedia benefícios.

O Estado de Santa Catarina, na década de 1970, alcançou o auge de sua participação na produção nacional do carvão bruto. Foi nesse período que ocorreu um avanço tecnológico no setor, devido ao uso de equipamentos mecanizados importados.⁴⁰ No período entre 1953 e 1973, foi iniciado um processo de concentração das companhias carboníferas catarinenses, que se constituíram em dois grupos: Grupo A - empresas controladas pelo governo federal; Grupo B - companhias privadas. Estas estavam nas mãos de quatro grupos econômicos: Grupo João Zanette e Jorge Cechinel; Grupo Sebastião Netto Campos e Álvaro Catão; Grupo Diomício Freitas e Grupo Guglielmi.⁴¹

³⁷ A SOLTECA depois recebeu o nome de GERASUL, mas atualmente pertence à TRACTEBEL ENERGIA, uma multinacional de origem belga.

³⁸ TEIXEIRA, José Paulo. op. cit., p. 60.

³⁹ Ibidem, p. 60.

⁴⁰ SANTOS, op. cit., p. 45.

⁴¹ HEIDEMANN, E.E. O carvão em Santa Catarina. Apud: CAROLA, C. R. **Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas e carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

Em 1975, foi criado outro órgão governamental, a CAEEB – Companhia Auxiliar de Energia Elétrica Brasileira, voltada para a comercialização do carvão energético, incentivando o seu uso em substituição ao óleo combustível em diversas indústrias. Dessa forma, foram ampliados, em Santa Catarina, os parques produtores de Jorge Lacerda e de Candiota no Rio Grande do Sul.

No período da ditadura militar, durante o governo de Geisel (1974-1979), foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual tinha como principais objetivos a conclusão da instalação da indústria pesada, o estímulo ao desenvolvimento da indústria de bens de capital e a ampliação dos serviços de infra-estrutura nos setores de energia, transporte e telecomunicação.

Na área energética, o objetivo era substituir os 17 mil barris de petróleo/dia por cinco milhões de toneladas de carvão nacional. Nesse sentido, os militares estimularam a produção do carvão e, como consequência, ocorreu um amplo processo de mecanização das minas. Com o Plano, o governo criou um mercado integral, pois fixou o preço e a cota de carvão a serem consumidos, tornando-se o único comprador de toda a produção nacional e assumindo, ainda, a responsabilidade pelo transporte e beneficiamento do mineral⁴².

Após os anos do chamado “milagre” econômico brasileiro, em virtude de suas taxas de crescimento, a economia carbonífera, calcada em sua maior parte no financiamento de capitais públicos, presenciou mais uma vez a insustentabilidade econômica do setor em Santa Catarina, quando passou por um período de desabrigo por parte do capital estatal. E a economia de Criciúma que começa a se diversificar a partir dos anos 1960, como já foi dito anteriormente, chegou, nos anos de 1980, completamente diversificada, com destaque para o setor cerâmico, vestuário, plástico e seu importante setor terciário.

Foi, portanto, na segunda metade da década de 1980 que se evidenciou a maior crise já vivida pelo setor carbonífero, cuja causa mais impactante foi a retirada de subsídios por parte do governo federal. Tal fato era visível em função dos elevados estoques nas mineradoras e a ameaça de importação do carvão boliviano. Em 1988, o governo federal retirou os subsídios dos fretes e cessou a determinação das quotas de produção. Nessa ocasião, foram extintos os órgãos CNP e CAEEB e foram liberados os preços e importações do carvão mineral.

Para se visualizar melhor a crise do carvão nesse período, pelo contexto da crise econômica do país e a retirada de subsídios, vale registrar a produção em Santa Catarina: de

⁴² GOULART FILHO, A; JENOVEVA NETO, R. **A Indústria do vestuário**: economia, estética e tecnologia. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. apud: CAROLA, op.cit., p. 22.

um milhão de toneladas/mês passou para 400 mil toneladas/mês. O número de minas, que era em torno de quinze passou para seis e o número de trabalhadores mineiros de doze para quatro mil.⁴³

Em 1990, o então presidente Fernando Collor decretou a desregulamentação da atividade carbonífera, estabelecendo o fim da obrigatoriedade da compra do carvão nacional, a liberação dos preços do carvão metalúrgico e energético e a decisão de importar todo o carvão consumido pela CSN, retirando a estatal das atividades ligadas ao carvão.

O cancelamento das medidas protecionistas afetou, principalmente, as empresas mineradoras catarinenses, que paralisaram a produção do carvão metalúrgico, fazendo com que a indústria siderúrgica passasse a importar a totalidade do carvão consumido. Com a paralisação da produção do carvão metalúrgico, a indústria carbonífera brasileira restringiu-se ao segmento do carvão energético. Mas até a produção do carvão energético sofreu uma significativa queda a partir do início da década de 1990. A portaria nº 801 do governo Collor acarretou muitas mudanças para a economia da região sul de Santa Catarina. Segundo Alcides Goularti Filho:

O governo Collor simplesmente liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais de comprar o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivari. As unidades da ICC em Imbituba e Criciúma foram fechadas em 1994. Associado a essas medidas iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Cia. Próspera, subsidiária da CSN, demitindo mais de 1500 trabalhadores. Os trabalhadores da Próspera ficaram um ano e oito meses num movimento de resistência à privatização da empresa, aguardando uma reversão da política econômica em prol da estatal. A solução veio com a venda da estatal para a Metropolitana, criando a Nova Próspera. Como a nova empresa não cumpriu os prazos estabelecidos e ficou impossibilitada de minerar numa área de preservação ambiental, a Próspera novamente voltou às mãos da CSN, agora privatizada, que fechou definitivamente em 1995.⁴⁴

O processo de privatização da CSN iniciou em maio de 1990, quando foi anunciado o seu fechamento, e durou até dezembro de 1991, quando a empresa já estava nas mãos do empresário Realdo Guglielmi. A desativação da empresa significou a demissão de 1900 trabalhadores, incluindo os mineiros da Companhia Carbonífera Próspera S.A. e funcionários do Lavador de Capivari de Tubarão. Em 1988, a CSN iniciou o processo de dissolução da

⁴³ SILVA, Francisco Jose Barretto. **Conflitos de uso em área de proteção ambiental água, mineração e agricultura**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. p. 47.

⁴⁴ GOULART FILHO, Alcides (Org.) **Memória e Cultura do Carvão**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 343.

Carbonífera Próspera, transformando seu patrimônio em Superintendência Geral de Mineração de Santa Catarina, subordinada à CSN com sede em Volta Redonda. A Carbonífera Próspera foi liquidada e seu patrimônio ficou sob controle da CSN. Entre 1988 e 1989, a Superintendência desativou minas em Içara e Siderópolis, o que resultou na demissão de cerca de 680 mineiros.⁴⁵

Outro fator que contribuiu para a crise foi o aumento populacional em um período de queda na oferta de empregos. Ou seja, entre 1980 e 2000, a população de Criciúma passou de 110.604 para 170.274 habitantes.⁴⁶ A produção decresceu, em média, entre 1985 e 1990, cerca de 18% ao ano, caindo de mais de 19 milhões de toneladas para 7.484.098 toneladas e reduzindo a oferta de emprego para 4.530 trabalhadores, menos do que em 1950 (5.500 trabalhadores)⁴⁷.

A economia carbonífera, durante a década de 1990, só sobreviveu em virtude dos contratos de compra do carvão garantidos pelo complexo termelétrico Jorge Lacerda, que ampliou suas atividades, naquela década, em função da ativação de sua usina nº IV. O mercado das carboníferas catarinenses atualmente continua salvo pelas cláusulas do contrato de privatização da CSN, que obriga a multinacional Tractebel Energia, empresa controladora do Complexo Jorge Lacerda, a continuar comprando o carvão catarinense até o ano de 2010.

A crise que se iniciou no ano de 1985 foi marcada então pela redução dos subsídios e pela abertura para a importação de carvão. A partir daí, a indústria carbonífera catarinense teve que sobreviver sem a intervenção do Estado. E, de acordo com o historiador Carlos Renato Carola, além da ausência de todo o apoio estatal, teve também que competir com o carvão importado, de melhor qualidade, e resistir à consciência ecológica da população e à atuação das organizações ambientalistas.⁴⁸

Em relação a essa conjuntura de crise do setor carbonífero, ressalta-se o que Santos diz a respeito desse período:

A crise que se abateu no setor carbonífero pós-85 impunha ao empresariado local a necessidade de se investir em novas tecnologias, quer no âmbito das exigências da legislação ambiental, como também para tentar emergir de uma crise que determinava a

⁴⁵ RABELO, G. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, A. (org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 294-298.

⁴⁶ GOULART FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. p. 440. Anexo 8.

⁴⁷ MORAES, Fábio Farias. O carvão catarinense e o planejamento estatal. In: GOULART FILHO, Alcides. **Ensaio sobre a economia sul-catarinense**. Criciúma: UNESC, 2003. p. 102.

⁴⁸ CAROLA, op. cit., p. 23.

implantação de novas tecnologias de agregação de valor na cadeia produtiva. Empresas foram redimensionadas e passaram a prestar serviços a outras indústrias.⁴⁹

Ainda segundo Santos, é importante perceber que os grupos econômicos ligados à mineração não foram tão afetados pela crise do governo Collor como parece, ou seja, tais grupos atuavam também em outros setores da economia local. Exemplo disso é o grupo Cecrisa, que atua nos ramos de cerâmica, de comunicação, de mineração, de turismo, de transporte e de construção civil. O Grupo Freitas⁵⁰ atuava na construção civil e na extração do carvão. O Grupo Guglielmi, além da atividade de extração do carvão, possuía negócios nas áreas de saúde, de hotelaria, de loteamentos, de agricultura, de pecuária e de construção civil.⁵¹

Essa crise dos anos 1990 foi a mais grave e profunda crise econômica e social, a maior da história de Criciúma⁵², o que justifica a preocupação de diversos setores da sociedade com os problemas da cidade e seus inúmeros conflitos sociais. De acordo com Teixeira, não se tratava apenas de uma crise setorial, ou seja, do setor carbonífero, “mas de uma crise generalizada, resultado da política recessiva e anti-social que atingiu violentamente os trabalhadores e outros setores sociais”.⁵³

Se por um lado os trabalhadores foram os mais prejudicados durante a crise da indústria carbonífera, por outro, grande parte dos mineiros desempregados acabou entrando novamente no mercado de trabalho, absorvidos em parte pelas outras indústrias que já estavam consolidadas na região sul do estado. Com a diversificação da economia local, Criciúma deixou de depender ou viver do “exclusivismo da mineração”, que passou a ocupar uma posição de menor destaque em comparação com outros ramos industriais, “seja no que se refere à lucratividade, ao desenvolvimento tecnológico ou em termos de oferta de emprego”⁵⁴.

José Paulo Teixeira em seu livro, “Os Donos da Cidade”, defende a idéia da “ideologia da mineração”. Para ele, a relação entre mineiros e mineradores seguia uma lógica de interesses. Partindo da realidade de que a indústria carbonífera era subsidiada pelo Estado e tinha este como o principal consumidor, ambos jogavam para obterem vantagens classistas.

⁴⁹ SILVA, op. cit., p. 50.

⁵⁰ Esclarecendo que o Grupo Cecrisa pertence à família Freitas.

⁵¹ SANTOS, op. cit., p. 119-120.

⁵² Para um maior aprofundamento sobre esta questão ver tese de: CAMPOS, Emerson César de. **Territórios deslizantes : recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002)**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

⁵³ TEIXEIRA, op. cit., p. 72

⁵⁴ Ibidem, p. 65.

Mineiros pressionavam os mineradores para obterem melhores salários; por sua vez, mineradores pressionavam o Estado para que aumentasse o preço do carvão, a fim de repassá-los aos trabalhadores.

Teixeira argumenta que a política para o carvão sempre existiu e que ela foi implementada para “benefício de alguns setores, particularmente os mineradores, que acumularam fortunas e poder. A política do governo para o carvão acompanhou toda a história da cidade, configurou e moldou suas elites, sacramentou as bases da economia e seu imaginário dominante”⁵⁵, caracterizando, dessa forma, o que ele chama de “ideologia da mineração”, uma matriz discursiva fundamentada no desenvolvimento da mineração do carvão e construída paralelamente à historiografia oficial.

A mineração do carvão proporcionou o “progresso” para a cidade de Criciúma, como muitos autores afirmam. É certo que trouxe desenvolvimento e também enriquecimento de algumas de suas famílias mais ilustres. Porém, por outro lado, a cidade “assistiu sua própria destruição e degradação ambiental; dentre os aspectos extremamente negativos da mineração, deve-se destacar os mais violentos e destrutivos: são aqueles relacionados à degradação ambiental e os que prejudicam diretamente a saúde do trabalhador mineiro e de suas famílias, extensivo a toda população residente na cidade e região”⁵⁶.

Segundo Milioli, em seu estudo sobre a mineração do carvão e o meio ambiente de um bairro de Criciúma, a perda da qualidade sócio-ambiental da região sul catarinense é decorrente “do modelo extrativo unidimensional que privilegia apenas o aspecto econômico imediatista, não considerando a perspectiva dos custos sociais e ambientais, que atinge proporções alarmantes, principalmente no que diz respeito aos índices de poluição do sistema hídrico”⁵⁷.

A saúde pública é uma das graves conseqüências da atividade mineradora, devido à constante emissão de gases tóxicos e de material particularizado que acarreta graves prejuízos à saúde da população.⁵⁸ A poluição afeta, sobretudo, o aparelho respiratório, o caso mais expressivo e alarmante é o da pneumoconiose. Essa doença é causada pelas condições insalubres de trabalho dos mineiros, que os expõe à ação da poeira por muito tempo. Os

⁵⁵ Ibidem, p.93.

⁵⁶ Ibidem, p. 48.

⁵⁷ MILIOLI, Geraldo. **Mineração de carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina**: estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma. Criciúma: Luana, 1995. p. 34.

⁵⁸ Sobre o estudo dos efeitos da poluição sobre a saúde dos mineiros ver: GIASSI, Maristela Gonçalves. **Meio Ambiente e Saúde: Convivência com o Carvão**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

segmentos mais vulneráveis são os que habitam nas mediações das minas e dos lavadores de carvão.⁵⁹

Uma matéria no Jornal O Estado, no ano de 1998, informava que mais de três mil trabalhadores estavam com a pneumoconiose e que pelo menos oitenta e oito pessoas já haviam morrido, apenas no município de Criciúma. Também foram registrados altos índices de doenças respiratórias, além de deficiências neurológicas congênitas, como a anencefalia. Sobre essa última doença, uma matéria publicada no Diário Catarinense de 1995, revelou que entre 1979 e 1984 foram registrados dezoito casos de anencefalia⁶⁰, o que foi considerado um índice altíssimo, ou seja, um para cada duzentos nascidos, enquanto a média tolerável, segundo a literatura médica, é de um para cada dois mil nascidos.⁶¹

Recuando alguns anos, tem-se uma pesquisa sobre as estatísticas de incidência da pneumoconiose entre 1969 a 1979, a qual apresenta mais informações a respeito dessa mazela na saúde pública da região:

No Brasil, embora não existam estudos epidemiológicos sistemáticos, estima-se que a prevalência da pneumoconiose entre os trabalhadores do carvão esteja em torno de 5 a 8 %, a julgar pela casuística que conseguimos reunir, nestes últimos anos. Certamente muitos mineiros, portadores desta pneumoconiose, já aposentados ou indenizados, ou mesmo sem saber da existência da doença, saíram da região onde estamos trabalhando.⁶²

Volpato considera que o número total de casos da doença deve ser superior aos casos registrados, uma vez que só há registro dos pacientes que procuram o médico. Ressalta-se ainda outro comentário da autora quanto às milhares de pessoas que são acometidas por essa doença profissional, que mesmo sendo do início da década de 1980, ainda tem eco nos dias de hoje:

Das doenças profissionais a que o mineiro está exposto, é a pneumoconiose, certamente, a que está causando maior dano para os trabalhadores e que preocupa as pessoas envolvidas com a saúde da população. Em Criciúma, a doença assume proporções alarmantes, frente ao grande contingente operário empregado nas indústrias de carvão, fluorita e cerâmica. O problema se torna mais grave, porém, entre os trabalhadores nas minas de carvão, já pelo número de operários, já pela quantidade de poeiras que é liberada na lavra do carvão.⁶³

⁵⁹ MONTEIRO, Kathia Vasconcelos Monteiro. (Org.). **Carvão: o combustível de ontem**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra Brasil, 2004. p. 27.

⁶⁰ A matéria não diz em qual cidade, mas provavelmente em Tubarão ou Capivari de Baixo.

⁶¹ MONTEIRO, op. cit., p. 59.

⁶² SOUZA FILHO, Albino; ALICE, Sérgio Haertel. Doenças profissionais causadas por poeiras – pneumoconiose dos trabalhadores do carvão. In: MENDES, René (Coord.) **Medicina do trabalho e doenças profissionais**. São Paulo: Sarvier, 1980. p. 197-216.

⁶³ VOLPATO, Terezinha Gasho. **A pirita humana**. Florianópolis: UFSC, 1984. p 97.

Além da poluição do ar afetar a saúde pública, a emissão de gases poluentes, como SO₂ e CO₂ pelas usinas termoelétricas, contribuem para a formação da chuva ácida e para o aquecimento global, resultando nas mudanças climáticas. A atmosfera em torno de usinas termelétricas a carvão é carregada de material particulado, os Óxidos de Enxofre e Nitrogênio que contribuem para a ocorrência da chuva ácida, pois são agentes que podem ser transportados a mais de 300 km de distância, dependendo dos ventos, da altura das chaminés, da frequência das chuvas e das condições atmosféricas.⁶⁴

Quanto à poluição das águas, praticamente toda a rede hidrográfica da região sul está comprometida pela mineração, o que dificulta o crescimento da agricultura, da agropecuária e da pesca, bem como o próprio abastecimento humano. Os níveis mais expressivos de comprometimento atingem as bacias hidrográficas dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão, que são impactadas pela lavra, pelo beneficiamento, pelo depósito de rejeitos e resíduos de drenagens.

O baixo pH da água e as elevadas concentrações de sulfato e metais são conseqüências das drenagens dos efluentes dos lavadores de carvão e da disposição de rejeitos, parâmetros que estão em desacordo com a legislação vigente. Em 1978, a UFRGS realizou estudos de diagnóstico e comprovou um comprometimento de 1/3 do sistema hídrico. No ano de 1991, segundo a FATMA, o comprometimento do sistema hidrográfico da região já estava em 2/3 de sua extensão.⁶⁵ A Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, por exemplo, foi irremediavelmente comprometida pelos resíduos do carvão e a coleta de água no Rio Araranguá ainda apresenta atualmente pH 3, isto é, pH baixo significa água ácida.

Além da poluição dos recursos hídricos, a mineração do carvão altera significativamente a paisagem e o ecossistema, facilita a erosão e acidifica o solo, inibe o crescimento da vegetação, reduz a biodiversidade, torna o ambiente impróprio para a agricultura e destrói o potencial turístico de regiões inteiras. Contudo, o mais preocupante do ponto de vista ambiental é o descarte dos rejeitos do beneficiamento ricos em pirita. A sua dissolução pela ação da chuva e do ar, libera elementos tóxicos para o meio ambiente, comprometendo grandes áreas, como é o caso do Banhado da Estiva dos Pregos, em Capivari de Baixo.⁶⁶

⁶⁴ MONTEIRO, op. cit., p. 28.

⁶⁵ MILIOLI, op.cit., 34.

⁶⁶ MONTEIRO, op. cit., p. 30.

Por mais que se avalie o passivo ambiental de empresas que abandonam áreas mineradas e depósitos de rejeitos, bem como o gasto em saúde pública para tratar problemas decorrentes da mineração e queima do carvão, esses valores são praticamente incalculáveis.⁶⁷

A questão ambiental, que também pertence à história do carvão no sul de Santa Catarina, mas que a historiografia oficial catarinense tende a ocultar, é que estará presente nos próximos capítulos, com a finalidade de dar visibilidade ao movimento ambientalista e seus conflitos com o setor minerador. Setor esse que teve o carvão considerado a mola do desenvolvimento de Criciúma. No entanto, em contrapartida a região sul catarinense passou a ser decretada a 14ª Área Crítica Nacional, de acordo com um Decreto Federal de 1980.⁶⁸

⁶⁷ Ibidem., p. 31

⁶⁸ Decreto Federal nº 85.206 de 20/09/80.

1.2 – O MUNDO EM DEFESA DA ÁGUA, DO AR, DO SOLO, DA MATA

A História nos mostra que a degradação ambiental⁶⁹ ocorre desde o início da humanidade, visto que a relação de dependência com a natureza existe desde o período Neolítico do homem caçador-coletor. No entanto, a degradação detectada em outros momentos históricos não representava um grande impacto na natureza, pois não se configurava num problema ambiental nos termos como hoje é compreendido.

O autor John McCormick reflete bem sobre a discussão acerca da origem do movimento ambientalista:

(...) não teve um começo claro. Não houve um acontecimento isolado que inflamasse um movimento de massas, nenhum grande orador ou profeta que surgisse para incendiá-las, poucas grandes batalhas perdidas ou ganhas e poucos marcos dramáticos. O movimento não começou num país para depois espalhar-se em outro, emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes. As questões ambientais mais antigas eram questões locais. Uma vez compreendidos os custos mais imediatos pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas, os indivíduos formaram grupos, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Esta evolução foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência.⁷⁰

O fato histórico considerado como marco inicial no processo de alteração do meio ambiente, em larga escala, é a Revolução Industrial. A partir da segunda metade do século XVIII, modifica-se a forma como o homem interpreta sua relação com a natureza e como usa seus recursos naturais não renováveis. Surge um novo modo de produção, que é o sistema capitalista dominante até hoje na sociedade ocidental, cujas conseqüências a longo prazo estão sendo hoje visíveis em termos ambientais.

A raiz da crise ambiental é, portanto, muito antiga, está intimamente relacionada com as crises econômica e social que, conseqüentemente, causam o desequilíbrio ecológico. O processo civilizatório é pautado por modelos de sociedade geralmente incompatíveis com a sustentabilidade biológica, social, cultural e econômica. Com o surgimento do Iluminismo, o pensamento racionalista/cartesiano prevaleceu sobre a relação homem e natureza, ou seja, o homem querendo dominar e controlar a natureza da qual ele faz parte.

⁶⁹ É bom enfatizar que a discussão do conceito de degradação ambiental é vasta e se trata de uma questão não solucionada. Há quem defenda que toda e qualquer intervenção humana é degradação.

⁷⁰ McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1992. p. 21.

Paralelamente, são também antigas as preocupações com o meio ambiente, mesmo que tenham sido de uma forma isolada e reduzida, existindo diversos exemplos de situações demonstrativas da conscientização ambiental. Há um registro de 1306, que é a proclamação real sobre o uso do carvão em fornalhas abertas em Londres, feita pelo rei Eduardo I. Esse pedia a diminuição e o controle da poluição ambiental, estabelecendo critérios para essa prática e punindo com multa quem os violasse. Ela pode ser considerada a primeira ação legal registrada, com objetivos claros de normatização e de atuação do uso do meio ambiente.⁷¹

No século XX, a questão ambiental emergiu com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo foi surpreendido com o lançamento das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, promovendo importantes mudanças na visão de mundo, na qual o homem percebeu mais do que nunca que os recursos naturais são finitos e que o uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência.

Contudo, é a partir da década de 1960 que o movimento ambientalista vai ganhando força. Esse período é marcado pelo contexto do movimento da contracultura que se originou nos Estados Unidos e que se disseminou em vários outros países. A contracultura foi o movimento de manifestações contra a cultura vigente: não se criticava, exclusivamente, o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida. Segundo McCormick, o movimento ambientalista foi “um produto de forças tanto internas quanto externas a seus objetivos imediatos. Os elementos de mudança já vinham emergindo muito antes dos anos 1960; quando finalmente se entrecruzaram uns com os outros e com fatores sócio-políticos mais amplos, o resultado foi uma força nova no sentido de mudança social e política”.⁷²

É nesse período que começam a surgir, com aspectos autônomos, uma série de movimentos sociais, tais como os movimentos das mulheres, dos negros, dos pacifistas e os de ecologia. O autor Carlos Walter Porto Gonçalves faz a seguinte colocação:

É possível encontrar manifestações desses segmentos sociais em períodos anteriores, mas é indiscutível que eles não só constituíam os mais significativos movimentos de questionamento da ordem instituída, como também tinham suas especificidades subordinadas aos interesses da causa maior da emancipação do proletariado. A partir dos anos 60, contudo, observa-se a crescente participação desses movimentos na cena política.⁷³

É importante, também, a discussão feita em seu livro sobre a relação do movimento ecológico com os demais movimentos sociais. Ele coloca que entre todos os movimentos que

⁷¹ LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino (Org.). **Educação Ambiental**: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. Brasília: MMA, 2001. p. 25-26.

⁷² McCORMICK, op. cit, p. 64.

⁷³ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 11.

se apresentam, há um traço comum, isto é, todos eles emergem a partir de determinadas condições sociais de existência que lhes dão substância. Para isso, faz a descrição da condição social dos operários, camponeses, indígenas, mulheres, negros, homossexuais e dos jovens. Entretanto, para o movimento ecológico, de acordo com Gonçalves, não existe uma condição social:

Não há um corpo ecológico enquanto condição social. Não há, para o movimento ecológico, essa base objetiva, produzida e instituída socialmente através de lutas. Essa é uma diferença extremamente significativa, o movimento ecológico é mais difuso (...) Esse caráter difuso não desqualifica o movimento ecológico. Ao contrário, é a fonte da sua riqueza e dos seus problemas enquanto movimento político e cultural. Ao propugnar uma outra relação dos homens com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico, estão na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura.⁷⁴

A publicação de “Primavera Silenciosa”, da jornalista americana Rachel Carson, no ano de 1962, é considerado um clássico do movimento ambientalista. O livro promoveu uma discussão, em nível internacional, pela forma contundente como denunciava a diminuição da qualidade de vida, devido ao uso excessivo de química aplicada à agricultura, como inseticida, pesticida, herbicida e fungicida. Carson detalha os efeitos adversos da má utilização dos pesticidas e inseticidas químicos, o que gerou muita controvérsia e aumentou a consciência pública quanto às implicações da atividade humana sobre o meio ambiente e quanto a seu custo, por sua vez, para a sociedade humana.⁷⁵

Outro fato importante foi a criação, em 1968, do Clube de Roma, uma organização não-governamental, incentivado pelo empresário industrial e economista italiano, Dr. Arillio Peccei. Envolveram, na época, trinta pessoas de dez países, entre cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos. O objetivo era discutir a crise e os dilemas atuais e futuros da humanidade, colocando, como preocupação mundial, a pobreza e a abundância, a degradação do meio ambiente, o crescimento urbano acelerado, entre outros temas. Segundo Eugene Odum⁷⁶, o Clube de Roma foi o pioneiro no caminho para a consciência internacional dos graves problemas mundiais.

Como resultado dos estudos feitos pelo Clube de Roma, foi publicado, em 1972, o relatório “Limites do Crescimento”. Esse mostra que o consumo crescente da sociedade, a qualquer custo, imposto pelo crescimento humano exponencial, levaria a humanidade a um

⁷⁴ Ibidem, p. 21.

⁷⁵ McCORMICK, op. cit, p. 69.

⁷⁶ Autor citado em: CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável:** concepções, entraves e implicações à sociedade humana. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. p. 42.

colapso. Ainda segundo Odum, embora o objetivo desse relatório fosse mostrar o que poderia acontecer se a humanidade não modificasse seus hábitos, um grande segmento da sociedade, inclusive a maioria dos líderes políticos, entendeu que o relatório estaria prevendo o fim da civilização.⁷⁷

Certos autores colocam que o problema principal da proposta do Clube de Roma foi a defesa do crescimento zero, na medida em que fechava o caminho para o crescimento dos países mais pobres. Assim, apesar de até hoje ser conhecido como um relatório de cunho alarmista, apesar das críticas e da rejeição em geral, o “Limites do Crescimento” causou um grande impacto, servindo como um alerta à humanidade.

A década de 1970 foi marcada tanto pela criação de diversas organizações internacionais, com o propósito de discutir os problemas ecológicos em âmbito mundial, como também pelo surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas organizados. Foi ainda nessa década que se teve a significativa preocupação ambiental pelo sistema político, como por exemplo, a expansão das agências estatais de meio ambiente e os partidos políticos voltados para a questão ambiental, com destaque para os partidos verdes. Segundo McCormick, a crise ambiental nos anos de 1970 “não era mais uma crise silenciosa. Um novo movimento de massas tinha surgido e uma nova questão estava começando a encontrar seu caminho para a agenda de políticas públicas.”⁷⁸

O acontecimento que mais influenciou os movimentos ambientalistas internacionais, nesse período, foi a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, com a participação de 113 países. Foi a primeira grande conferência internacional para discutir o problema ambiental. Além de destacados problemas da pobreza e do crescimento populacional, foram elaboradas metas ambientais e sociais, com ênfase nos países em desenvolvimento. Um dos pontos marcantes foi a contestação às propostas do Clube de Roma sobre o crescimento zero para os países em desenvolvimento.

McCormick enfatiza que: “Estocolmo foi sem dúvida um marco fundamental no crescimento do ambientalismo internacional. Foi a primeira vez que os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global foram discutidos num fórum intergovernamental com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas”⁷⁹.

Como resultado da Conferência de Estocolmo, foi criado o Programa das Nações

⁷⁷ Ibidem, p. 44.

⁷⁸ McCORMICK, op. cit, p. 80

⁷⁹ Ibidem, p. 97

Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, com sede mundial em Nairobi, na África, com o objetivo de incentivar as atividades de proteção ambiental dentro das Nações Unidas; e a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CMMAD, o que levou a estabelecer o assunto definitivamente na agenda e nas discussões da ONU. Por isso, considera-se que, na Conferência de Estocolmo, o debate sobre a questão ambiental ganha caráter político.

O Brasil liderou, nessa conferência, a aliança dos países contrários à limitação de desenvolvimento, imposta pelas nações mais ricas. A posição oficial do governo brasileiro na Conferência foi de “uma postura desenvolvimentista, alegando que a preocupação com a proteção ambiental foi inventada pelos países desenvolvidos, com o objetivo de frear a expansão das indústrias dos países em desenvolvimento, impedindo o seu aumento”.⁸⁰ Porém, o Brasil foi “um dos países que mais aceitou, nos anos seguintes, a transferência de indústrias poluentes do hemisfério norte, justamente afastadas de suas regiões de origem, em função do aumento da consciência ambiental”.⁸¹

Duas correntes polarizadas do movimento ambientalista se destacaram após a Conferência de Estocolmo: uma minoria catastrófica, que defendia a paralisação imediata do crescimento econômico e populacional, de acordo com o que está proposto no relatório “Os Limites do Crescimento” produzido pelo Clube de Roma. E a outra corrente, majoritária, que colocava ser preciso estabelecer instrumentos de proteção ambiental para atuar sobre os problemas causados pelo desenvolvimento econômico vigente.⁸²

Foi na década de 1970 que os movimentos ambientalistas realmente proliferaram e se expandiram. Houve um crescente aumento de novas organizações governamentais e não-governamentais, organizações urbano-populares-comunitárias e associações civis que procuravam espaços de participação na questão ambiental e que se engajaram no movimento ambientalista.⁸³

Nesse momento se consideram “os problemas sociais, econômicos e políticos junto aos ambientais e, portanto, sua vinculação com as ciências sociais e humanas em geral”.⁸⁴ A partir de então, o meio ambiente é visto de forma ampla, não se restringe apenas ao espaço

⁸⁰ LEITE, op. cit., p.48-49

⁸¹BERNADES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 36.

⁸² LEITE, op. cit., p. 31.

⁸³ Ibidem, p. 34.

⁸⁴ LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, Santa Catarina: UFSC, 1999. p. 76.

natural; as questões econômicas, humanas, sociais passam a relacionar-se entre si e a influenciar também.

Em 1980, Ignacy Sachs publicou “Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir”, que influenciou grandemente o meio científico de alguns países, inclusive o Brasil. O conceito de ecodesenvolvimento surgiu pela primeira vez por ocasião da primeira reunião do conselho administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em junho de 1973, quando Maurice Strong lançou o conceito com o objetivo de definir um estilo de desenvolvimento adaptado, particularmente, a regiões rurais do “Terceiro Mundo”.

Em linhas gerais, ecodesenvolvimento significa um estilo de desenvolvimento voltado para as especificidades de cada ecorregião, levando em conta não somente os aspectos ecológicos, como também os culturais. O ecodesenvolvimento parte da crítica ao “desenvolvimento que privilegia o econômico, denunciando o reducionismo responsável pelos problemas sociais e ambientais que se revelam cada vez mais fortes toda vez que o economicismo é aplicado como solução para o desenvolvimento da humanidade.”⁸⁵

A criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, em 1983 pela ONU, também ficou conhecida como Comissão Brundtland, por ter sido presidida pela então Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.⁸⁶ O propósito da criação desse grupo foi reexaminar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento do planeta e formular propostas realistas para solucioná-los. Assim, em 1987, a comissão chegou a um relatório final de todas as suas atividades, o relatório “Nosso Futuro Comum” ou também denominado de relatório Brundtland.

Nesse documento propõe-se um sentido de “responsabilidade comum”. É adotado o conceito de desenvolvimento sustentável, assim definido como: “aquele que atende suas necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”⁸⁷. No entanto, segundo Sachs, o termo “desenvolvimento sustentável” foi rebatizado do conceito de “ecodesenvolvimento” pelos pesquisadores anglo-saxões.⁸⁸

⁸⁵ SIMON, Álvaro Afonso. **Extensão Rural em Microbacias Hidrográficas como Estratégia de Gestão Ambiental no Meio Rural Catarinense: A Qualidade dos Sistemas Sociais e Ecológicas como um Patrimônio Comum.** Florianópolis: 2003. Tese (Doutorado em Interdisciplinaridade em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. p. 48.

⁸⁶ Gro Brundtland foi a primeira mulher a chefiar o governo da Noruega, a primeira médica a dirigir a Organização Mundial da Saúde – OMS, considerada a “mãe” do conceito de sustentabilidade e até hoje uma das maiores defensoras do meio ambiente.

⁸⁷ CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 01.

⁸⁸ SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 30.

Simon, em sua tese de Doutorado, discute em um capítulo os conceitos de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, colocando que: “gradativamente o conceito de ecodesenvolvimento entrou em desuso, sendo suplantado pelo discurso do desenvolvimento sustentável. As estratégias de poder da ordem econômica dominante foram submetendo o discurso ambiental crítico aos ditames da globalização econômica⁸⁹”. Tanto que o termo desenvolvimento sustentável é hoje largamente usado em várias esferas, seja pelos governos, empresas, campanhas publicitárias, mídia, como pelo próprio cidadão comum, enfim, virou um termo da “moda”.

Outro aspecto importante a ser destacado é que, segundo o próprio “Nosso Futuro Comum”, não era intenção assumir um caráter catastrófico:

O Relatório não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldade cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem que se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais⁹⁰.

O mais importante acontecimento, depois de vinte anos da Conferência de Estocolmo, foi a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a chamada ECO-92 ou Rio-92, que contou com representantes de 179 países, incluindo aproximadamente 100 chefes de Estado.

Sua realização deveu-se à dramática situação em que se encontravam os recursos naturais do planeta. Em alguns países a crise ambiental já estava dando sinais claros de “insustentabilidade”. Assim, autoridades de diversos países se reuniram para discutir os problemas ambientais mundiais. A escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar o evento mostrou que o Brasil vinha se tornando um centro mundial de preocupação ecológica, sendo a Amazônia a referência de área geo-estratégica, em razão da riqueza biológica desse patrimônio natural.

Quanto aos resultados desse encontro internacional, há diferentes posicionamentos. Para alguns, o significado maior da Rio-92, “não deve ser buscado na definição de regimes ambientais específicos, mas na legitimação de padrões e comportamentos participativos e democráticos para tratar os problemas ambientais globais”⁹¹. Outros autores descrevem o

⁸⁹ SIMON, op. cit., p. 50.

⁹⁰ CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, op. cit., p. 46.

⁹¹ LEIS, Hector Ricardo In: VIOLA, Eduardo (org.). **Incertezas de sustentabilidade na Globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 71-72

evento como “a grande marca da internacionalização definitiva da proteção ambiental e das questões ligadas ao desenvolvimento”⁹². Quanto às críticas coloca-se:

A Conferência do Rio foi um fracasso se analisarmos considerando os postulados do “Relatório Brundtland” de 1987, a ambiciosa agenda de sua convocação, preparada em dezembro de 1989, e as reiteradas declarações do Secretário Geral da Conferência, Maurice Strong, de que se tratava da última oportunidade para corrigir a dinâmica da civilização antes de uma crise catastrófica.⁹³

O mesmo autor coloca também que a Rio-92 parece ter avançado pouco em relação à Conferência de Estocolmo em 1972. Enfim, apesar da Rio-92 ser criticada por ter dado origem a acordos fracos e inexpressivos, obteve grandes resultados em termos de conscientização ambiental, foi marcante porque socializou a consciência da opinião pública em relação à importância da temática ambiental.

Com a Rio-92 teve-se a aprovação de vários documentos, envolvendo convenções e declarações de princípios. Os documentos oficiais aprovados foram: Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21. Essa, assim como os demais documentos, foi preparada dois anos antes da realização da Rio-92 por governos, organizações não-governamentais e especialistas, para que pudesse ser assinado pelos países que estariam presentes na conferência. A Agenda 21 é traduzida como:

Um programa para o desenvolvimento e o meio ambiente da terra, um pacto entre os três setores da sociedade: o governamental, o produtivo e o civil organizado (...) A Agenda 21 foi identificada como uma agenda de trabalho para o século XXI. Através dela, procurou-se identificar os problemas prioritários, os recursos e os meios necessários para enfrentá-los, bem com as metas a serem atingidas nas próximas décadas.⁹⁴

Não é um tratado ou convenção que impõe vínculos obrigatórios aos países, estados ou municípios, mas um plano de intenções cuja implementação depende da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade.

Simultaneamente à realização da Rio-92, teve-se o Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, que reuniu cerca de 4.000 entidades da sociedade civil do mundo todo. Porém, deve-se destacar também o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais criado

⁹² BERNADES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, op. cit., p. 36.

⁹³ VIOLA, op. cit., p. 46.

⁹⁴ TEIXEIRA, Rubens de França. **Limites e possibilidades de organizações do terceiro setor em uma sociedade centrada no mercado:** um estudo comparativo em ONGs ambientalistas. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 53.

em 1990, voltado para o envolvimento da sociedade brasileira no processo preparatório da Rio-92 e que se dividiu em fóruns estaduais com reuniões em várias cidades⁹⁵.

Na conferência de Estocolmo, teve-se a presença de, aproximadamente, 500 ONGs. Portanto, considera-se esse aumento substancial como um aspecto bastante significativo, pois reflete o avanço extraordinário no plano da consciência mundial da necessidade de implementação de um outro estilo de desenvolvimento. Porém, nesse fórum internacional da sociedade civil não se adotou o termo “desenvolvimento sustentável”, um contraponto ao que foi discutido na Rio-92, onde tal conceito foi tão alardeado. Discutiram a necessidade de se buscar outros modelos de desenvolvimento, no entanto não se referiam à polêmica expressão de “desenvolvimento sustentável”.

O espírito da Rio-92, encarnado nas atividades do Fórum Global, traz à luz, simbólica e organizacionalmente, uma sociedade civil planetária que antes praticamente não existia (...) o ponto mais alto dos acontecimentos de junho de 1992 foi a emergência e legitimação do papel da sociedade civil planetária frente à crise socioambiental global, em um mundo governado pelos atores e as regras do mercado e da política.⁹⁶

Desse Fórum resultou a publicação do “Tratados das ONGs”, contendo acordos de cooperação, econômicos, sobre o meio ambiente e sobre os movimentos sociais. Destaca-se a “Carta da Terra” com as seguintes palavras:

Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como lar de todos os seres vivos (...). Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade.⁹⁷

Em 1997, o Rio de Janeiro sediou uma nova conferência internacional, foi o encontro não oficial denominado “Rio+5”, com o intuito de avaliar o efetivo andamento das decisões e posições tomadas na Rio-92. O encontro foi uma iniciativa das organizações não governamentais, organizado pela entidade “Amigos da Terra” e coordenado pelo canadense Maurice Strong, o mesmo que havia coordenado a Rio-92, como também a Conferência de Estocolmo de 1972. Ele concluiu que muito pouco havia sido feito nos cinco anos que se seguiram à Rio 92.

Mais recentemente, no ano de 2002, foi realizado em Johannesburgo, na África do

⁹⁵ Em Santa Catarina foram intensas essas reuniões preparatórias para o Fórum, que serviram de impulso para muitas lutas do movimento ambientalista estadual. No sub-capítulo 2.3 há mais um comentário sobre o Fórum.

⁹⁶ VIOLA, op. cit., 57.

⁹⁷ **Tratados das ONGs**. Editado por: Fórum Internacional de ONGs e Movimento Sociais; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. p. 31.

Sul, a Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a “Rio+10”, que teve como objetivo rever os acertos e falhas dos últimos dez anos, em matéria de meio ambiente mundial, desde a Eco-92. É que, com a criação da Agenda 21, foi traçada uma série de objetivos e recomendações aos governos e à sociedade organizada de cada país. Simultaneamente à “Rio+10”, ocorreu a conferência mundial das organizações não governamentais sobre meio ambiente e desenvolvimento social, na qual as ONGs e movimentos sociais estiveram presentes para avaliar a Eco-92 do ponto de vista da sociedade civil.

Contexto nacional

A história do Brasil, em contraste com sua riqueza natural, é marcada pela exploração excessiva de seus recursos e também pelo descaso de autoridades políticas ante os problemas ecológicos. A degradação ambiental no Brasil iniciou após o “descobrimento”, com o ciclo do pau-brasil⁹⁸, cuja espécie sofreu uma extração totalmente predatória. Ainda no período colonial, com o início da escassez do pau-brasil, implantou-se a monocultura da cana-de-açúcar e, paralelamente, foi introduzida a pecuária, que acentuou muito a compactação dos solos.

Nos séculos XVII e XVIII foi a mineração de metais preciosos - como ouro, prata e cobre - que predominou na economia brasileira, conhecido como “ciclo do ouro”. Outros ciclos de importância econômica se sucederam, ao longo do tempo, como o do café e da borracha a partir do século XIX. Assim como ocorreu com a cana-de-açúcar, todos os produtores agrícolas se basearam na exploração predatória, em larga escala, e grandes latifúndios associados a extensas monoculturas, utilizando sempre o trabalho escravo⁹⁹:

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura, os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativo (...) Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo.¹⁰⁰

A preocupação com a degradação ambiental no Brasil não é recente, como se pensa usualmente, as primeiras manifestações surgiram ainda no período colonial. Desde então, são

⁹⁸ O nome Brasil já denota uma questão ambiental pela exploração do pau-brasil.

⁹⁹ LEITE, op. cit., p.45.

¹⁰⁰ PRADO Júnior, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 34.

vários os registros de críticas e denúncias feitos por cronistas, religiosos, intelectuais e políticos brasileiros. O historiador José Augusto Pádua coloca que muitos brasileiros, desde a fase imperial, já se preocupavam arduamente com a questão ambiental. Nomes como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Baltasar da Silva Lisboa e Francisco Freire Alemão, entre vários outros, mostravam em seus trabalhos escritos e nas ações políticas junto à população, as vicissitudes de planejamento do meio ambiente da política econômica brasileira. Esses críticos ambientais citados na sua obra “Um Sopro de Destruição” não ignoraram e não aceitaram a destruição do meio ambiente:

(...) o meio natural foi elogiado por sua riqueza e potencial econômico, sendo sua destruição interpretada como um signo de atraso, ignorância e falta de cuidado. O verdadeiro progresso supunha a conservação e uso correto do mundo natural que, por sua vez, só fazia sentido no contexto desse progresso. A natureza era vista como um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país.¹⁰¹

No século XX, com o advento da República, a questão ambiental começou a ganhar espaço na política, com a criação de inúmeras agências de meio ambiente. Em 1958 foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, porém “a escassa importância de seu desempenho no espaço público traz para os anos de 1970 o processo de constituição do ambientalismo brasileiro, quando começam a configurarem-se propostas provenientes tanto do Estado como da sociedade civil”.¹⁰²

Assim, o movimento ecológico, como os demais movimentos sociais no Brasil, ganha grande visibilidade na década de 1970. Inseridos num contexto político específico, isto é, o país vivia sob o regime militar que se abateu de forma cruel sobre diversos movimentos, como o sindical e o estudantil. Ana Maria Doimo realizou um estudo¹⁰³ e constatou que um número significativo de ONGs, na América Latina nesse período, foi organizado sob o manto da Igreja Católica.

Eduardo Viola construiu um modelo explicativo para o ambientalismo brasileiro.¹⁰⁴ Seguindo esse modelo, Viola diz que a formação do ambientalismo foi constituída por um movimento bissetorial, formado por associações não-governamentais e agências estatais de meio ambiente. Esse período seriam os anos compreendidos entre 1971 a 1985, apontados como os da fundação do movimento ambientalista brasileiro, caracterizada “principalmente

¹⁰¹ PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 28.

¹⁰² LEIS, Hector Ricardo. In: VIOLA, op. cit., p.81.

¹⁰³ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular, movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

¹⁰⁴ Originalmente esse modelo foi criado por Eduardo Viola e Sérgio Boeira.

pela atividade de denúncia e criação de consciência pública sobre os problemas de deterioração sócio-ambiental”. Porém restringiam-se a campanhas de caráter local dentro de suas áreas de influência. A partir de fins da década de 1970 é que são desenvolvidas algumas campanhas de abrangências regional ou nacional.

Dentre elas, destaca-se a criação das associações ambientalistas, como a AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, fundada em 1971 em Porto Alegre e existente até hoje. É a primeira Organização Não Governamental - ONG ambientalista do Brasil e da América Latina, criada por vários militantes coordenados pelo agrônomo José Lutzemberger. Em 1978, Lutzemberger escreveu seu livro “Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro”, considerado um referencial teórico do ambientalismo brasileiro. Foi nomeado secretário especial do Meio Ambiente durante o governo Collor, exercendo a função de 1990 a 1992. Lutzemberger foi um renomado ambientalista, que obteve grande projeção nacional e internacional.

Nesse período, o movimento ambientalista passou a ganhar destaque em todo o mundo. Vale registrar que é no ano de 1971 que é criado o Greenpeace, uma Organização Não-Governamental internacional, que é hoje largamente conhecida, tendo uma sede inclusive no Brasil. Com relação ao “status” do movimento ambientalista brasileiro neste período, o escritor Alfredo Sirkis argumenta o seguinte:

O surgimento da primeira onda de ambientalismo com epicentro no sul do país, registrava apenas um pequeno atraso em relação ao nascimento e desenvolvimento de movimentos análogos nos anos 70, na Europa e nos Estados Unidos. De todos os países latino-americanos, o Brasil foi aquele em que mais rapidamente o discurso ambientalista foi apropriado e difundido.¹⁰⁵

A criação das ONGs no mundo é de 1940. Segundo Joana Coutinho “o termo ONG é utilizado na década de 1940, pela ONU, para designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público. Elas “ganharam”, posteriormente, papel consultivo em várias agências e fundos das Nações Unidas”.¹⁰⁶ Entretanto, no Brasil, a maioria surge na década de 1980, “para fugir à burocracia das organizações governamentais e à padronização das entidades representativas, tipo sindicato e associação de bairro”.¹⁰⁷ Foi

¹⁰⁵ Este autor é citado In: McCORMICK, op. cit, p. 216

¹⁰⁶ COUTINHO, Joana. Citação extraída do artigo “As ONGs e as políticas neoliberais” no site: www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=19&id=203 - 38k –

¹⁰⁷ FERNANDES, Rubem César, citado na Revista Universidade Católica de Goiás. V.27, n.4, 2000. p. 789. O mesmo é autor do clássico “Privado, porém público” que aborda sobre as ONGs, usado por ele como “Terceiro Setor” para se distinguir do Estado (governamental) e do Mercado (privado). Neste trabalho se utilizará somente o termo ONGs.

crescente o número de ONGs ambientalistas nesse período, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste.

O crescimento do movimento ambientalista brasileiro, especialmente nessa década, foi influenciado pela intensidade da degradação ambiental e também pelo processo de transição democrática, que proporcionou a formação de um novo contexto sócio-político, aberto ao debate a novas idéias e à organização de novos movimentos sociais. Assim, as ONGs aparecem no Brasil na perspectiva de atuarem como novos atores sociais no cenário político-ambiental.

A década de 1980, no Brasil, notabilizou-se também pela ampliação do espaço na mídia sobre a problemática ambiental, estimulando o aumento da conscientização pelas questões ambientais. Foi nessa década, ainda, que começaram a emergir novas organizações não-governamentais ambientalistas com perfil profissional, onde:

(...) paralelamente, as associações ambientalistas amadoras e os movimentos sociais já existentes começaram a se profissionalizar. Esse fato fez com que os movimentos ambientalistas comessem a participar, de forma mais organizada, na gestão ambiental local e na defesa do meio ambiente, com estratégias de ação sistematizadas e projetos alternativos firmados em bases técnico-científicas, e não mais se pautando só em denúncias pontuais.¹⁰⁸

Em 1988, é feita a inclusão de um capítulo dedicado ao Meio Ambiente na Constituição Brasileira. Configura-se, talvez, na maior conquista dos conservacionistas. Nesse capítulo, ficou estabelecido que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225). Porém, infelizmente, a prática da política ambiental no Brasil não contempla essa teoria, ou melhor, essa legislação considerada tão avançada.

Na segunda metade da década de 1980, o movimento ambientalista brasileiro, que antes se caracterizava pelo caráter bissetorial, vai se transformando, ainda de acordo com aquele modelo explicativo de Viola, num movimento multissetorial e complexo, ou seja:

(...) além das organizações não governamentais e grupos comunitários ambientalistas e das agências estatais de meio ambiente, surge o socioambientalismo, que é constituído por organizações não governamentais e movimentos sociais que possuem outros objetivos principais, mas que incorporam a proteção ambiental com dimensão importante de sua atuação; as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental e um reduzido número do setor empresarial que começa a investir no critério da sustentabilidade ambiental.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Ibidem, p.41.

¹⁰⁹ LEIS, Hector Ricardo. In: VIOLA, op. cit., p. 85.

Há ainda a inclusão do ambientalismo dos políticos profissionais ¹¹⁰, o ambientalismo religioso e o ambientalismo dos educadores. São ao todo seis novos atores em cena, além das associações ambientalistas e agências estatais do meio ambiente que anteriormente caracterizavam o ambientalismo como bissetorial.

Essa é uma tipificação de Viola para o período de 1986 a 1991, na qual o movimento se torna mais ativo com a criação de grupos ambientalistas que participam diretamente da conservação da flora e fauna, da recuperação ambiental e da melhoria da qualidade de vida da população, através da implementação de projetos específicos. Além disso, a partir desse momento verifica-se uma maior preocupação por parte da sociedade civil, que reflete numa cobrança sobre a iniciativa privada em relação aos programas de governo.

No entanto, Alexandre Agripa Faria faz uma análise crítica e rigorosa em relação à teoria de Viola. Em seu livro “A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileira: uma contribuição a sua crítica” ¹¹¹, Agripa argumenta que na verdade o movimento ambientalista brasileiro sofreu foi um retrocesso. Discorda totalmente de Viola quando este diz que a multissetorialização é vista como uma “evolução” do movimento. Sua opinião é que essa etapa caracterizou retrocesso e, conseqüentemente, a perda da radicalidade do movimento, sobretudo com a absorção do discurso ecológico “competente” pela mídia, empresários e governos.

Para Agripa, essa perda da radicalidade advém também da excessiva preocupação acadêmica de simplesmente descrever uma “evolução” do movimento social. Coloca que o movimento ambientalista, por ter cedido às pressões do sistema político e do mercado, hoje é de pouca importância. Diz, ainda, que essa multissetorialização do movimento não ampliou os espaços políticos de discussão, onde as políticas ambientais setoriais não têm força para interferir nas decisões macroeconômicas do Brasil.

A autora Lúcia Rodrigues coloca que um dos aspectos mais visíveis da expansão do movimento ambientalista, no Brasil, assim como em diversos outros países em desenvolvimento, está representado pelo crescimento no número, escopo e diversidade das ONGs. A autora frisa, em seu artigo, que o movimento ambientalista brasileiro agrega ONGs

¹¹⁰ Os políticos profissionais são representados através dos partidos políticos, especificamente o PV - Partido Verde. No Brasil o PV surgiu no cenário político na década de 1980, o partido foi fundado no ano de 1986, tendo como principal articulador, o deputado Fernando Gabeira. O partido não possui grande força política no Brasil, diferente dos seus similares europeus, como o Partido Verde da Alemanha. Neste o meio ambiente é prioritário para o povo.

¹¹¹ ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento**. Blumenau: Ed. da FURB, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

muito diferenciadas, que se distribuem em um amplo leque extremamente heterogêneo, segundo interesses e/ou ideologias, níveis de profissionalização e capacidade de gerenciamento bastante diferentes entre si.¹¹²

Rodrigues classifica as ONGs ambientalistas brasileiras em dois tipos: as neo-governamentais, que são aquelas que possuem grande inserção nos diferentes órgãos do governo e no cenário internacional, e as socioambientais, que são as ONGs intimamente ligadas a movimentos populares que defendem causas específicas, como no caso de movimentos contra barragens, entre outros exemplos.¹¹³

Foi realizado, em 1996, pela equipe da Mater Natura (Instituto de Estudo Ambientais), WWF e ISER, um levantamento das entidades ambientalistas no Brasil, cuja metodologia se deu através do preenchimento de um cadastro¹¹⁴. Foi registrado um total de 725 organizações não-governamentais ambientalistas. Somando aquelas entidades que não responderam ao cadastro com as que surgiram de 1996 até o momento, obtém-se um número muito expressivo de ONGs atuando na área ambiental no Brasil. Esse levantamento mostrou que o período de maior criação de ONGs ambientalistas brasileiras foi durante os anos de 1991 e 1992. Tal estatística se deve pelo contexto da realização da conferência mundial da Eco-92, que estimulou a sociedade civil para a questão ambiental.

No contexto estadual, verifica-se que o movimento ambientalista é bastante expressivo em Santa Catarina. A mais antiga entidade é a ACAPRENA, fundada no ano de 1963 em Blumenau, por iniciativa de um grupo de estudantes do Curso de Ciências Biológicas da FURB. A AGAPAN do Rio Grande do Sul e a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, de São Paulo, as quais também estavam em fase de fundação, foram os modelos para essa primeira associação ambiental catarinense.

Entre as grandes conquistas da ACAPRENA, deve ser citadas a criação da SETMA e da FATMA, em 1975, e a Assessoria Especial do Meio Ambiente na Prefeitura Municipal de Blumenau, em 1977. Desde sua fundação, desenvolveu amplo trabalho de educação ambiental, participou ativamente de todas as grandes discussões ambientais no país, no estado e, no município, bem como foi modelo para outras associações criadas em todo estado.¹¹⁵

Outra entidade de grande destaque no estado é a APREMAVI, criada em 1987, com sede no Rio do Sul. Nesses vinte e um anos, a APREMAVI conseguiu aliar teoria e prática

¹¹²RODRIGUES, Lúcia Carmem. **ONGs ambientalistas em busca de uma sociedade sustentável no Brasil - limites e possibilidades**. Revista Geosp, n.2, 1997. p. 58.

¹¹³ Ibidem., p. 58.

¹¹⁴ PIZZI, Paulo Aparecido (Coord.). **Ecolista – Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas**. Editora WWF/Mater Natura, 1996.

¹¹⁵ Informações extraídas do site: www.acaprena.org.br

com distintas parcerias, da iniciativa privada ao setor público e acompanharam a elaboração da Constituição Federal, em 1988. No entanto, foi a luta pela aprovação de uma legislação específica para a Mata Atlântica que mobilizou grande parte dos esforços da entidade durante a sua trajetória. Participaram de inúmeras reuniões no CONAMA e no Congresso Nacional. Participaram da criação e da coordenação da Rede de ONGs da Mata Atlântica, nascida durante a Rio-92 e que hoje conta com 312 organizações filiadas. A sua participação na Rio-92 foi muito significativa porque serviu para ampliar suas parcerias e horizontes.¹¹⁶

Uma entidade que não está mais em atividade, mas que foi relevante na trajetória ambiental catarinense¹¹⁷, sobretudo em Florianópolis, foi o MEL – Movimento Ecológico Livre, fundada em 1983, portanto, considerada a primeira entidade ambientalista de Florianópolis. Além das questões ecológicas como bandeira do movimento, o racismo, o feminismo e o pacifismo também estavam na pauta de discussões do grupo. O auge das atividades do movimento ocorreu na segunda metade da década de 1980, período em que o Brasil passava pelo processo de redemocratização. Os mais visíveis resultados do MEL foram a desativação do aterro sanitário do Itacorubi e a criação do Parque Municipal da Galheta.¹¹⁸

Essas entidades citadas e muitas outras do estado participaram do “Primeiro Encontro do Movimento Ecológico Catarinense” ocorrido em 1987 no município de Criciúma. Esse evento foi importantíssimo na época porque reuniu muitas entidades de várias regiões de Santa Catarina para debater questões ambientais pertinentes no momento. Além do debate, os membros das entidades participantes fizeram uma visita a Siderópolis para conhecer as áreas degradadas pela mineração do carvão, na qual tiveram a oportunidade de conhecer a escavadeira Marion, que impactou grande parte do município.¹¹⁹

Como resultado da integração das entidades ambientais de Santa Catarina surgiu em 1989 a FEEC – Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses. Essa federação se constituiu numa instância de discussão dos problemas ambientais levados por mais de trinta entidades de todo o estado, com a finalidade de unificar e fortalecer a luta ecológica catarinense. É uma referência de integração e organização política das entidades ambientais do estado, buscando

¹¹⁶ Informações extraídas do site: <http://www.apremavi.org.br>

¹¹⁷ Muitas outras entidades ambientais extintas ou em atividade são importantes na história do movimento ambientalista catarinense. Na região sul de Santa Catarina, por exemplo, parte delas é o objeto de estudo deste trabalho.

¹¹⁸ Informações extraídas do site: www.floripamanha.org/weblog

¹¹⁹ Informações obtidas através do recebimento de um e-mail da Procuradora da República Ana Lúcia Hartmann, que na época fazia parte do MEL.

inclusive extrapolar os limites desse, isto é, a integração colaborativa com outras entidades nacionais e internacionais.¹²⁰

¹²⁰ Informações extraídas do site: www.feec.com.br

2 - A MILITÂNCIA CARACTERÍSTICA DA PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO (1980-1995)

2.1 - ARARANGUÁ: RIO POLUIDO - ONDE TUDO COMEÇOU

Araranguá é uma das cidades mais antigas da região sul catarinense e conhecida por ter sido rota dos tropeiros rumo ao planalto, o “Caminho dos Conventos”, quando era “Freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens do Araranguá”. Hoje, também carinhosamente conhecida de “Cidade das Avenidas”, é o município pólo da AMESC e tem como balneário o rico ecossistema do Morro dos Conventos.

No subsolo do município de Araranguá há reservas do carvão mineral, entretanto nunca houve extração. A relação com a questão do carvão dá-se em virtude do Rio Araranguá sofrer com a poluição dos resíduos piritosos da mineração lançados nos formadores do Rio Mãe Luzia que integra a Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.

A primeira entidade ambiental da região sul catarinense surge no município de Araranguá com os Sócios da Natureza. Foi fundada em 05 de junho de 1980, no Dia Mundial do Meio Ambiente. Atualmente com 28 anos, é uma das entidades mais antigas do sul do país e a propulsora do movimento ambientalista no sul de Santa Catarina.

Os Sócios da Natureza foi idealizado pelo professor de biologia João Alberto da Silva, popularmente conhecido como Joãozinho Natureza. Nessa época ele lecionava no CICIAR - Centro Intercolegial Integrado de Araranguá. Tratava-se de um sistema de ensino em que os alunos tinham suas aulas em três colégios distintos: o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, o Colégio Estadual de Araranguá e o Educandário Madre Regina. Joãozinho Natureza, atento às questões ambientais de sua região e preocupado, especialmente, com a poluição do Rio Araranguá pela mineração do carvão, passou a trabalhar com seminários de ecologia nas suas turmas do terceiro ano do 2º grau. Dividia as turmas em vários grupos com temas específicos para desenvolver, como ecologia de Araranguá, poluição atmosférica, poluição do carvão, inseticidas e pesticidas, tratamento de água e esgoto.

Esses seminários de ecologia passaram a ser realizados fora do âmbito da instituição escolar, com o intuito da participação de toda a comunidade da região sul, mediante ampla divulgação. Como foram obtendo abrangência regional, o professor teve a iniciativa de

instituir o movimento “Sócios da Natureza”, com o apoio e adesão de seus alunos. Foi fruto da relação da própria escola com a comunidade, conforme relata na entrevista:

Essa é uma história bem interessante porque quem trabalha na área educacional sabe que um trabalho dentro da sala de aula tem uma amplitude bem menor do que se fazer uma extensão em nível de comunidade. Então, o que aconteceu foi exatamente isso: a partir de um momento a gente começou a trabalhar fazendo seminários de ecologia e esses seminários passaram a ter uma abrangência regional. E aí, ao invés de a gente ficar dentro da sala de aula, a gente começou a fazer esse trabalho, que depois cresceu e resultou exatamente no “Sócios da Natureza”¹²¹

Dessa forma, constata-se que o movimento surgiu no âmbito da juventude e, pelo fato de se originar dentro das escolas e ter os estudantes como público alvo, o movimento tinha um forte apelo educacional. O “estudante é potencialmente o governante e o cidadão comum de amanhã, devendo ser conscientizado ecologicamente”, esse era o lema que o professor/idealizador utilizava na ocasião.

De acordo com a classificação feita por Ruth Cardoso, a “Sócios da Natureza” se enquadraria na segunda fase dos movimentos sociais no Brasil. Seria a fase da institucionalização, não mais os movimentos surgidos no período da ditadura militar como na primeira fase dos movimentos, mas no contexto político da redemocratização do país:

É outra fase não porque se desenvolva autonomamente pela dinâmica dos próprios movimentos, mas porque, na verdade, representa um novo contexto político dentro do qual os movimentos vão atuar. Ela corresponde mais ou menos ao começo do processo de “redemocratização”, quando o sistema político começa a abrir novos canais de comunicação e de participação até então parcialmente bloqueados¹²².

É nessa segunda fase da classificação dos movimentos sociais feita por Ruth Cardoso, que o ambientalismo se fortalece no Brasil, sobretudo após a criação da legislação ambiental de 1988 que ampara a reivindicação dos ambientalistas. Portanto, a “Sócios da Natureza”, atuante há quase trinta anos, acompanha paralelamente a trajetória do movimento ambientalista brasileiro.

Uma das grandes marcas do movimento desse período é a criação das carteirinhas¹²³ dos sócios, com um total de 5066 associados registrados. Esses não pagavam nenhum tipo de anuidade. A grande maioria deles eram estudantes e esse vínculo pretendia demonstrar o

¹²¹ SILVA, João Alberto da. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 23 novembro de 2003. A/A.

¹²² CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 83.

¹²³ Nestas carteirinhas contava na frente a foto e o número do associado e no verso os dez mandamentos da ecologia.

simbolismo do movimento. Certamente que não havia o envolvimento de todos, muito pelo contrário, sabe-se que os movimentos envolvem um número muito reduzido de participantes. A finalidade dessas carteirinhas, segundo o líder do movimento, traduzia-se em simplesmente formar uma grande consciência ecológica. Curioso observar que até hoje elas são referenciadas por muitos sócios que ainda a possuem:

Essa quantidade não era propriamente um grupo que lutava, na verdade o grupo que lutava era de cinco, seis, sete, (...) às vezes a gente fica até sozinho, mais isso aí é simplesmente um simbolismo da idéia. Se eu tenho cinco mil carteirinhas, são cinco mil pessoas que têm aquele documento (...). É muito interessante a idéia de ligar pessoas com pessoas, crianças, adultos e tudo quanto é faixa etária, através de uma idéia de preservação da natureza e do ser humano.
124

O sócio benemérito de maior representatividade foi o Papa João Paulo II, associado de carteirinha nº 1444. No ofício endereçado ao Papa em 02 de julho de 1982, é dito: “Fazemos de V.S^a. novo sócio benemérito, para que, à frente dos assuntos espirituais, difunda nosso trabalho e apóie essa iniciativa que proveio dos jovens”. O Papa como um representante da “Sócios da Natureza” foi significativo apenas para que o movimento tivesse uma ligação espiritual com o Sumo Pontífice:

(...) Florianópolis era uma parte intelectualizada, Joinville a parte técnica e nós ficávamos com a parte espiritualizada que é importante, porque qualquer tipo de movimento deve ter alguma energia que seja canalizada em termos de valores, quando se fala em espiritual estou me referindo exatamente a valores. O que nós precisamos mudar na nossa sociedade muitas vezes são os valores que estão cada vez mais se deteriorando e a humanidade está perdendo qualidade de vida¹²⁵

A correspondência enviada ao Vaticano foi respondida ao movimento Sócios da Natureza informando a aceitação do papa como sócio¹²⁶. Neste caso, somente esta ligação simbólica com João Paulo II já foi muito importante neste contexto porque concedeu “status” para o movimento, o coordenador utilizava como uma espécie de “estratégia de marketing” para divulgar o movimento, conquistar mais associados e dar mais credibilidade à sua luta ambiental.

Os jornais de circulação da época glorificavam a “Sócios da Natureza” pelo fato de ter o Papa como sócio. Era considerado o trunfo do movimento, denominado de “sócio ilustre”. Além disso, classificavam a “Sócios da Natureza” como uma organização internacional por haver essa ligação com o Vaticano. Porém, a atuação do movimento era em nível regional,

¹²⁴ SILVA, João Alberto da. Entrevista cit.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Foi criada a carteirinha de nº 1444 do Papa João Paulo II com sua foto e enviada uma cópia ao Vaticano.

não devendo ser entendida com esse caráter internacional simplesmente por ter alguns associados em outros países, como bem expressa o líder da época: “não chega a ser assim uma organização internacional, seria muita ousadia, a gente tinha alguma conexão com o pessoal de fora do país, mas não chega a ser internacional, vamos ficar com os pés mais por aqui”¹²⁷.

Os seminários de ecologia iniciados com os alunos acabaram se convertendo em grandes encontros anuais, com a finalidade de divulgar os trabalhos feitos pelos sócios. Eram abordados temas que não se restringiam exclusivamente aos problemas ambientais de Araranguá, mas também de municípios vizinhos como Sombrio, Jacinto Machado, Turvo e Torres. Além dos debates sobre temas ecológicos, havia apresentações de música, poesia e premiações aos sócios que se destacavam pelo empenho ao movimento.

A atuação do movimento também se estendia a outras regiões, como Torres, no Rio Grande do Sul. Nesse município a “Sócios da Natureza” conseguiu mobilizar a comunidade elaborando um abaixo-assinado de sete mil assinaturas para ser entregue às autoridades competentes sobre a poluição da Lagoa do Violão, atingida principalmente pelo esgoto e lixo urbano. Essa ação de conscientização já havia sido iniciada pelo renomado ambientalista José Lutzenberg¹²⁸. Além do abaixo-assinado, o movimento teve a idéia de colocar uma placa de alerta próxima à Lagoa com os dizeres: “Lagoa poluída, protestam 7 mil pessoas – Sócios da Natureza”, mas o prefeito negou o pedido alegando ser deselegante e impróprio. E o movimento não protestou contra o pedido negado pela prefeitura, pois comumente não se envolvia em confrontos diretos. Era um movimento pacífico neste sentido, sua meta era atingir as pessoas pelos efeitos da educação ambiental.

Alguns dos principais problemas ambientais relacionados ao processo da mineração foram escritos já na década de 1970, como o relatório feito através de um convênio entre FATMA e UFRGS no ano de 1978. Nesse relatório, denominado “O impacto ecológico da mineração e do beneficiamento do carvão na região sul do Estado de Santa Catarina”, constatou-se que:

O custo ambiental e, conseqüentemente, social, se torna extremamente elevado em uma região onde a qualidade de vida é profundamente afetada pela intensa poluição do ar, dos solos e da água”,¹²⁹ com prejuízos para a saúde, a vegetação, a fauna, a paisagem, a recreação e o lazer, o valor das propriedades e outros valores na relação homem – ambiente natural.¹³⁰

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Conforme já destacamos, o agrônomo José Lutzenberger foi uma das mais importantes lideranças do movimento ambientalista gaúcho e nacional.

¹²⁹ VOLPATO, op. cit., p. 38.

¹³⁰ Ibidem, p. 38.

Durante muitas décadas a lavoura de arroz e a pesca foram atividades de forte expressão econômica e social no Vale do Araranguá¹³¹. Porém ambas foram extremamente afetadas pela poluição do carvão no Rio Araranguá, que tornou a água com alta acidez¹³². Do total de arroz cultivado no Vale, nesse período, 75% eram irrigados com a água poluída do rio, ocasionando uma queda na produção em torno de 45%, se comparado aos outros locais que utilizam água limpa.

Em relação à pesca, era cada vez mais visível a diminuição dos peixes, pela lixiviação dos depósitos de rejeitos e lançamento de cargas poluidoras que ocasionaram a mortandade dos peixes, afetando 5.000 famílias que sempre utilizaram como meio de subsistência. O quadro de poluição reflete também no abastecimento de água, que fica seriamente comprometido pela limitação dos recursos hídricos.



Rio Araranguá cortando a cidade¹³³

Diante desse preocupante quadro sócio-ambiental, João Natureza iniciou uma larga campanha de conscientização, organizada através de denúncias, protestos, passeatas e audiências com autoridades. Em 1982, o movimento iniciou uma mobilização na população

¹³¹ Vale do Araranguá compreende os mesmos municípios da AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

¹³² É quando o pH da água está baixo, variando entre 3 e 5, sendo que o normal é 7, pH neutro.

¹³³ Foto de Tadeu Santos

araranguense com o intuito de protestar contra a poluição do Rio Araranguá, resultando num abaixo-assinado com 34.420 assinaturas, envolvendo crianças, jovens e adultos. Houve também a elaboração de um manifesto. Num trecho desse documento atenta-se para o seguinte: “Se o carvão tem prioridade nacional, não significa que pode levar à destruição outros setores tão importantes como a pesca e a agricultura. O Vale do Araranguá, só quer o que lhe é direito – o seu rio limpo!”. Esses calorosos protestos repercutiram de forma significativa em todo o Estado e diversas matérias de jornais foram publicadas, o Correio do Sudoeste de 1982, por exemplo, noticiou:

Com o objetivo de protestar contra a poluição do rio Araranguá pelos rejeitos de carvão, representantes da entidade que se intitula “Sócios da Natureza” estão realizando um abaixo-assinado que será posteriormente enviado às autoridades competentes no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes visando recuperar o referido rio, evitando que seja transformado em mero esgoto de outros municípios da região. Esse protesto envolveu 34.420 assinaturas de crianças e adultos, além da divulgação de um manifesto.

Em 1980 foi publicada uma matéria na Tribuna Criciunense intitulada “Um minerador admite que está poluindo”, o jornal comenta: “(...) procedimento que se pode qualificar de inusitado foi o do minerador Realdo Guglielmi, ao admitir que suas empresas também têm co-responsabilidade em relação ao problema da poluição das águas dos rios e lagoas, na região sul barriga-verde, já que esses cursos são utilizados como descargas dos rejeitos carboníferos(...)”¹³⁴.

A matéria dizia ainda que o mesmo minerador colocava-se à disposição para alocar recursos financeiros e humanos a fim de se desenvolver um programa de recuperação ambiental na região. Realmente foi uma matéria inusitada não só para a época, como seria também se fosse publicada nos dias de hoje, pois além dos empresários e sindicatos dos mineradores não admitirem que poluem, atualmente empregam o discurso “verde”, isto é, que estão utilizando tecnologias limpas, lançando emissão zero quanto aos gases poluidores e que estão recuperando o passivo ambiental.

Para discutir o processo de despoluição do Rio Araranguá foi realizada, em 1983, uma reunião em Araranguá, com a presença do então governador Esperidião Amin, conforme matéria publicada no Jornal de Santa Catarina:

(...) o governador do Estado, em 10.01.83, através de reunião do Pacto do Sul, realizada em Araranguá, assumiu um compromisso com a região, ocasião em que um dos integrantes da

¹³⁴ Jornal Tribuna Criciunense, 13/09/80, p.05.

FATMA, anunciou que o projeto de despoluição do rio iniciaria em março de 1981, com um ano de prazo para a sua conclusão.¹³⁵

Esse projeto não foi concretizado, mas a “Sócios da Natureza” seguiu adiante e solicitou uma audiência com o governador. Esta foi realizada em Florianópolis no dia 3 de maio de 1983, onde João Natureza, juntamente com os seus alunos, entregou o manifesto e o abaixo-assinado. Na ocasião, o governador reiterou novamente seu compromisso com a região sul do Estado, assegurando que o projeto de recuperação do Rio Araranguá iniciaria. O que não ocorreu posteriormente.

O prefeito de Araranguá nesse período, Manoel Motta, também protestou contra a situação ambiental na região, a qual considerou de calamidade pública. Sua intenção era de mover uma ação popular contra os empresários mineradores. De acordo com Motta, “Faltam escrúpulos aos empresários que constantemente liquidam as terras férteis do município e matam os peixes do rio. Criciúma só manda para Araranguá os restos, ou seja, a poluição”.¹³⁶ Nota-se que ficavam apenas nas críticas, pois não foi dada nem a entrada na ação popular pretendida. Segundo Fernando Fernandez, “raramente o meio ambiente tem a seu favor vontade política decisiva ou abundante recursos financeiros”.¹³⁷ Acrescenta, ainda, que os problemas ambientais nunca aparecem como a preocupação maior das pessoas e nem dos governos.¹³⁸

No referido manifesto, constava que uma das medidas urgentes a ser tomada para frear a poluição, era a respeito do desvio do rio Mãe Luzia para o Oceano Atlântico, antes de encontrar o outro formador do Rio Araranguá, o Itoupava. A idéia era iniciar o desvio antes do perímetro urbano de Maracajá, o que se acreditava ser economicamente viável. Porém, era evidente que não adiantava tomar uma medida paliativa como essa, no sentido de solucionar um problema através do desvio de um afluente poluído do Rio Araranguá, pois ele criaria outro problema ao desembocar diretamente no mar, ou seja, apenas iria mudar o destino da poluição. Além do que, seria uma obra de elevados custos econômicos e ambientais. O idealizador dessa proposta agora reconhece a inviabilidade do projeto:

Tecnicamente dizem que não é viável e também é uma idéia meio complicada porque não adianta resolver um problema e criar outro lá no Oceano Atlântico (...). A idéia melhor mesmo seria que as mineradoras usassem todo o processo que exige, com certeza, de mineração

¹³⁵ Jornal de Santa Catarina, 1983.

¹³⁶ Jornal Folha da Tarde, 02/05/1983.

¹³⁷ FERNANDEZ, Fernando. **Aprendendo a lição de Chaco Canyon:** do “Desenvolvimento Sustentável” a uma Vida Sustentável. Ano 6 - nº 15. agosto 2005. p. 11.

¹³⁸ Idem.

ecologicamente correta, seria aplicar toda a técnica que existe, como bacias de decantação, antes de jogar essa água no rio.¹³⁹

O movimento também participou das manifestações na cidade de Orleans, através da realização de uma passeata com três mil pessoas que protestavam contra a instalação de um lavadouro de carvão que iria poluir os rios da localidade, como também uma grande área de terra com o depósito da pirita. Essa ação teve resultados positivos, pois as autoridades responsáveis impediram a construção do lavadouro.

Torna-se claro que os conflitos evidenciados pelos movimentos sociais não se restringem mais apenas às contradições de classe, pois apresentam também outros antagonismos sociais. É o caso do movimento ambientalista que abarca várias incompatibilidades sociais e ambientais nas suas resistências e não, exclusivamente, a histórica “luta de classes” característica dos movimentos sindicais.

O estudo da trajetória da “Sócios da Natureza” permite nitidamente observar que, desde o início da sua história, sempre foi a luta contra os impactos causados pela mineração do carvão a sua principal frente de ação, tanto que foi a preocupação com a poluição do Rio Araranguá pelos dejetos do carvão, o ensejo para iniciar o movimento.¹⁴⁰

No final de 1995, o fundador e líder do movimento durante quinze anos consecutivos, deixa a coordenação por entender que já tinha cumprido sua missão, que posteriormente foi reativado por um grupo composto, basicamente, de professores e outras pessoas sensíveis à causa ambiental. Finaliza-se com a declaração de João Natureza sobre os motivos que o levaram a deixar a coordenação do movimento:

Quando era coordenador eu tinha objetivos, e foram atingidos esses objetivos e daí a gente precisava articular novamente o movimento, mas com pessoas novas, que tivessem cabeça aberta e aí eu me retirei. Porque é interessante quando a gente faz alguma coisa e depois as pessoas conseguem levar a idéia pra frente, é muito triste quando vemos as pessoas fazerem alguma coisa e a idéia fica alienada a pessoa, quando a pessoa morre, a idéia morre junto. Então eu não queria isso para os “Sócios da Natureza”, eu queria que a idéia continuasse.¹⁴¹

¹³⁹ SILVA, João Alberto da. Entrevista cit.

¹⁴⁰ É importante esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de ser o estudo de um confronto dualista entre o bem (meio ambiente) e o mal (carvão), com visão romantizada da questão ambiental, mas sim a construção da trajetória do movimento ambientalista calcado no seu confronto de idéias e ações com o setor carbonífero.

¹⁴¹ SILVA, João Alberto da. Entrevista cit.

2.2 - SIDERÓPOLIS E O RASTRO DEVASTADOR DA MARION

Siderópolis é um dos municípios que compõem a AMREC e, assim como Araranguá, também foi um dos palcos do ativismo ambiental da região sul catarinense em relação aos conflitos com o setor minerador. De todos os municípios impactados pelo carvão, Siderópolis é o mais problemático e também considerado um dos mais pobres da região.

O município teve sua emancipação política no ano de 1958, sendo antes denominado de Belluno, fundado em 1891. A atividade agropecuária predominou até 1941. Após essa data, iniciaram-se as atividades mineradoras, configurando outro cenário para a então pacata “colônia italiana” de Belluno.

A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, empresa estatal criada no Rio de Janeiro para transformar em aço o ferro explorado em Minas Gerais, dependia do carvão a ser minerado na região sul de Santa Catarina.¹⁴² Assim, em 1943 a CSN se instalou em Siderópolis para exploração do carvão metalúrgico e também em Capivari de Baixo onde foi construído um lavador de carvão. Esses dois empreendimentos contribuíram decisivamente para com o abastecimento dos fornos da grande usina da CSN, localizada em Volta Redonda.¹⁴³

A mina de carvão de Siderópolis foi incorporada à Carbonífera Próspera S.A nos fins da década de 1960. Depois, essa empresa também incorporou, em 1981, a Carbonífera Barão do Rio Branco, em Içara, e o Lavador de Capivari em 1983. Portanto, a Carbonífera Próspera era estatal e subsidiária da CSN. A desativação desse setor da CSN em Santa Catarina, no ano de 1991, deu-se exatamente dentro de um contexto regional marcado pela “crise do carvão”, bem como dentro de um contexto nacional mergulhado na recessão, com elevados níveis de desemprego no país. Foram 1900 trabalhadores mineiros demitidos. Logo, a luta pela reabertura da empresa tornou-se inevitável.¹⁴⁴

Uma das grandes marcas da CSN na região sul catarinense foi o imenso dano ambiental causado por uma das maiores escavadeiras do planeta, “um guindaste de grande

¹⁴² BERNARDO, Roseli Terezinha. In: GOULART FILHO, Alcides (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 367

¹⁴³ RABELO, Giani.. In: FILHO, Alcides Goulart (Org.), op. cit., p. 295.

¹⁴⁴ Segundo Rabelo, “o movimento operário mineiro que resistiu à privatização da CSN foi o mais longo movimento operário da história do Brasil.” RABELO, Giani. In: GOULART FILHO, Alcides (Org.), op. cit., p. 293.

porte sobre lagartas”, denominada Marion¹⁴⁵, que foi implantada em Siderópolis no ano de 1958. Esta máquina revirou o solo para extrair o minério de carvão durante quatro décadas. Por onde passou deixou o seu rastro característico: as montanhas de descarte rochoso formada, principalmente, de pirita, em decorrência do tipo de escavação feito a céu aberto. A mineração a céu aberto é praticada quando a camada de carvão apresenta-se próxima à superfície, permitindo a sua exploração pelo desmonte e remoção do material de cobertura, como pode ser visto na imagem abaixo a escavadeira Marion revirando o solo.¹⁴⁶



Escavadeira Marion¹⁴⁷

¹⁴⁵ A Marion é uma máquina de tamanho gigante, que causa grande impacto principalmente para quem a vê olho nu, suas dimensões são enormes: possui 67 m de comprimento, 61m de comprimento da lança, 23m3 de caçamba, 79m3 do volume da carga, 145 toneladas de peso da carga e 6400 de peso total.

¹⁴⁶ BORTOT, Adhyles, **O Cadastro Técnico Multifinalitário na avaliação de impactos e na gestão ambiental**. Criciúma: Ed. do Autor, 2002. p. 80

¹⁴⁷ Fonte: Google – Imagens (autor desconhecido). Ver em: www.forum.gamesbrasil.com.br/showthread.php?p=510763 - 64k –



Caçamba da Marion¹⁴⁸

Essa última imagem permite ter uma noção da magnitude que representa essa máquina, na qual o homem ao lado serve de referência para o tamanho estrondoso de sua caçamba. Segundo Oswaldo Sevá, físico e professor da UNICAMP, o rastro da passagem da Marion é bem típico, identificado através das:

(...) pilhas cônicas de descartes rochosos da escavação a céu aberto (arenito, silito e outros, tudo com pirita incrustada). (...) É só circular pela região com a luz do dia e ver lagos de cores e consistências nunca vistas alhures: verde claro - leitoso, amarelo gema, cor de laranja, azul turquesa transparente, vermelho cobre, cinza chumbo espesso. São marcas registradas da paisagem sul-catarinense, estes reservatórios coloridos envenenados, continuamente abastecidos pela passagem da água de chuva nas pilhas, e pelos rios, que começam em geral, limpos, mas, afinal não deixam de passar pelas áreas estragadas.¹⁴⁹

Essa descrição acima caracteriza bem o que são as montanhas que se criam com os restos da mineração, formando as chamadas “paisagens lunares”, como pode ser verificado abaixo, pois recriam um ambiente com aspecto semelhante ao solo da lua.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ SEVÁ, Oswaldo. op. cit., p. 7



Paisagem lunar¹⁵⁰

A descrição citada do Sevá também explica a formação dos lagos ácidos, que são derivados do contato dos rejeitos piritosos com a água limpa, conforme a foto abaixo. É uma imagem composta de vários elementos: água colorida por estar poluída, montanhas de pirita, vegetação resistindo ao redor e ao fundo as encostas da Serra Geral.

¹⁵⁰ Foto de Tadeu Santos



Lagos ácidos¹⁵¹

Além da degradação dos solos e flora, poluição das águas e do ar, Siderópolis apresenta também o problema da chuva ácida, através da oxidação da pirita que ocorre devido à “exposição da pirita ao ar livre e os rejeitos enterrados são pouco oxidados e com a drenagem no solo ocorre a formação do ácido sulfúrico com diminuição do pH e aumento da acidez, dissolvendo grande parcela de metais pesados liberados pela pirita (...) Em 1989 o pH da água da chuva foi medido, tendo como resultado um valor próximo a 4,5, o que caracteriza a chuva ácida”.¹⁵²

Nos anos de 1980 a comunidade de Rio Albina, em Siderópolis, começou a mobilizar-se contra a mineração em seu subsolo, pois sempre temeu os efeitos negativos em suas propriedades, como por exemplo, “o desaparecimento das águas superficiais e a eliminação de nascentes, com os freqüentes problemas de subsidências e caimentos na região carbonífera”.¹⁵³ Porém, já desde 1970 foi se formando uma consciência ecológica na comunidade, pois a paisagem, modificada pela atividade mineradora, tornava-se perceptível entre os moradores, como também pelas pessoas de fora que iam visitar seus familiares.

¹⁵¹Foto de Tadeu Santos

¹⁵²CÂMARA, Maurício Ruiz. **A região carbonífera catarinense apresentada em pesquisas: o ambiente em discussão.** Esse artigo foi escrito em 2007 e será publicado no segundo volume do livro “Memória e cultura do carvão em Santa Catarina”.

¹⁵³BORTOT, Adhyles. op. cit., p.9

A bióloga e professora Alba Girardi, militante no movimento ecológico nos anos de 1980, em Siderópolis e região, e que durante anos se envolveu com grupos de jovens e com a Pastoral da Igreja, relata que foram desaparecendo as pescarias, os pequeniques, os acampamentos e, aos poucos, vários locais foram tomando aspecto de pobreza, quase sem vegetação, com a terra ficando preta ou cinza pedregosa e as águas dos rios, córregos e lagoas ficando amarelas ou avermelhadas.¹⁵⁴

A partir de 1983, iniciam-se ações em favor da melhoria da qualidade de vida, da educação e da religiosidade, como os planos de recuperação e controle da região carbonífera, a organização do processo da Democratização da Educação e a organização do Sínodo Diocesano de Tubarão, respectivamente.¹⁵⁵ Referente a essa última ação da Igreja, vale enfatizar que foi de fundamental importância porque foi feito um levantamento de dados sobre a realidade da região, tratando dos aspectos econômico, cultural, social, religioso e ecológico. Isso suscitou questionamentos da comunidade sobre a Marion, sobre a vida dos colonos e dos mineiros, sobre as doenças respiratórias provocadas pelo carvão, a situação das águas, do solo, do ar, da flora e fauna e de quais os prognósticos para o futuro.

De acordo com o relato de Alba, as pessoas que participaram do movimento para impedir a implantação da mina Nova Belluno¹⁵⁶ no Rio Albina foi graças a Vitório Patel, que estava cansado de escutar seu amigo Batista Pereira (dono da Carbonífera Treviso S.A) dizer que iria abrir a mina no Rio Albina se ninguém reclamasse. Assim, isso o motivou ir à caça de líderes para o movimento, cujos nomes são: Irbe e Tereza Maccarini, Aurélio Pasetto, Frederico Savaris, Abraão Possamai Della, José Rosso, João Rosso, Gilson Consoni, Hercílio Zanim e Vitório Olivo. Este último foi o autor da frase que se tornou o “slogan” do movimento: “Homem sem sangue não vive, assim como a terra sem água é morta, não produz”.¹⁵⁷

Em 1985, o movimento lança a campanha “Santana Nunca Mais” para alertar, sobretudo os mineiros, sobre os riscos, a segurança e as negligências das mineradoras, em decorrência do desastre na mina CCU em Santana, no município de Urussanga em 1984, onde 31 trabalhadores mineiros foram mortos soterrados após a explosão. Além dos riscos de acidente de trabalho e o grau de insegurança desse tipo de profissão, causando tragédias como essa de Urussanga, somam-se os prejuízos à saúde dos mineiros devido à constante exposição aos gases tóxicos e material particulado oriundos das atividades de exploração e uso do

¹⁵⁴ Ibidem., p. 95

¹⁵⁵ Ibidem., p. 97

¹⁵⁶ Em 1994 passou a denominar-se Mina do Trevo.

¹⁵⁷ Ibidem., p. 99

carvão mineral. A maioria dos trabalhadores apresenta doenças respiratórias, sobretudo a pneumoconiose, após 10 anos de exposição às poeiras, sendo essa a razão deles adquirirem aposentadoria com apenas 15 anos de serviço.

A população de Siderópolis, sobretudo no período auge da mineração do carvão através da presença da CSN no município, sofreu muito com os impactos sociais e ambientais, seja pelos danos na saúde pública com as doenças pulmonares, como na perda da qualidade ambiental de forma geral, com as grandes extensões de áreas degradadas, mata destruída, fauna sendo extinta e rios poluídos. Esse cenário desolador é fruto de uma lógica cruel de um sistema que permite que grandes empresas lucrem com:

A imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas de poder. Enquanto as populações de maior renda têm meios de se deslocar para áreas mais protegidas da degradação ambiental, as populações pobres são espacialmente segregadas, residindo em terrenos menos valorizados e geotecnicaamente inseguros, utilizando-se de terras agrícolas que perderam fertilidade (...).¹⁵⁸

As empresas mineradoras que exploraram e lucraram com o carvão em Siderópolis, como também em outros municípios, deixaram um enorme passivo ambiental. Até hoje quase nada foi recuperado, sendo que o mais curioso é que eles, mineradores, não têm e provavelmente nunca tiveram suas residências nesses lugares. Portanto vivem longe e tranquilamente dessa “encrenca” ecológica, sobrando à população pobre arcar com as conseqüências. Isso é um exemplo que segue direção contrária aos princípios e práticas da justiça ambiental.¹⁵⁹

Outros acontecimentos importantes do movimento foram: realização de manifestação pública durante missa, com apoio do Bispo D. Osório Bebbber, de Tubarão; recebimento de telegrama de apoio à luta, pelo Presidente José Sarney; abertura de processo contra o Prefeito de Siderópolis, Dilnei Rossa; organização de passeatas e protestos junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis e Nova Veneza; incentivo para que criassem lei que determinasse a criação de Área de Proteção Ambiental e impedimento à abertura da Mina Catarinense e da Mina do Trevo.

¹⁵⁸ ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil- uma introdução. In.: ACSELRAD, Henri et al (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 15.

¹⁵⁹ O tema da justiça ambiental indica a necessidade de trabalhar a questão ambiental não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça. É um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, frequentemente dissociados nos discursos e nas práticas.

A partir de 1994 reacendem os protestos contra a instalação da Mina do Trevo. Foi encaminhado ao Prefeito de Siderópolis abaixo-assinado envolvendo assinaturas de comissões de agricultores de defesa de outras localidades municipais: Morro Santa Luzia, Rio Ex-Patrimônio, Alto Rio Maina, São Martinho Alto e Baixo, e de entidades como a Pastoral da Ecologia solicitando proteção definitiva da área da ação da Mineradora CCU, por meio de criação de Área de Proteção Ambiental. A Lei Municipal nº 1080/95, de 28 de junho de 1995, criou, portanto, a “Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Rio Sangão, Rio Santana, Rio Albina e Outros”, em Siderópolis. Em seu Artigo 2º declara que nas áreas de proteção ambiental é vedada a exploração mineral, sob qualquer título.

Essa APA tinha como finalidade a proteção e preservação dos mananciais, da flora e da paisagem. No entanto houve reversão do quadro favorecendo a atuação da mineradora, pois o poder público municipal, através da lei nº. 1138 de 22/10/1996, autorizou a retificação da Área de Proteção Ambiental dos mananciais, reduzindo significativamente a área e deixando de evitar a exploração mineral. Assim, o poder público municipal deu condições para legalizar a atividade mineradora numa área anteriormente protegida por lei, sendo então implantada uma unidade de extração que ainda está em funcionamento pela empresa Companhia Carbonífera Urussanga – CCU.

No dia da sessão na Câmara de Vereadores de Siderópolis havia aproximadamente mil pessoas, entre mineiros e agricultores que aguardavam em clima tenso o resultado da votação¹⁶⁰. Os agricultores estavam munidos de faixas em forma de protesto: “Deixe-me viver – Rio Albina” e “Acorde Siderópolis” era o que alertavam algumas delas.

Segundo Francisco Pazzetto Neto, um dos líderes dos agricultores e também presidente da Pastoral da Ecologia¹⁶¹ na época, a modificação da lei reduziria em 30% o tamanho da área protegida por lei.¹⁶² Área na qual vivem cerca de três mil famílias que produzem milho, feijão e banana. O movimento sentiu-se derrotado, já que a ratificação da APA beneficiou o setor minerador, ou seja, aconteceu o que eles mais temiam: a mineração na área.

Com a redução de área, tornou-se possível a mineração pretendida pela Companhia Carbonífera Urussanga (CCU). A comunidade impetrou uma ação pública alegando ilegalidade da Lei nº 1138/96, pois o assunto é de competência Federal e por haver lei mais

¹⁶⁰ Essa configuração de interesses antagônicos entre mineiros e agricultores, ocorre quando alguns homens sentem e articulam a identidade de seus interesses contra outros homens cujos interesses opõem-se aos seus. THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9.

¹⁶¹ Sobre a Pastoral da Ecologia ver sub-capítulo 2.4

¹⁶² Diário Catarinense, 22/10/96.

restritiva. Apesar de todos os esforços, em 1997, a empresa recebe a licença para a mineração na área.¹⁶³

Aspectos econômicos, sociais e ambientais da mineração do carvão foram bem articulados e sintetizados nesta reflexão feita por Carlyle de Menezes num projeto do CEDIP - Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular, de Criciúma:

Os setores da economia ligados direta ou indiretamente à mineração conseguiram sempre desviar a atenção dos danos ambientais para a importância social dos empregos gerados por essa atividade. Ficou incultada entre a população, a idéia de que não se podia desprezar o potencial econômico e até era motivo de orgulho ser a “capital do carvão”. Especialmente entre o contingente de mão-de-obra não qualificada que via na mineração uma fonte fácil de empregos, de salário razoável para o nível de especialização e que proporciona aposentadoria aos 15 anos de trabalho. Isto gerou apatia em relação a forma irracional de exploração do minério ocorrida na região.¹⁶⁴

Em 1986, surgiu outro movimento em Siderópolis, denominado de MES - Movimento Ecológico de Siderópolis. O estudante de Biologia na época, Ademir Milo Motta da Silva, conhecido apenas como Milo, foi quem articulou pessoas interessadas na causa ambiental para criar o movimento, cuja luta central era contestar o avanço da poluição gerada pela atividade carbonífera e exigir a recuperação¹⁶⁵ do ambiente natural. O movimento era composto por alguns estudantes universitários, educadores e líderes locais.

Após a finalização das funções da Marion, em 1989, pois tecnicamente não havia mais território apropriado para a extração do carvão utilizando esta máquina, o movimento iniciou a grande luta pela sua permanência em Siderópolis, com a finalidade de executar um trabalho de recuperação das áreas degradadas. Ou seja, realizar função inversa a que ela fez durante anos: recuperação ao invés da mineração que degradou mais de três mil hectares de solo.¹⁶⁶ Esse trabalho seria principalmente a atividade de desmonte das montanhas artificiais, caracterizada como solo estéril que foi gerada pela própria Marion, as chamadas “planícies lunares”. Caso fosse realizado por outras máquinas, como tratores, levaria muito tempo e seria de alto custo.

¹⁶³ FREITAS, E.B. **O movimento popular de Rio Albina - Siderópolis**. Monografia. Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase em Gestão e Controle Ambiental. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – SC, Santa Rosa do Sul – SC, 1998. p.23.

¹⁶⁴ MENEZES, Carlyle Torres Bezerra. Coordenador do projeto: “Levantamento sócio-ambiental de Criciúma”. Projeto elaborado pelo CEDIP - Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular, de Criciúma, enviado ao MMA/FNMA em 1996.

¹⁶⁵ Recuperar é impossível quando se trata de meio ambiente, pois não se obtém mais o mesmo ambiente de origem. Reabilitação é o termo mais correto para estes casos.

¹⁶⁶ A Marion descobria 900m³ por hora de material.

Nesse período, a CSN estava em fase de negociação com a Petrobrás, que demonstrava interesse de comprar tal máquina para extração de xisto no município de São Mateus, no Paraná. Foi então que o Movimento Ecológico de Siderópolis solicitou, via judicial, a retenção da máquina em Siderópolis e o impedimento de sua venda até que a CSN, empresa causadora da degradação, realizasse um projeto de recuperação utilizando a Marion. Porém a empresa alegou que tecnicamente não era viável pelo fato da máquina ser muito pesada e de apenas trabalhar em solo firme. Portanto, seria muito inseguro por onde teria que se locomover para realizar os desmontes. Mas os próprios técnicos da empresa revelaram para os integrantes do movimento que, por experiência própria, era possível sim tal ação.¹⁶⁷

No entanto o que prevaleceu foi a manifestação do dirigente local da CSN e de seus engenheiros, que emitiram um documento de inviabilidade do uso da máquina para esse fim. Isso foi a base da decisão judicial de liberação da Marion, que acabou sendo vendida para a Petrobrás. De acordo com Milo, houve uma negociação com lideranças. Em troca a Petrobrás ofereceu os trabalhos de seus técnicos para elaboração de um projeto de recuperação das áreas degradadas, sendo que a realização dependia da mobilização da CSN e da prefeitura municipal para captar recursos financeiros.¹⁶⁸

O desfecho desse conflito foi que a Marion acabou sendo retirada de Siderópolis e as áreas mineradas permaneceram sem um projeto de recuperação. Segundo palavras do coordenador do movimento na época: “O que era óbvio, acabou se confirmando, tudo isso deu em nada. Foi muito bem usado para desmobilizar o movimento e isso acabou acontecendo.”¹⁶⁹ Segundo Alier, as atividades minerárias frequentemente deixam como resultado, unicamente, um buraco físico muito contaminado, juntamente com um buraco social na região mineira.¹⁷⁰

Além da ligação com a Igreja através da Pastoral da Ecologia, Milo passou também para a área da política. Em 1988 foi eleito vereador em Siderópolis, com forte apoio dos eleitores por sua representação como liderança ecológica. Em 1990 se candidatou a deputado estadual, não foi eleito, mas obteve expressiva votação com apoio de muitas lideranças e votos em diversos municípios catarinenses. Ele coloca que isso foi resultado da estadualização das lutas ecológicas. No entanto, quando iniciou suas funções de vereador, o Movimento Ecológico de Siderópolis estava fragilizado, em processo de desativação.

¹⁶⁷ SILVA, Ademir Milo Motta da. Informações concedidas a Juliana Vamerlati Santos através de questionário em 29 de outubro de 2006. A/A.

¹⁶⁸ Idem

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ MARTÍNEZ A, Joan. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau: Edifurb, 1998. p. 247.

O movimento deixou de atuar em 1989 pela dificuldade de se atrair lideranças e renovar os líderes, pois a maioria dos integrantes era de jovens, que em pouco tempo mudavam-se da cidade em busca de melhores oportunidades. De acordo com Milo, os ecologistas de Siderópolis sofreram pressão da própria comunidade, que relacionavam a causa das suas lutas contra a oportunidade de empregos.

Imagine só uma cidade de apenas 12 mil habitantes, onde todo mundo se conhece. De repente seus amigos de infância (que não tiveram oportunidades de melhor estrutura educacional, desqualificados profissionalmente, em sua maioria tendo que trabalhar direta ou indiretamente com a atividade carbonífera), se sentiam constrangidos com as causas ecológicas. Principalmente em uma época de muito desemprego, sentiam-se ameaçados pela possibilidade de perder seu emprego em decorrência de uma luta proibitiva da atividade de extração de carvão. Isso se tornou a arma mais eficiente dos líderes sindicalistas mineiros, empresários do carvão e seus representantes políticos.¹⁷¹

Seguindo a declaração acima, o fato da Professora Alba Girardi não querer mais se envolver com as questões ambientais¹⁷², presume-se que seja pelo “trauma” dessas críticas que recebeu por sua forte atuação como militante ambiental. De acordo com o final do seu relato sobre “Sentimentos que desencadearam o Movimento Ecológico em defesa do Rio Albina” para o “Cadastro Técnico Multifinalitário na Avaliação de Impactos e na Gestão ambiental”, publicado em 2002, Alba coloca em forma de desabafo que:

Muitas pessoas que ficaram de fora das lutas contra o carvão, os ameaçaram e ainda os agridem, taxando-os de ignorantes e ingratos porque se rebelaram com o progresso e que por causa deles (ambientalistas) o município de Siderópolis está estagnado.¹⁷³

A entrevista não acontecida¹⁷⁴ com o Professor Milo, deve ter sido por razões semelhantes ao caso da Professora Alba. Certamente o período em que esses militantes foram grandes defensores da causa ecológica, rendeu-lhes, injustamente, represálias e perseguições por parte dos empresários mineradores, bem como de seus conterrâneos. Isso é uma das provas de quanto é tenso o conflito de ambientalistas com o setor minerador na região sul catarinense.

¹⁷¹ SILVA, Ademir Motta da. Informações concedidas a Juliana Vamerlati Santos através de questionário em 29 de outubro de 2006. A/A.

¹⁷² Na ocasião em que a convidei em 2006 para entrevistá-la e a mesma recusou.

¹⁷³ BORTOT, Adhyles, op. cit., p. 102.

¹⁷⁴ Ele considerou que em vez de uma entrevista seria mais produtiva sua participação através de um questionário por e-mail, que foi timidamente respondido. Além de não ter acatado a todos os meus questionamentos.

2.3 - TUBARÃO: TREM, USINA – PROGRESSO OU POLUIÇÃO?

Com a abertura do caminho entre Lages e Tubarão em 1773, iniciou-se o povoamento do município de Tubarão, já que o Rio Tubarão era parte da rota Lages/Laguna. Em 1870, desmembrou-se de Laguna e após cinco anos foi criada a comarca de Tubarão. O município é marcado pela implantação da estrada de ferro Dona Thereza Christina e pela violenta enchente de 1974, uma das maiores da história catarinense, bem como brasileira. Tubarão é o município pólo da AMUREL e conhecido também por “Cidade Azul”.

Assim como em Araranguá, também não há mineração do carvão em Tubarão, porém é refém dos impactos de sua exploração pela poluição dos recursos hídricos, como pelos efeitos da sua queima através da usina termoeletrica Jorge Lacerda, localizada no município vizinho de Capivari de Baixo.¹⁷⁵

Rogério Bardini era um dos integrantes do grupo de jovens ligado à Pastoral da Juventude da Diocese de Tubarão e foi a sua indignação com a poluição do carvão que o motivou a transformar o grupo de jovens, no qual era líder, num movimento ecológico, denominado MOVET - Movimento Ecológico Tubaronense, no ano de 1986.

Na época, era estudante universitário em Florianópolis, mas ia passar os finais de semana em Tubarão e sempre se incomodava com a poluição gerada pelas locomotivas que emanavam um cheiro forte de enxofre e criavam uma grande névoa, pois naquele tempo eram movidas a carvão a vapor. O fato de perceber que a comunidade não sabia o que estava acontecendo em relação à realidade ambiental local e mais a influência que obteve com os ambientalistas do MEL de Florianópolis fez com que Bardini apresentasse para o seu grupo de jovens uma nova proposta de trabalho: criar uma ação mais pragmática, voltada para a realidade.¹⁷⁶

Porém o grupo não tinha bem claro como agir e a quem procurar e foi justamente através da busca de respostas que foram se informando e se estruturando enquanto movimento. Segundo Bardini, essa busca era muito motivadora, pois a ecologia era uma área nova na época, não se sabia muito a respeito. Compara, de certa forma ironizando, que nos dias de hoje até a Rede Globo é ecológica.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Capivari de Baixo se emancipou de Tubarão em 1992.

¹⁷⁶ BARDINI, Rogério. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 08 de novembro de 2006. A/A.

¹⁷⁷ Idem.

O principal objetivo do movimento era discutir e denunciar as agressões ambientais, que estavam diminuindo a qualidade de vida na região. Além disso, o grupo buscava informações e retransmitia à comunidade em forma de conscientização, de trabalhos de educação ambiental. Para atingir esses objetivos, foram realizadas, durante os dez anos de atuação do movimento, muitas palestras, seminários de formação, publicações, mobilizações e manifestos.

O grupo integrante e atuante era pequeno, como o são geralmente nos movimentos e entidades. Havia apenas doze pessoas, mas como sócios chegou a ter cinquenta, que preenchiam uma ficha de filiação e pagavam anuidade. No início, faziam parte jovens de 18 a 25 anos e na sua grande maioria estudantes, que se reuniam semanalmente na Casa Paroquial, mesmo local onde se reunia o grupo de jovens. Conseqüentemente, o movimento seguiu a mesma estrutura de funcionamento do grupo da Pastoral da Juventude, porque já era a prática deles. Adotaram a mesma metodologia, porém mudaram o foco de atuação. É importante frisar que a Igreja era a única instituição que dava apoio ao MOVET. Cedia o espaço físico e toda a estrutura necessária para realização das atividades.

A primeira ação do grupo foi chamar a atenção da população de Tubarão para a poluição do ar causada pela usina termoelétrica Jorge Lacerda, através da distribuição de panfletos pela cidade, alertando os tubaronenses para o problema, o que gerou grande repercussão.

A Jorge Lacerda foi inaugurada em 1965, com potência instalada de 50.000 KW. É a maior usina termoelétrica movida a carvão da América Latina. Mas as termoelétricas movidas a carvão representam somente 2,55% da potência instalada no país e a Jorge Lacerda, mesmo sendo a maior da América Latina, representa 1,54%. Em 1997, a Eletrosul ficou responsável pela transmissão de energia elétrica e a Gerasul responsável pela geração. Em seguida, em 1998, a Gerasul foi vendida para a Tractebel, empresa do Grupo Suez, de origem belga. No Brasil, a Tractebel é a maior geradora privada de energia elétrica, atuando em Santa Catarina, Rio grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Goiás.¹⁷⁸

Antes da privatização, a usina Jorge Lacerda, como pode ser verificada na imagem abaixo, era “o maior empreendimento estatal em Santa Catarina e um dos pilares da economia de Tubarão e região”.¹⁷⁹ Contudo, mesmo com a privatização, “não houve demissão em massa

¹⁷⁸ GOULART FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 339-341.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 341

ou fechamento de unidades produtivas. A Eletrosul ainda continua atuando em Capivari de Baixo com duas subestações”.¹⁸⁰



Complexo da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda¹⁸¹

Oswaldo Arsênio Sevá, professor da UNICAMP e profundo conhecedor da realidade ambiental da região sul catarinense, diz que o município de Tubarão concentra muitos gases poluidores devido à termoelétrica:

Em Tubarão está um dos maiores focos fixos de emissões, em todo o país, de gases sulfurosos (SO₂ e SO₃ , que formarão ácido sulfúrico quando em contato com a umidade do ar e nas nuvens), além de ser também um grande foco de gases carbônicos CO₂ e CO, e nitrogenados (formados pela oxidação de parte do N₂ do ar, dentro das caldeiras, e que influem na acidez da atmosférica, e em todo o ciclo de formação de gás ozônio em baixa altitude, respirável).

A poluição do ar está sendo cada vez mais tema de interesse e discussões, devido a sua ligação direta com a preocupante e polêmica questão do aquecimento global e mudanças climáticas. O clima que antes parecia um fenômeno de longa duração, com lentas evoluções,

¹⁸⁰ Ibidem, p. 343

¹⁸¹ Foto de Juliana Vamerlati Santos.

tem agora mudanças globais com frequências tão rápidas que não se enquadram mais à idéia de *longue durée*.¹⁸²

O Movimento Ecológico Tubaronense não tinha como bandeira principal a luta contra o carvão como o movimento Sócios da Natureza e o Movimento Ecológico de Siderópolis. Atuavam em várias frentes sem eleger uma luta central, de forma declarada. Mas sempre voltavam sua atenção contra a usina Jorge Lacerda devido à poluição do ar. Continuamente questionavam, através dos informativos do MOVET, os argumentos técnicos que a empresa apresentava. Num dos informativos, vale ser destacado, na íntegra, o que Márcio Figueiredo escreveu sobre os efeitos negativos decorrentes da usina:

Vejam a fumaça negra no céu. O vento norte sopra forte e a fuligem cai sobre nossas cabeças. A impressão é que o ar está pesado, fica difícil respirar. No inverno a situação se agrava e nossos pulmões protestam. Surgem as gripes, rinites, bronquites, os olhos ardem. Até quando nossos organismos agüentarão? As plantas, paredes, telhados e até mesmo as roupas estendidas no varal ficam acinzentadas pela fumaça. A fumaça não faz discriminações. Desde o doutor até o mendigo, ninguém está livre dela. Aumentaram a quantidade de cinzas e gases venenosos no ar, aumentaram a altura das chaminés, socializaram a poluição. O que faremos? O que podemos esperar? Todas as opiniões, sugestões e críticas foram feitas, secretários e deputados se pronunciaram. No entanto, a fumaça negra da usina continua sua trajetória implacável. Cadê as providências das autoridades e até quando a população vai esperá-las? Do céu cairá somente cinzas!!!¹⁸³

Cabem duas observações para essa citação. Primeiro quando diz que “a fumaça não faz discriminações, desde o doutor até o mendigo, ninguém está livre”, é importante elucidar que embora a poluição seja implacável quanto às camadas sociais, não fazendo distinção de contracheque, são geralmente as camadas menos favorecidas as mais atingidas.¹⁸⁴ E a outra observação é quanto a frase “aumentaram a altura das chaminés, socializaram a poluição”, que segundo interpretação da história ecológica, as fumaças das indústrias não são símbolos do progresso, mas sinais claros de diversas contaminações que as chaminés dissimulam e espalham para longe. Quanto às dimensões das chaminés, significa que quanto mais altas, maior será a contaminação.¹⁸⁵

O município de Tubarão não possui contato direto com a mineração, porém o Rio Tubarão nasce nas encostas da Serra Geral, em Lauro Muller, onde tem minas e lavadores de

¹⁸² O historiador ambiental, Alfred Crosby, analisa em seus estudos que as enormes mudanças ecológicas nas neo-europas provocadas pela chegada dos europeus, a ecologia mudou com maior rapidez que a economia e inclusive que a política. In: MARTINEZ A, Joan, op. cit., p. 241.

¹⁸³ Natureza Urgente – Informativo do Movimento Ecológico Tubaronense - MOVET. Ano VIII – Nº 12. fev/mar 1997.

¹⁸⁴ BOCUHY, Carlos. O custo do silêncio. In: ACSELRAD, Henri et al (org.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 288.

¹⁸⁵ MARTÍNEZ A. Joan, op. cit., p. 248.

carvão. Dessa maneira, sofre conseqüências porque a captação de água da cidade é feita no seu rio que é contaminado com a presença de metais pesados oriundos da atividade mineradora. A obra de Jean Dorst, uma das primeiras publicações voltadas para a discussão da questão ambiental, já alertava na década de 1970 que “o ambiente não deve servir de local de despejo para detritos que o homem tem meios técnicos de eliminar”.¹⁸⁶ O MOVET tentava, na época, alertar a população tubaronense sobre a situação da água que chegava a suas residências, pois poucos tinham conhecimento dessa realidade.

Compete salientar que o destino final das águas do Rio Tubarão é o sistema lagunar, formado pelas lagoas de Santo Antonio, Imaruí e Mirim. Apresenta-se como um ecossistema frágil e de áreas estuarinas, nas quais ocorre a desova e a criação de diferentes espécies de peixes, crustáceos e moluscos, sendo a pesca o meio de subsistência das populações ribeirinhas.¹⁸⁷



Rio Tubarão cortando a cidade¹⁸⁸

¹⁸⁶ DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. Edgard Bluecher Editora Ltda, 1973. p. 252.

¹⁸⁷ CAUBERT, Christian Guy. **O Tribunal da Água: casos e descasos**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC. 1994. p.124

¹⁸⁸ Foto de Robson Amandio.

Em 1987 o MOVET realizou a “Primeira Semana de Consciência Ecológica” em Tubarão. Foi uma semana inteira de atividades, com palestras sobre questões do meio ambiente, apresentação de filmes, debates com entidades de todo o estado, shows de música, teatro e relatos de experiências que estavam dando certo em outros municípios. Participaram dos debates, ambientalistas renomados como Eduardo Viola e Rogério Portanova. Segundo o movimento, esse evento foi marcante e deu grande impulso para a formação de uma consciência ecológica na região sul catarinense.

Um trabalho que foi permanente durante a existência do MOVET foram as edições dos boletins informativos, com tiragem de 1000 exemplares. Em 1988, foi editado o primeiro número do “Natureza Urgente”, que trazia informações das atividades que estavam realizando, dicas ecológicas, artigos, opiniões e manchete para se filiarem ao movimento.

Como o debate e a preocupação com as questões ambientais foram crescendo, sentiu-se a necessidade de um maior intercâmbio com as demais entidades ambientais do estado. Surgiram assim os encontros estaduais, como por exemplo, o que aconteceu em 1988 na cidade de Maravilha e muitos outros encontros sempre com a presença de algum membro do MOVET. Dessa articulação entre as entidades, resultou a criação, em 1989, da Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses – FEEC. O MOVET fez parte da coordenação da FEEC de 1992 a 1997.

Outra importante participação do movimento foi no fórum de ONGs catarinenses preparatório para o Fórum Global, realizado junto com a Rio-92. Como já foi colocado no primeiro capítulo, esse Fórum reuniu cerca de 4.000 entidades da sociedade civil do mundo todo, que aconteceu simultaneamente à realização de um dos maiores marcos do movimento ambiental mundial que foi a Rio-92. O MOVET participou intensamente da organização e dos vários encontros realizados em diferentes cidades para este fórum de ONGs catarinenses, inclusive sediando o encontro de avaliação logo após o Fórum Global.

Em 1993, a Fundação Água Viva juntamente com o Departamento de Geociências da UFSC, promoveu o Tribunal da Água, uma espécie de fórum simulado para julgar vários casos de poluição hídrica do país, que poderiam ser encaminhados por qualquer pessoa jurídica ou ONG. O júri aconteceu em Florianópolis e foi baseado no Tribunal Internacional da Água, de Amsterdã. Seguiu todas as normas e rigorosidade de um júri convencional, sendo a maioria dos jurados da área ambiental.

Do total de sete casos apresentados no Tribunal, um deles foi encaminhado pelo MOVET: o caso “Bacia do Rio Tubarão”. O processo foi uma Ação Civil Pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente e os réus foram as seguintes empresas

mineradoras: Carbonífera Barro Branco S.A.; São Domingos Comércio de Coque Ltda.; Carbonífera Palermo Ltda; Carbonífera Treviso S.A.; Coque Catarinense Ltda e a Eletrosul, todas acusadas de poluírem a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão.

A decisão do júri foi a condenação de todos os réus. A metodologia utilizada para analisar o caso partiu do resultado das análises físico-químicas realizadas pela UNISUL e da análise crítica da denúncia e das defesas escritas apresentadas. Essa participação no Tribunal da Água marcou um dos principais momentos do MOVET. Teve grande repercussão, pois foi um evento que recebeu destaque na mídia nacional, tanto na imprensa escrita quanto na televisão.

Como o tribunal foi somente um processo educativo, o MOVET, com várias outras entidades da região, encaminhou todas as provas para o Centro de Procuradoria da Coletividade, sugerindo uma Ação Civil Pública contra todas as empresas acusadas. Porém foi arquivado, pois o júri alegou que esse processo era concorrente de outros já existentes no Ministério Público.

Nas considerações finais apresentadas pelo júri no caso “Bacia do Rio Tubarão”, é relevante destacar quando é dito que:

Os municípios integrantes da região suis catarinense vêm enfrentando sérias dificuldades com o abastecimento de água, uma vez que os sistemas convencionais de abastecimento não têm condições de tratar as águas poluídas, provenientes das atividades relacionadas ao ciclo do carvão, principalmente devido à solubilização de metais pesados.¹⁸⁹

No ano seguinte, após a realização do tribunal, foi publicado um livro contendo todas as audiências públicas, intitulado “O Tribunal da Água: Casos e Descasos”, organizado por Christian Guy Caubet. Esse concluiu que o tribunal não se resumiu somente aos casos apresentados e às decisões do júri, tornou-se, assim, um marco de referência para o movimento ambiental, que após a “Conferência do Rio-92 e de sua grande retórica, faltaram fatos concretos que levassem a pensar que a dimensão ambiental dos problemas estava sendo considerada”.¹⁹⁰

De acordo com Caubet, o Tribunal da Água teve sua contribuição para o debate ambiental porque foi:

A partir dos fatos reais de poluição ou de mau uso da água, que todos haviam de pronunciar-se: ambientalistas/denunciante; peritos; poluidores; responsáveis administrativos e políticos; jurados; químicos; biólogos; geógrafos, etc. Cada um se posicionando a partir de seus

¹⁸⁹ CAUBERT, Christian Guy, op. cit., p. 124.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 397

conhecimentos técnicos e políticos. O palco do Tribunal foi um espaço comum, onde se defrontaram os argumentos e os raciocínios.¹⁹¹

O organizador do livro, também um dos jurados do Tribunal, constatou, através desse evento, a omissão sistemática dos órgãos ambientais ditos competentes, provando que muitas vezes o cidadão ou uma entidade da sociedade civil é que faz o papel e dever que deveria ser da administração pública. Caubet diz: “são os cidadãos que devem realizar um Tribunal da Água porque a Justiça oficial não lhes dá guarida e são os cidadãos que devem fazer as análises das águas porque a FATMA não tem recursos ou não encontra quem as faça”.¹⁹²

De acordo com Carlos Bocuhy, o Brasil paga um custo muito alto pelo manto do silêncio que paira sobre os episódios de poluição, devido à omissão por parte das empresas e do governo através dos seus órgãos ambientais, pois “quem polui não se denuncia, a não ser para estabelecer o obrigatório passivo ambiental quando necessita vender sua planta industrial. O governo, por sua vez, silencia para não admitir a omissão de décadas, enquanto graves episódios de contaminação industrial continuam a provocar danos à saúde humana.”¹⁹³

Sabe-se que o setor minerador foi secularmente a atividade econômica diferencial da região, todavia sua história foi sustentada pelo apoio político e econômico incondicional, embora intermitente, do Poder Público, notadamente da esfera federal. Desde a descoberta e conseqüente exploração do carvão, o governo federal é compromissado com esse setor, através da compra do carvão até a criação de dispositivos como: leis, decretos, conselhos, comissões, programas e departamentos, que protegem e beneficiam a mineração do carvão. O apoio do governo sempre foi vital para a sustentabilidade da atividade. Na opinião de Silva:

A exploração das reservas de carvão é visivelmente a atividade econômica de maior impacto ambiental na região sul de Santa Catarina. O impacto ambiental, juntamente e como conseqüência da baixa qualidade das jazidas, torna questionável a viabilidade econômica da mineração do carvão naquela região. Se desamparada de incentivos governamentais, ou caso viesse a realizar a incorporação devida dos custos ambientais decorrentes da exploração do minério, teríamos uma situação financeira extremamente onerosa, nas atuais condições mercadológicas, para ser sustentada pelas mineradoras locais.¹⁹⁴

O ambientalista João Marino associa o quadro de degradação ambiental da região ao protecionismo concedido à atividade carbonífera:

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Ibidem, p. 398.

¹⁹³ BOCUHY, Carlos, op. cit., p. 283.

¹⁹⁴ SILVA, Francisco José Barretto. op. cit., p. 60.

Salta aos sentidos e à inteligência que, não fosse às benesses e favores das leis de incentivos à instalação das minas de carvão, não teríamos vivido e sofrido a exploração do carvão catarinense na proporção que vivemos e sofremos. A história oficial nos revela uma infinidade de favores dos governos estadual e federal sem precedentes e sem igual para qualquer outro setor econômico. Apenas tal protecionismo possibilitou a estruturação e o crescimento da indústria carbonífera no Brasil. A qual, como todo filho super-protegido, ainda na idade adulta, continua precisando e reclamando a proteção materna.¹⁹⁵

Além do envolvimento do governo federal no setor carbonífero, há também o dos governos estaduais e municipais, bem como dos órgãos ambientais estatais, principalmente a FATMA, a responsável em executar a política ambiental em Santa Catarina. Seguindo esse raciocínio, levanta-se a seguinte questão: Por que a atividade mineradora, reconhecidamente degradante ao meio ambiente e já sem a mesma expressão econômica que teve até meados da década de 1980, recebe ainda tanta atenção de governantes, de políticos e da imprensa?

Um outro aspecto relativo ao Tribunal da Água e merecedor de atenção é quanto ao interesse e engajamento das entidades ambientalistas do país nesse evento jurídico-ambiental. A organização do Tribunal enviou, na época, mais de dois mil convites para ONGs de todo o país participarem. Obtiveram somente 27 respostas. Desse resultado foi possível esboçar os contornos da situação das ONGs naquele momento, ou seja, no início da década de 1990: “falta de recursos, despreparo, falta de ânimo, dificuldades para lidar com as diversas facetas de um mesmo problema e desinteresse ou falta de visão”.¹⁹⁶

Em 1995, o MOVET realizou, em conjunto com a UNISUL, o curso “As cores do Rio Tubarão”, ministrado pelo Prof. Ismael Pedro Bortoluzzi. O curso mostrou a interferência dos efluentes da mineração do carvão, dos dejetos de suínos e de outras fontes poluidoras nas cores do rio, isto é, de como a poluição altera as características originais dos recursos hídricos. Segundo Bortoluzzi, uma das razões que impedem a proliferação da vida aquática no Rio Tubarão é a oxidação da pirita:

As ações ocorrem lentamente, entre pH 2,5 e 4,5, consumindo o oxigênio disponível e liberando acidez para o meio. A velocidade destas reações aumenta quando o valor de pH ultrapassa 4,5. O pH baixo é o responsável pela difícil sobrevivência de espécies não acidófila (que não se desenvolvem em ambientes ácidos), sendo que a maioria dos peixes tem baixa tolerância a pH inferiores a 5.¹⁹⁷

¹⁹⁵ VIEIRA, João Marino. **Memórias e argumentos do movimento ambiental na região sul de Santa Catarina**. 2006. Artigo escrito para ser publicado no segundo volume do livro “Memória e cultura do carvão em Santa Catarina”.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 28.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 120.

O MOVET fazia parte do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tubarão, procurando sempre fazer com que esse funcionasse efetivamente; do Comitê da Bacia do Rio Tubarão, órgão responsável pelo gerenciamento do programa que objetivava traçar ações efetivas para a despoluição da Bacia do Rio Tubarão e do Complexo Lagunar e ainda fazia parte da Rede de ONGs da Mata Atlântica e do Fórum Brasileiro de ONGs.

Durante os seus dez anos de existência, o MOVET esteve presente nas escolas, clubes de serviço, universidades e associações comunitárias, dando palestras e alertando sobre as questões ambientais, colaborando e influenciando na formação de outras entidades ecológicas da região. Uma prova do reconhecimento do trabalho realizado pelo movimento ao longo da sua trajetória, foi a decisão unânime dos dezessete vereadores da Câmara Municipal de Tubarão, em 1996, de aprovarem o projeto de lei que declarava o MOVET como entidade de Utilidade Pública Municipal.

O movimento deixou de atuar em 1996. A causa foi a própria desmotivação do grupo, porque aquele entusiasmo inicial, próprio dos estudantes, foi mudando. Passaram a ter outros objetivos e os que não possuíam de fato aquele ideal, acabaram se afastando. Segundo Bardini, o principal problema é que não existia a profissionalização do movimento ambiental, pois raras eram as ONGs ambientais profissionalizadas no Brasil, a exemplo da APREMAVI em Rio do Sul. Outro fator muito comum para os movimentos na época foi a falta de resultados concretos, “tu fica dez anos denunciando, fazendo educação ambiental e parece que os problemas só vão aumentando e de repente as pessoas não querem mais te ouvir e isso te desmotiva”¹⁹⁸

Por outro lado, Bardini considera que a atuação do movimento ambiental da região sul catarinense, nos anos de 1980, foi importante para semear uma mudança de mentalidade, pois se não fossem os cientistas pesquisando e alertando, aliada à atuação abnegada dos ambientalistas, não se teria evoluído nessa consciência. A grande vitória foi ter plantado um projeto que está se constatando agora. Aqueles alertas feitos há vinte anos, estão se concretizando e muitas pessoas que foram desacreditadas, hoje vêem suas previsões sendo confirmadas. De acordo com Bardini, “tudo foi válido e produtivo. Mesmo as derrotas foram importantes para aprender a avaliar as ações e atitudes”.¹⁹⁹

No informativo comemorativo dos dez anos de luta do MOVET, foi citado que o movimento:

¹⁹⁸ BARDINI, Rogério. Entrevista cit.

¹⁹⁹ Idem

Sempre atuou não com romantismo ingênuo, mas sim com a consciência de que não existe campo do agir humano com o qual o movimento ecológico não se envolva, sempre procurando mostrar que quando falamos de Ecologia, estamos falando de todas as criaturas e também que o homem é a natureza que toma consciência de si própria. Foram dez anos de muito trabalho, sim, mas também foram anos de muito aprendizado, com muitos percalços e pequenas vitórias. Mas a grande vitória foi adquirir a certeza de que vale a pena lutar.²⁰⁰

Rogério Bardini, atuante militante nesse período, que sempre esteve à frente da coordenação do movimento e que hoje não está mais na militância, embora continue trabalhando na área ambiental, considera que a mineração nunca vai ser uma atividade sustentável, sempre o meio ambiente e a população vão perder e sendo o nosso carvão de péssima qualidade, não tem como chegar ao nível de emissão zero. Para ele, a matriz energética tem que ser mudada, buscando outras alternativas de energia.²⁰¹

Antes da finalização deste segundo capítulo, inesperadamente descobriu-se²⁰² outra entidade ambiental que atuou, nos anos de 1980, na região, e que, entre suas variadas ações, também trabalhou em alguns momentos contra a poluição do carvão. É o Instituto Bering Fróes Eco Global, sediado em Içara de 1988 até 1991, com o nome de Fundação Universitária Bering Fróes. Atualmente a sede se encontra em Cascavel/PR e se constitui numa ONG ambiental caracterizada por sua visão e atuação holística. Além disso, possui forte alcance internacional, através, por exemplo, do projeto “SOS Planeta Terra” que atinge 22 países de língua portuguesa²⁰³.

A entidade, no período em que atuou em Criciúma e Içara, era formada por uma equipe multidisciplinar, composta de arquitetos, médicos, economistas, veterinários, jornalistas, advogados, contadores, engenheiro florestal, escritores, poetas, músicos e sindicalistas. Mobilizavam-se através dos meios de comunicação, sobretudo em jornais. Foi a opção de estratégia utilizada para as pessoas se aproximarem da luta ambiental. Publicaram-se várias séries de artigos no Tribuna Criciumense, numa coluna batizada de “Opinião Livre” e no Jornal da Manhã no projeto “SOS Planeta Terra”. Segundo o coordenador da entidade, Gilnei Fróes, foram finalizadas as atividades em Criciúma devido às pressões, perseguições e

²⁰⁰ Natureza Urgente – Informativo do Movimento Ecológico Tubaronense - MOVET. Ano VIII – Nº 12. fev/mar 1997.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Através do recebimento de um e-mail.

²⁰³ Ver site www.ibfecoglobal.org

ameaças por parte de um poderoso empresário criciumense, razão pela qual teve que, com sua família, rapidamente abandonar a cidade.²⁰⁴

Curioso observar que no período ora analisado, de 1980 a 1995, foram registrados movimentos ecológicos nos municípios de Araranguá, Siderópolis e Tubarão. E por que não em Criciúma, a antiga “Capital do Carvão”, epicentro dos conflitos? José Paulo Teixeira observa, em seu estudo realizado no final desse período abordado, que: “o convívio diário com a poluição parece ter anestesiado a consciência ecológica da população de Criciúma a tal ponto que, mesmo com a diminuição da exploração do carvão, não se percebe a diminuição da poluição nem movimentos sociais empenhados em favor da luta ambiental na cidade”²⁰⁵. Teixeira diz ainda que: “os grupos constituídos têm vida efêmera ou não conseguem ampliar sua atuação, ressaltando-se alguns estudos e iniciativas cujos resultados práticos, embora significativos, não têm alterado a realidade”²⁰⁶.

Foi constatado que existiu em Criciúma a APACRI de 1980 a 1983 e mais tarde no final da década de 1990, o CEIPAC, que atuou alguns anos na luta contra o carvão, mas que atualmente está voltado, exclusivamente, na campanha contra os efeitos da radiação das antenas de celulares²⁰⁷. Logo, essa ausência de movimentos e entidades ambientais, atuando em Criciúma, pode-se inferir que seja pelo receio de pressões e ameaças por parte do “grupo do carvão” como sofreram os líderes ecológicos em Siderópolis. Ainda mais que o município de Criciúma é o centro de irradiação do carvão.

²⁰⁴ FROÉS, Gilnei. Informações concedidas a Juliana Vamerlati Santos através de questionário respondido via e-mail no dia 23 de novembro de 2007. A/A.

²⁰⁵ TEIXEIRA, op. cit., p. 50.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ O CEIPAC – Centro de Estudos Integrados e de Promoção do Meio Ambiente foi fundado em 1999 e teve como um dos seus principais líderes o ambientalista Joaquim Teixeira.

2.4 - FÉ E NATUREZA: A PASTORAL DA ECOLOGIA

Conforme visto nos capítulos anteriores, Araranguá não tem mineração do carvão, entretanto sofre com a poluição no Rio Araranguá, o que acabou motivando o surgimento de um movimento ecológico que tem a questão do carvão como a bandeira principal até hoje. O município de Tubarão também não tem mineração, mas é atingido pela poluição dos recursos hídricos e do ar, sendo que o movimento que lá existiu não tinha apenas o carvão como luta ambiental central, outras ações também eram consideradas no mesmo grau de relevância. Já Siderópolis possui mineração e os movimentos ecológicos que lá existiram foram, exclusivamente, para lutar contra os impactos da mesma.

Assim, constata-se que todos esses movimentos têm em comum o fato de resistirem contra os efeitos negativos que a mineração do carvão ocasiona em seus municípios, porém apresentam certas diferenças em termos de atuação, estratégias de ação e objetivos. Como estão inseridos em diferentes contextos, resultam em formas de atuação que lhe são peculiares.

Outra característica em comum entre estes três movimentos ecológicos historicizados até o momento - os Sócios da Natureza, em Araranguá; o MÊS, em Siderópolis e o MOVET, em Tubarão - é que, em conjunto e articulados com a Igreja, formavam a Pastoral da Ecologia. Esta pastoral pertencia à Diocese de Tubarão²⁰⁸ e foi contemplada no Plano Diocesano de Pastoral, em 1986, sendo a mais antiga da América Latina.

Essa relação entre questão ambiental e questão religiosa ocorreu porque, anteriormente, realizou-se uma ampla pesquisa sobre a realidade social e eclesial da região, que foi o ‘Sínodo de Planejamento Pastoral Participativo de 1984-1985’, uma espécie de sondagem da realidade da região. A parte ambiental dessa pesquisa resultou no documento denominado “Nós, População e Natureza Sul Catarinense”, compreendendo ecologia, política e cultura”. Dessa forma, constatou-se a realidade sócio-ambiental, que demonstrava, visivelmente, a relação homem e natureza ser mais de confronto do que de harmonia.

O objetivo central da Pastoral da Ecologia, de acordo com o Plano Diocesano de Pastoral, era: “despertar uma consciência ecológica no homem do sul de Santa Catarina, destacando a importância da preservação da natureza, dom de Deus para todos, para que possa

²⁰⁸ Na época a Diocese de Tubarão era de Imbituba até a divisa com o Rio Grande do Sul, conseqüentemente, a Pastoral da Ecologia englobava todos esses municípios.

atuar, comunitariamente, na recuperação do meio ambiente”²⁰⁹ Para atingir esse fim, buscava-se adotar as seguintes políticas e estratégias:

- a) Sensibilizar a comunidade sobre os males que provêm do desequilíbrio ecológico, utilizando os meios de comunicação social;
- b) Reivindicar um meio ambiente sadio, atuando junto aos agentes poluidores;
- c) Desencadear um trabalho de Pastoral da Ecologia, especialmente nas regiões mais doentes, organizando equipes de Pastoral da Ecologia;
- d) Criar uma consciência ecológica nos jovens, atuando nas escolas e grupos de jovens, através de painéis, debates, passeatas e seminários;
- e) Defender o direito de moradia digna, apoiando iniciativas e participando de manifestações de reivindicações de infra-estrutura e casa própria;
- f) Promover uma ação integrada no campo da ecologia, participando e promovendo atividades conjuntas com os demais grupos de defesa da ecologia existentes na região.²¹⁰

Foi a Sócios da Natureza que deram o passo inicial para ativação da Pastoral da Ecologia que, substancialmente, tiveram durante sua trajetória uma outra fase de atuação quando passaram a trabalhar junto à Pastoral. O professor João Natureza coloca que houve o interesse da própria Igreja em levar o trabalho que estava sendo realizada pela Sócios da Natureza:

À medida que a gente foi desenvolvendo o trabalho, a própria Igreja Católica Apostólica Romana teve interesse em levar para a igreja o nosso trabalho e aí a gente começou a fazer uma abertura junto com a Pastoral da Ecologia e ficou um movimento quase que integrado.²¹¹

Segundo Bardini, quem fazia acontecer a Pastoral da Ecologia eram os movimentos ecológicos da região sul catarinense, sendo os Sócios da Natureza, o MES e o MOVET os três principais.²¹² Acrescenta ainda que: “o que acabava acontecendo é que existiam os movimentos ecológicos e estes se confundiam com a Pastoral”.²¹³

Esses três movimentos é que de fato estruturaram a Pastoral²¹⁴, que já existia no papel, mas na prática não tinha muita atuação. Assim, a Diocese de Tubarão resolveu assumir como

²⁰⁹ Objetivo extraído do Plano Diocesano de Pastoral de 1986-1990 - Diocese de Tubarão, Santa Catarina. p. 286.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ SILVA, João Alberto da. Entrevista cit.

²¹² BARDINI, Rogério. Entrevista cit.

²¹³ Idem.

²¹⁴ É importante frisar que, em três momentos, tentou-se pesquisar documentos sobre a Pastoral da Ecologia por parte da igreja. Mas a Diocese de Tubarão informa que não há nada arquivado. A única documentação fornecida foi o Plano Diocesano de Pastoral.

serviço de pastoral atuante e a partir de 1987 a Pastoral começou a se fortalecer. Deve-se esclarecer que esses movimentos ecológicos a representavam enquanto pastoral porque os seus coordenadores tinham vínculo com a Igreja. Além de católicos praticantes, alguns tinham origem eclesial como líderes de grupo de jovens. Todavia, cada um dos coordenadores liderava o seu movimento ecológico de forma independente e não formavam um grupo religioso nas suas cidades.

Segundo o padre Antonio Monteiro, conhecido como Toni, também participante das atividades da Pastoral da Ecologia, a igreja católica no sul de Santa Catarina sempre foi tanto espiritual quanto social em todos os aspectos e sempre existiram na diocese padres mais proféticos nesse sentido. Comenta ainda que a relação da Igreja com os movimentos ecológicos na época foi muito positiva, porque gerou em muitas pessoas consciência crítica em relação ao meio ambiente e que os projetos e debates surtiram em lideranças políticas.²¹⁵

As primeiras ações da Pastoral foram as “Romarias Ecológicas”, eventos de grande repercussão na região. A primeira foi realizada em Criciúma, em 1986. Teve como lema: “Natureza, a ganância te destruiu. Nós te reconstruiremos”. Bardini faz a seguinte observação quanto ao contexto das romarias: “Havia um clima de revolta contra a realidade que se apresentava e ao mesmo tempo um romantismo em achar que poderíamos reverter aquela situação”.²¹⁶

A segunda Romaria Ecológica aconteceu em Siderópolis, em 1988, cujo lema era: “Pela vida, pela paz. Contra a indústria da morte”. Foi celebrada uma missa pelo bispo Dom Osório Bebber. Nesta “houve uma mudança estratégica na forma de se destacar o evento, realçando-se antes de mais nada, a vida, a paz, para depois entoar a revolta”.²¹⁷

A terceira Romaria Ecológica realizou-se em Tubarão, em 1991, com o lema: “A Mãe Natureza Pede Socorro. O povo exige a recuperação da vida na região sul”. Nesta última já havia certo desgaste para este tipo de manifestação, porém mesmo assim contou com um grande número de participantes.

Outra atividade promovida pela Pastoral da Ecologia foram os seminários que, na época, chamavam-se “Seminário Pastoral e Movimentos Ecológicos”. Nesses encontros analisava-se a realidade ambiental do sul catarinense e determinavam-se as diretrizes de trabalho. Os militantes mais experientes motivavam e repassavam suas experiências aos que

²¹⁵ MONTEIRO, Antonio. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos, através de questionário, em 14 de janeiro de 2008. A/A

²¹⁶ BARDINI, Rogério. Declarações concedidas a Juliana Vamerlati Santos, através de e-mail, em 30 de dezembro de 2003.

²¹⁷ Idem.

iniciavam sua luta. Bardini ressalta que: “Foram momentos muito produtivos e criativos, além de muita articulação”.²¹⁸ Foram num total de três seminários, realizados entre 1989 a 1991.

É relevante colocar a respeito dos ofícios que os Sócios da Natureza, junto à Pastoral da Ecologia, encaminharam ao Vaticano, entre 1986 a 1991, solicitando uma audiência com o Papa João Paulo II para pedir ao mesmo que fortalecesse os movimentos ecológicos no mundo e para que se formassem pastorais ecológicas em todas as igrejas. Os ofícios solicitavam também a entrega de um abaixo-assinado de 47.000 assinaturas contra a poluição do carvão na região sul de Santa Catarina e outro abaixo-assinado pelo desarmamento nuclear e pela paz. O pedido da audiência não foi atendido, mas quando o Papa veio a Florianópolis, em 18 de outubro de 1991, o professor João Natureza foi o escolhido para a entrega de um presente ao Sumo Pontífice. Cada diocese iria presentear e a coordenação da Pastoral da Ecologia entendeu que a pessoa merecedora deste contato era o João Natureza, que o presenteou com a bandeira da “Sócios da Natureza”. Em troca, o Papa retribuiu apenas com um rosário.

Analisando o empenho e expectativa criada na figura de João Paulo II para que o mesmo com sua instituição fortalecesse o movimento, resultou aparentemente em decepção, já que o papa não se comprometeu com nenhum pedido solicitado pelo movimento.

O MOVET, em 1990, envolveu-se na discussão da Barragem do Rio São Bento em Siderópolis. A proposta do movimento era que fosse despoluído e investido no Rio Mãe Luzia, em vez de uma barragem para resolver o problema de água de Criciúma. Foi um momento de muita polêmica. Os ambientalistas foram acusados de não desejarem água para Criciúma e de que a Igreja, representada pela Pastoral da Ecologia, estava se posicionando contra o abastecimento da cidade.

Representantes da CASAN, na época, procuraram o bispo D. Osório Bebber para ter apoio da Igreja na questão da barragem. Foi feita então uma reunião ampliada, com funcionários da FATMA, CASAN, deputados, prefeito, Igreja, bispo, comunidade. Enfim, com quem era contra e com quem era a favor da Barragem do Rio São Bento. O líder do MOVET foi quem coordenou essa reunião no salão da Igreja São José, em Tubarão. Segundo Bardini, a Pastoral da Ecologia, nesse momento, tinha muita importância e força, porque era a Igreja que estava sendo representada. Foi o ápice da Pastoral da Ecologia enquanto movimento articulado.²¹⁹

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ BARDINI, Rogério. Entrevista cit.

Para o MOVET, todo esse trabalho feito junto com a Pastoral da Ecologia foi significativo, porque o movimento não possuía abrangência além de Tubarão. Com a Pastoral da Ecologia o alcance era regional. Além disso, a atuação do MOVET com relação ao carvão foi mais através da Pastoral da Ecologia do que propriamente como movimento.

O período de 1986 a 1989 foi o auge do movimento, período em que fizeram o trabalho em conjunto com a Pastoral da Ecologia. O envolvimento do movimento ambientalista com a Pastoral da Ecologia foi muito expressivo porque era também a Igreja, enquanto instituição formadora de opinião, que estava alertando sobre os impactos ambientais na região, denunciando as fontes poluidoras, principalmente os impactos resultantes da atividade carbonífera, divulgando, dessa maneira, a realidade sócio-ambiental da região naquela época. Por conseguinte, o resultado das ações tinha um efeito maior, influenciando de forma incisiva na opinião pública, principalmente nas cidades em que atuava. Ao contrário dos dias de hoje em que a Igreja raramente se envolve em debate ambiental.

O movimento ambientalista sul catarinense, como se pode constatar, incorpora conscientemente ou não, a dimensão da justiça ambiental, ou seja, os atores sociais que o compõem lutam por uma causa comum, que é o “direito a uma vida digna em um ambiente saudável”, buscando assim o alcance da democracia, do bem comum e da sustentabilidade.²²⁰

Esses movimentos ecológicos que atuavam junto à Pastoral, a partir de um determinado momento começaram a perder força e as pessoas a perderem o entusiasmo. Conseqüentemente, resultou no esmorecimento da própria Pastoral, que está inativa até o momento. Segundo o padre Toni, a igreja se afastou de certas questões emergentes, como a questão ambiental, por falta de lideranças cristãs. Muitos se acomodaram e abandonaram o comunitário e o social.²²¹ Sobre os movimentos ecológicos, Bardini argumenta:

Os movimentos foram se esvaziando com a própria questão da banalização da ecologia, todo mundo passou a falar em defesa do meio ambiente. Isso foi bom, mas por outro lado também se tornou meio maçante, pois começou a cair no lugar comum. A questão ambiental se generalizou, se fala muito de coisas importantes, mas que não tem a mesma dimensão de outras questões ambientais realmente importantes, como a mineração e recuperação de rios.²²²

O período em que estes movimentos ecológicos enfraquecem, início da década de 1990, coincide com o debate acadêmico na Sociologia sobre os novos movimentos sociais. Ou seja, certos autores argumentam que houve desmobilização social, cooptação ou refluxo

²²⁰ ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil- uma introdução. In: **Justiça Ambiental e Cidadania**. ACSELRAD, Henri et al (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 11.

²²¹ MONTEIRO. Antônio. Entrevista cit.

²²² BARDINI, Rogério. Entrevista cit.

dos movimentos sociais a partir dos anos de 1990. Em contrapartida, outros postulam que não foram os novos movimentos sociais, incluindo o ecológico, que saíram de cena, mas a literatura que os deixou de lado, as reflexões teóricas e analíticas ficaram de certa forma abandonadas. Defendem que os atores continuaram em cena, porém permaneceram despercebidos na literatura, pois esta voltou o foco para a emergência de novas formas organizativas como as ONGs, definidas muitas vezes como a institucionalização dos movimentos sociais.²²³

Quanto à importância dos movimentos sociais para a sociedade brasileira, ressalta-se que “além de trazerem suas reivindicações a público e ampliarem as fronteiras da política para além da sua dimensão institucional, recriaram as concepções de direitos e de cidadania enquanto “estratégia política” na luta pela transformação social em direção a uma sociedade efetivamente democrática”²²⁴. Afinal, os movimentos sociais em geral contribuem significativamente para o fortalecimento da democracia tanto nas cidades, estados ou nação. Especificamente sobre a relevância dos movimentos ecológicos, Derengoski aponta que a causa das lutas ambientais é significativa porque coloca em cheque umas das principais características do sistema capitalista, isto é, a necessidade de desenvolver a economia tendo por objetivo apenas a acumulação de riquezas, fato este que provoca a depredação dos recursos naturais sem preocupação com a sua renovação, mesmo sabendo que estes recursos não são inesgotáveis.²²⁵

Portanto, torna-se perceptível que a razão do desequilíbrio ecológico não é o desenvolvimento técnico ou industrial em si, mas deste desenvolvimento estar voltado exclusivamente para o lucro, gerando uma exploração não racional da natureza, o que não condiz com a base da sustentabilidade ambiental. De acordo com Boff, a crise ambiental originada pelas sociedades industriais levou, direta e indiretamente, a uma crise ambiental sem precedentes na História.

A crença no crescimento ilimitado da produção, que prometera levar o bem-estar social para um sem-número de pessoas, se fez à custa da exclusão social de, pelo menos, 2/3 da humanidade e à custa da pilhagem dos elementos naturais. Esse modelo de produção, que se construiu sob a égide do racionalismo, do cientificismo e da tecnologia, rompeu, ao longo da

²²³ LAVALLE, Adrián Gurza. **Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais.** Revista Política e Sociedade. Florianópolis: UFSC, nº 5, out. 2004.

²²⁴ Dossiê: **Os Movimentos Sociais e a Construção Democrática.** In: IDÉIAS–Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Ano 1998-1999, p. 08.

²²⁵ DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Meio Ambiente: Sua história.** Como defender a natureza sem ser um ecochato. Florianópolis: Insular. 2001. p. 18.

História, o elo existente entre homens e natureza, vivido pelas culturas ancestrais e originais (...) ²²⁶ .

Observou-se, nesses movimentos ecológicos estudados até o momento, que os mesmos não questionavam ou criticavam de forma direta o sistema capitalista como modelo poluidor. No entanto como denunciavam a crise ecológica e almejavam que se atingisse uma relação mais harmônica e sustentável, acabavam indiretamente e talvez, inconscientemente, “culpando” esse modelo desenvolvimentista das sociedades capitalistas que, na visão dos poluidores, é um modelo com características inerentes de degradação ambiental.

²²⁶ BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização e Espiritualidade**. Editora Ática, Rio de Janeiro, 1993 citado em LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino (Org.). Educação Ambiental: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. Brasília: MMA, 2001. p. 160.

3 - A MILITÂNCIA CONTINUA, MAS AGORA O INIMIGO É MAIS VISÍVEL (1995-2007)

3.1 – SÓCIOS DA NATUREZA: UMA TRAJETÓRIA DE PERSISTÊNCIA CONTRA O “OURO NEGRO”

No capítulo 2.1, foi abordada a trajetória do movimento Sócios da Natureza e suas principais ações em relação ao carvão, englobando um período de quinze anos. Neste capítulo, a finalidade é mostrar a trajetória dos Sócios da Natureza²²⁷ na persistente luta contra o carvão, porém enquanto movimento institucionalizado, ou seja, enquanto Organização Não - Governamental - ONG, a partir de 1996.

Há autores que colocam ser difícil uma definição e caracterização precisas de ONGs, visto que estas se explicam muito mais por sua diversidade do que pelos atributos que permitam uma configuração homogênea. O termo ONG tornou-se popular na América Latina, principalmente, devido ao contexto da Rio-92, que teve ampla divulgação por parte da mídia. Os cenários nacional e internacional em que as ONGs latino-americanas atuam, transformou-se profundamente nos últimos anos, diante da “globalização econômica e cultural, da reforma do Estado, da hegemonia das políticas neoliberais e do aprofundamento da degradação social daí decorrente”. Esse novo contexto, entretanto, “exigiu uma reformulação dos objetivos e do perfil das ONGs latino-americanas, cujos contornos, tendências e perspectivas ainda são pouco conhecidos”.²²⁸

Segundo Meksenas, muitas ONGs são oriundas de movimentos sociais institucionalizados.²²⁹ No caso em estudo, o movimento Sócios da Natureza sentiu a necessidade de se tornar uma ONG em virtude de que:

Era necessário buscar soluções mais concretas aos problemas, pois a preocupação do movimento era de mostrar os problemas. Não havia exatamente uma preocupação de atuar na busca de uma resolução imediata. Era uma forma de conscientizar, criar movimentos de consciência (...). Com a idéia de tornar o movimento uma ONG, nós teríamos muito mais

²²⁷Dos três movimentos ambientais relatados no segundo capítulo desse trabalho, apenas os Sócios da Natureza encontram-se em atividade, atualmente com 28 anos de existência.

²²⁸HADDAD, Sérgio. (Org.) **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: Abong, 2002. p. 11

peso, muito mais força, não só dentro do próprio grupo, mas mobilizando outros organismos da região, governamentais e não-governamentais, tentando atuar em outros espaços (...) ²³⁰

Entre 1996 a 1998, teve-se um período de transição e a coordenação esteve sob a responsabilidade de vários integrantes ²³¹. Com a criação do estatuto e o registro oficial, em 1998, o grupo entendeu que o primeiro coordenador regido pelo estatuto deveria ser o professor João Natureza como forma de homenagem. Porém o cargo foi interinamente assumido por Tadeu Santos que, a partir de 2000, foi eleito e passou a coordenar a ONG, efetivamente, até 2006. ²³²

Vale registrar que o “novo momento ambiental” foi decorrente de vários fatores, mas um fato foi decisivo e motivador: o contato com o professor e doutor em Geologia, Paulo Ricardo da Rocha Araújo, ²³³ no verão de 1996. Ao tomar conhecimento da violência da enchente do Natal de 1995 na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá (através das fotos e imagens captadas pelo fotógrafo amador Tadeu Santos) o geólogo ficou sensibilizado com a situação ambiental da região sul de Santa Catarina.

Na seqüência, então, Paulo Ricardo aproveitou a passagem por Santa Catarina do seu amigo antropólogo inglês, Tom Davies ²³⁴, convidando-o a conhecer a região. Nessa visita, em companhia de técnicos da FATMA e da UNESCO, conheceram as áreas degradadas pelo carvão. Depois, com os membros da “Sócios da Natureza”, visitaram a localidade de Figueira, no município de Timbé do Sul, ²³⁵ onde ocorreu o fenômeno do choque de duas nuvens, causando uma trombada d’água de dimensões inexplicáveis nas encostas da Serra Geral. ²³⁶ Por fim, visitaram as comunidades ribeirinhas do Rio Araranguá que são vulneráveis às cheias e aos malefícios provenientes da ausência de saneamento básico.

A ONG passou a ter sua nova sede no espaço cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação – SINTE, já que a maioria dos integrantes da nova coordenação é constituída por professores. ²³⁷ É uma entidade sem fins lucrativos, haja vista não possuir recursos próprios,

²³⁰ CESA, Jairo. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 7 de novembro de 2003. A/A

²³¹ Estes integrantes eram: Oracídio Pereira, Carlos Rabello dos Santos, Paulo Rescke e Arnaldo Fernandes.

²³² Na última eleição da ONG em 2006 foi eleito Thomaz Abatti como coordenador, porém continua na prática Tadeu Santos liderando a organização até o presente momento.

²³³ Paulo Ricardo da Rocha Araújo, natural do Rio Grande Sul, na época era professor na França e estava de férias na casa de um amigo na praia do Rincão, em Içara/SC. Atualmente leciona na Universidade Católica de Brasília.

²³⁴ Tom Davies leciona na Universidade de Bristol, na Inglaterra.

²³⁵ Conforme declaração dos moradores, a “nuvem caiu inteira” sobre as encostas da Serra Geral, causando enormes estragos à natureza e prejuízos à economia da região, principalmente à agricultura.

²³⁶ Nessa visita embaixo das encostas, segundo arquivos da ONG, aconteceu um momento único quando o antropólogo, olhando para a serra rasgada, passou a declamar um verso com lágrimas nos olhos, fazendo assim, com que muitos também se emocionassem

²³⁷ No período anterior as reuniões eram realizadas na própria residência do coordenador Joãozinho Natureza.

não ser financiada por nenhum órgão oficial, o que leva a ter a sua sustentação baseada, principalmente, no trabalho voluntário dos seus membros. Eventualmente recebeu recursos e apoio financeiro, como será mostrado adiante.

A luta contra a poluição da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, causada pela mineração do carvão²³⁸, sempre foi a grande bandeira da “Sócios da Natureza”. Enquanto movimento, a preocupação era, sobretudo, em relação à conscientização das pessoas quanto às conseqüências sócio-ambientais decorrentes da mineração, conforme visto no capítulo 2.1. A partir de 1996, como ONG constituída, assumiu-se uma postura mais rígida em relação aos poluidores, agindo e cobrando justamente nos setores onde o Estado não cumpre com a sua obrigação de monitorar e fiscalizar.

Existem ONGs que atuam como parceiras do Estado no gerenciamento ambiental e na formulação de políticas públicas nas várias esferas do governo. Outras atuam com total independência, sem qualquer tipo de parceria ou política governamental. Em relação a este aspecto, a autora Ana Cláudia Teixeira classifica três formas principais de vínculo entre ONGs e o Estado:

A **primeira** forma pode ser caracterizada como uma relação menos formal que envolve, por um lado, pressão, monitoramento e crítica por parte da ONG junto ao Estado, e, por outro, em alguns casos, proposição, colaboração e acompanhamento dos passos dos órgãos do governo (...). A **segunda** forma é aquela caracterizada por um serviço prestado pela ONG, na qual o Estado se relaciona com ela como se estivesse contratando os serviços de uma empresa, seja para fazer consultoria, seja para contratar um serviço específico (...). O **terceiro** vínculo envolve a consolidação de projeto elaborado conjuntamente entre poder público e ONG.²³⁹

Analisando a atuação específica da “Sócios da Natureza”, verifica-se que ela se enquadra, na grande maioria dos casos, na primeira forma de relação com o Estado, uma vez que atua efetuando várias denúncias e críticas ao setor minerador pela degradação ambiental e ao Estado pelo descaso e omissão. De acordo com Carlos Bocuhy, temos “um modelo de Estado complacente com interesses privados, ineficiente como agente fiscalizador (no caso em questão a FATMA e o IBAMA) e absolutamente inábil para propor um pacto social mais progressista envolvendo as comunidades com a questão ambiental”.²⁴⁰

²³⁸ Além da poluição causada pelo carvão, o Rio Araranguá também sofre hoje com os agrotóxicos e com os esgotos clandestinos jogados no rio sem nenhum tipo de tratamento.

²³⁹ TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Sociedade civil e Espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 110-111.

²⁴⁰ BOCUHY, Carlos. O custo do silêncio. In: **Justiça Ambiental e Cidadania**. ACSELRAD, Henri et al (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 287.

Esse primeiro tipo de vínculo com o Estado, na proposta de classificação feita por Teixeira, pode ser exemplificado pelos vários documentos que a ONG encaminhou à Procuradoria da República de Criciúma, a partir de 1999, solicitando:

Um Inquérito Civil Público contra o Sindicato da Indústria e Extração do Carvão de Santa Catarina (SIESESC), acusando-o de incentivar a indústria carbonífera a cometer crimes ambientais há décadas; um Inquérito Civil Público contra a FATMA, acusando-a pela negligência na fiscalização e por fornecer licenciamentos ambientais irregulares e sem o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório Impacto no Meio Ambiente -EIA-RIMA; uma Ação Civil Pública contra as Prefeituras acusando-as de receberem o imposto único sobre a mineração, o CFEM^{241[14]}, e de não aplicarem o recurso recebido em educação ambiental como determina a lei; um Inquérito Civil Público contra a CASAN para que ela acompanhasse o processo de construção da Barragem do Rio São Bento, de acordo com determinadas condicionantes.²⁴²

Segundo Scherer-Warren, as ONGs “atuam tendo em vista a transformação de aspectos da realidade social considerados como negativos”²⁴³. Nesse sentido, a ONG Sócios da Natureza elaborou o projeto “Revitalização da Bacia do Rio Araranguá e o fortalecimento do imaginário popular voltado para sua recuperação e conservação”, sendo aprovado, em 1998, através de um convênio com a SDM²⁴⁴. Foi o primeiro projeto no gênero a ser implantado na região e o único com recursos oficiais. Confeccionaram-se 2.500 cartilhas de educação ambiental produzidas pelos próprios membros da organização e a consequente distribuição deste material para ser trabalhado em vários colégios da região. O professor Jairo Cesa considera que a produção dessa cartilha foi “um dos momentos mais importantes da ONG, pois nesse momento o grupo todo se uniu para construí-la. Foi um trabalho feito pelos próprios membros e nós conseguimos estender essa idéia para outros lugares”.²⁴⁵

O recurso foi aplicado também na instalação de 30 placas com frases de efeito ecológico em vários locais de Araranguá²⁴⁶, na realização de dois Seminários de Capacitação e Educação Ambiental e na aquisição de um microcomputador. Ressalta-se que o convênio só foi possível porque o Secretário de Meio Ambiente do Estado na época era de Araranguá, facilitando assim a liberação dos recursos. No governo seguinte, não foi mais possível obter a continuidade do projeto. “Lidar com a alternância de poder, uma das características centrais da democracia, é um desafio para as ONGs e a garantia para que os projetos tenham

²⁴¹ CFEM é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, Decreto nº 01 de 11/01/1991.

²⁴² Arquivos da ONG Sócios da Natureza.

²⁴³ SHERER-WARREN, Ilse. Ongs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R.; SHERER-WARREN, Ilse et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. p.162.

²⁴⁴ Hoje se chama Secretaria do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente - SDS.

²⁴⁵ CESA, Jairo. Entrevista cit.

²⁴⁶ Ainda existem algumas placas instaladas.

continuidade está baseada na capacidade que elas têm de legitimar os projetos junto à sociedade”.²⁴⁷ Porém desde o início da trajetória dos Sócios da Natureza o governo do Estado vem assegurando designar políticas voltadas à recuperação do Rio Araranguá, sendo que vários projetos governamentais de responsabilidade dos governos estadual e federal foram elaborados com esse objetivo. Mas em momento algum houve investimento específico na recuperação da natureza danificada.

Assim, nesse caso, talvez não seja a questão de legitimidade da ONG perante a sociedade conforme citação acima de Teixeira, mas sim as fortes relações de poder existentes entre os empresários do carvão e os governos. A atividade carbonífera é uma secular atividade econômica que é sustentada por uma oligarquia regional dominada por mineradores, tecnocratas e políticos.

Esse exemplo comentado está de acordo com a segunda forma de relação com o Estado, naquela mesma classificação sugerida por Ana Cláudia Teixeira, em que as relações entre os órgãos governamentais e as ONGs são efetuadas por relações burocratizadas, na qual projetos enviados por elas são aprovados ou não pelo órgão financiador.

Uma tentativa que aparentemente prometia ser possível avançar em termos de recuperação foi o relatório realizado em 1988 pela Japan International Cooperation Agency - JICA²⁴⁸. No entanto não foi dada continuidade porque não recebeu a contrapartida do governo estadual, mas deixou apontado que a exploração do carvão em Santa Catarina transformou-se num desastre ambiental:

Não houve praticamente nenhuma recuperação ambiental, o que transformou mais de 4.700 ha de terras produtivas em terras inaproveitáveis. Complementando o problema, aparece o alto teor de pirita nos rejeitos que tem lixiviado durante todos estes anos e contaminado a maioria dos rios das bacias e as reservas do lençol freático. Muitos Municípios da sub-região carbonífera (AMREC) têm enfrentado problemas de abastecimento de água tendo que recorrer ao abastecimento em outros municípios vizinhos.

Esse Relatório da JICA coloca 4.700 hectares de áreas degradadas, porém em 2007 um levantamento realizado pelo Ministério Público Federal aponta 6.500 hectares, enquanto que a “Sócios da Natureza” estimam em mais de 30.000 hectares, pois entendem que as calhas e as margens dos rios poluídos também são áreas impactadas.

Os municípios circunvizinhos de Criciúma (a antiga “Capital do Carvão”) são os mais atingidos, principalmente, Siderópolis, Treviso, Forquilha e Urussanga. A Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá é considerada a mais poluída do Brasil por resíduos perigosos

²⁴⁷ TEIXEIRA, op. cit., p.131.

²⁴⁸ A JICA é uma agência japonesa que realizou o maior diagnóstico ambiental da região Sul de Santa Catarina.

do carvão, conforme o ensaio ambiental “Pulmões e Mentes Poluídas”²⁴⁹. O carvão queimado pela usina Jorge Lacerda contamina também o Rio Tubarão que, por sua vez, compromete o riquíssimo sistema do Complexo Lagunar de Laguna. Além de emitir CO₂, causador do efeito estufa na camada de ozônio e de particulados que provocam a temerosa chuva ácida em toda a região sul do país. O professor Henrique Melo Lisboa da UFSC, doutor em poluição atmosférica, realizou uma pesquisa em Tubarão, na área da usina Jorge Lacerda e constatou a presença de acidez muito elevada dentro do parâmetro chuva ácida. Afirma que há chuvas notoriamente ácidas na região próxima a Tubarão.²⁵⁰

As fotos que seguem abaixo são demonstrações da poluição ocorrida na região carbonífera de Criciúma em seu histórico de degradação ambiental. Notadamente a segunda foto chama mais atenção pela coloração avermelhada da água poluída pelo carvão, muito semelhante a sangue:



Áreas degradadas pelo carvão no município de Treviso.²⁵¹

²⁴⁹ SANTOS, Tadeu. Pulmões e Mentes Poluídas, 2002. Artigo dos arquivos da ONG Sócios da Natureza.

²⁵⁰ Ministério Público Federal de Tubarão. Ação Civil Pública. Procurador Celso Antônio Três. 20/10/2004. p. 26.

²⁵¹ Foto de Tadeu Santos.



Água poluída pela mineração, que resultando nessa coloração vermelha devido o contato com o enxofre existente na pirita do carvão.²⁵²

Assim, desde o início da trajetória dos Sócios da Natureza, a partir de 1980, que o Estado de Santa Catarina e a União vêm prometendo a recuperação dessa região. Foram realizados vários projetos na esfera governamental, através de recursos provenientes do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, com a coordenação da SDS, IBAMA, FATMA, EPAGRI, entre outros. Segundo o coordenador da ONG, nenhum projeto ainda foi executado de forma séria e eficiente, fizeram apenas “maquiagens” nas áreas degradadas pela mineração e todos resultaram em rotundos fracassos, sem nenhum benefício à natureza²⁵³. Santos argumenta o seguinte sobre a atuação do Estado na questão do carvão:

Essa é a nossa maior encrenca. Os governos municipais que são afetados diretamente pela poluição do carvão, não têm tomado nenhuma providência, em pelo menos tentar preservar a água, que é o recurso natural mais importante. Os municípios têm tomado atitudes de favorecimento à indústria carbonífera pensando na geração de emprego. A questão ambiental é deixada de lado. Eles recebem o CFEM e não aplicam devidamente. O Estado de Santa Catarina tem sido um dos maiores responsáveis pela degradação ambiental na região

²⁵² Idem.

²⁵³ SANTOS, Tadeu. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 11 de janeiro de 2004. A/A.

carbonífera de Criciúma, porque todos os governos têm apoiado a atividade carbonífera diretamente com incentivos (...)²⁵⁴

Nessa discussão sobre o papel do Estado nos conflitos sócio-ambientais, Martínez Alier descreve que a função dele e também do mercado, é fazer com que os conflitos “pelos condições ecológicas da vida e da produção rapidamente se politizem. Já que o Estado não apenas contribui para a degradação da natureza, mas também se espera que ele regularize, de fora do mercado, esta degradação”.²⁵⁵

O coordenador da ONG denuncia que outras atividades econômicas importantes da região - como cerâmica, plástico, metal mecânica, vestuário, agricultura - não recebem incentivos ou subsídios por parte do governo como a atividade carbonífera. Segundo ele, isso se deve ao fenômeno denominado “cultura do carvão”, que foi o responsável pelo “progresso” de Criciúma, parecendo que agora o governo tem obrigação “paternalista” de cuidar dessa atividade econômica. Sobre esse descaso dos governos, Jairo Cesa também deposita como causa a intensa relação política existente entre os governos e o empresariado da mineração:

Os governos até hoje sempre tiveram respaldo destes grupos econômicos, embora as pressões de fora sejam enormes na busca de soluções, ou seja, fontes alternativas de energia, mas esses grupos têm o carvão ainda como fonte econômica e eles não admitem a troca deste sistema, pois querem manter seus privilégios e os governos durante décadas sempre tiveram o apoio destas empresas e eles têm um vínculo político muito estreito, um apoiando o outro.²⁵⁶

As benesses governamentais concedidas ao setor carbonífero têm fortes raízes seculares, amparadas nas relações lobistas do poder político federal com a oligarquia da região sul catarinense. Outras considerações nesse sentido também são vistas por José Paulo Teixeira em sua obra “Os donos da cidade”.²⁵⁷ O autor demonstra como as elites da cidade de Criciúma se desenvolveram a partir da indústria carbonífera, expõe em sua narrativa o poder e o imaginário político dessas elites, criando toda uma ideologia da mineração que é o centro do seu estudo.

Numa edição do Diário Catarinense em 2000, foi publicada uma nota sobre a atuação dos Sócios da Natureza em relação à problemática do carvão. Ressalta-se quando diz que “A ONG pede a participação mais atuante da classe política, que reconhece o problema, mas parece inerte na busca de soluções racionais”²⁵⁸. Nessa discussão da atuação governamental,

²⁵⁴ SANTOS, Tadeu. Entrevista cit.

²⁵⁵ MARTÍNEZ A. Joan, op. cit., p. 261.

²⁵⁶ CESA, Jairo. Entrevista cit.

²⁵⁷ TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

²⁵⁸ Jornal Diário Catarinense, 06/09/2000, p.8.

uma das dificuldades da relação entre ONGs e Estado, além da burocracia, é o “despreparo e a falta de sensibilização por parte do Estado para determinadas questões. As ONGs, em geral, têm mais condições de compreender os problemas e tentar propor soluções”²⁵⁹.

Seguindo esse raciocínio, verifica-se que essa falta de sensibilização por parte do Estado é uma constatação muito visível em relação ao caos ambiental decorrente da mineração, pois há quase trinta anos que a “Sócios da Natureza” buscam, de diversas maneiras, sensibilizá-lo com o intuito de ver um outro cenário sócio-ambiental para a região. Nessa jornada de tentativas, mais uma que deve ser mencionada é de quando a entidade conseguiu, depois de muitos contatos por e-mails contendo artigos e fotos, trazer uma equipe da Folha de São Paulo a fim de realizar uma matéria sobre os impactos ambientais na Bacia do Rio Araranguá e Urussanga, provocada pela indústria carbonífera. Foi publicada, então, em edição nacional, no dia 28 de dezembro de 2000, uma matéria abordando os dois lados do conflito, uma vez que entrevistou tanto os mineradores quanto os ambientalistas, demonstrando a imparcialidade de um dos mais respeitados jornais do Brasil.

Como resultado de um ajustamento de condutas, promovido pela Procuradoria da República de Criciúma, que tratava da recuperação de áreas degradadas pela exploração do carvão na região carbonífera de Criciúma, a ONG recebeu recursos em 2001 para a confecção de 26 placas de educação ambiental. Estas foram colocadas em vários pontos da região carbonífera, contudo não permaneceram por muito tempo. A entidade foi obrigada a retirar as placas localizadas às margens da BR-101 que abordavam os malefícios da poluição do carvão e até mesmo as que só continham frases de educação ambiental.

A retirada foi a pedido do DNER²⁶⁰, argumentando que o SIECESC também desejava espaço e teria os mesmos direitos de colocar placas pró-mineradoras. As placas implantadas nos municípios com mineração sumiram todas. A Prefeitura de Criciúma retirou as que continham o nome do município associado ao Decreto Federal Nº. 85206/80, que declarava a região como uma das 14 mais poluídas do Brasil. O CDL e a ACIC solicitaram a retirada, pois argumentaram que poderia impedir e prejudicar futuras instalações de indústrias na cidade.

Assim, observa-se nitidamente, nesse caso, como há conflito entre governo municipal e empresários criciumenses para com os ambientalistas. De um lado, estes tentando expor os

²⁵⁹ TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Sociedade civil e Espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 129.

²⁶⁰ Atualmente denomina-se DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes.

problemas na busca de soluções e do outro os que estão preocupados com a imagem da cidade, bem como o desejo de manterem seu *status quo*.²⁶¹

Ao longo dos últimos anos, a coordenação da ONG tem participado praticamente de todas as audiências públicas sobre carvão na região sul do estado e mesmo no estado vizinho do Rio Grande do Sul.²⁶² Uma das primeiras foi a presença na audiência sobre a Usina Jacuí, em Porto Alegre, no ano de 2001. Nos registros da ONG consta que no momento que usaram a palavra para alertar sobre os problemas ambientais da Usina Jorge Lacerda de Capivari de Baixo e da poluição da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, a situação ficou extremamente tensa. Os mineradores e mineiros gaúchos ficaram revoltados e ameaçaram agredir fisicamente os membros da ONG, ordenando em coro para que voltassem para Santa Catarina. Ressalta-se que neste momento receberam o apoio dos Amigos da Terra de Porto Alegre, entidade responsável pelo convite aos Sócios da Natureza.

Entre os questionamentos e críticas levantadas pela ONG sobre a problemática do carvão, uma das principais se refere à água. É o caso, por exemplo, da construção da Barragem do Rio São Bento, no município de Siderópolis/SC. Uma obra em que 450 hectares de terra foram alagados, com um custo superior a 50 milhões de reais para o abastecimento de água de cinco municípios da região sul. A barragem foi construída pela CASAN com recursos federais, quando a ONG entende que deveria ser custeada pelas mineradoras como medida compensatória pelos danos causados aos recursos hídricos da região, onde mais de 70% estão comprometidos²⁶³.

Essa crítica se enquadra naquele princípio do poluidor-pagador, isto é, quem polui deveria assumir o custo da poluição que causa.²⁶⁴ É, portanto, uma responsabilidade social do minerador reparar à população afetada os custos de recuperação do ambiente impactado, pois esse ônus não é responsabilidade nem da população, nem dos cofres públicos, mas tão somente do empresariado que muito enriqueceu à custa da degradação ambiental e social.

Ainda sobre a questão da água, para se ter uma noção de como era o Rio Araranguá antes da poluição causada pelo carvão²⁶⁵, bem como de outros fatores poluentes como os agrotóxicos da rizicultura, o lixo e o esgoto, é muito interessante o livro “Histórias do Grande

²⁶¹ Em outras palavras: “mantendo a sujeira embaixo do tapete”.

²⁶² Lembrando que o estado do Rio Grande do Sul, apesar de possuir uma reserva carbonífera maior que a catarinense, a atividade é considerada bem menor.

²⁶³ Essas informações estão contidas no documento que gerou a Ação Cível contra a CASAN e a FATMA em andamento no Ministério Público de Criciúma, onde o empreendedor não cumpriu com as medidas compensatórias apontadas no EIA – RIMA.

²⁶⁴ SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. p. 34.

²⁶⁵ Vale frisar mais uma vez que o município de Araranguá não possui mineração do carvão, mas, injustamente, recebe no seu rio a poluição decorrente de outros municípios mineradores.

Araranguá”, escrito pelo Padre João Leonir Dall’Alba. Essa obra foi toda constituída através de entrevistas e há vários depoimentos dos antigos moradores que recordam dos bons tempos do Rio Araranguá, como é o exemplo do entrevistado Sr. Pedro Francisco do Posto:

Era botar o espinhel há uns 30 ou 40 anos atrás e físgava. Aí veio a água do carvão. Foi indo, foi indo. Foi um prejuízo grande para a turma daqui. Foi. Antes a gente precisava escalar que o peixe era demais. Cansei de ajudar descarregar canoadas de peixes para serem embarcados para Criciúma. Mas não 50 tainhas, 300, 400, 500.²⁶⁶

Essa realidade descrita pelo Sr. Francisco mudou completamente, pois vários distritos de Araranguá não vivem mais da atividade pesqueira, a qual diminuiu consideravelmente devido à poluição. Em uma matéria publicada em 2001, no Correio do Sul, é dito que as comunidades pesqueiras somam, juntas, cerca de 500 famílias e que há muito tempo os pescadores não vivem mais do ofício. Eis o que diz um antigo pescador: “Meus filhos saíram todos daqui para exercerem outros ofícios, pois ser pescador, hoje em dia, é uma coisa totalmente fora de cogitação”.²⁶⁷

O presidente da Colônia de Pescadores da localidade de Ilhas, Adeirde Lemos Pedroso, lembra com carinho as diversas toneladas de peixes que pescavam no Rio Araranguá: “Eram de 200 a 300 canoas e durante a safra da tainha, por exemplo, que é de três meses, nós pescávamos de 100 a 150 toneladas. Hoje, não chega a 10 toneladas”, lembra acrescentando que não se vê mais bagre no local, até camarão que antes era muito visto, não existe mais.²⁶⁸

Numa matéria especial do Jornal da Manhã sobre o Rio Araranguá, que teve como título “Rio Araranguá: vítima do descaso e descontrole ambiental”, uma das entrevistadas, a professora e pesquisadora do IPAT/UNESC, Nadja Zim Alexandre²⁶⁹, afirma que as atividades ligadas à mineração do carvão ainda é o método que mais impacta a qualidade da água do Rio Araranguá. Coloca que quando pilhas de rejeitos contendo materiais piritosos são dispostos de forma irregular ou em locais inadequados, podem gerar drenagem ácida durante anos ou até mesmo por décadas.²⁷⁰

²⁶⁶ DALL’ALBA. João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997. p.131

²⁶⁷ Jornal Correio do Sul, 21/09/2001, p.03.

²⁶⁸ Jornal da Manhã, 22/03/2008. p. 2

²⁶⁹ Sobre as interações das principais atividades com a qualidade das águas do Rio Araranguá ver sua Dissertação: ALEXANDRE, Nadja Zim. **Análise integrada da qualidade das águas da bacia do Rio Araranguá (SC)**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

²⁷⁰ Jornal da Manhã, 22/03/2008. p. 3

O Rio Araranguá é um dos raros rios no mundo que possui a característica de mudar de cor até duas vezes ao dia, entre o azulado e o esverdeado, sem considerar o “amarronzado” das irrigações do arroz e o amarelado do carvão. “Na cultura popular afirmam ser devido às algas marinhas que em contato com a água do carvão – pH baixo, provoca uma reação química espetacularmente inédita”.²⁷¹

A região sul catarinense está entre as áreas mais críticas do país e de acordo com Adhyles Bortot: “por força de lei federal, deveria estar merecendo um tratamento diferenciado de outras regiões do Estado, em função de sua crítica situação, principalmente no seu sistema hídrico, envolvendo suas três bacias hidrográficas: a do rio Tubarão, do rio Urussanga e do rio Araranguá”²⁷². Em dezembro de 2000 um decreto presidencial criou o Comitê Gestor para a recuperação ambiental da região sul de Santa Catarina, mas que, segundo a “Sócios da Natureza”, foi na realidade um pretexto para contornar a sentença da Justiça Federal de janeiro de 2000²⁷³. Sentença esta que condenou as mineradoras, incluindo, a CSN, na época estatal, e a FATMA, esta por omissão²⁷⁴, a recuperarem ambientalmente o prejuízo causado à região. Desse processo destaca-se o seguinte posicionamento sobre o descaso das empresas mineradoras quanto à situação ambiental:

A crise porque passa - ou passou - o setor carbonífero não serve de pano de fundo para isentar as empresas mineradoras e seus representantes da responsabilidade pela reparação do dano ambiental que causaram. Como qualquer outra atividade empresarial, em uma economia recessiva, mormente porque dependente de medidas governamentais, a mineração se submete aos riscos naturais do empreendimento. O que impressiona e torna falacioso este argumento é a circunstância de nada ter sido feito, pelas empresas mineradoras, durante o período em que a extração do carvão era extremamente rentável. Naqueles tempos, e isto se comprova pela ostentação pessoal de mineradores, sobrava dinheiro, mas muito pouco foi aplicado em sistemas de contenção da poluição ambiental.²⁷⁵

Dentre as dez entidades elencadas pelo decreto para a criação deste Comitê Gestor, está o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, que era presidido na época por Tadeu Santos (gestão 2002/2004), então coordenador da “Sócios da Natureza”. Santos contestou a participação da UNESCO como representante das ONGs sul catarinenses e o fato das reuniões serem realizadas em Florianópolis e Brasília. Numa reunião ocorrida em Florianópolis, no dia 01 de dezembro de 2003, ficou decidido que uma ONG filiada a FEEC seria indicada para

²⁷¹ Depoimento de Tadeu Santos. Jornal da Manhã, 22/03/2008. p. 7

²⁷² BORTOT, op. cit., p. 14

²⁷³ Processo Nº 93.8000533-3, assinada pelo Juiz Federal Paulo Afonso Brum Vaz, da Justiça Federal de Criciúma, como resultado da ação promovida, em 1993, pelos Procuradores da República, Rui Sulzbacher e José Lira Soares, na época, no valor de Cr\$ 3.348.179.847.600.00.

²⁷⁴ Hoje a FATMA não é mais condenada, pois obteve ganho de causa através de um recurso judicial.

²⁷⁵ Processo Nº 93.8000533-4, Ano: 2000. p.37.

ocupar o assento. Porém a indicação cabia ao governo do Estado de Santa Catarina e assim escolheram uma OSCIP de Florianópolis, em vez de uma entidade envolvida com a defesa da poluição causada pelo carvão, bem como em ter sua sede na região afetada.

Segundo o engenheiro de minas e assessor técnico do SIESESC, Cleber Gomes, a atividade carbonífera é “A grande mola mestra do processo de recuperação da região. E o funcionamento do Comitê Gestor depende e é catalisado pelos recursos oriundos das empresas”.²⁷⁶ Todavia, deve-se mencionar que este Comitê não funciona somente com os recursos das próprias empresas como afirma Gomes, há também a contrapartida dos recursos públicos federais para recuperar a região.

As maiores expectativas das ONGs em relação aos órgãos do governo, são de que eles “sejam transparentes, abertos, partilhem o poder de decisão sobre os rumos dos projetos, sejam capazes de formular políticas públicas que incluam as perspectivas das organizações, sejam ágeis e que tenham confiança ao repassarem recursos”²⁷⁷. Nesse sentido é que a ONG questiona vários aspectos deste Comitê Gestor. Entre eles, o de não haver a prestação de contas junto à sociedade, já que se trata do uso de recursos públicos federais. Como também questiona certas posições tomadas pelo Comitê que, segundo o coordenador, é presidido pelo Ministério do Meio Ambiente, porém foi comandado durante dois anos pelo SIECESC, sendo que este é o grande defensor da atividade carbonífera.

Em 2005, o prefeito de Araranguá Mariano Mazzuco, comunicou ao coordenador da ONG que a assembléia dos novos prefeitos da AMESC havia aprovado novos representantes da AMESC para o Comitê Gestor na tarefa de recuperação da bacia carbonífera, ficando o prefeito como titular e Tadeu Santos como suplente. No entanto, de nada resolveu, pois, inexplicavelmente, não houve mais reuniões do Comitê Gestor.

Outra atuação da “Sócios da Natureza”, de grande relevância nesta discussão do carvão, está no movimento criado para impedir a instalação de mais uma usina carbonífera na região, a USITESC com 440MW, a ser construída no município de Treviso. O físico e professor Oswaldo Sevá descreve abaixo a localização da usina, caso a mesma seja construída. Narra de forma que já lamenta a mudança negativa na paisagem com a instalação da empresa:

No norte de Treviso, bem no sopé da Serra Geral, área de muitas nascentes, a uns trinta km do Parque Nacional de São Joaquim. Simbolicamente, projetada UTE seria lá **onde o rio Mãe Luzia poderia continuar a ser limpo**, cheio de quedas e poços, matas e rochas originais, com

²⁷⁶ Jornal Diário Catarinense, 03/03/2003. p.20.

²⁷⁷ TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves, op. cit., p. 127.

a vida que sempre teve... Poderia, mas na prática, a história foi outra: - bem ali, entre o final da estrada das caçambas poeirentas, as terraplenagens arrasadoras da mina da Comin, e os longos e altos taludes de rejeito das minas da Metropolitana, - é que **o rio começa a morrer no inferno do carvão.**²⁷⁸

O projeto dessa usina termoeletrica tem incentivo do governo federal, assim como tem a usina Jorge Lacerda, pois ambas estão incluídas no Programa Prioritário Energético. De acordo com Santos, além dos recursos federais, o projeto também recebe grande incentivo dos governos estadual e municipal, da maioria dos políticos da região e da mídia catarinense. Isso porque o setor carbonífero viveu violenta crise em 1991, quando o governo Collor acabou com a reserva de mercado que garantia a compra do carvão metalúrgico, ocasionando o desemprego de dez mil mineiros na região. Depois se agravou com a privatização da Usina Termoeletrica Jorge Lacerda que foi comprada pela multinacional Tractebel Energia. Esta diminuiu a cota mensal e gerou ainda mais desempregos.

Diante desta condição econômica é que os empresários mineradores, com apoio do governo, consideram como solução para acabar com a crise do carvão, a instalação de novas usinas como a USITESC. Fernando Luiz Zancan, secretário executivo do SIESESC há 18 anos e presidente da Associação Brasileira do Carvão, diz em sua defesa pela implantação de projetos de geração térmica no país que: “a USITESC com um investimento de cerca de R\$ 2 bilhões propiciará aproximadamente 1.500 empregos durante sua construção em 30 meses e cerca de 860 empregos diretos de longo prazo, com uma movimentação econômica anual de R\$ 450 milhões por um período de 30 anos”.²⁷⁹

Certamente que o ponto forte para o setor se amparar é a questão econômica, com destaque para a geração de empregos. Mas todos esses números citados, em termos estatísticos, não são os mesmos contabilizados na questão ambiental. Não mensuram quantos hectares de solo e vegetação serão impactados, quanto de volume de água será comprometida, quanto de emissão de gases poluentes e quanto de pessoas que serão vitimizadas com a poluição.

De um lado há os que defendem a usina pelo seu aspecto econômico, através da geração de emprego e estabilidade ao setor; do outro, os que estão seriamente preocupados com o meio ambiente. Estes condenam ser mais uma usina que irá acarretar mais problemas ambientais para a região que já não suporta mais tantos impactos ambientais. Não acreditam

²⁷⁸ SEVÁ, Oswaldo. **Num Paraíso da Água e da Mata, o Inferno da Pedra Fóssil** (Piemonte da Serra Geral do Sul Catarinense). Relatório da 5ª estadia profissional, a convite, na região. Engenharia Mecânica, Unicamp, Campinas, SP Versão 2, 14 outubro 2001. p. 10.

²⁷⁹ ZANCAN, Fernando Luiz. **Energia para os pobres**. Artigo escrito em janeiro de 2004. Arquivos do autor.

nas declarações dos “repentinos investidores do verde”, de que o projeto da termelétrica está adaptado às exigências ambientais, a qual denominam de “usina verde”.

A comunidade ambientalista protesta argumentando que não existe queima limpa do combustível fóssil considerado o mais poluente do planeta e que também que não há tecnologia que promova a emissão zero na queima do minério. Martinez Alier aborda que os protestos provenientes dos movimentos sociais fazem elevar os custos das empresas ou então dos serviços estatais. Sendo, assim, “têm a função de “internalizar”, em certa medida, as “externalidades”. Porém, geralmente as externalidades apenas serão perceptíveis em um futuro incerto e longínquo”²⁸⁰ É o caso das mineradoras que estão sendo submetidas a se adequar à legislação ambiental e para isso precisam investir em novos estudos e novas tecnologias para efeitos de controle ambiental. Consequentemente, isso gera elevação de custos para a empresa. Ressalta-se então que essas mudanças ocorrem devido à forte pressão exercida pelo movimento ambientalista.

O biólogo e professor João de Deus, ex-coordenador da FEEC, diz: “Não é possível que um setor responsável pela degradação ambiental da região, seja beneficiado com compensação econômica como a que prevê o projeto da usina”. Ele defende que sejam instaladas usinas movidas a gás natural vindo da Bolívia.²⁸¹ Santos, em seu artigo/denúncia, “A insustentável poluição do carvão”, diz que:

Usinas a carvão são verdadeiras encrencas ecológicas, que agravarão ainda mais a crise ambiental. Colocarão a água da barragem e a qualidade do ar da região sob o risco da poluente e perigosa chuva ácida, configurando um verdadeiro caos ecológico na região sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, comprometendo inclusive os Parques Nacionais do Itaimbezinho, Fortaleza e São Joaquim nos Aparados da Serra Geral.²⁸²

Numa matéria publicada no jornal A Notícia, em 2003, a ONG questiona num tom irônico sobre a possível instalação da usina USITESC:

Alguma coisa está fora da ordem, quando o mundo caminha para o uso do hidrogênio como fonte energética, tentando sair do petróleo, o combustível do século XX, ainda existem setores insistindo no carvão, o combustível fóssil do século XIX. Complicado, não?²⁸³

A ONG sempre frisa a baixa qualidade do carvão catarinense, de baixo poder calorífico e de alto teor de cinzas e enxofre. Coloca que o carvão é altamente poluente, não

²⁸⁰ MARTÍNEZ A. Joan, op. cit., 262.

²⁸¹ Jornal A Notícia, 25/01/2001, p.7

²⁸² SANTOS, Tadeu. **A insustentável poluição do carvão**. 2000. Artigo dos arquivos da ONG Sócios da Natureza.

²⁸³ Jornal A Notícia, 29/11/2003, p.5

tendo, deste modo, condições de competitividade com o carvão de outras regiões.²⁸⁴ Não apenas condenam o carvão como fonte energética, como também procuram soluções ao incentivar a busca e implantação de outras alternativas de energia, limpas e baratas, como eólica, solar, gás e biomassa.²⁸⁵ Sobre essas chamadas fontes renováveis de energia, Zancan ironiza dizendo que as mesmas dependem do humor de São Pedro, de que é necessário investir numa “base de energia firme para que se tenha a quantidade e qualidade de energia necessária para o crescimento econômico, que somente poderá ocorrer com a disponibilidade e segurança energética”²⁸⁶.

A reivindicação da Sócios da Natureza não é que as minas de carvão em atividade sejam desativadas. Não concordam é que novas minas sejam abertas com a mesma facilidade proporcionada pela FATMA ao longo dos anos. “Não é porque a mineradora cumpre com as exigências que o órgão licenciador pode liberar a atividade. É preciso considerar a aceitação do empreendimento pela comunidade que poderá ser afetada. Nesse caso, entendemos que cabe a aplicação do Artigo 225 da Constituição Federal.”²⁸⁷ Sevá tem um posicionamento bem categórico quanto à instalação da USITESC:

Se a mineração não houvesse alterado as vazões e contaminado o rio Mãe Luzia e vários de seus afluentes, **esta nova cirurgia no paraíso não seria necessária**. Não pára aí a novela: a obsessão carbonífera está há alguns anos, empenhada em convencer a todos os sul catarinenses de que **mais uma usina de 400 MW** ali em Treviso pode ser “não – poluente”, mesmo queimando minério de carvão ruim e rejeitos piritosos das próprias pilhas ali já formadas.²⁸⁸

Ainda, de acordo com Sevá, vale registrar uma informação estritamente técnica, mas de suma importância quanto à discussão da água para o funcionamento da USITESC, baseando-se na usina Jorge Lacerda em Tubarão:

(...) uma usina termelétrica deste tipo tem o seu coração formado por um gerador elétrico acoplado a uma turbina, acionada por vapor de alta pressão e temperatura, produzido pela queima de carvão em caldeiras de grande porte, ou seja, usa muita água. Para as seis caldeiras mais antigas da usina em Tubarão, (potência equivalente a 440 MW), são captados do rio Tubarão, até quinze metros cúbicos de água por segundo, a maior parte usada para condensar o vapor em ciclo aberto, esquentando a água do rio na descarga do condensador; a caldeira da unidade 7 (equivalente a 350 MW, possivelmente a maior do país), produz mil toneladas por

²⁸⁴ Jornal da Manhã, 07/09/2000, p.15

²⁸⁵ Enquanto a taxa média anual da energia eólica (25,1%) e solar (20,1%) cresce no mundo, a derivada do carvão diminui (-0,1%).

²⁸⁶ ZANCAN, Fernando Luiz. **Deixar as opções energéticas em aberto**. Artigo escrito em outubro de 2006. Arquivos do autor.

²⁸⁷ **Relatório sobre os impactos do carvão em nossas vidas**. 2008. Relatório escrito em nome do “Movimento pela Vida”. Arquivo da ONG Sócios da Natureza. Encontra-se na íntegra, em anexo.

²⁸⁸ SEVÁ, op. cit., p. 10.

hora de vapor, e sua torre de resfriamento da unidade 7 é uma das maiores do país, podendo perder por evaporação centenas de litros por segundo, talvez mais de mil litros.²⁸⁹

Das audiências públicas sobre a USITESC, vale destacar a terceira realizada no município em que pretendem construir a usina, ocorrida no dia 16/05/2006. Houve a participação de aproximadamente 500 pessoas no salão paroquial e com uma duração de quase quatro horas de debate. Foi uma audiência tranqüila no sentido de que, usualmente, as audiências sobre o tema carvão são sempre muito acaloradas, com vaias e até confrontos.

É sempre grande a presença de trabalhadores mineiros nessas audiências, reunindo ônibus lotados de toda a região. Dentro do ambiente, os mineiros ficam posicionados na parte de trás formando um “paredão” e atentos às manifestações feitas após a exposição do projeto pelo empreendedor. Ou seja, quando o discurso é favorável à construção da usina ou à abertura de mina, eles ficam eufóricos e aplaudem fortemente, mas quando são intervenções ao contrário de seus interesses, quando representantes da comunidade ambientalista discursam, eles muitas vezes interrompem com berros e vaias.

Além dos mineiros, estavam presentes nessa audiência alguns vereadores; a prefeita de Treviso, Lúcia Cemolin; moradores de Treviso representados pelos agricultores que serão afetados pela barragem pela dificuldade de locomoção, mudança de vida, quanto pelo receio de ficarem sem água potável; por montanhistas preocupados com o comprometimento da Mata Atlântica nas encostas dos Aparados da Serra, através da emissão de partículas e gases das chaminés da usina; pela comunidade ambientalista do sul catarinense, através das entidades que integram o Movimento pela Vida, presença sempre confirmada nessas audiências, e por fim o destaque ao comparecimento de ambientalistas de outros estados, como os representantes dos Amigos da Terra Brasil, de Porto Alegre e do GT Energia do Fórum Brasileiro de ONGs, que contribuíram com questionamentos bem fundamentados em relação à contaminação do ar e da água, o mesmo fazendo os técnicos de Brasília pertencentes ao Ministério Público Federal.

De acordo com os vários artigos e textos/denúncia escritos pelo coordenador da ONG sobre o caso USITESC, chamam a atenção os seguintes aspectos: clamam por mais audiências públicas, previstas em lei, para dirimir bem as dúvidas sobre o projeto; criticam o EIA-RIMA elaborado pela UNESC, na qual afirmam que não é um documento completo, que não atende a todos os aspectos legais exigidos pela legislação ambiental municipal, estadual e federal e por fim o alerta de que o mundo caminha na busca de fontes renováveis de energia.

²⁸⁹ Ibidem, p. 10.

Quanto a essa última questão, o discurso do setor minerador é bem enfático ao dizer que o “velho” carvão está agora com uma roupagem “nova”: “(...) o velho combustível fora de moda se remodelou, investiu em tecnologia e se credencia para sustentar o desafio das políticas energéticas mundiais, que devem conciliar a economicidade, a segurança energética e a compatibilidade ambiental”.²⁹⁰

Em mais um de seus textos de crítica contundente ao setor minerador e ao governo, denominado “Verdades não-ditas sobre a queima do carvão mineral” é feita uma alegoria, preocupante, caso seja construída a usina USITESC: “a retirada de água do rio Mãe Luzia para a usina é o mesmo que tentar retirar sangue de um anêmico”.²⁹¹ Já nos diversos alertas contidos no “Relatório dos impactos que o carvão causa em nossas vidas”, chama atenção o que diz:

O mundo inteiro está preocupado com o aquecimento global e condena a queima dos combustíveis fósseis, considerado o principal responsável pelas mudanças climáticas, mas parece que aqui no sul de SC as autoridades não se incomodam com esta verdade, mesmo sendo inconveniente, pois apesar de toda a degradação ambiental, continuam a licenciar novas minas e usina a carvão.²⁹²

A ONG adverte que se a USITESC for construída estará contrariando o Protocolo de Kyoto; as recomendações aprovadas nas Conferências de Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente; as diretrizes do Estatuto da Cidade e da Agenda 21; a Lei de Crimes Ambientais 9.605/98 e o artigo 225 da Constituição Brasileira.²⁹³ Na Ação Civil Pública de 2005, movida pelo Ministério Público Federal de Tubarão, consideraram-se as usinas a carvão como as mais poluentes do mundo: “raras as atividades tão nocivas à qualidade de vida quanto às termoeletricas a carvão mineral: a indústria mais poluente do planeta, letal à camada de ozônio, dada a brutal emissão!”²⁹⁴

Em contraponto o setor carbonífero argumenta que não se deve descartar nenhuma forma de produção de energia, dando a entender que para o setor poder permanecer com o carvão como fonte energética, deve-se considerar o uso de todas as fontes disponíveis, sejam elas poluidoras ou não: “não se pode demonizar nenhuma forma de energia, precisamos de

²⁹⁰ ZANCAN, Luiz Fernando. *O démodé volta*. Artigo escrito em junho de 2006. Arquivo do autor.

²⁹¹ SANTOS, Tadeu. *Verdades não-ditas sobre a queima do carvão mineral*. 2005. |Artigo dos arquivos da ONG Sócios da Natureza.

²⁹² *Relatório dos impactos que o carvão causa em nossas vidas*, 2008. Relatório escrito em nome do “Movimento pela Vida”. Arquivo da ONG Sócios da Natureza. Encontra-se na íntegra, em anexo.

²⁹³ SANTOS, Tadeu. *Usina a carvão na contramão da história*. 2007. Artigo dos arquivos da ONG Sócios da Natureza.

²⁹⁴ Ministério Público Federal de Tubarão. Ação Civil Pública. Procurador Celso Antônio. 2004. p.62

todas e devemos usá-las todas de maneira ambientalmente correta visando reduzir a pobreza e seu impacto ambiental”.²⁹⁵

Na última audiência sobre a USITESC, ocorrida no dia 10/11/2007 em Treviso, portanto antes da emissão da LAP emitida pela FATMA, o empreendedor apresentou um outro sistema para o resfriamento das turbinas da usina, ou seja, que passará de úmido para seco. Com isso argumentou que será reduzido o uso da água a ser captada no frágil Rio Mãe Luzia. Porém, mesmo assim, contraria as diretrizes da lei federal 9.433/97 que determina em casos de escassez a prioridade ao consumo humano, à dessedentação de animais, à agricultura e por último à indústria. Segundo a ONG, infelizmente o Procurador da República em Criciúma, Dr. Darlan Dias, declarou nesta audiência que o EIA-RIMA atendia a todas as exigências da legislação ambiental, motivando desse modo a FATMA emitir licença ambiental favorável à instalação da usina.

Numa outra audiência pública sobre o carvão, realizada no dia 30/10/2007 na UNESC e promovida pelo Ministério Público Federal e Justiça Federal, a ONG solicitou importantes questões para que sejam consideradas e encaminhadas, como: a inclusão no Grupo de Trabalho Ambiental - GTA de um representante da sociedade civil e dos Comitês de Bacias afetados pela poluição da mineração; que as calhas dos rios passem a ser consideradas áreas degradadas pela atividade carbonífera e que seja feita a inclusão das mineradoras que não foram condenadas e que continuam poluindo os recursos naturais, sobretudo os hídricos.

De todas as participações da “Sócios da Natureza” na temática do carvão, uma das mais tensas e marcantes no seu histórico, foi a última audiência em que participaram no dia 27/11/2007 em São Roque, município de Forquilha, sobre uma mina em operação nessa localidade. No final da audiência, Tadeu Santos pediu questão de ordem para fazer um apelo ao representante da FATMA, Alexandre Carniele e a Procuradora da República, Dra. Flávia Nóbrega, para que os mesmos paralisassem as atividades da Cooperminas em São Roque até que os problemas denunciados pela comunidade fossem solucionados.

Os agricultores integrantes dessa localidade reclamaram durante a audiência sobre as rachaduras nas suas casas, o barulho de explosões na madrugada e a inexistência de água nos açudes e poços, num lamento e clamor público da comunidade nunca antes presenciados pelo ambientalista em sua trajetória pela defesa do meio ambiente. Porém, durante a fala do coordenador da ONG, o ex-deputado José Paulo Serafim²⁹⁶ e outros sindicalistas conseguiram-no interromper aos berros, mesmo sob a interferência da coordenação da

²⁹⁵ ZANCAN, Fernando Luiz. **Com os pés no pobre chão**. Artigo escrito em junho de 2006. Arquivos do autor.

²⁹⁶ José Paulo Serafim foi presidente do Sindicato dos Mineiros.

FATMA, gerando inclusive a retirada da Procuradora da República que, momentos depois, voltou à mesa, enquanto o ambientalista retornava ao microfone para concluir o apelo.

A tensão foi ainda maior após a audiência quando o mesmo foi ameaçado pessoalmente pelo ex-deputado, situação que não se agravou porque estava acompanhado de seus colegas ambientalistas e agricultores, que chamaram a polícia para escoltá-lo. O mesmo foi aconselhado a retirar-se urgentemente do local para não arrefecer os ânimos dos mineiros presentes.

Essa mina em São Roque está funcionando sem licença ambiental por força de um Termo de Ajuste de Condutas - TAC promovido pelo Ministério Público Federal de Criciúma, portanto sem um Estudo de Impacto Ambiental - EIA para orientá-la.

As críticas feitas pela ONG contra o funcionamento de algumas minas e abertura de novas se fundamentam em vários aspectos, entre eles destaca-se:

Que toda a defesa de novas tecnologias de exploração do combustível fóssil carvão não se fundamenta quando a água do rio Mãe Luzia que forma o Rio Araranguá tem um pH 3; que a emissão de gases efeito estufa das chaminés da usina Jorge Lacerda/856MW, em Capivari de Baixo, é monitorado pela própria usina em vez de ser pela FATMA; que os EIAs perderam a credibilidade perante a opinião pública, pois não apontam os impactos ambientais para agradar o empreendedor; que o órgão licenciador deveria ter coragem de negar a licença de atividades potencialmente e comprovadamente poluidoras e que o Ministério Público Federal deveria não permitir mais abertura de mina de carvão mineral enquanto não se resolvessem os gravíssimos conflitos ambientais na região e enquanto não houvesse a adoção de novas políticas públicas na geração energética contemplando as fontes não poluentes e renováveis.²⁹⁷

Devido à extrema preocupação com a possível instalação da USITESC, mas também com outros assuntos relevantes de conotação sócio-ambiental, a ONG procura requerer, sempre que possível, reunião com os Procuradores da República de Criciúma e com os Promotores Públicos Estaduais para expor os principais problemas da região e por acreditar que o Ministério Público é uma instituição atuante e, devido a seu papel de averiguação, remete a expectativa de que surtirão reais efeitos positivos ao meio ambiente e à sociedade civil.

O termo sociedade civil engloba um amplo leque de experiências dos diversos tipos de organizações, entidades, grupos, associações, incluindo ONGs e os diferentes movimentos sociais. Sociedade civil configura-se, portanto, “como um amplo e diverso conjunto de experimentações de organização política, que abriga diferentes objetivos e projetos”.²⁹⁸ As ONGs, teoricamente, apresentam como público alvo a sociedade civil. No caso das ONGs

²⁹⁷ Histórico da ONG Sócios da Natureza de 1980 a 2008. Arquivos da ONG.

²⁹⁸ Dossiê: **Os Movimentos Sociais e a Construção Democrática**. In: IDÉIAS—Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Ano 05, 1998-1999, p. 14.

ambientalistas todas, a princípio, deveriam ter como objetivo primordial a preservação da natureza que, conseqüentemente, beneficiará a sociedade civil como um todo. Pensando assim é que foi construída a principal finalidade da “Sócios da Natureza”, virando até uma espécie de slogan empregada constantemente pela entidade, qual seja: *“lutar pela preservação da natureza e uma melhor qualidade de vida para a região sul de Santa Catarina”*.

Nesse contato da sociedade civil com o Ministério Público, citam-se como exemplos, a reunião no dia 18/11/2005 com os procuradores Dr. Darlan Dias e Dr. Ricardo Kling Donini, momento em que o coordenador apresentou resumidamente um diagnóstico ambiental da região sul de Santa Catarina, desde a preocupação com a possibilidade de instalação da USITESC até a devastação na área de mangues às margens do Rio Araranguá. Na reunião do dia 20/11/2006 com o Dr. Darlan Dias e a Dr^a Flávia Nóbrega, foi feita uma apresentação de diversos temas relacionados ao meio ambiente da região, sobretudo a preocupação com os licenciamentos ambientais de projetos e obras como a USITESC, Barragem do Rio do Salto, Interpraías e Duplicação da BR 101. Segundo o coordenador da ONG, a discussão é sempre com muito interesse e disposição por parte dos procuradores.

A coordenação da ONG, representada por Tadeu Santos e pelo advogado José Mário De Boni, apoiador da ONG, em visita ao Promotor de Justiça da Comarca de Criciúma no mês de março deste ano, denunciou a FATMA e o setor carbonífero como responsáveis pela irregular emissão da LAP da USITESC. O Promotor Luciano Naschenweng solicitou, então, que a ONG elaborasse um relatório, acompanhado de um dossiê, sobre o processo de licenciamento da usina. Prometeu a instauração de Inquérito Civil Público, objetivando o esclarecimento das denúncias formuladas pela entidade. Observa-se que uma das principais solicitações dos Sócios da Natureza na denúncia, é que seja cumprida a resolução do CONAMA que determina a realização de quantas audiências públicas forem necessárias ao esclarecimento dos impactos ambientais à população afetada.

A repercussão da atuação da ONG nessa constante resistência contra abertura de minas e construção de usinas, fez com que recentemente recebessem convite para participar de audiência pública no estado do Ceará, uma vez que a multinacional Vale do Rio Doce está pretendendo instalar uma usina termoelétrica a carvão no interior do estado nordestino. Porém como nesta região não há reservas de carvão, terão que importar o minério, caso seja aprovado o projeto. Em Sepetiba, no Rio de Janeiro, um plebiscito decidiu pelo impedimento da construção de uma usina a carvão com minério importado, o que não provocaria poluição decorrente da mineração, apenas das chaminés da usina. Situação similar ocorre no Pará, Maranhão e no Ceará onde estão tentando implantar usinas a carvão mineral, mas segmentos

organizados da sociedade civil com apoio do Ministério Público Estadual e Federal estão tentando impedir a instalação.

Ainda abordando a questão das usinas termoeletricas, no ano de 2005 a Justiça Federal condenou a TRACTEBEL a indenizar vítimas de doenças pulmonares da região²⁹⁹ e a elaborar novo EIA-RIMA da usina Jorge Lacerda de Capivari de Baixo. A Ação Civil Pública foi impetrada pelo procurador Celso Três, da Procuradoria de Tubarão, que condenou também a ANEEL, a FATMA, o IBAMA por não procederem qualquer fiscalização e a União por conceder inúmeros incentivos igualmente à revelia da tutela ambiental.

Na referida ação, o procurador Celso Três faz diversos questionamentos pertinentes em relação ao EIA-RIMA, que obrigatoriamente devem ser aqui citados: Onde estão os estudos e respectivas providências? Onde está o controle meteorológico? Onde estão os sensores (medidores) nas chaminés? Onde estão as unidades móveis de controle? Onde estão os monitores desses poluentes? Onde está o controle da chuva ácida? Onde está o controle dos filtros? Onde está a medição do ozônio? Onde está a medição do mercúrio, cloro, flúor, iodo etc? Quem afere o verdadeiro teor de enxofre? Onde estão as medidas compensatórias?

Questiona que a TRACTEBEL é a maior termoeletrica da América Latina, que fornece 68,6% de toda a energia elétrica consumida em Santa Catarina e 38,1% no Rio Grande do Sul, mas que jamais teve um EIA-RIMA idôneo. Ironiza quando coloca que por ser a TRACTEBEL uma multinacional com sede em Bruxelas, na Bélgica, a propagação da poluição não chegará aos domicílios da Europa, onde o meio ambiente é devidamente protegido, mas lá chegarão, sim, os extraordinários lucros da empresa.

Conforme descrito no referido processo, a TRACTEBEL, ANEEL, FATMA, IBAMA e a União foram condenadas pelo Ministério Público Federal pela “tragédia ambiental carbonífera no sul de Santa Catarina”. Essa Ação Civil Pública se apresenta num excelente material para diagnosticar a realidade da região afetada pela mineração, bem como os responsáveis pelo “terrorismo ambiental”, expressão utilizada no processo.

Um texto/denúncia da “Sócios da Natureza” também fez parte da fundamentação da ação, conforme demonstra o e-mail abaixo enviado pelo procurador ao coordenador da ONG:

Informe que o Ministério Público Federal (MPF), através da Procuradoria da República em Tubarão, está ultimando Ação Civil Pública que será ajuizada contra a Gerasul (Tractebel), Ibama, Aneel e Fatma, entre outros pedidos, requerendo seja novamente elaborado EIA-RIMA da Jorge Lacerda, bem assim reparados os danos ambientais provocados. Na instrução da

²⁹⁹No processo utilizou-se o termo “danos materiais e morais difusos”.

ação, o MPF colheu material veiculado pelos Sócios da Natureza, a quem louva-se pela estóica luta em favor do meio ambiente. Saudações, Celso Três – Procurador da República.³⁰⁰

A TRACTEBEL, em nome do Diretor de Meio Ambiente, o engenheiro José Lourival Magri, tentou em diversas situações convencer o ambientalista a visitar a usina, quando finalmente foi realizada no dia 28 de março de 2007. A entidade considerou importante estender o convite a outras doze entidades de Araranguá e região, sendo acolhida pela diretoria da empresa. Foi um total de 28 pessoas, sendo composta por: integrantes da Sócios da Natureza, OAB, Igreja Episcopal, SINTE, AESC, Colônia de Pescadores, Sindicato Rural, entre outros. Primeiramente os visitantes assistiram a uma apresentação audiovisual sobre a empresa, depois conheceram as instalações e o processo de transformação da queima do combustível fóssil em energia, finalizando com um debate com técnicos da empresa.

A “Sócios da Natureza” oportunizou a visita para a entrega de um documento com uma série de propostas, com a finalidade de tentar reduzir os impactos sociais e ambientais na região, como a emissão de CO₂ na atmosfera e a adoção de medidas compensatórias de abrangência regional. As propostas foram:

Patrocinar a realização de uma conferência na região, com objetivo de promover o debate democrático sobre os impactos que a exploração e queima do carvão causam aos recursos naturais e a vida das pessoas; doar às entidades participantes do evento e a rede de ensino da região 1000 (mil) exemplares do DVD “Uma Verdade Inconveniente”, do renomado ambientalista Al Gore; patrocinar um programa de cunho educativo ambiental com a implantação de placas em pontos de relevância e interesse ecológico da região; apoiar a formação e viabilização de um Grupo de Acompanhamento e Monitoramento, com a tarefa de fiscalizar as emissões produzidas pelas chaminés da usina^{301 [59]} e apoiar as eventuais reivindicações de prefeituras, órgãos e entidades que apresentarem projetos de conteúdo e significância ambiental comprovada.³⁰²

No final desse documento entregue ao diretor de meio ambiente da TRACTEBEL, a ONG expressa otimismo no alcance das proposições encaminhadas, sobretudo quando coloca:

Acreditamos que a tentativa de aproximação da empresa Tractebel com a sociedade civil organizada da região sul de Santa Catarina é louvável, apesar de alguns setores da comunidade ambientalista ver com receio e desconfiança. Se as conversações forem bem tratadas, se ambos recuarem de um lado e cederem de outro, existem possibilidades de a natureza e a população em geral afetada pelos impactos causados pela exploração e queima do carvão, serem beneficiadas de fato.

³⁰⁰ E-mail enviado pelo procurador Celso Três ao coordenador dos Sócios da Natureza, Tadeu Santos, em 02/08/2004.

³⁰¹ Não há censores nas chaminés, faz-se apenas um precário exame da qualidade do ar no entorno da usina. Informação extraída da Ação Civil Pública, Ministério Público Federal de Tubarão. Procurador Celso Antônio Tres, p.22.

³⁰² Histórico da ONG Sócios da Natureza de 1980 a 2008. Arquivos da ONG.

No entanto, de acordo com a “Sócios da Natureza”, até o momento não foi atendida nenhuma das referidas propostas. Ao passo que se forem analisadas atentamente, a grande maioria vai contra os interesses da empresa, porém permanece a dúvida sobre a razão pela qual a empresa convidou a entidade ambientalista que mais faz críticas e tem coragem de se posicionar contra a sua matéria-prima: o carvão.

Sobre a divulgação na mídia do conflito sócio-ambiental que é a questão do carvão, destaca-se a ocasião em que a ONG foi convidada a acompanhar uma equipe do Fantástico da Rede Globo que esteve na região para fazer uma matéria sobre as áreas degradadas e os rios poluídos pelo carvão em abril de 2004. A matéria foi veiculada no mesmo mês, exibindo as imagens do Rio Mãe Luzia, que em todo o seu curso apresenta águas ácidas, tendo somente sua nascente preservada. A matéria também veiculou um breve depoimento do conselheiro da ONG, Jairo Viana. O fato é de extrema relevância porque mostrou em rede nacional a gravidade da realidade sócio-ambiental da região sul catarinense, sendo que o Fantástico é a revista eletrônica de grande credibilidade e forte formadora de opinião.³⁰³

Outro exemplo de destaque foi quando um dos jornais de maior circulação regional, a Tribuna de Criciúma, teve a iniciativa de realizar uma espécie de debate sobre o carvão, de forma imparcial, já que convidou dois representantes do setor minerador, um do movimento ambientalista e um do Ministério Público, respectivamente os convidados foram: Fernando Zancan do SIESESC; Damião Guedes da SATC; Tadeu Santos da “Sócios da Natureza” e Darlan Dias, Procurador da República. “Nos últimos tempos, falar sobre o carvão no Sul do Estado desperta reações que vão do apoio ao potencial de crescimento do setor aos riscos da mineração”, essa é a citação que inicia a matéria intitulada “Cinco perguntas sobre o Carvão”, publicada em 2006.³⁰⁴

Os convidados foram envolvidos com as seguintes questões: O que o setor carbonífero ainda pode representar para a região? Que obstáculos é preciso superar? Há tecnologias para o desenvolvimento sustentável do setor? Quais os riscos de segurança, saúde e meio ambiente que a retomada do setor pode trazer e como eles podem ser evitados? O passivo ambiental está sendo tratado?

Foram questionamentos muito consistentes e oportunos. Vale ressaltar duas respostas. Uma do Procurador Darlan Dias quando diz: “*O carvão mineral deve fazer parte da matriz*

³⁰³ Outro exemplo é quando a coordenação da ONG conseguiu, por meio da internet, fazer com que o casal Gerard e Margi Moss do “Projeto Brasil das Águas” (ver site: www.extremoss.com.br) sobrevoasse a Bacia do Rio Araranguá para fazer registro fotográfico da poluição do carvão.

³⁰⁴ Tribuna do Dia, 20/09/2006.

energética nacional? Em que proporção? Vale a pena explorar carvão mineral, apesar dos riscos ambientais envolvidos? Na minha opinião essas perguntas precisam ser respondidas pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional.” Pode-se verificar que o procurador repassou as questões e, conseqüentemente, a responsabilidade da “questão do carvão” para o governo federal.

A outra citação a ser destacada é quando o engenheiro Fernando Zancan comenta: “*As formas de atuação do passado foram fruto de outros tempos, outros conceitos e outra mentalidade. As pessoas insistem em voltar ao passado e não olham a evolução e o que temos pela frente. O maior desafio é mudar a imagem*”. Ou seja, Zancan tenta, nessa fala, demonstrar que a imagem de atividade poluidora é coisa só do passado, que hoje a atividade segue a legislação ambiental e para tanto precisa conquistar a credibilidade da opinião pública para fortalecer o setor.

Apesar de haver a divulgação de algumas matérias e notícias isoladas, a comunidade ambientalista envolvida na discussão do carvão, reclama da omissão da mídia (tanto rádio, televisão, quanto impressa), sobretudo a da região sul-catarinense, pois não publicam ou divulgam algo que possa prejudicar os interesses do setor carbonífero. Segundo Tadeu Santos, isso ocorre com os veículos de comunicação porque “uns têm o sindicato das mineradoras – SIESESC, um potencial cliente, outros porque são amigos políticos dos mineradores e outros porque são de propriedade das mineradoras”³⁰⁵. Exemplificando, teve-se a situação ocorrida no ano de 2001 quando o coordenador concedeu uma entrevista para um programa da Rádio Araranguá (de propriedade de um criciumense). Durante a leitura de um texto sobre os danos que a poluição do carvão causa ao Rio Araranguá, o proprietário da emissora entrou rapidamente no estúdio da rádio e interrompeu ao vivo a entrevista. Em seu artigo “Privatização do lucro e a socialização da poluição”, Santos afirma que:

A Mídia divulga e publica tudo que a atividade carbonífera faz ou deixa de fazer. Seduzidos pela ganância infecciosa, o honesto e permanente compromisso com a isenção, com a verdade e com a ética, sucumbiram diante de outros interesses imediatistas. A TV, as Rádios e os Jornais estão levando tão a sério a divulgação do produto do “cliente amigo”, que esqueceram de alguns detalhes vitais que, inquestionavelmente, também precisam deles para viver, como a Água, a Terra, o Ar, a Flora e a Fauna, enfim, a sofrida biodiversidade do Sul de Santa Catarina.³⁰⁶

³⁰⁵ SANTOS, Tadeu. **Mídia Omissa**, 2005. Arquivos da ONG Sócios da Natureza.

³⁰⁶ SANTOS, Tadeu. **Privatização do lucro e a socialização da poluição**, 2006. Arquivos da ONG Sócios da Natureza.

Em seu outro artigo intitulado “A insustentável poluição do carvão”, é feito um alerta à imprensa nacional, dizendo:

O Ibama e a imprensa nacional dão atenção e destaque aos acidentes ecológicos, como o vazamento de óleo provocado pela Petrobrás no Rio Iguaçu-PR, que é insignificante comparado ao “eterno acidente” que a mineração do carvão provoca com o “vazamento de enxofre/metais pesados” nas Bacias do Rio Araranguá, Urussanga, Tubarão e no complexo Lagunar de Laguna.³⁰⁷

Para o ambientalista criciumentense João Marino, integrante do Movimento pela Vida, o forte investimento na mídia, principalmente em Criciúma, referente a tudo que seja “Pró-Carvão”, deve-se ao fato de que duas rádios e os dois jornais de circulação diária são de propriedade de mineradores ou dependem de seus patrocínios. “Difícilmente estes veículos conseguem ser isentos quando o assunto é meio ambiente e/ou mineração. Nesses temas, frequentemente omitem os fatos, nomes, causas, datas”³⁰⁸ Dessa forma, isso é extremamente prejudicial porque não permite ao público uma leitura e interpretação imparcial e segura dos fatos ocorridos, já que relatam e divulgam apenas a versão do setor carbonífero.

A “Sócios da Natureza” possui parceria com outras entidades e ONGs do país, o que torna um aspecto muito positivo para os resultados da atuação do movimento ambientalista como um todo, fortalecendo e legitimando mais as ações empreendidas. Um exemplo foi a participação, a convite do Greenpeace³⁰⁹ e dos Amigos da Terra Brasil, na ação “Coalizão Carvão Não”, realizada em Florianópolis em 01/06/2004, na qual prestou apoio logístico a uma manifestação feita pelos integrantes do Greenpeace.

Essa manifestação foi realizada por um grupo de cerca de 15 pessoas que vestiram camisas semelhantes ao do Criciúma Esporte Clube com os seguintes dizeres: “*Carvão mineral, Poluição Global*”, uma criativa ironia ao slogan do time: “*Carvão mineral, Energia nacional*”, que é patrocinado por empresários mineradores. Para completar e chamar a atenção de forma sutil, sem vozes como usualmente acontecem os protestos, os manifestantes pintaram a cara de branco com fortes olheiras para produzir uma aparência de doentes. E assim saíram espalhados pelas principais ruas do centro de Florianópolis (como se verifica na

³⁰⁷ SANTOS, Tadeu. **A insustentável poluição do carvão**, 2000. Todos esses artigos citados, bem como muitos outros pertencentes ao arquivo da ONG Sócios da Natureza, encontram-se nos seguintes blogs:

www.sociosdanatureza.blogspot.com

www.aramericano.blogspot.com

www.tadeusantos.blogspot.com

³⁰⁸ VIEIRA, João Marino. **Memórias e argumentos do movimento ambiental na região sul de Santa Catarina**. Artigo escrito, em 2007, para o segundo volume do livro “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina”.

³⁰⁹ Ver site: www.greenpeace.com.br

imagem abaixo) totalmente mudos, caminhando muito devagar, uns simulando que estavam desmaiando e outros que estavam completamente sufocados, tudo isso para dar a impressão que estavam morrendo da doença do carvão: a pneumoconiose.



Manifestação na Praça XV de Florianópolis³¹⁰



Protesto com faixas na frente da Praça da Alfândega de Florianópolis³¹¹

³¹⁰ Foto de Juliana Vamerlati Santos

Na ocasião, ocorreu também, no auditório da FATMA, o lançamento do livro “Carvão: o combustível de ontem”, realizado pelos Amigos da Terra Brasil que é membro da Federação “Friends of the Earth International”. O livro teve apoio do Greenpeace e do “The New World Foundation” e com a participação da “Sócios da Natureza” através da ilustração de várias fotos de Tadeu Santos sobre os lagos ácidos, planícies lunares e rios poluídos, inclusive na capa e contracapa.

Essa publicação é uma contribuição à literatura “não oficial” do carvão, já que a grande maioria dos livros trata da história do setor carbonífero, sem discutir os impactos sociais e ambientais. Esse livro tem por objetivo revelar o lado perverso do carvão, a relação com as mudanças climáticas, a poluição e a saúde pública, entre outros aspectos. É didático, com ricas informações e imagens, finalizando com propostas para a construção de uma economia mundial sustentável calcada diretamente na energia solar. Da parte final do livro ressalta-se a citação de Hermann Scheer³¹² quando diz que o carvão é “a energia fóssil que a economia mundial deve sua prosperidade, mas é esta mesma base energética que agora a arrasta à perdição”³¹³.

Outro exemplo de parceria com as entidades foi a organização do “Primeiro Encontro da Região Sul sobre Fenômenos Naturais, Adversidades e Mudanças Climáticas: suas causas, efeitos e necessidades de adaptação”, em Araranguá. Foi realizado no mesmo mês que completou um ano da ocorrência do inédito Furacão Catarina, fenômeno ocorrido em março de 2004 que atingiu principalmente os municípios de Araranguá, Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Passo de Torres e Torres/RS. Na polêmica e magistral obra de Al Gore, “Uma verdade inconveniente”, faz-se referência ao Furacão Catarina: “Em 2004 foi preciso reescrever os livros de ciência. Eles antes diziam: é impossível haver furacões no Atlântico Sul. Mas naquele ano, pela primeira vez, um furacão atingiu o Brasil.”³¹⁴.

Esse evento foi idealizado e organizado pelos Sócios da Natureza, porém para sua realização foi fundamental o apoio da AMESC, Assembléia Legislativa de Santa Catarina, ELETROSUL, Amigos da Terra e do GT - Energia e Clima do FBOMS. Houve a participação de aproximadamente 700 pessoas da região sul de Santa Catarina e litoral norte do Rio Grande do Sul, enfatizando que houve participantes de doze estados brasileiros,

³¹¹ Idem.

³¹² Autor do livro “Economia Solar Global”, membro do parlamento alemão e presidente do Conselho Mundial de Energia Renovável.

³¹³ MONTEIRO, Kathia Vasconcelos. op. cit., p. 9

³¹⁴ GORE, Al. **Uma verdade inconveniente** – o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global. Tradução Isa Mara Lando. Barueri, SP: Manole, 2006. p. 84.

palestrantes gabaritados, inclusive com a presença de dois estrangeiros. O encontro foi noticiado até numa das edições da Revista National Geographic, cita-se: “(...) em abril a cidade sediou o primeiro encontro regional para discutir as causas e os efeitos das adversidades climáticas e mecanismos de prevenção da população”, sendo que o foco da matéria foi sobre as conseqüências do Furacão Catarina.³¹⁵

Segundo Tadeu Santos³¹⁶, coincidência ou não, o Furacão Catarina ocorreu, em toda a imensa costa do Atlântico Sul, justamente na região de maior emissão de CO2 da América Latina pela queima do carvão na usina Jorge Lacerda. Como resultado desse encontro, das várias propostas discutidas, duas foram consideradas relevantes e posteriormente encaminhadas: a realização de oficinas temáticas junto às comunidades afetadas pelo Furacão Catarina, coordenadas pela ONG Amigos da Terra de Porto Alegre, e a implantação de um sensor/bóia na costa do Atlântico com objetivo de monitorar possíveis eventos relacionados ao clima.³¹⁷

O reconhecimento dos trabalhos prestados pela ONG Sócios da Natureza ultrapassa a fronteira do estado de Santa Catarina. Exemplos disso são os convites para proferir palestras em seminários e conferências também em outros estados e países. Participaram do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no ano de 2005, como a única entidade ambiental catarinense convidada, na qual relataram depoimento sobre o pânico vivido na noite do Furacão Catarina no painel temático denominado: “*Turismo e Pequenos Estados Insulares/Zonas Costeiras – Desastres ecológicos iminentes? Lições apreendidas pela tragédia do Tsunami*”, representando o Brasil numa mesa composta pelo EUA, Índia e Indonésia, de acordo com a foto abaixo.

Apresentaram também em outro eixo temático, este intitulado “*Afirmando e Defendendo os bens da Terra e dos Povos*”, um relato dos conflitos e impactos ambientais que a exploração e queima do carvão causa aos recursos naturais e ao homem. Na ocasião, a coordenação da ONG levou consigo os líderes do movimento de resistência à mineração em Santa Cruz/Içara, onde tiveram oportunidade de se manifestarem. A realização dos Fóruns

³¹⁵ “Um furacão no Brasil parecia ser algo inusitado demais para tornar-se real. Previsões contraditórias divulgadas pela mídia, interpretações equivocadas de autoridades civis e falta de cultura para prevenir-se diante do fenômeno deixaram a população despreparada (...) O ciclone se formou a cerca de 442 quilômetros da costa, e sua linha de ataque atingiu desde Laguna (SC) até Torres (RS). Em alto-mar, ondas de até 5 metros de altura fizeram pescadores naufragar. Sete deles desapareceram. Em Santa Catarina, foram mais de 40 mil edificações danificadas, com cerca de 33 mil desabrigados”. Citação extraída da Revista National Geographic, Ano 6, N. 63, Junho de 2005.p. 72-73.

³¹⁶ Tadeu enfrentou o furacão dentro do carro por mais de 10 horas trancado na BR 101. “Eu poderia definir minha experiência usando as palavras pânico e impotência diante da natureza em desequilíbrio”. Depoimento que deu a Revista National Geographic. Ano 6, N. 63, Junho de 2005. p. 73.

³¹⁷ A Marinha do Brasil acolheu a solitação, incluindo no “Projeto Transversal” do governo federal.

Sociais Mundiais é extremamente significativa porque, segundo Gouveia, “possibilita a articulação dos mais diversos sujeitos políticos, reconhecendo que a diversidade de institucionalidades e modos de fazer política não é impedimento para o diálogo e a instauração de princípios democráticos como modo de vida justo e igualitário”³¹⁸.



Palestra no Fórum Social Mundial em Porto Alegre.³¹⁹

Uma das mais renomadas universidades do país, a UNICAMP, em nome do professor doutor Oswaldo Sevá do Departamento de Mecânica, convidou Tadeu Santos para proferir palestra num curso de Doutorado no dia 26 de abril de 2006. O palestrante fez um panorama da história dos Sócios da Natureza, destacando os principais tópicos e enfatizando a problemática do carvão como o principal dano ambiental da região. A palestra foi complementada com a apresentação de várias imagens da região carbonífera de Criciúma.

Em maio de 2007, a ONG, a convite do GT - Clima do FBOMS, reuniu-se em Brasília para uma oficina onde se debateu especificamente as mudanças do clima no Brasil, concluindo com a elaboração de um documento intitulado “Mudanças Climáticas e o Brasil –

³¹⁸ GOUVEIA, Taciana. **Movimentos sociais e ONGs: dos lugares e dos sujeitos**. In: Revista Política e Sociedade. Florianópolis: UFSC, n. 5, outubro de 2004. p. 81.

³¹⁹ Foto de Sandro Fabrício Ramos

contribuições e diretrizes para incorporar questões de mudanças de clima em políticas públicas”. O abrangente conteúdo do documento serviu de referência e inspiração ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e na formulação da lei das políticas públicas de mudanças climáticas.

Em 21 e 22 de junho de 2007, o convite partiu da Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA, com patrocínio total da Fondation Ford, para palestrar no Seminário sobre Energias Renováveis e Justiça Ambiental e Climática, no Rio de Janeiro. Houve a participação de ONGs e movimentos sociais de todo o Brasil, com a apresentação de variados temas, como conflitos indígenas, comunidades quilombolas, movimento dos atingidos por barragens e energia nuclear. A *Sócios da Natureza* abordou os conflitos ambientais da região sul catarinense, causados pelo carvão desde a extração até a queima pela usina Jorge Lacerda.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental convidou novamente a participar, dessa vez como convidado especial na “Cúpula pela Amizade e Integração dos Povos”, evento internacional com enfoque nas questões dos Direitos Humanos e Mudanças Climáticas, ocorrido em novembro de 2007 em Santiago do Chile. Esse evento é uma versão paralela a oficial existente entre governantes dos países ibero-americanos. Tadeu Santos focou sua fala sobre a constante luta contra a poluição causada pela atividade carbonífera na região sul de Santa Catarina.

A UNESCO, em nome do professor Carlos Renato Carola do Departamento de História, convidou Tadeu Santos, em outubro de 2006, a escrever artigo sobre os impactos ambientais que a atividade carbonífera causa na natureza para o livro “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais e Ambientais³²⁰”, que abordará os seguintes temas nos seus cinco capítulos: estudos e diagnósticos da degradação ambiental; memória, história e contradições sociais; estruturas de produção e tecnologia de exploração do carvão mineral e a indústria do carvão na visão do movimento ambientalista. Essa obra será continuidade do primeiro volume “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina”, publicado em 2004 e organizado pelo professor Alcides Goulart Filho, do Departamento de Economia da UNESCO.

Outros dois convites vindos da UNESCO foram: a participação, em outubro de 2006, na Semana de História, cuja temática foi “Sociedade e Natureza: o Brasil na perspectiva ambiental”. A contribuição da “*Sócios da Natureza*” foi na mesa redonda denominada “Colonização, agricultura, mineração e impactos ambientais na história da região carbonífera de Santa Catarina”. Fizeram parte da discussão: João Marino de Criciúma e Gilmar Axé de

³²⁰ A previsão é que seja publicado no decorrer de 2008.

Içara, ambos representantes do Movimento pela Vida. Também houve participação na Semana do Meio Ambiente da Engenharia Ambiental em novembro de 2006, encontro este que abordou várias temáticas, mas com predominância nos impactos ambientais da mineração. A mesa redonda, cuja discussão girou em torno da polêmica USITESC, foi composta por representantes do Movimento de Santa Cruz de Içara, do Movimento pela Vida e da ONG Rasgamar de Laguna, sendo coordenada pelo professor e jornalista Jose Zeca Virtuoso.

Quanto aos resultados obtidos pela ONG ao longo de seu percurso de lutas na temática do carvão, o professor Jairo Cesa, acena de forma bem positiva:

Eu acredito que a ONG teve uma contribuição muito grande para promover uma rediscussão acerca desta questão do carvão. A partir daí, os próprios responsáveis do carvão começaram a ficar mais atentos quanto à forma como eles estavam agindo, porque até então eles tinham o caminho livre, não havia pressão de lugar nenhum, as próprias ONGs de Criciúma historicamente nunca foram atuantes neste aspecto, por questões, acreditamos, ligadas às pressões dos grupos lançados sobre elas. Com a ONGSN, mantendo contato com outras entidades, denunciando aos organismos governamentais a forma como o processo funcionava, fez com que esses grupos mudassem um pouco a sua concepção da produção do carvão (...) para que os danos não fossem tão grandes como foi no passado.³²¹

Ao contrário de Tadeu Santos, que considera que a luta ainda está muito difícil, pois apesar de tudo que a instituição do Ministério Público e a ONG fazem, o Rio Mãe Luzia ainda continua despejando resíduos piritosos do carvão no Rio Araranguá (e até no mar) tornando a água ácida, com pH abaixo de 3. Considera que:

Somente quando a água do Rio Araranguá (ou do Urussanga) passar a apresentar um pH entre 6 e 7, acreditaremos que a atividade carbonífera estará realmente cumprindo com a legislação. Para que isso seja possível é preciso “prender” com segurança os resíduos piritosos do carvão numa grande catatumba de concreto impermeável. Os pessimistas dizem que não adianta lutar contra a poluição causada pelo poder econômico, no caso as mineradoras, mas admitem que se nada fosse feito pela comunidade ambientalista, muito pior estaria a situação ambiental da região sul de Santa Catarina.³²²

Em entrevista realizada com Fernando Zancan, uma dos mais representativos do setor minerador, pergunta-se o que pensa a respeito do movimento ambientalista da região sul catarinense. Entre suas declarações, comenta rapidamente que considera legítima a discussão. Porém, destaca-se para a parte em que ataca impetuosamente o movimento, ao dizer que:

(...) a gente leva a crer que o pessoal que está aí não está com interesse de realmente despoluir a região, de fazer a região melhorar. Há o interesse de não deixar uma atividade crescer. E por

³²¹CESA, Jairo. Entrevista cit.

³²²Histórico da ONG Sócios da Natureza de 1980 a 2008. Arquivos da ONG.

quê isso? Quem é que está por trás disso? Será que tem algum interesse, já que é uma atividade de área energética? Hoje barragem tem problema, então será que não é um interesse de que o país não cresça? (...) por isso que falo em ideologismos oportunistas.³²³

O foco de discussão deste trabalho é o movimento ambientalista e seus conflitos com o carvão, todavia, considera-se extremamente significativo também apontar, brevemente, outras importantes ações que esta ONG assume. O que revela, de certa forma, o seu perfil adotado em outras lutas sócio-ambientais.

Tem-se o caso da luta constante dos Sócios da Natureza na preservação do balneário Morro dos Conventos (imagem abaixo) considerado um santuário ecológico, historicamente conhecido por ser passagem dos tropeiros que tinham como destino o planalto catarinense. A entidade conseguiu impedir a construção de um mega empreendimento imobiliário a ser construído pelo Grupo Cecrisa de Criciúma em área de restinga, considerada Área de Preservação Permanente - APP. Com apoio de técnicos de universidades (UFSC, UFRGS, UFPR), de vários segmentos organizados da sociedade civil e da Promotoria Pública do Meio Ambiente, na época comandada pela promotora Vera Bedinoto, iniciou-se, em 1996, um movimento de resistência a esse projeto.

A ONG defende o desenvolvimento de forma “sustentável” do Morro dos Conventos através da implantação de uma Unidade de Conservação (monumento natural), o que inclui a instalação de um Parque Eco-turístico como condição indispensável para a preservação do ecossistema e atendimento aos turistas e visitantes. Não há qualquer estrutura básica para receber as pessoas que freqüentam o Farol do Morro dos Conventos, por exemplo.

³²³ ZANCAN, Luiz Fernando. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 23 de outubro de 2006. A/A



Balneário Morro dos Conventos em Araranguá³²⁴

Um outro momento em que a entidade ganhou grande projeção foi através de um movimento que iniciou em 1998, junto a outras entidades locais, para discutir qual a melhor alternativa de traçado para a Duplicação da Rodovia BR 101³²⁵, no trecho de Araranguá. A união das entidades (empresários e ambientalistas) intitulou-se de “Movimento Pró-Araranguá” em defesa do “Desvio pela Vida”, que propunha a duplicação da rodovia por fora do perímetro urbano. Justificavam que o desvio traria vantagens sócio-econômicas e ambientais ao município de Araranguá, no que diz respeito à segurança dos pedestres, à expansão urbana do município, à construção de uma segunda ponte, à poluição sonora e à diminuição dos efeitos das enchentes³²⁶ na pista da rodovia, como pode ser visualizado na imagem abaixo.

O movimento Pró-Araranguá na época atingiu a composição de 49 entidades, representando 80% das entidades representativas do município, excetuando-se partidos políticos e instituições religiosas, contra uma minoria que se declarava contra a proposta do

³²⁴ Foto de Tadeu Santos

³²⁵ O trecho da rodovia a ser duplicado inicia no Km 175,0 no município de Palhoça/SC e termina no Km 99,5 no município de Osório/RS.

³²⁶ Araranguá é um município suscetível a cheias na pista da BR 101, trancando a rodovia por dias e até uma semana como foi no Natal de 1995. Isso traz sérios prejuízos econômicos e sociais para a região, bem como para o país como um todo.

movimento, principalmente de empresários situados às margens da rodovia, que expressavam ser prejudicados em seus comércios com a execução do desvio. Além da resistência ao desvio de poderosos comerciantes, o prefeito, os deputados, os senadores, o governador e o ministro dos transportes da época eram também contrários, juntamente com todo o corpo técnico do DNIT.

O momento decisivo foi quando a ONG conseguiu, através de um contato por e-mail,³²⁷ com o BID em Washington/EUA, trazer em 2000 uma missão do banco, acompanhada pelo Banco Japonês, técnicos do DNER, MT e do IME para visitar “in loco” o local do conflito. Após conhecer a situação e ouvir a comunidade organizada, o banco (na época financiador da obra) solicitou ao DNER/MT a elaboração do projeto alternativo, contemplando assim a vitória do movimento.³²⁸ O caso do desvio de Araranguá comprova o que Meksenas afirma sobre as ONGs, que “são organismos que revelam a capacidade da sociedade civil em institucionalizar questões ou temas que integram conflitos”³²⁹



³²⁷ A internet tem um papel indispensável como meio de comunicação na execução e resultados da ONG, é a sua principal ferramenta de trabalho diário.

³²⁸ No presente momento está sendo iniciado as obras do desvio em Araranguá.

³²⁹ MEKSENAS, op. cit., p.154.

Enchente na BR 101 no trecho de Araranguá³³⁰

Como reconhecimento dessa luta pela conquista do “Desvio pela Vida” em Araranguá, a ONG como entidade coordenadora do Movimento Pró-Araranguá foi convidada a participar de uma seleção de projetos ambientais do Centro de Apóio Sócio Ambiental - CASA, relacionados com infra-estrutura de abrangência nacional como no caso da Duplicação da Rodovia BR-101. O objetivo é relatar o histórico movimento sócio-ambiental constituído pelas 49 entidades mais representativas do município que reivindicaram o desvio da duplicação por fora do perímetro urbano. No projeto aprovado pelo CASA, consta a execução de duas propostas: a confecção de duas placas/outdoors com mensagens valorizando a conquista da sociedade civil a serem colocadas às margens da BR, próximo à entrada de Araranguá; a realização de uma cartilha contando a história do “Movimento Pró-Araranguá: Desvio pela Vida” e uma terceira proposta, que dependerá de parceria com a administração municipal e iniciativa privada, para execução de um monumento escultural simbolizando o desvio, a ser implantado no trevo de acesso central ao município.

Outras diversas participações da Sócios da Natureza, resumidamente, são: participação no processo de construção da Agenda 21 nacional e estadual, na elaboração do Plano de Manejo dos Parques Nacionais e na criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá. É membro da FEEC – Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses; coordena a Câmara Temática do Meio Ambiente do FDESC – Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense; pertence ao CPUMA - Conselho Municipal de Política Urbana de Araranguá e ao GT-Energia e Clima do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – FBOMS.

Os Sócios da Natureza são também convidados a auxiliar na formação e troca de experiências de outras ONGs ambientalistas; diversas matérias de jornais são publicadas sobre sua atuação, de alcances regional, estadual e nacional; publicações em revistas nacionais e internacionais; entrevistas às rádios da região; participação em programas de televisão; publicação constante dos artigos; colunas sobre meio ambiente em jornais e sites e ainda as várias palestras concedidas aos colégios, universidades, seminários e congressos. E como reconhecimento dos serviços prestados à comunidade, a ONG já recebeu várias moções de apoio e seu coordenador recebeu do Poder Legislativo do Município de Araranguá, no ano de 2004, o título de Cidadão Araranguaense.³³¹ As ONGs ambientalistas são reconhecidas como

³³⁰ Foto de Tadeu Santos.

³³¹ Registra-se que na história do município, até o momento, apenas cinco pessoas receberam individualmente este título.

importantes instrumentos de fiscalização e transformação devido à representatividade que possuem perante determinados setores da sociedade civil organizada. Assim, pelos exemplos de ações citadas, entre várias outras, é que se confere a grande representatividade que possui esta entidade.

Ao analisar as principais ações desempenhadas pelos Sócios da Natureza, percebe-se que sua atuação se caracteriza, fundamentalmente, pelo apontamento dos danos e conflitos sócio-ambientais, ao mesmo tempo em que procura a solução para os mesmos. Na grande maioria das vezes, está cobrando a responsabilidade que cabe ao Estado, bem como preenchendo as lacunas deixadas por ele. Conclusão esta identificada por muitos autores, como expressa Teixeira quando diz que:

A relação ONGs e Estado é importante na medida em que essas entidades estão, por um lado, cada vez mais envolvidas na formulação de políticas públicas e, por outro, são vistas como assumindo as responsabilidades sociais que o Estado estaria abandonando.³³²

A ONG trabalha no sentido de buscar, em suas várias frentes de ação, a preservação da natureza e uma melhor qualidade de vida para a região sul de Santa Catarina, o que assinala sua performance de conotação sócio-ambiental. No entanto, por estar do mesmo modo voltada a ações que constantemente envolvem o papel do Estado, também pode ser caracterizada por suas posições políticas contra o poder estabelecido. Mesmo se declarando uma entidade apartidária, está fazendo política com suas tomadas de decisões, posturas e críticas, que, por sua vez, motiva a prática da cidadania nas comunidades em que atua.

O trabalho de voluntariado ambiental também causa surpresas desagradáveis na árdua empreitada em defesa da natureza, como a ação contra o ambientalista Tadeu Santos, movida pelo Promotor de Justiça e pelo Comandante da Polícia Militar da Comarca de Araranguá. Isso porque a ONG Sócios da Natureza, desde 2000, adotou campanha contra a incômoda poluição sonora no perímetro urbano de Araranguá, sempre denunciando aos órgãos responsáveis sem nunca ser atendida. Num artigo publicado na imprensa local o coordenador afirmou “... que em Araranguá é diferente. As autoridades responsáveis estão demonstrando incompetência, negligência e improbidade administrativa (Polícia Militar, Promotoria Pública, Diretor de Trânsito Municipal) no combate à intensa poluição sonora nas vias públicas e nos postos de combustíveis (incluindo também o descaso para com a poluição do rio Araranguá)”.

Num artigo escrito pelo cientista político, James Petras, é feita uma análise crítica das ONGs, sobretudo quando descreve que: “(...) enquanto a grande maioria se transforma cada

³³² TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. op. cit., p.109.

vez mais em instrumento do neoliberalismo, há uma pequena minoria que tenta desenvolver uma estratégia alternativa que apóia as classes e as políticas antiimperialistas”³³³. Em relação a estas últimas, comenta que elas não recebem verbas do Banco Mundial, nem de órgãos do governo europeu e norte-americano. É nesse perfil defendido por Petras quanto a uma minoria de ONGs, que se pode enquadrar os Sócios da Natureza, pois, como se pode observar, é uma entidade que basicamente trabalha sem recursos oficiais, dependendo do voluntariado para seguir sua árdua luta em prol do meio ambiente.

³³³ PETRAS, James F. **Os intelectuais. Uma crítica marxista aos pós-marxistas.** PLURAL – APUFSC, v. 5, n. 8, jul/dez., 1996. p.52.

3.2 – O ETERNO IMPASSE ENTRE A TERRA E O CARVÃO

3.2.1 - MORRO ESTEVÃO E ALBINO: UM CONFLITO, UMA VITÓRIA.

A Área de Proteção Ambiental - APA do Morro Estevão e Albino em Criciúma é resultado do movimento de moradores, formada, na sua grande maioria, por agricultores que resistiram bravamente à mineração do carvão em suas terras.³³⁴ Esse conflito que culminou numa tensa e conturbada audiência pública no ano de 1996, originou dois trabalhos acadêmicos: uma dissertação de Mestrado em Direito³³⁵ de autoria de Jacson Corrêa em 2001, e uma tese de Doutorado em Ciências Interdisciplinares³³⁶ de Francisco José Barretto da Silva em 2002.³³⁷

A partir de 1990 diversos moradores da região, com receio do comprometimento das fontes d'água e fertilidade do solo, passaram a se manifestar contra a realização da atividade minerária no local e encaminharam uma indicação ao prefeito de Criciúma solicitando providências imediatas para impedir a mineração na área. Diante disso, o poder municipal conduziu um projeto de lei para a Câmara de Vereadores, criando-se então, em 1990, a Área de Proteção Ambiental – APA do Morro Estevão e Albino.³³⁸

Nesta Unidade de Conservação criada, estabeleceu-se a proibição de atividades industriais degradantes, como bem expressa o art. 4 da lei que a criou:

As áreas declaradas de Proteção Ambiental, previstas no Art. 1 da presente Lei, não poderão desenvolver atividades econômicas poluentes e que destruam a fauna e a flora da região, salvo

³³⁴ Considerou-se para este trabalho, o caso do Morro Estevão e Albino como um episódio do movimento ambientalista da região sul catarinense. Foi um movimento popular, especificadamente de agricultores, que nasceu ao perceberem que sua realidade estava sendo ameaçada. Lutaram pela preservação da água, do solo, da vegetação, do ar puro, logo, foi uma luta ecológica. Apesar de na época não se ter a consciência que se tem hoje da questão ambiental nas comunidades agrícolas, até porque não era tão disseminada como agora, este movimento poder ser enquadrado sim como um dos conflitos do movimento ambientalista.

³³⁵ CORREA, Jacson; Universidade Federal de Santa Catarina. **Proteção ambiental e atividade minerária: um estudo de caso sobre a defesa da área de proteção ambiental dos morros Estevão e Albino, no município de Criciúma.** Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas.

³³⁶ SILVA, Francisco Jose Barretto da; Universidade Federal de Santa Catarina. **Conflitos de uso em área de proteção ambiental: água, mineração e agricultura.** Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

³³⁷ A elaboração deste sub-capítulo teve como principais referências estes trabalhos citados.

³³⁸ Lei Municipal n. 2.459, de 8 de junho de 1990.

se o interessado obtiver, por escrito, e após ouvida as entidades ambientalistas sobre o impacto do Projeto de Loteamento, Agro-Industrial e Pastoril na área, do Departamento de Meio Ambiente.³³⁹

A APA possui uma área de 3.600,78 hectares e configura-se num rico potencial hídrico, formado por nascentes, açudes, poços e riachos. É uma das poucas áreas verdes que ainda resta no município de Criciúma. A comunidade habitante dessa área, nesse período, era formada por cerca de 190 famílias, num total de 846 pessoas, com 81% delas tendo a agricultura como ocupação. Pode-se dizer, então, que é uma comunidade agrícola, cujas culturas mais importantes são: banana, feijão, milho, fumo, batata, cana e mandioca. Cabe aqui a observação realizada pelo biólogo Jairo José Zoche sobre a prática agrícola da comunidade do Morro Estevão e Albino:

Encontramos nestas localidades, um perfeito aproveitamento das terras agricultáveis segundo critérios de utilização dos recursos naturais apontados pelo desenvolvimento sustentável, qual seja: o cultivo da banana nas encostas e topos dos morros, propiciando desta forma uma cobertura permanente do solo, funcionando como anteparo que diminui o choque da água da chuva, como se fosse a mata nativa: por este motivo a região é tão rica em águas e a fertilidade do solo se mantém ao longo dos anos.³⁴⁰

Martínez Alier analisa que os agricultores dispõem de recursos naturais, como a terra, a água e as matérias-primas para semear, que por sua vez isso “lhes dá uma capacidade considerável de resistência contra o sistema de mercado generalizado, já que podem retirar-se do mercado sem perder totalmente as possibilidades de existência”.³⁴¹ No entanto, essa garantia de poderem resistir ao sistema de mercado, como expressa Alier, é ameaçada por sua vez pelo sistema político. Não foi o caso desse conflito, pois os agricultores saíram vitoriosos ao conseguirem impedir a mineração no local. Mas, como será visto no sub-capítulo seguinte, o poder e o uso do recurso político que envolve o setor carbonífero, pode ameaçar ou impedir a existência de economias de subsistência, que são características de certas comunidades agrícolas.

A causa que provocou esse conflito sócio-ambiental foi o fato da empresa carbonífera Nova Próspera Mineração S/A ter a pretensão de minerar o subsolo dos morros, que em 1995 apareceu com sondas de prospecção operando na região, especificamente na “Mina A”. O que gerou a primeira reunião do movimento para a preservação dos morros, com a participação de mais de 200 pessoas no Salão de Festas do Morro Estevão, em 14 de setembro de 1995. Foi

³³⁹ Art. 4 da Lei Municipal n. 2.459, de 8 de junho de 1990.

³⁴⁰ ZOCHÉ, Jairo José. **Estudo sobre a Área de Preservação Ambiental dos Morros Estevão e Albino**. Autos de Ação Civil Pública n. 698, de 27.11.1995, p. 36.

³⁴¹ MARTÍNEZ A. op. cit., p. 263.

sempre maciça a participação dos agricultores moradores da APA e, do seu entorno, nas mobilizações e reuniões. A união se sobressaiu nas ações desempenhadas pelo movimento.

Segundo Corrêa, o movimento “recebeu apoio irrestrito de importantes segmentos sociais, aí incluídos associações de moradores, empresários, entidades de classe (inclusive do Sindicato de Mineiros de Criciúma – no início, um aliado do movimento), igrejas e universidades”.³⁴² O movimento se manifestou através de passeatas e pedidos de apoio a órgãos públicos, entidades privadas e instituições de ensino superior.

Em 1995 o Ministério Público moveu Ação Civil Pública contra a Companhia Nova Próspera, na qual proibia exercer qualquer atividade minerária no solo e subsolo da área delimitada pela lei como de proteção ambiental. O Centro de Promotoria da Coletividade, em nome do Promotor de Justiça Jacson Corrêa, foi a instituição que deu entrada na ação. A mesma foi “julgada pelo juiz Jânio Machado da 1ª Vara em Criciúma, que concedeu ganho de causa ao reclamante, condenando a Companhia Nova Próspera a parar com as atividades de mineração nos limites do Morro Estevão e Albino, não minerando no polígono determinado pelas leis de preservação ambiental, sob pena de pagar R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) por dia”.³⁴³ Na seqüência, em função dessa decisão judicial, a empresa carbonífera concedeu aviso prévio aos 480 mineiros em serviço na “Mina A”, alegando aos trabalhadores não poder minerar na APA por força de lei municipal.

Qualquer intervenção nessa área, sobretudo industrial, traria modificações significativas no cotidiano da localidade, mudanças que seriam sentidas nas relações de vida, hábitos e costumes da população, bem como mudanças na paisagem local. Entretanto, se for analisado atentamente, a própria transformação da área em uma Unidade de Conservação, já trouxe mudanças no sentido de que os agricultores têm que interagir suas práticas agrícolas tradicionais com as normas de proteção ambiental para gestão de uma Unidade de Conservação, ou seja, acabou mudando a concepção e prática do ofício do agricultor na área em estudo.

Além do agricultor como ator social vitimizado, caso fosse concedida a mineração em suas terras, teve-se um outro protagonista nesse conflito: o trabalhador mineiro. A história social de lutas e resistências da classe mineira da região carbonífera de Criciúma já é conhecida pela literatura, sendo as obras de Terezinha Volpato grandes referências no assunto.

³⁴² CORREA, op. cit., p. 106.

³⁴³ SILVA, op. cit., p. 130.

A resistência é uma das grandes características da identidade social dos mineiros enquanto grupo organizado e sua experiência sindical é a sua maior expressão nesse sentido. A resistência “pode aparecer, no embate de força, quando os interesses das classes forem divergentes na execução de um projeto comum”.³⁴⁴ Entretanto, o agricultor também manifestou sua resistência e poder de mobilização contra uma atividade que colocava em risco a sobrevivência de sua economia.

No seu histórico de lutas, o mineiro sempre se defrontou contra o patrão ou contra o Estado por reivindicar melhores condições de trabalho e salário. No caso do conflito sócio-ambiental no Morro Estevão e Albino e a partir daí em outros conflitos da mesma natureza, o trabalhador mineiro teve que opor-se às questões ambientais, configurando-se num novo perfil de lutas e resistências.

Não foi mais a velha luta trabalhista como de costume para os mineiros. Foi, dessa vez, uma luta de conotação ecológica. Esse episódio “colocava em jogo o emprego, o futuro de sua classe e de sua família, sua própria identidade social”³⁴⁵ Em outras palavras, Sevá enfatiza que: “O que estava em jogo era a água dos morros e a sua economia agrícola ou mais uma frente de lavra de carvão”.³⁴⁶ Vale ainda destacar outra declaração de Sevá sobre este conflito: “insisto em que a história social do sul catarinense, com os episódios marcantes do Morro Estevão e da grande obra para a nova captação no rio São Bento, chegou ao **ponto previsto de conflito**: a água escasseia para todos, as pessoas precisam, a agricultura também, as indústrias idem, mas o carvão é o maior predador comprovado dos recursos hídricos.”³⁴⁷

As representações que o grupo dos mineiros e o dos agricultores têm em relação ao meio ambiente são de fato opostas. A natureza para os agricultores pode-se dizer que sempre esteve associada a um espaço a ser conquistado e utilizado de acordo com seus interesses de uso dos recursos naturais. Já para os mineiros a questão ambiental é de certa forma ignorada, como fazem com o descaso ao perigo constante das minas. Como bem argumenta Volpato, reconhecer os danos ambientais e sociais decorrentes da mineração seria o mesmo que reconhecer ser um dos responsáveis no processo de degradação do meio ambiente. E, além disso, questionaria a validade da atividade mineradora e seria uma ameaça ao seu próprio trabalho.³⁴⁸

³⁴⁴ VOLPATO, Terezinha. **Vidas marcadas: trabalhadores do carvão**. Tubarão: UNISUL, 2001. p. 136.

³⁴⁵ SILVA, op. cit., p. 95.

³⁴⁶ SEVÁ, op. cit., p. 10.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ VOLPATO, op. cit., p. 131.

A citação abaixo sinaliza bem o que acontece quando os mineiros sentem-se ameaçados com a perda de seus empregos em decorrência da questão ambiental, como no episódio dos Morros Estevão e Albino:

A categoria se defende excluindo de suas práticas de resistência às campanhas de alerta à destruição ecológica, ou não assume programas pró-recuperação do meio ambiente. Ao contrário, à toda ameaça de retração da indústria carbonífera na região, surge vigorosa movimentação de sindicatos em defesa da manutenção do número de empregos nas minas. As lutas das companhias carboníferas na defesa do carvão nacional, na expansão da indústria da mineração e nas campanhas contra a importação do carvão, sempre contaram com os mineiros como fortes aliados.³⁴⁹

No entendimento da classe mineira, a palavra desemprego estava diretamente associada à questão ambiental na época do conflito. Sobretudo porque a conjuntura do momento condenava os rumos da mineração. Para se ter uma idéia, o número de empregos diretos na mineração caiu de 15 mil para cerca de 3 mil apenas, nesse período. Esse conflito entre agricultores e mineiros significou um embate pela sobrevivência de um grupo em relação ao outro. Corrêa comenta sobre a importância da participação popular nos assuntos de interesse coletivo dentro das comunidades:

A participação popular, ativa, dinâmica e direta do cidadão nos destinos de sua comunidade, especialmente em matérias onde o interesse coletivo aparece com maior evidência, surge como uma alternativa capaz de romper o monopólio exclusivo das decisões do poder público, resgatando-se um modelo de cidadania mais responsável e mais solidário com os destinos da sociedade.³⁵⁰

O debate sobre a definição da permissão ou não da mineração na APA do Morro Estevão e Albino realizou-se através de audiências públicas. A audiência, no dia 05 de julho de 1996, proposta e organizada pela Câmara de Vereadores de Criciúma nas dependências do teatro Elias Angeloni, contou com a presença de representantes de várias entidades, instituições e organizações que se posicionaram diante de um dos dois protagonistas do conflito. Os problemas ambientais e, por conseguinte, os conflitos sócio-ambientais que deles emergem, constituem “o mais drástico dos indicadores de que as formas usuais de regulação da vida social não mais se legitimam”.³⁵¹

³⁴⁹ Ibidem, p. 131.

³⁵⁰ CORREA, op. cit., p. 110

³⁵¹ ALEXANDRE, Agripa Faria. **Atores e conflitos sócio-ambientais na esfera jurídico-estatal de Florianópolis-SC**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Ed. UFSC, n.26, p. 81-114, out. de 1999. p.82

A abertura da sessão foi apresentada pelo presidente da Câmara de Vereadores de Criciúma, Sr. Wilmar da Conceição. Sua fala sobre a seqüência de fatos que levaram à realização dessa audiência, faz-se questão de reproduzir na íntegra porque leva ao entendimento, de forma breve, de todo o desenrolar do conflito na sua esfera judicial:

Em face da mobilização de lideranças do Morro Estevão, a Câmara Municipal de Criciúma alterou, por unanimidade, a legislação de proteção ambiental daquela área, contemplada na lei 2.459, de 08 de junho de 1990, culminando nas leis 3.158 e 3.179, de 26 de outubro de 1995 e 23 de novembro de 1995, respectivamente. De posse da referida legislação e para evitar a continuidade da exploração do carvão pela Nova Próspera, empresa detentora da concessão de lavra do mineral, a comunidade de Morro Estevão, via Ministério Público, acionou o Poder Judiciário, solicitando a paralisação das atividades extrativas naquela área, o que ocorreu por manifestação daquele poder. Diante dos fatos, o proprietário da Nova Próspera deu aviso prévio a quase 500 trabalhadores, os quais, a partir de amanhã estarão desempregados. Em face desta iniciativa da empresa, os mineiros se mobilizaram, conseguindo junto a maioria absoluta dos senhores Vereadores, que o assunto fosse reaberto à discussão, o que se materializou através do Projeto de Lei PL/058/96, que se encontra tramitando em regime extraordinário.³⁵²

Contudo, percebe-se certa tendência para o lado dos mineiros quando enfatiza que 500 trabalhadores estariam desempregados com a paralisação das atividades minerárias. O mesmo não o fez com os agricultores ao omitir a informação que teriam suas terras prejudicadas e, conseqüentemente, seu sustento comprometido com a exploração do carvão em sua localidade rural. Observa-se que o presidente da Câmara é ex-mineiro.

O primeiro discurso foi representando a comunidade agrícola do Morro Estevão e Albino, através do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Clóvis Darolt. Destacam-se as seguintes palavras de sua falação:

(...) nós agricultores, embora entendendo o lado do mineiro trabalhador, e dentro desta luta de mais de um ano que estamos fazendo, nunca fomos contra o trabalhador mineiro, mas por outro lado, também, temos a nossa questão, aquilo que precisa ser preservado (...) Para proteger aquilo ali, tivemos que lutar bastante. E lutar, não para tirar vocês dos empregos, volto a dizer, mas para defender o nosso pedacinho de terra, para defender as nossas nascentes que lá nós temos.³⁵³

Seu depoimento consegue deixar bem claro que a intenção da luta dos agricultores é tão somente preservar suas terras e nascentes e que jamais desejaram tirar o emprego dos mineiros. Em seguida foi a vez dos representantes dos mineiros, o Engenheiro de Minas,

³⁵² SILVA, op. cit., p. 131.

³⁵³ Ibidem, p. 133.

André Smaniotto. Sua fala chama a atenção quando admite a poluição hídrica decorrente da mineração na década de 1980:

(...) as águas dos lavadores de carvão da Carbonífera Criciúma, Mina São Roque, Mina CBCA e outras tantas minas, eram jogadas solenemente dentro dos rios, sem nenhum tratamento, sem nenhuma coltificação. Vocês vão ver o Rio Sangão, ele está assim porque isso era feito e ninguém reclamava, todo mundo achava que era bom. Por quê? Porque o progresso estava vindo atrás daquele monte de água preta.³⁵⁴

Na seqüência foi o pronunciamento do advogado da Companhia Nova Próspera, Gundo Steiner, contratado para representar a defesa da empresa, que segundo ele foi calcada no direito adquirido e nas autorizações emitidas pela FATMA e DNPM. Quando relata sobre a sentença judicial que beneficiou o direito ao ambiente saudável, ressalta-se a parte em que diz: “(...) pesou muito na decisão da justiça aqui de Criciúma, a ampla manifestação da comunidade, os abaixo-assinados, a presença dos agricultores, e, inclusive, está dito na própria sentença, uma própria manifestação de dois dirigentes sindicais mineiros”.³⁵⁵

O próximo que deveria ter-se pronunciado era o Procurador da Justiça da Comarca na época, Jacson Corrêa, mas o mesmo não compareceu à sessão. Dando continuidade, foi a vez do representante da EPAGRI, o Engenheiro Agrônomo Darci Althoff, que se declarou explicitamente a favor dos agricultores. Este sugeriu que se transferisse a decisão da Câmara de Vereadores à elaboração de um laudo técnico por consultores de fora da região, que acabou sendo a proposta vencedora na sessão para o encaminhamento dos trabalhos.

A UNESCO foi então a instituição responsável para a coordenação dos estudos sobre os efeitos que poderiam resultar da exploração do carvão na região de Morro Estevão e Albino. A primeira reunião ocorreu em 22 de julho de 1996 e contou com a presença do reitor e técnicos da UNESCO, técnicos do DNPM, FATMA, CPRM, SIESESC, vereadores, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, representantes do Sindicato dos Mineiros e do movimento pela preservação dos Morros Estevão e Albino. O biólogo e na época professor da UNESCO, Ademir Motta da Silva, foi quem coordenou os trabalhos. A principal deliberação dessa reunião foi que deveria ser realizado um Estudo de Impacto Ambiental – EIA do projeto que pretendia explorar carvão na área de proteção ambiental.

Após o representante da EPAGRI, discursou o Chefe do 11º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, o geólogo Victor Bicca. Este foi um dos que mais defendeu a mineração, criticou a fala do técnico da EPAGRI e desafiou a “classe” dos

³⁵⁴ Ibidem, p. 135.

³⁵⁵ Ibidem, p. 137.

geólogos quando disse que “qualquer geólogo da região tem condições de explicar, e com muita segurança afirmar aos senhores que a água, as nascentes das águas do Morro Estevão e Albino, não têm nada a ver com a água da subsuperfície”.³⁵⁶ O desafio foi prontamente contestado por um representante do DNPM, o geólogo Antônio J. S. Krebs, que contra-argumentou levantando a hipótese de “ocorrerem fraturas que comuniquem o aquífero subterrâneo com o aquífero de subsuperfície ou de a superfície sofrer impacto da atividade mineradora, quando este atua em subsolo arenoso próximo a superfície”.³⁵⁷

A FATMA foi representada pelo senhor Heriberto Hulse Neto que finalizou seu discurso lançando uma questão muito pertinente, qual seja: “(...) todo mundo sabe que a atividade mineraria possui um passado negro na região, em termos ambientais. Portanto, a quem cabe assumir algum tipo de risco que a mesma causa?”³⁵⁸ Uma das falas mais impressionantes foi a do Engenheiro Marco Américo Aurélio, representante da ELETROSUL, que criticou ferozmente a legislação ambiental e dramatizou quando falou sobre uma suposta ausência do carvão. Cita-se um trecho do seu discurso: “(...) a legislação, que é criada por legisladores, que são colocados em suas cadeiras por quem vota, essa legislação que está aí, no meu entender, ela veio de forma abrupta e de forma muito coercitiva (...) o pior para nós será não ter tanto o carvão, pra produzir energia, como comida para nos alimentar (...)”.³⁵⁹

O presidente do Sindicato dos Mineiros, Ivan Westphal, fez a mais contundente das declarações de defesa da mineração, precisando para isso atacar os agricultores e questionar como seria a vida do agricultor se faltasse energia, dando a entender que a proibição da mineração no Morro Albino e Estevão comprometeria toda a distribuição da energia movida pelo carvão: “(...) se um agricultor tiver a necessidade de ir a um hospital e precisar de uma cirurgia, de que maneira se faria essa cirurgia sem energia, que é produzida pela nossa região através do carvão?”.³⁶⁰

Já o Sindicato dos Mineradores, representado pelo engenheiro Rui Hulse, cujo discurso também foi incisivo na defesa da mineração, foi mais instruído que o anterior pelo fato de ser um pronunciamento técnico em se tratando de um engenheiro falando e não um trabalhador mineiro como anteriormente. Realçam-se as seguintes palavras:

Nós não dispomos de outro combustível que não seja o carvão. Fala-se muito em gás natural, mas não é nosso, ele terá que ser importado da Bolívia. Então, o único combustível para

³⁵⁶ Ibidem, p. 141.

³⁵⁷ Ibidem, p. 141-142.

³⁵⁸ Ibidem, p. 144-145.

³⁵⁹ Ibidem, p. 146.

³⁶⁰ Ibidem, p. 147.

geração de energia elétrica conhecido e disponível é o carvão, o nosso carvão. Por isso, devemos continuar conhecendo o nosso carvão, mas não torna-lo indisponível (...) ³⁶¹

O último a discursar foi o prefeito na época, Eduardo Pinho Moreira. Destaque para quando apontou que a lei de proteção ambiental da APA do Morro Estevão e Albino, havia sido resultado de uma luta democrática da comunidade, bem como considerava a manutenção dos 480 trabalhadores nas minas também uma ação democrática. Ou seja, o prefeito foi extremamente diplomático e imparcial, não enveredou a favor de nenhuma das partes, pelo menos em público naquela audiência. Chama a atenção em seu discurso o trecho: “(...) acho que poucas vezes em Criciúma nós conseguimos reunir uma gama tão grande de informações, das mais variadas tendências e estamos, acima de tudo, digo, precisamos acima de tudo embasar os vereadores para que eles dêem um voto consciente”. ³⁶² Na seqüência foi a vez do público presente na audiência encaminhar questões para todos estes citados anteriormente, cada qual representando uma instituição.

Os discursos que foram escolhidos para serem aqui reproduzidos são extremamente significativos porque permitem definir claramente as posições que foram assumidas pelos vários atores envolvidos nesse conflito sócio-ambiental. Revelando, dessa maneira, o embate de forças políticas travadas para decidir o destino do uso do solo da área do Morro Estevão e Albino. Os pronunciamentos nessa audiência, também envolveram visões opostas quanto ao futuro da mineração do carvão no sul de Santa Catarina.

Os atores sociais desse conflito tiveram o seu ponto auge na audiência pública do dia 12 de novembro de 1996. Nessa sessão da Câmara, os vereadores deveriam votar o projeto de lei n. 058/96, que em seu Art. 5 alterava as leis 2.459 de 08/06/9 e 31/79 de 23/11/95 de criação e alteração dos limites da Área de Proteção Ambiental – APA do Morro Estevão e Albino. A alteração contida neste projeto de lei objetivava permitir a atividade mineradora no subsolo da APA:

Art. 5 & 1 É permitida a extração mineral mediante rígida observância dos projetos previamente aprovados pelos órgãos competentes e que preservem **integralmente** as condições ambientais da superfície, sua capacidade agrícola e pastoril e seus recursos hídricos. (grifo meu)

Como se pode observar neste primeiro parágrafo do Art. 5, pretendia-se minerar na área mediante compromisso de preservação integral do solo, agricultura e recursos hídricos.

³⁶¹ Ibidem, p. 148.

³⁶² Ibidem, p. 149.

Porém surge imediatamente a contradição: Seria possível explorar carvão sem alterar as condições ambientais locais? É notório que os efeitos provenientes da mineração são altamente impactantes e, às vezes, irreversíveis.

Naquela noite de sessão de votação, o cenário foi de uma batalha, num clima de intensa hostilidade e confronto entre agricultores e mineiros. O Presidente da Câmara de Vereadores decidiu realizar essa audiência nas dependências do Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Criciúma, como forma de segurança, já que a expectativa era de grande tensão para esse dia.

O diagnóstico preliminar oferecido pela UNESCO serviu de parâmetro balizador à decisão que foi julgada nessa audiência: por doze (12) votos a oito (8) o Projeto de Lei foi rejeitado, implicando a inviabilidade da retomada da mineração no subsolo da APA. Esse resultado, no entanto, não contentou a massa de mineiros que desde às 16h já havia se posicionado à frente do Fórum, impedindo a circulação de veículos com o estacionamento de 11 caminhões retirados do pátio abandonado da empresa Nova Próspera.

Logo após o processo de votação, ao perceberem que tinham sido derrotados, misturado com a sensação de inconformismo, fez com que as principais lideranças incitassem os cerca de 400 trabalhadores mineiros que estavam esperando o término da sessão, a iniciar um verdadeiro “quebra-quebra”, que acabou desfigurando por completo a fachada de vidro do edifício ³⁶³. Vidraças destruídas, pedras espalhadas pelo pátio e no interior do Fórum e manchas de sangue sobre o piso do prédio foram as marcas visíveis da violenta manifestação.

³⁶⁴

A sede do Sindicato dos Mineiros foi invadida por policiais militares em perseguição aos líderes do movimento, deixando também sinais de violência, com pedaços de pedra, tijolos, portas de armários quebradas e manchas de sangue. ³⁶⁵ Além disso, houve também o abandono completo de todas as instalações da empresa Nova Próspera, resultando na inundação das galerias e perda dos equipamentos utilizados durante o processo de extração do minério. ³⁶⁶

Silva descreve em detalhes como foi essa violenta, tumultuada e histórica audiência pública que definiu o destino da área do Morro Estevão e Albino:

Foram efetuadas 10 prisões, entre elas a do vereador e ex-presidente do sindicato dos Mineiros, José Paulo Serafim, do PT e autor do Projeto de Lei rejeitado pela Câmara de

³⁶³ Sobre esse conflito, encontram-se matérias jornalísticas em anexo.

³⁶⁴ CORRÊA, op. cit., p. 84.

³⁶⁵ Jornal da Manhã, 14/11/1996, p. 10 e Jornal Tribuna Criciumense, 15/11/1996, p.6 In: CORRÊA, op. cit..

³⁶⁶ CORRÊA, op. cit., p. 84-85.

Vereadores naquela noite. Mineiros e policiais saíram feridos do confronto, incluindo um mineiro internado na UTI, além de outros oito que foram atendidos no pronto-socorro municipal. Todos os vereadores, dois juizes, além de representantes dos agricultores, funcionários da Câmara, jornalistas e demais participantes da audiência, ficaram presos dentro do Fórum por quase uma hora. De dentro do prédio só era possível escutar o barulho dos vidros quebrando e das pedras jogadas contra a parede. A Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar a multidão e chegou a recuar quando os mineiros aumentaram o ataque com pedras. Até as 23 horas era grande o número de pessoas em frente ao prédio destruído.³⁶⁷

O coordenador da ONG Sócios da Natureza, Tadeu Santos, esteve presente nessa audiência com outro integrante da entidade, Orivaldi Pereira, para manifestarem apoio aos agricultores nessa mesma luta em comum, isto é, contra a abertura de novas minas de carvão. Ambos na época estavam no início da nova composição da ONG, portanto, foi a primeira audiência pública sobre o carvão em que estavam participando e ficaram extremamente assustados com tudo que vivenciaram naquela noite, da qual fizeram registro fotográfico e audiovisual de toda a ameaça sofrida. Santos fez o seguinte depoimento:

Participamos e registramos em vídeo (mais de três (03) horas e clicamos acima de cem (100) fotos) a histórica e dramática sessão da Câmara de Vereadores de Criciúma, em 1996, quando estava em discussão a votação de um projeto para criação de uma Área de Proteção Ambiental - APA no Morro Estevão e Albino, que se aprovada inviabilizaria a abertura de minas na citada localidade. A heróica resistência dos agricultores foi liderada pela Valdina e pelo Ricardo Zanette que tinham o apoio do Promotor de Justiça da Comarca de Criciúma, Jacson Corrêa, do qual também iniciava sua Dissertação de Mestrado sobre a questão. Antes mesmo de iniciar a sessão, já se percebia a presença de dois movimentos: dos agricultores contrários à mineração, diga-se num dos únicos locais ainda não explorado e degradado do Município de Criciúma, e, do outro lado e em maior número, os trabalhadores mineiros e as mineradoras com máquinas pesadas estacionadas em frente ao prédio do Fórum, cedido para a específica sessão da Câmara. Quando saiu o resultado pela aprovação da APA, ou seja, pela não abertura das minas, iniciou-se uma violenta agressão ao prédio do antigo Fórum de Criciúma, através de pedras jogadas pelas janelas e por pouco não foi invadido pelos mineiros enlouquecidos motivados pelos berros do vereador e sindicalista José Paulo Serafin. O clima para quem estava dentro do prédio foi de pânico e terror, com gritos, correria, choros e desmaios. Uma das situações mais dramáticas já vivenciadas por nós, pois a tensão foi tão intensa que chegamos a achar que poderíamos não sair vivos! A situação só foi controlada com a chegada da tropa de choque da PM.³⁶⁸

Além desse depoimento como testemunha de tão tumultuada audiência, Santos ainda faz uma reflexão sobre o que representou o movimento de resistência da comunidade agrícola do Morro Estevão e Albino:

Consideramos o movimento do Morro Estevão e Albino um marco histórico na resistência contra a “invasão” de minas de carvão em áreas rurais. Receamos que até então na história da

³⁶⁷ SILVA, op. cit., p. 117.

³⁶⁸ Histórico da ONG Sócios da Natureza de 1980 a 2008. Arquivos da ONG.

mineração da região carbonífera de Criciúma pode ter havido muita indignação por parte dos agricultores prejudicados com a poluição em suas terras, mas que se calavam mediante o poder econômico e político das mineradoras. Apavora-nos pensar que poderia ter havido coisas piores como intimidação, pressão, coação e mesmo o uso de violência para venderem suas terras à exploração do ouro negro. O movimento do Morro Estevão e Albino foi até então, a primeira resistência social organizada de uma comunidade rural do sul de Santa Catarina contra a instalação das poluentes minas de carvão.³⁶⁹

Desse movimento popular de resistência à mineração do carvão na APA, resultou a formação da ONG denominada CEMEA – Consciência Ecológica do Morro Estevão e Albino, fundada em 2000, com objetivo de servir também de instrumento de gerenciamento da APA. Entre seus líderes, destaca-se Valdete Dagostin Gomes e Ricardo Zanette.

O CEMEA realiza, entre suas ações, vários cursos e trabalhos de educação ambiental, bem como participa e colabora em algumas audiências públicas sobre o carvão. Contudo, ressalta-se sua contribuição como referência, estímulo e apoio a outras lutas de agricultores contra a mineração em suas terras, como o movimento de resistência de Santa Cruz/Içara a ser discutido a seguir.

³⁶⁹ Idem.

3.2. 2 – A ESPERANÇA NA SANTA CRUZ AINDA CONTINUA

*“Se eles pedirem a eternidade para entrar, vamos pedir mais um segundo, para impedir”*³⁷⁰

Içara é um município que possui uma parte significativa de área rural, sendo que a agricultura contribui fortemente para a economia da região. Aproximadamente 500 famílias moram nas localidades rurais do município e cultivam principalmente a cultura do fumo e do arroz, e em menor escala o milho, feijão, mandioca e morango. Vivem há décadas nas terras que são herdadas de geração em geração por descendentes de italianos, mas, sobretudo de poloneses.

A família do Senhor Antônio Matiolla, formada por sua esposa e mais quatro filhos, vive na localidade de Santa Cruz desde a geração do seu avô e sobrevive, exclusivamente, da plantação de fumo, feijão e milho. Usufruído de uma vida relativamente tranqüila³⁷¹ como é tradicionalmente no campo, tudo mudou a partir de 2003, quando Nico Matiolla, como é popularmente conhecido, foi convidado, juntamente com outros agricultores, a participar de uma reunião sobre uma possível abertura de mina de carvão na região. No entanto, quando chegaram à referida reunião, ocorrida na localidade de Esperança, deram-se conta de que era, na verdade, uma audiência pública para instalação de uma mineradora: a empresa Rio Deserto.

Depois dos representantes do empreendimento terem exposto o projeto, Nico levantou-se diante dos mais de 500 presentes, a grande maioria de mineiros, e manifestou sua aflição e angústia de como ficariam suas terras e de seus vizinhos se fosse concedida a licença para a mineração nas localidades de Santa Cruz, Esperança e Esplanada.

Sua intervenção foi primordial para que outras pessoas contrárias à mina tomassem coragem de também se manifestarem, como foi o caso de outros agricultores, do Tadeu Santos da ONG Sócios da Natureza e do fotógrafo Gilmar Axé de Içara. Santos faz o seguinte comentário sobre essa audiência:

A vigorosa contestação do agricultor preocupado com a integridade das suas terras nos deixou a vontade, pois estávamos inseguros em falar contra a mina pensando que todos os presentes

³⁷⁰ Este é o lema utilizado pelo movimento.

³⁷¹ Tranqüila quando comparada ao cotidiano da vida urbana.

eram favoráveis. Nico Matiola perguntou qual a garantia que a mineradora daria de que as terras da Santa Cruz não seriam contaminadas com a exploração do carvão? O empreendedor tentou sem sucesso justificar que adotariam novas medidas, que não haveria perigo algum.³⁷²

E assim brotou o movimento. Nessa mesma audiência foram dados os primeiros encaminhamentos para a mobilização, dividiram-se em grupos e cada qual ficou responsável por uma função, como coletar assinaturas para abaixo-assinado, falar com o prefeito e vereadores e fazer um levantamento sócio-econômico da região.

O receio da comunidade rural é que com a mineração nas suas localidades a atividade carbonífera irá promover os mesmos danos que causaram onde era instalada, a exemplo de Criciúma, Siderópolis, Treviso, Urussanga e Forquilha. De acordo com Nico, o primeiro “estrago” seria em relação à água, ele afirmou que o uso da água na mina levaria a faltar para a agricultura, conseqüentemente, iria ressecar o solo, tornando-o menos produtivo. Disse que hoje, por exemplo, a sua propriedade produz uma média de 35 a 40 sacas de feijão por hectare e que se houvesse mineração ele perderia 75% da sua produção.³⁷³

Além disso, uma das maiores preocupações deles é quanto à garantia das terras agrícolas para as futuras gerações. Matiolla ressalta que assim como herdou as que eram do seu avô, ele quer garantir o mesmo para os seus filhos e netos, deseja que sua família permaneça nas mesmas terras, sobrevivendo da agricultura. Seu dilema se define na seguinte declaração: “Tirando a água, o que eu vou fazer aqui? Não produzo mais. O meu emprego hoje é a minha terra”³⁷⁴. A luta deles, assim como foi com os agricultores do Morro Estevão e Albino, relaciona-se com os propósitos da justiça ambiental, ou seja, de “não admitirem que a prosperidade dos ricos se dê através da expropriação ambiental dos pobres (...) concentra-se a renda e concentram-se também os espaços e recursos ambientais nas mãos dos poderosos”³⁷⁵.

Seu depoimento abaixo é suficientemente revelador quanto aos motivos de serem contra a mineração:

Nós somos contra a abertura de novas minas porque chega de estragar, chega de poluir o meio ambiente, chega de só tirar do solo, dos ricos vim só em cima do pobre, massacrar o pobre, só tirar porque a riqueza daqui tem que ser tirada, mas também tem que respeitar quem está aqui. Porque na minha terra onde eu estou vivendo hoje, nós já estamos há dez décadas já morando aqui em cima, há mais de cem anos nós estamos nesta terra e está aqui cada vez produzindo mais, por quê? Porque nós cuidamos! (...)³⁷⁶

³⁷² Comentário extraído do “Histórico da ONG Sócios da Natureza de 1980 a 2008”. Arquivos da ONG

³⁷³ Há também o comprometimento da vegetação nativa e o risco de rachaduras nas casas.

³⁷⁴ MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes em 22 de abril de 2008.

A/A

³⁷⁵ ACSELRAD, Henri et al, op. cit., p. 12

³⁷⁶ MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 10 de junho de 2008. A/A

O setor minerador, sobretudo os mineiros durante as audiências públicas, atacam os agricultores afirmando que eles também poluem com o uso de agrotóxicos nas suas lavouras. Quando perguntado sobre essa questão, Matiolla respondeu que tem plena consciência do seu uso, porém coloca que somente utilizam o que é recomendado pela Secretaria da Agricultura. Diz que o vilão na agricultura é o fumo, mas hoje é o que menos recebe agrotóxico entre as culturas. Seus exemplos comparativos são ilustrativos o bastante para mostrar a diferença do grau de poluição entre as duas atividades. Ele questiona: onde se consegue pescar peixe: no meio de uma granja de agricultor ou nas bacias de tratamento de resíduos do carvão? Há sapos nas águas ácidas do carvão? Diz ainda que se interrompesse a atividade agrícola por uns anos, naturalmente as condições do ambiente voltariam, enquanto que as áreas impactadas pelo carvão são na maioria irreversíveis.

Seu depoimento completa-se com o do vereador Márcio Dalmolin. Esse diz: “se falou muito na questão do arroz porque tem veneno, então a gente foi pesquisar e na maioria é agricultura familiar. E o pessoal planta e não degrada, tanto que está lá até hoje. Já a mina não, a gente sabe que além dos cem hectares de degradação tem a questão da água”³⁷⁷

No princípio do movimento, o CEMEA³⁷⁸ concedeu apoio e indicou o caminho de luta e enfrentamento do conflito, já que ambos possuem a mesma característica de resistirem contra a mineração do carvão em suas terras agrícolas. O movimento recebe, desde o início, o apoio irrestrito da ONG Sócios da Natureza de Araranguá, que procura sempre estar presente nas audiências públicas, bem como participando de algumas de suas reuniões.

Foi a convite da ONG, por exemplo, que integrantes do movimento foram palestrar no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no ano de 2005, dando a oportunidade de apresentarem a luta deles, bem como trocaram experiências e idéias com outros movimentos sociais. E também o convite para juntos participarem de uma exposição no hall da Assembléia Legislativa de Florianópolis em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Os agricultores montaram painéis com várias fotos das suas manifestações e depois participaram, juntamente com outras entidades ambientais, de um debate no plenário sobre a problemática do carvão.

Além disso, recebem o apoio do CDL – Centro de Dirigentes Lojistas, da ACII - Associação Comercial e Industrial de Içara e da Igreja Católica. Essa participa ativamente do movimento e prega em favor à luta dos agricultores durante as missas, com grande destaque

³⁷⁷ DALMOLIN, Márcio. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes em 22 de abril de 2008. A/A

³⁷⁸ ONG que se originou do movimento do Morro Estevão e Albino.

para a atuação do Padre Jacinto, que está sempre presente e preocupado com o andamento e resultado das ações do grupo ³⁷⁹ E por fim a população em geral de Içara que se declara contra a instalação da mina. Segundo Matiolla, cerca de 80% dos içarenses estão do lado deles:

A sociedade hoje está apoiando. O movimento hoje não é como a mina dizia, “lá só tem quatro colonos desequilibrados que não querem a mina, que não sabem o que é desenvolvimento”. Hoje a sociedade está vendo que a nossa luta não é só de quatro colonos, é uma luta social aqui na Içara. Porque a gente está vendo que está vivendo em uma comunidade saudável, equilibrada, socialmente bem. ³⁸⁰

Segundo Alonso e Costa, os atores principais dos conflitos ambientais não estão dados, pois tanto os atores quanto as alianças que são criadas, constituem-se e refazem-se ao longo do processo político. ³⁸¹ Os opositores ao movimento, por outro lado, são as mineradoras, o DNPM, a FATMA, o poder público, parte do legislativo e parte da imprensa. ³⁸² Esses são justamente os órgãos quem têm o poder de decisão nas mãos em relação à luta dos agricultores. A maioria é explicitamente contrária, alguns são mais discretos em suas posições.

A organização do grupo se dá através de reuniões e assembléias feitas por semana ou por mês, dependendo das circunstâncias. Primeiramente reúnem-se as lideranças de cada comunidade para decidir e organizar as atividades em cada uma delas, depois é feita a reunião com todo o grupo para tomar as decisões do movimento. As reuniões são organizadas geralmente nos salões das igrejas, devido ao grande volume de participantes, que varia de 100 a 200 pessoas. Mas quando a reunião é só com as lideranças, de forma bem informal, é realizada nas residências dos mesmos.

O movimento não objetiva designar nenhum nome que se ressalte como o líder da luta de resistência dos agricultores. Matiolla deixa bem claro que não se vê e não deseja ser o líder, pois não considera justo eleger alguém para estar à frente do movimento, pensa que todos igualmente devem se destacar e ter voz para se expressar em qualquer ocasião. Porém, admite que nem todos do grupo têm a coragem que ele possui de falar em público, de denunciar e de enfrentar.

³⁷⁹ Segundo informou o movimento, foi devido o envolvimento da igreja com a luta deles que os últimos dois padres nas comunidades foram transferidos. Primeiro, o padre Oscar e, agora, o padre Jacinto que foi encaminhado para Araranguá.

³⁸⁰ MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes no dia 28 de abril de 2008 em Içara. A/A.

³⁸¹ ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. **Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Artigo pesquisado no dia 12/07/2006 no site: www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/alonso_e_costa_2002_bib%20.pdf

³⁸² Idem.

Entretanto, a comunidade ambientalista, a população de Içara e o poder público vêem Nico Matiolla como o mentor e representante dos agricultores de Içara na luta contra o carvão.³⁸³ Seu posicionamento de neutralidade perante o movimento vai de encontro com o que diz o advogado do movimento, Dr. Walterney Ângelo Réus: “(...) conformação jurídica informal e anônima deste movimento constituído por grupos indistintos, juridicamente anárquicos e homogêneos de pessoas, sem representação visível e **sem que seja possível definir qual integrante responde legalmente pelo grupo.** (grifo seu)”.³⁸⁴ Outras lideranças do movimento devem ser citadas, mesmo que entre eles isso não seja relevante, são os agricultores Valdenir Guslinsky (“Nego”), David Morosky, José Baltisera, José Luiz Alves e o fotógrafo Gilmar Axé de Içara. Este participa e representa o movimento em várias reuniões, além de fazer o registro fotográfico de toda a trajetória do movimento.

Matiolla revela sua imensa indignação diante da troca de favores entre os empresários mineradores e os políticos. Enfatiza diversas vezes durante a entrevista de que sempre prevalece o poder econômico e político. No entanto, nem por isso o movimento desanima, segue na luta com a mesma força e união do início.

Os órgãos competentes hoje proíbem o agricultor de cortar um pé de mato, um pé de espinheiro ou de fazer uma drenagem muito funda, qualquer coisa a gente é proibido. Quer dizer, a mina a FATMA licencia, quer dizer, ela pode vir acabar com a água, acabar com a roça, com a fauna, com a flora, acabar com tudo porque tem o poder na mão, tem o dinheiro, nós não podemos nada, mas as empresas grandes podem tudo. Então há uma distância do poder mais fraco com o poder econômico muito alto, então quer dizer, prevalece sempre o poder econômico (...)³⁸⁵

Verifica-se uma contradição dos objetivos da mineradora e do movimento nos seus distintos resultados, ou seja, a mineradora empregará cerca de 80 pessoas e terá uma vida útil de apenas 14 anos, com o forte agravante de, após a finalização das atividades minerárias, deixar como marcas o comprometimento dos recursos hídricos, do solo e da vegetação. Enquanto que, se não houver a mineração, os quase 2.000 habitantes da região continuarão com a agricultura e o mesmo estilo de vida do campo, mantendo a relativa paz que sempre reinou em suas comunidades, ao contrário da constante agonia e apreensão que nos últimos cinco anos estão vivenciando. Conflitos sócio-ambientais como esses que estão sendo

³⁸³ Além dessa entrevista, outras já foram realizadas, como a recente de Susiane Formentin Mendes para o seu Trabalho de Conclusão de Curso em Direito na UNESC intitulado “O movimento pela vida e a sua importância nas mudanças realizadas no direito posto no município de Içara”, a ser defendido em junho de 2008.

³⁸⁴ Informação extraída do “Histórico da trajetória judicial do Movimento Pela Vida”, escrito por Walterney Ângelo Réus em maio de 2008.

³⁸⁵ MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 10 de junho de 2008. A/A

analisados neste último capítulo, indicam “um amplo espectro de representações sociais divergentes e lutas originárias de interesses opostos pela apropriação e o uso do meio ambiente no nível local”.³⁸⁶

O primeiro passo adotado pelo movimento foi mobilizar-se para a criação de uma área de proteção ambiental. Em 08 de Junho de 2004 foi promulgada a Lei 2.019, que criava a APA – Área de Proteção Ambiental da Santa Cruz e colocava toda aquela região em estado de proteção ambiental. O vereador Márcio Dalmolin explica como ocorreu o processo para criação dessa lei:

Na época a comunidade veio na câmara pedir ajuda prá nós e como a gente defende os interesses da comunidade, estamos ali pra isso, vimos os prós e os contras e vimos que aquela comunidade não queria a mina. E como vereadores, exercendo a função, fomos fazer o Projeto de Lei, pesquisar, ver quais eram as áreas, o que a mina iria atingir. Como existem muitas diferenças, proteção ambiental, preservação ambiental, que são questões distintas, a gente foi pesquisar em Criciúma, que tem uma questão idêntica, que está acontecendo em Morro Albino e Morro Estevão, o mesmo confronto, entre mineiros e agricultores. E pesquisando isso, fomos desenvolver o projeto, fazer medições, consultar engenheiros, vimos que naquela região existem muitas nascentes, o maior lençol freático está naquela região. A gente considera que mina, abrindo, é mina, então automaticamente a água acaba. A gente que conhece os agricultores, minha família é agricultora, mora no Morro Estevão, se sensibilizou na época e criou este projeto.³⁸⁷

No entanto, o contentamento durou muito pouco. A mineradora Rio Deserto envolveu-se no processo legislativo e cooptou a maioria necessária para alterar a lei. Assim, em 28 de dezembro de 2004 foi promulgada a lei nº 2.086, que alterava o texto da lei anterior permitindo a instalação de atividade minerária na APA. Curioso é que os mesmos vereadores que votaram pela criação da APA, mudaram de lado repentinamente. Segundo o advogado³⁸⁸ do movimento: “gravações de sessões legislativas foram grosseiramente adulteradas, resultando em inquéritos policiais que, normal, não deram em nada”.³⁸⁹

O líder dos agricultores acredita que todas as artimanhas utilizadas pelo poder público são pelo fato de considerarem os agricultores um povo muito humilde, de que os mesmos não têm conhecimento e compreensão das leis. De fato, Matiolla admitiu que não possuía noção nenhuma de legislação, de quais eram os seus direitos e deveres, ou seja, era totalmente neutro nessa questão devido a sua rotina de vida ser sempre a mesma. No entanto, a partir do

³⁸⁶ ALEXANDRE, Agripa Faria. **Conflitos sócio-ambientais e o papel do Ministério Público**: o caso de Blumenau, SC, Brasil. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis: EDUFSC, n. 32, outubro de 2002.p. 383.

³⁸⁷ DALMOLIN, Márcio. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes no dia 28 de abril de 2008 em Içara. A/A.

³⁸⁸ O advogado do movimento acaba sendo um protagonista na trajetória de luta, pois ele que direciona as ações do movimento na esfera judicial.

³⁸⁹ Informação extraída do “Histórico da trajetória judicial do Movimento Pela Vida” escrito por Walterney Ângelo Réus em maio de 2008.

momento em que formaram o movimento, ele e seus companheiros passaram a freqüentar, nesses últimos anos, diversas reuniões e audiências públicas, freqüentando e utilizando espaços públicos até então desconhecidos. Quando se faz menção à esfera pública é importante ressaltar que ela se apresenta, simultaneamente, como a arena do conflito e de negociação entre os atores.

A primeira manifestação jurídica do movimento foi em 24 de novembro de 2004 quando “foi interposto Mandado de Segurança pelo então vereador, Cléber Antenor Viana, contra atos de agressão ao Regimento Interno da Casa, o qual foi julgado procedente obrigando os vassallos do poder econômico a redigirem nova lei para atender seus interesses. Apesar desse “contratempo”, a APA foi violada pela Lei 2.086/2000”.³⁹⁰ A FATMA concedeu a LAP - Licença Ambiental Prévia, em 23/02/2006 e, logo em seguida, a LAI - Licença Ambiental de Instalação, em 25 de abril de 2006.³⁹¹ Isso significa que o órgão ambiental estadual emitiu licença favorável à instalação da mineradora na localidade. Mais uma vez, portanto, a FATMA foi condizente com o setor minerador na polêmica e discutível questão do carvão. Matiolla demonstra inconformismo e injustiça quando fala sobre os licenciamentos emitidos pela FATMA às mineradoras:

Eles (mineradoras) assinaram um Termo de Ajuste de Conduta para recuperar as áreas degradadas para depois começarem a ter crédito. Mas eles não fazem nada. Vence o prazo, requerem mais um ano, vence o ano e não fizeram nada e então pedem mais prazo e o judiciário não pune. Vão protelando e vão protelando. Se eu compro no comércio e não pago, estou inadimplente, vou para o SPC, se eu vou comprar em outra loja, eles dizem, o senhor está inadimplente, o senhor não tem crédito. As mineradoras hoje estão em débito, por que a FATMA e o DNPM licenciam se elas estão com o passivo ambiental todo para trás, sem fazer nada? Como elas têm poder de requerer novas concessões, licenciamento para abertura de mina, continuar poluindo, se elas estão com débito ainda?³⁹²

O ambientalista João Marino também se mostra estarecido quanto ao descaso das empresas carboníferas com as áreas degradadas, ainda não recuperadas e, portanto, abandonadas:

É estarecedor conhecer a legislação ambiental vigente em nosso país; ouvir o que dizem os empresários do carvão em Santa Catarina através de seus veículos de comunicação sobre suas iniciativas de adequação a essa legislação e ver o tamanho e a gravidade da destruição do ambiente na região sul de Santa Catarina. É estarecedor ler ou ouvir os empresários falarem de tecnologia para o carvão e ver em todos os cantos o quão pouco se fez de fato em termos de

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ Segundo informações dos membros do movimento, a filha do diretor regional da FATMA, em Criciúma, foi contratada como advogada da empresa Rio Deserto no mesmo período em que a licença foi concedida.

³⁹² MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes no dia 28 de abril de 2008 A/A.

adequação dos métodos de extração, beneficiamento e queima do carvão mineral e quão pouco se fez de recuperação ambiental.³⁹³

Diversas contestações sobre o EIA/RIMA, apresentado pela mineradora, levaram o movimento a ingressar com uma Ação Popular na Comarca de Içara³⁹⁴, na qual foram detalhados item por item os pontos que mereciam ser mais bem esclarecidos, requerendo a suspensão do processo até que tais pontos fossem devidamente explicados. Porém o juiz da Comarca de Içara extinguiu a ação, argumentando que o processo de licenciamento ainda estava em curso e que não havia nenhuma demonstração de lesividade. Diante disso, segundo Walterney, foi feito “o devido recurso, foi declarada a perda de objeto, portanto a licença ambiental prévia que era objeto da Ação Popular, foi cassada pela FATMA, o que levou os julgadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entenderem que a ação perdera sua finalidade”.

Conseqüentemente a essa decisão, o movimento tratou de buscar a declaração de inconstitucionalidade da lei 2.086/2004, estimulando o Ministério Público a ingressar com Adin³⁹⁵, que tramitou no pleno do Tribunal de Justiça do estado. Por atuação direta do movimento, foi concedida então, no dia 17 de maio de 2006, medida liminar suspendendo a instalação da mineradora até o julgamento final da Adin. O que terminou por acontecer, depois de muitas idas e vindas, em 18 de fevereiro de 2008, tendo como resultado final: 28 x 13 pela improcedência da Adin.³⁹⁶ Ou seja, o movimento foi derrotado nesse momento. Ressalta-se que das quatro vezes em que houve votação para este processo da inconstitucionalidade, o movimento se organizava indo até Florianópolis para acompanhar a votação. Na sessão em que teve o julgamento final, foi a ocasião em que mais marcaram presença, lotaram dez ônibus de agricultores de Içara e ocuparam a frente da Assembléia Legislativa, conforme imagem abaixo.

³⁹³ VIEIRA, João Marino. **Memórias e argumentos do movimento ambiental na região sul de Santa Catarina**. Artigo escrito para o segundo volume do livro “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina”, ainda a ser publicado em 2008.

³⁹⁴ Processo nº. 028.05.001279-4

³⁹⁵ Adin ou Adi significa Ação Direta de Inconstitucionalidade, que é um instrumento utilizado no chamado controle direto da constitucionalidade das leis e atos normativos, exercido perante o Supremo Tribunal Federal. www.wikipedia.org/wiki/Ação_direta_de_inconstitucionalidade
Informação extraída do site:

³⁹⁶ Segundo informações do advogado e dos membros do movimento, a votação estava sendo amplamente favorável ao movimento, estava 10 x 4 pela inconstitucionalidade (eram 40 votantes, sendo necessários 21 votos), quando o Desembargador Newton Trisotto, que já havia votado, pediu vistas (a pedido da Desembargadora Salete Sommariva, que nem estava na sessão) sob alegação de que iria fundamentar seu voto. Tal fato aconteceu em 24/10/2007. O processo foi suspenso e só foi retomado em 18/02/2008, data do resultado final.



Manifestação no julgamento da Adin em Florianópolis³⁹⁷

Outra investida foi, então, elaborar um projeto de lei de iniciativa popular, na qual conseguiram coletar, em três dias, quase cinco mil assinaturas³⁹⁸. Um dos integrantes do movimento, Gilmar Axé, explica que a intenção do “Projeto Popular” foi de “impedir a poluição, pois se a mina se instalar, queremos garantias de que ela será responsável pelos danos e que irá reparar os prejuízos causados pela extração do carvão”³⁹⁹.

O representante do setor carbonífero, Fernando Zancan, declara que “o carvão mineral é o energético que entra no século XXI como sendo o combustível que contribuirá com a segurança energética do planeta e com nova roupagem tecnológica, viabilizando seu uso de forma sustentável. O imenso investimento em tecnologia na área ambiental tornará o carvão cada vez mais aceitável pela sociedade”.⁴⁰⁰ Essa declaração é questionável em vários pontos. Primeiro porque o carvão é o combustível fóssil mais poluente do mundo, não foi provado se as novas tecnologias realmente não causarão mais danos como tanto divulgam. Outro aspecto é que o carvão não pode ser sustentável, pois esse termo em si já é polêmico e discutível,

³⁹⁷ Foto de Gilmar Axé.

³⁹⁸ Sendo que o Regimento Interno da Câmara exigia 1.800 assinaturas para validar o projeto

³⁹⁹ Jornal Agora, 21/03/2008, p. 4-5.

⁴⁰⁰ ZANCAN, Fernando Luiz. **Deixar as opções energéticas em aberto**. Artigo escrito em outubro de 2006. Arquivos do autor.

ainda mais se tratando de uma atividade altamente impactante. E, por último, a sociedade está cada vez mais em alerta dos seus prejuízos e cada vez mais resistindo a sua continuação.

A mais impactante e, representativa, de todas as manifestações realizadas pelo movimento, ocorreu no dia 17 de março de 2008, em mais um de seus “tratorações contra mina”, como mostra a imagem abaixo. Os agricultores percorreram um trecho da SC – 444 até alcançar o centro de Içara. O tráfego foi interditado por alguns instantes com apoio da Polícia Militar. O “tratoração” passou pelas principais ruas do município. Durante o percurso, os comerciantes, em solidariedade e apoio ao movimento, fecharam seus estabelecimentos mais cedo. Em um carro de som instalado no centro os manifestantes questionavam: “Cadê nosso prefeito? Cadê o Secretário de Agricultura? Precisamos de apoio e eles não estão aqui!”.⁴⁰¹



Tratoração realizado em Içara.⁴⁰²

Em um ato simbólico, conseguiram reunir mais de mil pessoas, trezentos tratores, além de pregar mil cruzeiros e acender quatro mil velas no entorno do paço municipal. Nas bandeiras que seguravam, protestos em favor da vida. Conforme se verifica na foto abaixo, a

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Foto de Gilmar Axé.

paisagem parecia de um cemitério. As cruzes e velas foram utilizadas para simbolizar a morte do meio ambiente nas comunidades, caso a mina seja instalada.



Protesto com cruzes em frente ao paço municipal de Içara⁴⁰³

De acordo com o ambientalista Gilmar Axé, algumas pessoas tentaram denegrir a imagem do movimento com insinuações, como a procedência da madeira utilizada para fazer as cruzes. Ele argumenta: “essa é uma afirmação insensata de quem claramente possui vínculos com os coronéis do carvão. Madeira sem procedência é crime. Nós compramos as cruzes numa empresa devidamente legalizada, que já fez, inclusive, levantamento da documentação para o caso de uma contestação judicial”.⁴⁰⁴

É chocante a declaração de uma agricultora, feita durante a manifestação, para um jornalista de uma rádio de Criciúma:

Sabe moço, vou contar aquilo que meu filho de nove anos me disse: ele chegou em casa da escola e falou: mãe, eu já sei o que a gente pode fazer se a mina abrir, a gente pode compra um

⁴⁰³ Foto de Gilmar Axé.

⁴⁰⁴ Jornal Agora, 21 a 27 /03/2008. p. 4

freezer bem grande e congela toda a água que temos para podermos usar no futuro, respondia a agricultora com lágrimas nos olhos.⁴⁰⁵

Nesse mesmo dia de protestos, em um ato público o “Projeto Popular” foi entregue em mãos ao Presidente da Câmara de Vereadores, Caetano Pedro Costa, que encaminhou para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sob a presidência da Vereadora Iara Amândio Martinez. Esta convocou uma sessão secreta em 17 de abril de 2008, que resultou novamente desfavorável ao movimento, pois teve-se o arquivamento do referido Projeto Popular.⁴⁰⁶ De acordo com a advogada da mineradora, a empresa já possui toda a documentação legal para realizar a instalação: “todos os estudos feitos a pedido do Ministério Público Federal e da FATMA comprovam que não haverá alteração na qualidade da água”. Disse ainda que a empresa tem planos de emergência e será responsável por qualquer dano causado ao meio ambiente.⁴⁰⁷ Com a declaração, nota-se uma certa incoerência, pois se estão garantindo que não haverá alteração dos recursos hídricos, por que então a empresa já divulga que terá planos de emergência? Assim, é de se duvidar que exista tanta garantia de que a mina não poluirá.

Dalmolin expressa seu descontentamento com o desenrolar do conflito:

Virou uma questão política, me senti muito magoado na época, mexeram nesta lei. Hoje já deram precedente pra abrir esta mina, quer dizer, é uma lei que foi criada, mas não funciona, uma lei de proteção ambiental, mas não é. Na verdade, esta questão social, virou mais uma questão jurídica e política.⁴⁰⁸

Os resultados dessa luta tenaz dos agricultores contra a abertura da mina⁴⁰⁹ em suas localidades também é lamentado por Walterney quando diz: “como se pode ver, a luta é extremamente inglória e desigual, porquanto o poder econômico da mineradora tem falado alto, muito alto, como puderam sentir os defensores do meio ambiente até aqui.”⁴¹⁰

Taciana Gouveia, em sua discussão sobre os lugares e os sujeitos dos movimentos sociais e ONGs, frisa que os movimentos sociais “têm atuado cotidianamente no sentido de

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ Walterney informa que esta decisão fere “diversos preceitos regimentais, a começar pela negativa de vistas do relatório do Vereador Darlan, ao Vereador Murialdo Gastaldon, que, *incontinenti*, ingressou com Mandado de Segurança contra tais barbaridades, o qual corre na Comarca de Içara sob nº 028.08.001983-5, e está aguardando que nos notificados (Vereadores Caetano Pedro Costa e Iara Amândio Martinez) apresentem suas justificativas à agressão regimental para, ato contínuo, ser julgado pelo juiz da 2º Vara da Comarca de Içara”. Informação extraída do “Histórico da trajetória judicial do Movimento Pela Vida” escrito por Walterney Angelo Réus em maio de 2008.

⁴⁰⁷ Diário Catarinense, 18/03/2008. p. 20.

⁴⁰⁸ DALMOLIN, Márcio. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes no dia 28 de abril de 2008. A/A.

⁴⁰⁹ O movimento também defende outras formas de energia limpas, portanto, condenam e se declaram totalmente contra a instalação de novas usinas como a USITESC, devido à destruição causada pelo seu “alimento” carvão.

⁴¹⁰ Declaração extraída do “Histórico da trajetória judicial do Movimento Pela Vida” escrito por Walterney Angelo Réus em maio de 2008.

tornar cada vez maiores as possibilidades de autodeterminação individual e coletiva”. A autora, também chama atenção, para o fato de que somente quando temos condições de sair do lugar da contingência e nos colocamos no lugar de sujeitos da história é que poderemos falar de uma sociedade radicalmente justa, igualitária e democrática.⁴¹¹

Independente se a empresa consiga realmente minerar, o movimento considera que já obteve muitas vitórias, pois através das ações e protestos do movimento, conseguiram impedir que se formassem os 100 hectares de montanha de rejeito piritoso que seria depositado num banhado. Impediram também a instalação do lavador de carvão na localidade, que será transportado por trem para ser lavado em Siderópolis. Mas disso surge a dúvida: por que este município tem que receber a poluição do carvão que será minerado em Içara? Já não basta grande parte de Siderópolis ter sido gravemente impactada na época em que funcionava a Marion? Por fim, consideram como principal conquista o fato de que já era para a empresa estar há cinco anos minerando na área, isto é, a não instalação da mina até o momento se deve à luta constante do movimento. Uma luta, como se pode observar, pelos direitos sociais e humanos, pela qualidade coletiva de vida e pela sustentabilidade ambiental.

Segundo integrantes do movimento, informações extra-oficiais revelam que para a empresa já virou uma questão de honra conseguir minerar nas áreas rurais de Santa Cruz, Esperança e Esplanada, de provar mais uma vez que eles são mais fortes e poderosos na esfera econômica, política e também nos meios de comunicação⁴¹². Na opinião de Matiolla, se o setor minerador conseguir calar o movimento, abrirá precedentes para acontecer o mesmo com outros movimentos sociais na região, bem como intimidar o surgimento de novos, já que considera o movimento deles um dos mais fortes do estado. De acordo com Gouveia, quanto mais os movimentos sociais questionam os valores conservadores e excludentes (como é o caso desse movimento dos agricultores que questionam o porquê do setor minerador querer minerar em suas localidades, portanto, excluindo-os do direito de permanecerem em suas terras), mais o movimento social é deslegitimado política e socialmente.⁴¹³

O movimento esclarece que não fez e não fará acordo nenhum, como deseja o Ministério Público. Instituição que, em geral, procura ser a mediadora entre as duas partes conflitantes. Mas, por outro lado, às vezes fica visível a posição assumida, isoladamente, por

⁴¹¹ GOUVEIA, op. cit., p; 85.

⁴¹² O movimento reclama que, a mídia em geral, não dá a devida cobertura das suas ações e manifestações. Em razão disso, eles investem pessoalmente em divulgação, através, por exemplo, da distribuição de panfletos e adesivos.

⁴¹³ GOUVEIA, op. cit., p. 84.

um procurador ou promotor favorável ao “grupo do carvão”. Observa-se isso, principalmente, durante as audiências públicas.

O líder dos agricultores enfatiza que se for preciso irão partir para o radicalismo:

O primeiro dano que houver nessa mina, o movimento entra em ação novamente e fecha a mina, tranca a saída, tranca a entrada, tranca tudo e diz: o problema tá ali, nós avisamos do que iria acontecer. Vocês se embasam em cima de papel, em cima do que o papel aceita, mas a realidade está aí (...) Só que a empresa sabe, ela vai ter duas mil, mais de quinhentas famílias inimigas deste empreendimento, qualquer falha, qualquer dano que acontecer, o movimento vai tá unido, vai fazer denúncia e vai barrar e vai tranca tudo, vai se manifestar. Ou ela tranca por bem ou ela tranca por mal!⁴¹⁴

Em artigo recente, divulgado pela mídia regional, intitulado “O futuro da mineração em jogo”, abordam-se os dois “destinos” da questão ambiental referente à mineração em Santa Cruz. O que acontecerá se respeitarem às normas ambientais e o que ocorrerá se houver poluição:

Se esta mina da Rio Deserto for implantada e causar problemas ao meio ambiente, depois de tantas discussões e de tudo o que foi prometido e estabelecido perante o Ministério Público e Poder Judiciário, vai ser muito difícil, mas muito difícil mesmo, abrir uma nova mina. Mas se não poluir, se der tudo certo, será iniciada uma nova fase da mineração, e será possível projetar um "boom" do setor. Exatamente no momento em que o país mais precisa de energia.⁴¹⁵

O setor minerador, na fala de Fernando Zancan, argumenta que o movimento ambientalista interfere no setor quando “ele não vem contribuir para ajudar, vem a travar os projetos ou vem a uma audiência pública falar mentiras, usam o apelo público e a emoção em relação a uma coisa que é eminentemente técnica. Agora a discussão é por quê? Por que não faz isso aberto para todas as outras áreas?”. Esse seu depoimento remete, nitidamente, ao apontamento dos ambientalistas e agricultores que participam das audiências públicas para se manifestarem contrários aos seus projetos de mineração ou instalação de usinas termoelétricas.

Esse conflito repercutiu na área educacional. Uma estudante de Içara ganhou prêmio nacional no concurso “Prêmio escrevendo o futuro” do Ministério da Educação. A aluna vencedora é da 4ª série e, segundo a professora responsável pelo projeto, a menina é de uma turma considerada problemática: “o resultado foi muito positivo porque o envolvimento desta turma de alunos neste projeto serviu de lição para despertar uma consciência ecológica nestas

⁴¹⁴ MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos no dia 10 de junho de 2008. A/A.

⁴¹⁵ Jornal A Tribuna, 05/04/2008.

crianças”. Projeto este que exigia que se trabalhasse uma questão polêmica e que se tivesse como título e tema “o lugar onde eu vivo”⁴¹⁶.

Discutiram-se vários temas e foi escolhida a questão da mineração do carvão, resultando no projeto denominado “Doce Içara com sabor amargo”. As crianças entrevistaram, por livre e espontânea vontade, oitocentas e quatorze pessoas. O texto da aluna vencedora do prêmio comenta que querem abrir uma mina em Içara, que há pessoas favoráveis porque trará empregos, porém há os contrários porque trará poluição e diz que na opinião dela o homem não pode sair do campo. E finaliza o seu texto dizendo: “o doce mel de Içara não combinava com o gosto amargo do carvão”.

Em virtude desse prêmio, foi criada uma campanha publicitária para divulgar o projeto na Rede Globo, na qual a estudante aparece declamando seu texto. A professora revela a dificuldade que foi a mídia regional dar a devida cobertura ao prêmio:

Na época quando o texto foi vencedor, outros jornais não deram uma ênfase tão grande porque tinham o recurso financeiro, grande parte que entra no jornal vem das empresas Rio Deserto, então eles não poderiam dar muita ênfase pelo teor do texto da menina. Foi uma maratona pra que a própria imprensa desse a cobertura que merecia. E hoje como está em horário nobre na TV virou publicidade a nível nacional. Eu lembro de cada passo que eu dei e acho que valeu a pena.⁴¹⁷

No final da entrevista com o líder dessa árdua batalha contra a abertura de minas de carvão em terras agrícolas, é feita a pergunta se ele considera-se um ambientalista. Fica um tanto surpreso com a indagação e diz: “Eu sou em defesa da vida! Faço o que for possível pra defender quem não tem vez e voz pra se defender hoje. A água não tem voz para se defender, as plantas não têm vez, as crianças que estão por nascer não têm voz e vez pra se defender, então faço isso por.....” (pausa, um minuto de silêncio!), seus olhos enchem de lágrimas e ele não consegue conter a forte emoção. A entrevistadora comenta o quanto é difícil essa luta. Ele apenas consegue responder, ainda extremamente emocionado: “é danado! Ninguém dá bola!”.⁴¹⁸

Sua angústia, aflição e medo de perder suas terras, de não poder deixar de herança para seus filhos e futuros netos, mistura-se com o sentimento de revolta e indignação por ter que se calar perante a justiça. Pois segundo recente decisão da juíza de Içara, ele, Nico Matiolla, está

⁴¹⁶ FREITAS, Édina da Silva. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes no dia 28 de abril de 2008. A/A.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 10 de junho de 2008. A/A

proibido de se manifestar sobre o movimento sob pena de pagar multa de 1.000 mil reais por dia.⁴¹⁹

Automaticamente, surgem os seguintes questionamentos: cadê a tão formosa liberdade nossa de expressão? Cadê a liberdade de manifestação dos movimentos sociais? Essa decisão judicial imposta injustamente a Matiolla não seria resquício da velha combatida repressão militar? Esse fato se apresenta como mais uma prova do poder de dominação que o setor carbonífero tem na região sul de Santa Catarina, que passa em cima dos interesses coletivos, das leis ambientais, que impera sua força econômica e política, além da sua influência na mídia e no poder judiciário.

Esse conflito sócio-ambiental das comunidades rurais de Içara se enquadra com o que argumenta um dos autores da temática da justiça ambiental, Kenneth Gould:

As comunidades pobres menos poderosas, sem recursos econômicos nem conexões políticas e sem capital humano profissional que possa sustentar um esforço de se evitar a instalação da unidade ambientalmente perigosa, terão menos capacidade de montar uma campanha de rejeição bem sucedida.⁴²⁰

É inegável o poder de mobilização e organização que revelou o movimento de Santa Cruz contra a instalação da mineradora no local. Porém todo o esforço não foi suficiente, até o momento, para impedir que a mesma recebesse aval para minerar. Justamente pelos motivos apresentados acima por Gould: os agricultores não possuem os decisivos recursos econômicos e políticos da “classe dos poderosos”. Talvez por isso que essas empresas escolham lugares como essas localidades rurais, por acreditarem ser espaços de baixo nível de resistência política. No entanto, segundo declarou o movimento, a esperança na Santa Cruz ainda continua.

⁴¹⁹ Essa decisão judicial se chama “interdito proibitório” e também foi imposta a outro integrante do movimento, o ambientalista e fotógrafo Gilmar Axé.

⁴²⁰ GOULD, Kenneth. In: ACSELRAD, Henri et al (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 74.

3.4 - O MOVIMENTO PELA VIDA

A ONG Sócios da Natureza, o CEMEA e o movimento de resistência em Içara, que compuseram este último capítulo, formam, com outras entidades, o “Movimento pela Vida”⁴²¹. Movimento que se configura numa tentativa de organizar uma rede de ONG’s e movimentos sociais que lutam pela causa em comum da defesa do meio ambiente no sul de Santa Catarina.

Em 2002, emergiu a consciência para a formação desse grupo, devido à percepção da existência de várias entidades e pessoas engajadas na questão ambiental na região. No início, participavam a ONG Sócios da Natureza, CEMEA, o CEIPAC – Centro de Estudos Integrados e de Promoção do Ambiente e Cidadania de Criciúma⁴²², CEDANC, APACRI - Associação de Proteção aos Animais de Criciúma, TerraAcolhe Coopertiva Ecológica, GAMI, Sociedade Ecológica do Balneário Rincão e Projeto Nossa Rua de Criciúma.

Segundo um dos integrantes, o “Movimento pela Vida” surgiu da possibilidade de “agregar esforços para construir um movimento que desse vazão aos anseios comuns das organizações já existentes, com espaços para a mais livre participação no processo de construção e atuação deste movimento, potencializando cada um em seu próprio espaço pela criação de espaços partilhados”.⁴²³

A primeira ação organizada do movimento foi a idealização de um evento, em nível regional, que promovesse a discussão de temas ambientais pertinentes, bem como a troca de experiências e o fortalecimento do movimento ambientalista da região. Surgiram, então, os “Fóruns Sul Ambiental”, os quais pretendiam representar a “construção de um espaço maior e democrático, no qual pessoas, instituições e organizações populares, de forma articulada e desvinculada dos interesses de dominação e dos interesses políticos e econômicos que continuam a degradar o nosso meio, poderão debater, produzir, aperfeiçoar e socializar entendimentos, posições e políticas, objetivando o resgate e a promoção da qualidade de vida e da cidadania.”⁴²⁴

⁴²¹ Ver site: www.movimentopelavida.cjb.net

⁴²² Ver site: www.ceipac.org.br. Antes desta entidade voltar-se, exclusivamente, para o combate a irradiação causada pelas antenas e aparelhos celulares, teve uma fase de grande participação nas lutas contra o carvão, esteve sempre presente nas audiências públicas, por exemplo.

⁴²³ VIEIRA, João Marino. **Memórias e argumentos do movimento ambiental na região sul de Santa Catarina**. Artigo escrito para o segundo volume do livro “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais e Ambientais”, ainda a ser publicado em 2008.

⁴²⁴ Citação extraída do folder do primeiro evento em 2002.

Houve quatro edições do fórum até o momento. O primeiro foi realizado nos dias 20 e 21 de setembro de 2002 no Colégio Michel em Criciúma, cujos assuntos debatidos foram: políticas ambientais, energia, Agenda 21 e cidadania. Os palestrantes foram: Professor Luiz Fernando Scheibe da UFSC, Professor Paulo Ricardo da Rocha Araújo da Universidade Católica de Brasília, Engenheiro Rogers Demonti e Yales Novaes do INEP/UFSC e o Procurador da Justiça e Professor da UNESC Jacson Corrêa.

A segunda edição foi também em Criciúma no Colégio Michel, nos dias 21 e 22 de novembro de 2003. As temáticas das palestras giraram em torno do desenvolvimento sustentável, Ministério Público e meio ambiente, água, poluição eletromagnética, lixo urbano, consumo responsável, Mata Atlântica, carvão mineral e termoeletricas. Tiveram como debatedores: Professor Armando Lisboa da UFSC, Professor Carlyle Menezes da UNESC, do Promotor Alex Sandro Teixeira da Cruz, Professor Luiz Fernando Scheibe da UFSC, biofísico Nestor Minhuey Mendes da UNESC, o geógrafo Mario Ricardo Guadagnin da UNESC, publicitária Miriam Helena Carvalho Sperb, coordenador do COPET Sidilon Maurício Ferreira Mendes e o Professor João de Deus Medeiros da UFSC.

Já o terceiro fórum foi em Içara no auditório da Igreja Matriz São Donato, nos dias 05 e 06 de novembro de 2004. Em sua programação tiveram os seguintes temas: geração de energia elétrica, sistematização de águas, produção de alimentos, agroecologia, agricultura ecológica e gerenciamento de APA e APP. As falas foram do deputado federal Mauro Passos, de representantes da ONG Amigos da Terra Brasil de Porto Alegre, do coordenador do ECOVIDA Laércio Ramos Meirelles, do Professor João de Deus Medeiros da UFSC, de representante do TerrAcolhe e do permacultor Itamar Vieira.

A última edição ocorreu em Treviso, no salão paroquial da Igreja Santo Alexandre nos dias 04 e 05 de novembro de 2005. Nesta utilizaram o slogan: “Treviso: a dignidade de um grito por uma cultura sustentável”. O debate foi sobre colapso energético, mudanças climáticas, meio ambiente em Treviso, carvão mineral, usina Jorge Lacerda, geração de renda e ecoturismo. Seus palestrantes foram o pedagogo e poeta João Marino, o coordenador da ONG Sócios da Natureza Tadeu Santos, o assessor da Secretaria da Indústria e Comércio de Treviso, Arcide Canapini, o Professor Carlyle de Menezes da UNESC, Stefano Felipe de Almeida, o permacultor Itamar Vieira e o membro das ONGs ABENA e CEIPAC, Jean Carlos Locatelli.

Atualmente fazem parte do movimento a Sócios da Natureza⁴²⁵, o CEMEA e os movimentos de agricultores de Içara, de Treviso e da localidade de São Roque de Criciúma. O movimento acabou abraçando e tendo como bandeira principal de luta as questões relativas à atividade carbonífera, tanto que o movimento dos agricultores de Içara contrários à mineração, aderiram ao movimento em 2003 e intitulam-se atualmente com o mesmo nome. Ocasionalmente, integrantes de entidades que formam o movimento participam, por exemplo, de reuniões com procuradores e de seminários ecológicos e escrevem manifestos e denúncias em nome do “Movimento pela Vida”.

Finaliza-se com a sábia declaração do ambientalista João Marino sobre a definição e destino do movimento: “como todo movimento, a construção deste “Movimento Pela Vida” é exigente em termos de paciência e participação. Aos poucos fomos e nos vamos construindo e reconstruindo. Não há dono nem presidente, apenas participantes em colaboração e cooperação. Acreditamos fazer um tanto do que nos cabe na jornada no rumo da Vida”.⁴²⁶

⁴²⁵ Registra-se que a idéia da formação e do nome do movimento, bem como da realização dos fóruns, foi encaminhamento da ONG Sócios da Natureza.

⁴²⁶ VIEIRA, João Marino. **Memórias e argumentos do movimento ambiental na região sul de Santa Catarina**. Artigo escrito para o segundo volume do livro “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais e Ambientais”, ainda a ser publicado em 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de exploração de outros minérios, como o ouro e manganês, os impactos ambientais e sociais são semelhantes em alguns aspectos ao minério carvão. Nas áreas de mineração da região amazônica, por exemplo, é visível, sem grande esforço, um passivo ambiental seguramente muito significativo. Na “corrida do ouro” nos anos 80 é emblemática a imagem da Serra Pelada no Pará, onde cerca de 50.000 garimpeiros cobertos de lama trabalhavam juntos. O trabalho na mina foi tão intenso que depois de anos formou-se um enorme buraco, destruindo completamente a vegetação e dando a impressão de longe que a serra era um grande formigueiro. Os responsáveis por esta “paisagem” argumentavam que a ausência de tecnologia e o nível de consciência ecológica da época é que foram os culpados pelo procedimento adotado durante anos que resultou num gravíssimo dano ambiental.

A expressão “inobservância do princípio da prudência ambiental” cabe para caracterizar esta situação, como também pode ser corretamente aplicada para o caso da mineração do carvão no sul de Santa Catarina, que desde fins do século XIX vem gerando um imenso legado de danos ambientais. Desse cenário de degradação resultou que o sul catarinense foi decretado como uma das 14 regiões mais críticas do país. No decorrer do trabalho se fez questão de várias vezes ressaltar esse decreto, porque o mesmo expõe de imediato a gravidade da realidade sócio-ambiental da região.

Essas mudanças no ecossistema de um município ou região devido à ação humana, remetem à discussão do conceito de paisagem de Simon Schama. Através da compreensão das alterações nas paisagens, pode-se entender as alterações das interações entre seres humanos e o ambiente, o que revela por sua vez, a distinção entre paisagem natural e paisagem criada pelo homem. “Embora a história do ambiente seja uma das mais originais e instigantes que estão sendo escritas hoje, ela, inevitavelmente, expõe o mesmo quadro desanimador: terras tomadas, exploradas, exauridas, culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente, pelo agressor capitalista.”⁴²⁷

Essa citação de Schama é perfeitamente aplicável no que ocorreu com a paisagem da região carbonífera de Criciúma, que sofreu intensas mudanças decorrentes da mineração, sobretudo o município de Siderópolis com a drástica destruição dos solos, da vegetação e dos recursos hídricos. Situação que também poderá ocorrer, porém em menor intensidade, nas

⁴²⁷ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 23.

localidades rurais de Içara, caso realmente haja a instalação da empresa mineradora. Assim, comprova-se que as paisagens naturais e as modificadas pelo homem têm historicidade.

O estudo do movimento de resistência dos agricultores mostrou ser mais uma prova de quanto o setor minerador não mede esforços para tentar minerar aonde ainda não foi minerado, quer avançar cada vez mais abrindo novas frentes de carvão. Será que já não bastam os milhares de hectares de terra que se tornaram improdutivas e o comprometimento dos recursos hídricos na região sul catarinense? Por que não deixar as comunidades rurais continuarem com suas terras que são transmitidas de geração em geração há mais de um século? Terras da qual tiram o sustento para milhares de famílias e que contribuem também para a economia com a venda de diversos produtos agrícolas.

O carvão é uma matéria-prima energética obsoleta comparada às promissoras fontes renováveis de energia, além do que, contraria as convenções mundiais de redução de poluentes causadores dos efeitos negativos das mudanças climáticas. Observa-se ainda que a atividade mineradora possui um prazo máximo de extração do minério, enquanto que na agricultura o céu é o limite, uma fonte inesgotável. A mineração irá deixar um passivo ambiental, trará empregos temporários, comprometerá a sobrevivência de diversas famílias rurais e afetará a saúde dos trabalhadores mineiros. Esses são violentamente atingidos por doenças pulmonares, além de constantemente correrem risco de vida pelas precárias condições de trabalho nas minas, situação que não difere muito do início da industrialização. Nesse sentido, a célebre obra de Émile Zola, “Germinal”, escrita no século XIX, é ainda muito atual para o que significa o universo das minas de carvão.

No debate sobre o carvão, são notórias algumas atribuições ao seu papel. Teve a sua importância em determinados contextos, sobretudo na época da Revolução Industrial como fonte para o desenvolvimento industrial e tecnológico⁴²⁸. No contexto regional a sua importância está atribuída ao “desenvolvimento” de Criciúma⁴²⁹, visto como a pedra fundamental no avanço da economia local e regional. Além disso, é inegável a sua relevância enquanto gerador de energia elétrica através da usina Jorge Lacerda. Entretanto, hoje temos a

⁴²⁸ A História Ecológica tem demonstrado alguns resultados controversos, como o caso dos estudos sobre fluxo de energia, que apontam e comprovam que o carvão e a máquina a vapor tiveram um papel menos importante que a energia das correntes de água nas Revoluções Industriais de diversos países. In: ALIER, Joan Martinez. op. cit., p. 233.

⁴²⁹ Vários estudos colocam que a mineração do carvão foi fator de desenvolvimento para a região carbonífera de Criciúma, porém sabe-se que os municípios vizinhos, em geral, são pobres e degradados ambientalmente.

oportunidade de utilizar muitas outras fontes de energia limpa, as chamadas energias alternativas renováveis, como a eólica, solar, biomassa, biodiesel, entre outras.⁴³⁰

Deve-se lembrar que além do carvão ser um recurso finito, os seus impactos são em nível local e regional, principalmente pelo comprometimento dos recursos hídricos. A Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, por exemplo, é a mais poluída do país por resíduos piritosos do carvão. A questão da água na região, assim como no mundo inteiro, é cada vez mais preocupante e merecedora de atenção. Isso em virtude de já estar ocorrendo escassez de água potável, na qual a construção de barragens na região são exemplos dessa realidade.

No entanto, os impactos são também em nível global, já que polui o ar com a emissão de CO₂, principal culpado pelo aumento do efeito estufa. Esse provoca o aquecimento global, que por sua vez resulta nas mudanças climáticas. Essas são questões cruciais extremamente anunciadas e combatidas atualmente no mundo.

Segundo o ambientalista Al Gore a existência de certa quantidade de gases efeito estufa é benéfica, pois sem eles a temperatura média da superfície da Terra ficaria por volta de 18 °C negativos, sendo que os gases efeito estufa ajudam a manter a uma temperatura média por volta de 15° C. No entanto “por conta das concentrações cada vez maiores de gases-estufa produzidos pelo homem na era moderna, estamos elevando a temperatura média do planeta e criando as perigosas mudanças climáticas que vemos ao nosso redor”⁴³¹

Os inúmeros fatos e exemplos de degradação comprovam que vivenciamos uma crise ecológica mundial. Refletindo sobre esta crise, enfatiza-se a observação de que “não é cair no lugar-comum apocalíptico, mas é importante considerar que as informações sobre a atual crise ecológica não são fantasias românticas e sim dados muito bem fundamentados. O futuro hoje não é nada róseo, e é preciso urgentemente abrir o debate sobre as possíveis alternativas”.⁴³² No entanto, o renomado Fritjof Capra vai ainda mais longe quando discute que estamos atualmente num estado de profunda crise mundial, isto é, uma crise de percepção, de valores, de consciência:

(...) uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado. Há soluções para os

⁴³⁰ Uma grande referência nesta temática de energias renováveis é o físico e engenheiro José Walter Bautista Vidal, um dos principais responsáveis pela implantação no país do Programa Pró-Álcool na década de 1970.

⁴³¹ GORE, Albert. **Uma verdade inconveniente** – o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global. Tradução Isa Mara Lando. Barueri, SP: Manole, 2006. p. 28.

⁴³² LAGO, Antônio, PÁDUA, José Augusto. **O que é Ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 42-43.

principais problemas do nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores (...).⁴³³

Na tentativa humilde de tentar amenizar esse quadro de crise ecológica, é que se apresentam os movimentos e entidades ambientais analisados nesse trabalho. A real intenção da prática do movimento ambientalista é sempre uma questão polêmica, na maioria das vezes duvidosa, devido os vários exemplos de criação de ONGs somente com o intuito de captar recursos governamentais ou privados. No entanto, existem (digam-se poucas) que lutam verdadeiramente pela causa ecológica. Entidades com essa característica foram constatadas nesse trabalho, que através praticamente do trabalho voluntário executam diversas ações ao longo dos anos, objetivando apontar os prejuízos ecológicos, bem como denunciando a ausência de projetos efetivos de recuperação das áreas degradadas e a omissão do Estado no seu papel de fiscalizador do cumprimento da legislação ambiental.

Como se pode observar, a “Sócios da Natureza” é um exemplo da persistência de uma luta de vários anos para que se visualize um outro cenário na região, através da redução expressiva dos impactos decorrentes da atividade carbonífera. As poucas mudanças ocorridas até o momento são frutos da pressão exercida pelo movimento ambientalista como um todo, na qual seus integrantes protagonizam um conflito que revela o quanto a voz do “inimigo” fala mais alto. Resultando, assim, em poucas vitórias nessa árdua caminhada de vinte e oito anos em prol do meio ambiente da região sul de Santa Catarina.

⁴³³ CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1999. p. 23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri et al (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento.** Blumenau: Ed. da FURB, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Atores e conflitos sócio-ambientais na esfera jurídico-estatal de Florianópolis-SC.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Ed. UFSC, n.26, p. 81-114, out. de 1999.

AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Org.) **Usos & abusos da história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BORTOT, Adhyles, **O Cadastro Técnico Multifinalitário na avaliação de impactos e na gestão ambiental.** Criciúma: Ed. do Autor, 2002.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana.** Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

CAMPOS, Emerson César de. **Territórios deslizantes : recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002).** Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 1999.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAROLA, C. R. **Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas e carvão de Santa Catarina (1937-1964).** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

CARVALHO, Ely Bergo. **Sombras do passado, Projetos de Futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1974-2003.** Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas.

CAUBERT, Christian Guy. **O Tribunal da Água: casos e descasos.** Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC. 1994.

CHAUVEAU, Agnes. **Questões para a história do presente.** Bauru, SP. EDUSC, 1999.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREA, Jacson. **Proteção ambiental e atividade minerária: um estudo de caso sobre a defesa da área de proteção ambiental dos morros Estevão e Albino, no município de Criciúma**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas.

CUNHA, M. C. P. (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALL'ALBA, João Leonir. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Meio Ambiente: Sua história**. Como defender a natureza sem ser um ecochato. Florianópolis: Insular, 2001.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. Edgard Bluecher Editora Ltda, 1973.

FERNANDEZ, Fernando. **Aprendendo a lição de Chaco Canyon: do “Desenvolvimento Sustentável” a uma Vida Sustentável**. Ano 6 - nº 15. agosto 2005.

FILHO, A. G. **Ensaio sobre a economia sul-catarinense**. Criciúma: UNESC, 2003.

FREITAS, E.B. **O movimento popular de Rio Albina - Siderópolis**. Monografia. Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase em Gestão e Controle Ambiental. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – SC, Santa Rosa do Sul – SC, 1998.

GIASSI, Maristela Gonçalves. **Meio Ambiente e Saúde: Convivência com o Carvão**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

GORE, Albert. **Uma verdade inconveniente – o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global**. Tradução Isa Mara Lando. Barueri, SP: Manole, 2006.

GOULART FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOULARTI FILHO, A. (org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

GOUVEIA, Taciana. **Movimentos sociais e ONGs: dos lugares e dos sujeitos.** In: Revista Política e Sociedade. Florianópolis: UFSC, n. 5, outubro de 2004.

HADDAD, Sérgio. (Org.) **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina.** São Paulo: Abong, 2002.

IDÉIAS – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Ano 1998-1999.

LAGO, Antônio, PÁDUA, José Augusto. **O que é Ecologia.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais.** Revista Política e Sociedade. Florianópolis: UFSC, nº 5, out. 2004.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis, RJ: Vozes, Santa Catarina: UFSC, 1999.

LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino (Org.). **Educação Ambiental: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas.** Brasília: MMA, 2001.

MARTÍNEZ A, Joan. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular** Blumenau: Edifurb, 1998.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Relume –Dumará, 1992.

MILIOLI, Geraldo. **Mineração de carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina: estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma.** Criciúma: Luana, 1995.

MONTEIRO, Kathia Vasconcelos Monteiro. (Org.) **Carvão: o combustível de ontem.** Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra Brasil, 2004.

PRADO Júnior, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986

SANTOS, Mauricio Aurélio dos. **Crescimento e crise na região Sul de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVÁ, Oswaldo. **Num Paraíso da Água e da Mata, o Inferno da Pedra Fóssil** (Piemonte da Serra Geral do Sul Catarinense). Relatório da 5ª estadia profissional, a convite, na região. Engenharia Mecânica, Unicamp, Campinas, SP Versão 2, 14 outubro 2001.

SILVA, Francisco Jose Barretto da. **Conflitos de uso em área de proteção ambiental: água, mineração e agricultura.** Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SIMON, Álvaro Afonso. **Extensão Rural em Microbacias Hidrográficas como Estratégia de Gestão Ambiental no Meio Rural Catarinense: A Qualidade dos Sistemas Sociais e Ecológicas como um Patrimônio Comum.** Florianópolis: 2003. Tese (Doutorado em Interdisciplinaridade em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento Ambientalista e Modernidade: Sociabilidade, Risco e Moral.** Editora Annablume/Fapesp, São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Sociedade civil e Espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Elba Calessio. **Meio ambiente e carvão: impactos da exploração e utilização.** Porto Alegre: PADCT, 2002.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os Donos da Cidade.** Florianópolis: Insular, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Tratados das ONGs. Editado por: Fórum Internacional de ONGs e Movimento Sociais; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

VIOLA, Eduardo (org.). **Incertezas de sustentabilidade na Globalização.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R.; SHERER-WARREN, Ilse et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

VOLPATO, Terezinha Gascho; Santa Catarina. **A pirita humana: os mineiros de Criciúma.** Florianópolis: Ed. da UFSC: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

ENTREVISTAS:

BARDINI, Rogério. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 08 de novembro de 2006. A/A

CESA, Jairo. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 7 novembro de 2003. A/A

DALMOLIN, Márcio. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes em 22 de abril de 2008. A/A

FREITAS, Édina da Silva. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes no dia 28 de abril de 2008. A/A.

MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 10 de junho de 2008. A/A

MATIOLLA, Antonio Santos. Entrevista concedida a Susiane Formentin Mendes em 22 de abril de 2008. A/A

SANTOS, Tadeu. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 11 de janeiro de 2004. A/A.

SILVA, João Alberto da. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 23 novembro de 2003. A/A

ZANCAN, Luiz Fernando. Entrevista concedida a Juliana Vamerlati Santos em 23 de outubro de 2006. A/A

ANEXOS

**BREVE RELATÓRIO ELABORADO COM UM OLHAR
AMBIENTALISTA SOBRE OS IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA ATIVIDADE
CARBONÍFERA NO SUL DE SANTA CATARINA.
(NA NATUREZA E EM NOSSAS VIDAS!)**

Sócios da Natureza

(ONG criada em 05 de Junho de 1980)

Inscrita no Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas - CNEA.

(Ministério da Justiça)

Integrante do “Movimento pela Vida”

(de âmbito Regional)

Filiada a Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses – FEEC.

(de âmbito Estadual)

Integrante do GT Energia e GT Clima do Fórum Brasileiro de ONGs e

Movimentos Sociais – FBOMS.

(de âmbito Nacional e Mundial)

INTRODUÇÃO

Depois que a FATMA liberou a Licença Ambiental Prévia - LAP, para o projeto da USITESC – 440MW, passamos a ficar ainda mais preocupados com a questão ambiental no sul de Santa Catarina⁴³⁴. Importante mencionar que a região sul de Santa Catarina é considerada **Área Crítica Nacional** pelo Decreto Federal nº 85.206 de 1980, enquadrando-a como uma das **14 áreas mais poluídas do Brasil**. De lá para cá, nesses 28 anos, pouco foi feito para a redução da degradação ambiental nesta região.

Nestes mesmos 28 anos, a ONG Sócios da Natureza vem lutando contra a poluição do carvão em todas as suas extensões e níveis (na água, no solo, na flora, no ar). Outras formas de poluição também são combatidas, como a provocada pelo uso inadequado do agrotóxico, pela destinação irresponsável do lixo, pelo esgoto sem tratamento adequado, pela emissão de sons acima dos níveis aceitáveis para a saúde ou pelo descarte de outros elementos que não mais interessam ao consumo humano, conforme o histórico em anexo.

Em termos de extensão, estudos demonstram que, em 2000, 4.700 hectares foram identificados como de áreas degradadas (JICA) e, em 2007, este número cresceu para 6.000 hectares (PRAD). Se fossem levados em conta os rios, suas calhas, suas margens e suas respectivas matas ciliares, a área comprometida pelos resíduos do carvão certamente atingiria mais de 50.000 hectares. Esta situação pode ser apontada como uma das maiores tragédias ambientais do Brasil.

Baseado nesta breve descrição, do caótico cenário da poluição provocada pelo carvão, mensurável do ponto de vista físico, mas de uma

⁴³⁴ Registra-se que a licença foi concedida sem atender à solicitação da sociedade civil que reivindicou mais uma Audiência Pública com o objetivo de obter esclarecimentos de pontos de importância crucial no EIA-RIMA. A cidade de Criciúma foi indicada como local para a realização da Audiência Pública já que o impacto ambiental do empreendimento é comprovadamente de alcance regional.

abrangência imensurável do ponto de vista dos seus desdobramentos futuros. Gritamos, ainda que muitas vezes sem resultados, em sinal de alerta para a situação ambiental da região.

Além de não atenderem à Resolução do CONAMA, que determina ao órgão licenciador realizar quantas audiências forem necessárias para o entendimento da sociedade civil afetada pelos impactos do empreendimento, o Presidente da FATMA encaminhou correspondência à ONG Sócios da Natureza informando que não fariam mais AP porque já haviam realizado três audiências em Treviso. Ora, o órgão licenciador tem todos os poderes para tratar os procedimentos relacionados ao licenciamento, mas não o de decidir pela sociedade civil, de considerar que tudo que está escrito no EIA-RIMA já foi esclarecido. Até porque o tema é muitíssimo complexo, principalmente o referente à emissão de gases (dos que provocam a chuva ácida e do efeito estufa) resultante da queima do combustível fóssil carvão. Infelizmente o Ministério Público Federal - MPF não apoiou a nossa justa e legal reivindicação de continuar promovendo a única oportunidade de debater a proposta carbonífera, como também desconsiderou a sentença judicial que proíbe a FATMA de licenciar mineração.

Baseado nos fatos descritos acima, a ONGSN recorre ao Ministério Público Estadual - MPE para que avalie nossa preocupação em relação à forma um tanto apressada do processo de licenciamento da USITESC. Se estivermos errados reconheceremos, desde que mediante argumentos comprobatórios, embora estarmos apontando os malefícios de uma atividade reconhecidamente poluente não só aqui, mas em todo o planeta de acordo com artigos e estudos científicos publicados na mídia em geral. (CFE DOC. EM ANEXO).

O mundo inteiro está preocupado com o aquecimento global e condena a queima dos combustíveis fósseis, considerado o principal responsável pelas mudanças climáticas, mas parece que aqui no sul de SC as autoridades não se incomodam com esta verdade mesmo sendo

inconveniente (Livro em anexo), pois apesar de toda a degradação ambiental, continuam a licenciar novas minas e usina a carvão.

Insistimos na preocupação que a Região Sul de SC **requer cuidados redobrados** na implantação de qualquer ação ou obra que possa intensificar ainda mais a ameaça e degradação aos recursos naturais e a qualidade de vida da população. A alternativa locacional proposta para o empreendimento USITESC, em Treviso, por exemplo, é absolutamente inadequada do ponto de vista ambiental, pela proximidade com a Reserva Biológica do Aguai e dos Aparados da Serra.

E agora não são apenas os ambientalistas e as ONGs que alertam sobre os desmandos e avanços do sistema capitalista selvagem que busca o lucro a qualquer preço, a comunidade científica mundial e a ONU também estão apontando sobre os perigos que a degradação ambiental pode causar ao planeta Terra. Documentos em anexo demonstram unanimidade em apontar a queima de combustíveis fósseis como responsáveis pelo aquecimento global⁴³⁵. São fatos comprovados com dados e informações científicas. Não adianta o presidente do SIECESC dizer “isto ou aquilo”, não adianta o presidente da ABCM explicar “isto ou aquilo” que também não mais convence, pois são descaradas defesas dos interesses carboníferos, do lucro explicitado pelo ex-presidente do FED, Alan Greenspan, como ganância infecciosa, quer dizer, a privatização do lucro e a socialização da poluição, custe o que custar!

Não é só porque “aparentemente” cumpriram com as exigências legais que podem continuar detonando com a água, solo, flora, fauna e com o ar. O Art. 225 da CF está acima das exigências formais que liberam o licenciamento de uma usina comprovadamente poluente. O art. 225 da CF está bem claro quando diz: **Todos têm direito ao meio ambiente**

⁴³⁵ *Ou recordar o Relatório Stern, produzido pelo ex-economista chefe do Banco Mundial - e não por um ambientalista radical - temos dez anos para enfrentar o problema do clima; se não o fizermos, aplicando pelo menos 1% do Produto Bruto Global (mais de US\$ 500 bilhões) por ano, correremos o risco de desastres que levarão a uma recessão pior que a dos anos 1930 – Extraído de um texto do Jornalista Washington Novaes.*

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Se o setor não recuperou o meio ambiente conforme determina o parágrafo 2 do citado artigo então simplesmente não podem continuar explorando o minério até recuperarem totalmente o estrago.

Se as atuais gerações estão com dificuldade de viver num **ambiente ecologicamente equilibrado**, imaginem as gerações que virão em seguida! O cenário da Região Carbonífera do Sul de SC seria perfeitamente adequado para a realização de um filme sobre o teor do Artigo 225 da Constituição Federativa do Brasil. O cenário está pronto e os atores são reais.

Em nome de um “pseudo progresso” meramente economicista, muitas decisões errôneas foram tomadas na região beneficiando indústrias poluentes, que utilizam o discurso da geração de divisas e empregos, sem, no entanto considerar o prejuízo não só ambiental, mas social e econômico.

Em Sepetiba, no Rio de Janeiro, um plebiscito decidiu pela não construção de uma usina a carvão com minério importado, portanto não haveria a poluição das minas, apenas das chaminés. Uma sábia decisão! Situação similar ocorre no **Pará, Maranhão** e no **Ceará** onde estão tentando implantar usinas a carvão mineral e segmentos organizados da sociedade civil, com apoio do Ministério Público Estadual e Federal estão tentando impedir a instalação desta famigerada fonte energética. (CFE DOC EM ANEXO)

A concessão da atividade de exploração, beneficiamento e queima do carvão mineral é praticamente toda de competência da esfera federal, com exceção do licenciamento e fiscalização. O DNPM e o MPF então dependem da FATMA para agir em caso de irregularidades ambientais. Um paradoxo, porque o IBAMA é quem deveria licenciar e fiscalizar empreendimentos de

alcance interestadual, pelo menos no que concerne ao aspecto da poluição, de acordo com o SISNAMA e a Lei nº 6.938/8.

Durante o processo de licenciamento da USITESC apontamos e denunciemos várias propostas inviáveis ambientalmente contidas no EIA-RIMA e que foram mantidas pelo empreendedor. Insistimos que a questão da água e do ar são “inegociáveis” considerando o caos ambiental.

OS PONTOS CRÍTICOS

1. Captação de água rio Mãe Luzia – o mais poluído do país pelo carvão.

Estava prevista a captação de água no único ponto não poluído do rio a ser acumulada por uma barragem que resultaria em uma área inundada de 80 ha. Alternativa descartada em favor de outro sistema de resfriamento que implicará em redução na utilização de água de 760 metros cúbicos/hora para 115. Acreditamos que esta alternativa não resolverá o problema, pois a barragem continuará utilizando a escassa água do rio Mãe Luzia a 200 l/segundo, quantia que uma usina desse porte requer. A Lei 9.433/97, legislação que trata do uso dos Recursos Hídricos é bem clara quando diz que em casos de escassez a prioridade deve atender a seguinte ordem: consumo humano, dessedentação de animais, agricultura, indústria.

OBS. 1 - O parecer do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá - CGBHRA, que consta no processo de licenciamento da FATMA, não é o mesmo que foi apresentado (não votado) em Assembléia do Comitê. Esta situação merece uma investigação do Ministério Público. De antemão nos parece que o rio Mãe Luzia não tem capacidade hídrica para sustentar uma termelétrica de 440 MW, contudo **somente um estudo hidrológico (independente e idôneo) poderia apontar se o curso d'água em questão suportaria a captação deste valioso e escasso recurso hídrico, sem prejuízo algum a sua integridade.**

OBS. 2 – Alternativa ecologicamente sustentável seria, no local cogitado, a implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica - PCH com possibilidade de gerar alguns “MW” de energia renovável, portanto, energia limpa. Esta central abasteceria milhares de habitantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, com um custo final bem mais barato que a altíssima tarifa atualmente cobrada pelas termas. Com apoio governamental através do PROINFA, as PCHs são administradas pelo sistema de cooperativa, onde os usuários passam a economizar e valorizar a energia elétrica.

OBS. 3 – Em escala mundial, estudos independentes elaborados por universidades e ONGs, alertam para a estratégia das grandes corporações de peso mundial que se utilizam de produtos produzidos em países em desenvolvimento. Um dos exemplos mais significativos é o caso do Japão que não tendo mais espaço territorial para a produção de alumínio, investe em outros países na construção de grandes usinas com potencial energético para abastecer indústrias de alumínio. A energia gerada pela usina hidrelétrica do Rio Madeira no Amazonas, por exemplo, será utilizada praticamente para abastecer indústrias de alumínio para exportação. Em escala nacional, nossa região produz e exporta energia para outras regiões do estado e do país, com um altíssimo custo ambiental. A usina Jorge Lacerda 856MW produz energia suficiente para quase todo o estado de SC. Concluindo, é um desenvolvimento perverso e tirano!

2. Proximidade do empreendimento a Parques Nacionais e Reservas Biológicas.

Solicitamos à FATMA que buscasse parceria do IBAMA neste licenciamento, em especial pela proximidade dos dois Parques Nacionais Itaimbezinho - RS/SC, São Joaquim - SC e pela APA da Baleia Franca. Pedimos também para que buscassem apoio do IBAMA na análise das emissões de gases efeito estufa. Pelo que sabemos não houve parceria ou parecer do instituto a respeito dos Parques Nacionais ou das emissões. Sendo a área do empreendimento considerada **Área Crítica Nacional**,

entendemos que não basta apenas constar no EIA-RIMA a observância a legislação ambiental. É preciso mais compromisso com o meio ambiente e a saúde pública. A emissão de gases no ar que respiramos é uma coisa muito séria (mas como não mata na hora, ninguém dá atenção). Se a FATMA não possui corpo técnico capacitado para fiscalizar uma usina a carvão como a Jorge Lacerda 857MW, em Capivari de Baixo, não o tem para analisar a proposta contida no EIA-RIMA e nem terá para fiscalizar a USITESC.

Nossa preocupação é baseada na ACP impetrada pelo MPF de Tubarão que condenou a Tractebel/Suez a indenizar as pessoas com problemas pulmonares e a realizar um outro EIA-RIMA. Observamos que houve contribuição da nossa parte na ACP mencionada, uma vez que o Dr. Celso Três nos informou que um “artigo-denúncia” da ONG Sócios da Natureza o motivou na elaboração da ação.

Não apenas os Parques Nacionais do Itaimbezinho e São Joaquim e a APA da Baleia Franca sofrerão forte impacto ambiental com o empreendimento. A Reserva Biológica do Aguaí, a Mata Atlântica, o Reservatório da Barragem do Rio São Bento, as Cidades Históricas, todos os ecossistemas, a biodiversidade regional, enfim tudo que tem vida ou não num raio de 300 km poderá ficar comprometido com a chuva ácida proveniente das chaminés da USITESC, como já estão sendo pelas chaminés da usina Jorge Lacerda/856MW. O alerta é do Doutor Prof. Arsênio O. Sevá, da UNICAMP. O problema deste tipo de poluição é que os danos ambientais se manifestam a longo prazo, como ocorreu na floresta negra na Alemanha e nos grandes lagos na divisa dos EUA e Canadá (CFE DC EM ANEXO).

3. Origem da matéria-prima

A sutil manobra de licenciar partes do empreendimento, separando o licenciamento apenas para a usina termoeletrica, por exemplo, é “golpe ambiental” quando não considera a origem do produto para gerar a usina,

no caso o carvão⁴³⁶. Se o carvão fosse importado ou mesmo de outra região carbonífera, como a do Rio Grande do Sul, já viria para USITESC com certificação da FEPAM. Ocorre que o empreendedor divulga que a usina utilizará carvão de boca de mina, ou seja, a licença não pode ser separada, tem que considerar a extração, o beneficiamento e a queima como um processo contínuo e dependente. A mineração na região não tem credibilidade moral para afirmar que não mais poluirá, pois vive sob ajuste de condutas e condenações judiciais.

A declaração pública do empreendedor de que parte do carvão a ser utilizado para a queima será reaproveitado do passivo ambiental (restos de carvão misturado com terra das áreas degradadas) como forma de reduzir o dano ambiental, é aparentemente uma ação elogiável, porém de difícil aceitação e compreensão por parte de leigos. Ora, se em uma AP sugerimos aos técnicos que utilizassem águas poluídas/ácidas para o resfriamento das caldeiras e os mesmos responderam que a moderna usina de leite fluidizado só aceita água limpa, como esta mesma usina aceitaria carvão com barro?

4. Impacto causado pela Amônia

Quais as garantias que o empreendedor dará em relação aos impactos que a amônia poderá causar à saúde pública e ao meio ambiente? As apontadas no EIA-RIMA não são satisfatórias. Um parecer neutro, independente e idôneo seria oportunamente necessário. Tudo que se relaciona ao carvão na região deveria ser discutido numa outra esfera judicial com representantes da sociedade civil organizada. O carvão poluiu e matou, basta verificar o conteúdo da ACP e a sentença de 05 de janeiro de 2000 ou a ACP contra a Tractebel do MPF de Tubarão. Agora a amônia também pode matar se forem mantidos os mesmos critérios utilizados no tratamento com o minério carvão.

5. A saúde dos mineiros

⁴³⁶ O carvão da região é considerado de alto teor de cinzas e baixa caloria, portanto extremamente poluente.

Um gravíssimo conflito socioambiental na mineração do sul de Santa Catarina, não discutido pelas autoridades, sindicatos e população é o trabalho do mineiro todos os dias debaixo da terra com sua baixa remuneração para manter sobreviver e manter sua família. Este mineiro trabalha em condições insalubres e perigosas, adquirindo com facilidade doenças pulmonares e o permanente o risco de adquirir a grave doença do pulmão negro denominada de pneumoconiose. A aposentadoria aos 15 anos de trabalho é o reconhecimento (oficial) do Estado diante da degradante atividade. É de conhecimento público que os mineiros são injustiçados com a “mais valia”, decorrente da tirana ideologia dos poderosos mineradores que privatizam o lucro e socializam a poluição. É necessária uma investigação do MP no sindicato dominado pela euforia política partidária, onde os líderes acobertam as reais necessidades dos pobres trabalhadores mineiros. Já tentamos se aproximar do sindicato para obter informações sem nenhum sucesso, porque a ordem é preservar o emprego, ou seja, a atividade, não interessa ao comando pelego a preservação da saúde do mineiro e do meio ambiente.

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Áreas degradadas de Treviso, Siderópolis, Forquilha e Criciúma

Na histórica sentença condenatória de 2000 também tivemos uma participação indireta, já que o Dr. Paulo Afonso Blum Vaz utilizava nossas fotos sobre as áreas degradadas de Treviso, Siderópolis, Forquilha e Criciúma para apresentação em suas palestras, onde estão anexadas ao processo judicial. Confessamos que não estamos visualizando nenhum significativo avanço na sentença. Os ajustes de condutas no nosso entender, apenas dão mais tempo aos mineradores. Passaram-se oito anos e nada foi feito de relevante na recuperação do meio ambiente do sul de SC. O que estamos presenciando é o fortalecimento do setor, que quando se trata de investir em recuperação ambiental, alegam falta de recursos para as autoridades, mas quando se trata de adquirir potentes máquinas, investir

em rede de hotéis, meios de comunicação e outros grandes investimentos como usinas, daí investem milhões.

Nossa reivindicação não é fechar as minas de carvão existentes ou em atividade, mas não podemos aceitar que novas minas sejam abertas com a mesma facilidade proporcionada pela FATMA ao longo de décadas. Não é porque a mineradora cumpre com as exigências que o órgão licenciador pode liberar a atividade. É preciso considerar a aceitação do empreendimento pela comunidade que poderá ser afetada. Nesse caso, entendemos que cabe a aplicação do Artigo 225 da CF.

Centenas de relatórios, levantamentos, estudos acadêmicos e científicos já foram realizados sobre a região carbonífera do sul de SC, sendo que, 99% deles apontaram a atividade como responsável direta pelo caos ambiental. No próximo mês de Maio mais uma dissertação será apresentada no curso de História da UFSC, sobre o conflito entre a comunidade ambientalista e o setor carbonífero.

Desde 2004 estamos alertando sobre a assustadora coincidência da ocorrência do furacão Catarina justamente na região da América Latina que mais emite CO₂ pela queima de carvão mineral. Alertamos no “Primeiro Encontro sobre Fenômenos Naturais, Adversidades e Mudanças Climáticas na região do Catarina” que na região também ocorrem as enchentes mais violentas do país e tornados freqüentes em Criciúma e Tubarão.

2. Lobby pró-carvão

O Comitê Gestor (CG) é uma farsa que precisa ser investigada. Com a sentença em 05 de janeiro de 2000, o lobby pró-carvão agiu rapidamente conseguindo fazer com que o então presidente FHC criasse através de decreto, o “Comitê Gestor para a recuperação ambiental da região sul de Santa Catarina”. O CG foi tão tendencioso que colocou uma universidade privada ocupando a vaga de ONG para evitar que os Sócios da Natureza reivindicasse o assento. Quando assumimos a presidência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá CGBHRA, em 2002,

passamos a participar do Comitê Gestor e reivindicar o assento para uma ONG sediada na região afetada pela poluição do carvão e que fosse filiada a FEEC. Para nossa surpresa, o Governo do Estado substituiu a universidade por uma OSCIP (chapa branca) de Florianópolis chamada IAR. Ligamos para a coordenadora da mesma explicando todo o histórico dos Sócios da Natureza e sua luta para conseguir um assento no CG. Em resposta a coordenadora explicou que tinha aceitado a indicação da SDS e que tinha capacidade suficiente de nos representar dentro do Comitê Gestor.

O sistema de recuperação adotado nas áreas degradadas é como maquiagem, usada para embelezar, basta o contato com a água que tudo se desmancha facilmente. É o que ocorre com a fina camada de argila e grama colocada sobre os rejeitos do carvão, quando recebem a pressão de uma forte chuva a erosão carrega tudo para os cursos d'água poluindo e assoreando. O Prof. Dr. Sevá adverte que a solução mais eficiente é despejar os rejeitos em **“catacumbas de concreto”** como forma de garantir que os mesmos não mais causem agressão à natureza.

As medidas compensatórias e mitigadoras do projeto da USITESC são insuficientes e vergonhosas perante todo o dano ambiental que o setor causou aos recursos naturais da região. É preciso rediscuti-las e ampliá-las, já que 0,5% do orçamento total do projeto é o mínimo permitido pela resolução do CONAMA.

O planeta não suporta mais a geração de energias poluentes e quase todos os países estão investindo em fontes renováveis de energia, como as eólicas, solares, biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).

Se o mundo inteiro, com exceção do governo Bush (embora alguns estados americanos estejam sendo rigorosos com relação a usinas a carvão) e da China, está condenando a queima dos combustíveis fósseis como responsável pelo aquecimento global que desequilibra a temperatura da terra causando a intensificação das mudanças climáticas. E sendo o Brasil signatário do Protocolo de Kyoto e apresentando propostas para reduzir as

emissões de CO², como ministérios do governo brasileiro com aval de poderosos políticos continuam a subsidiar o setor carbonífero, enquanto ações ambientalmente sustentáveis não recebem incentivos? Esta postura contraria o protocolo de Kyoto, as recomendações das Conferências de Meio Ambiente (CNM), as diretrizes do Estatuto da Cidade e da Agenda 21, a Lei de Crimes Ambientais 9.605/98 e o Artigo 225 da Constituição Brasileira.

3. Barragem do rio São Bento

No caso da barragem do rio São Bento é uma obra impactante, mas em nenhum momento a contestamos, já que tínhamos entendimento da escassez de recursos hídricos para o abastecimento da população da cidade de Criciúma. No entanto recorreremos ao MPE de Criciúma no sentido de exigir do empreendedor e do licenciador o cumprimento da legislação ambiental, destacando a correta destinação dos recursos para a execução das medidas compensatórias. O setor carbonífero deveria ter custeado a obra da barragem como medida compensatória pela contaminação dos rios que abasteciam a população afetada. Um inquérito civil foi aberto pelo MPE da Comarca de Criciúma, onde fomos chamados para uma reunião com a presença de representantes da CASAN, FATMA e POAM. Infelizmente não mais fomos convocados e o montante do recurso de R\$ 400 mil reais equivalente ao percentual de 0,5% sobre o valor da obra foi decidido numa reunião na CASAN em Florianópolis, onde destinaram apenas uma viatura para a Polícia Ambiental de Maracajá, numa total desconsideração à legislação.

4. O caso Tenente Marledo

Um ilustrativo caso da prepotência dos senhores do carvão foi o que fizeram com o Tenente Marledo, que revoltados com o pleno exercício da legislação por parte deste exemplar servidor público, pediram a sua cabeça ao Governador que autoritariamente atendeu ao poderoso dono da mina transferindo o Tenente para guarda de trânsito em Sombrio e posteriormente para a POAM de Florianópolis.

5. O conflito Morro Estevão e Albino (Criciúma)

O conflito Morro Estevão e Albino foi o primeiro exemplo de resistência à abertura de mina de carvão na região sul de SC que se tem conhecimento. Em 12 de novembro de 1996 participamos fotografando e filmando a histórica sessão do Poder Legislativo, em Criciúma, realizado no auditório da sala de Júri do Fórum da Comarca. Não fosse a resistência da comunidade agrícola e o apoio do MPE (onde o então promotor Dr. Jacson Correia entrou com uma ação contra a mineração no local), a câmara de vereadores não teria criado a APA impedindo a mineração no local que hoje com certeza seria mais uma área degradada em Criciúma.

6. A comunidade rural de Santa Cruz (Içara)

Acompanhamos o conflito na comunidade rural de Santa Cruz, desde a primeira audiência pública em 2003, da qual lançamos vários documentos denúncias na rede e na mídia e demos apoio aos líderes da comunidade para expor um breve histórico do movimento/resistência no Fórum Social Mundial - FSM de 2005 em POA/RS e na ALESC, em 2006. (CFE DOC EM ANEXO).

7. O conflito de São Roque (Forquilha)

O conflito de São Roque, que nos parecia ser pouco problemático, tornou-se traumático depois da audiência pública do dia 27/11/2007, quando a comunidade denunciou que a atividade da mineradora Cooperminas havia provocado rachaduras nas casas, redução do volume de água nos açudes, dentre outras denúncias graves (CFE DOC. EM ANEXO).

Ao final da AP percebendo a indignação demonstrada pelos afetados presentes, recorremos a Procuradora da República e ao Gerente da FATMA para que paralisassem a mina, mediante todas as irregularidades apontadas pela comunidade até que fossem solucionados todos os problemas apresentados. Ademais, a mina estava funcionando sem licença ambiental permanente, apenas com uma autorização provisória emitida por um ajuste de condutas promovido pelo MPF. Para nosso espanto, a representante do MPF sugeriu aos que estivessem descontentes com a mina que entrassem

com uma ação e completou dizendo que desenvolvimento da região depende da mineração. Ao final o ex-deputado e minerador José Paulo Serafim abordou violentamente o coordenador da ONGSN e o ameaçou conforme relato em anexo.

Reconhecemos o competente trabalho do MPF de Criciúma no combate à poluição resultante da atividade carbonífera, desde a ACP dos Procuradores Rui Sulzbacher e José Ricardo L Soares destacando a atuação do Dr. Fábio Nesi Vezon e o atual trabalho do Dr. Darlan Airton Dias. Ao mesmo tempo, não podemos concordar com alguns procedimentos tomados em relação aos defensores do carvão. Abordamos estas observações nos relatórios em anexo sobre as audiências públicas promovidas pelo MPF e a Justiça Federal, tendo sido uma realizada no auditório do teatro Elias Angeloni e outra no auditório Rui Hulse na UNESC. Com todo respeito que temos pelo Dr. Darlan, não podemos nos calar ao entender que o MPF poderia fazer muito mais pela preservação ambiental do sofrido Sul de Santa Catarina.

Observamos que as condenações se restringem apenas às mineradoras relacionadas na sentença, no entanto existem outras mineradoras que continuam poluindo os recursos naturais, estando impunes, livres da responsabilidade perante a degradação ambiental, já que o órgão fiscalizador se mostra incompetente para atuar ou é omissor.

OBS. Muitas mineradoras condenadas não estão mais em atividade na região, daí nosso questionamento na eficiência dos ajustes de condutas. Reconhecemos que sob alguns aspectos os mesmos têm reflexos positivos na questão do meio ambiente, mas no geral não são satisfatórios, em decorrência da preocupação em atender os direitos difusos, procurando manter as mineradoras funcionando para geração de renda e empregos. A sociedade afetada e a comunidade ambientalista não confiam mais nas mineradoras (mesmo que tenham ISO ou qualquer outra certificação) e nem

na FATMA, mas confiamos na Justiça, que mais cedo ou mais tarde fará com que a legislação seja cumprida.

O problema/conflito da região sul de SC assemelha-se muito com o da Amazônia. Todo mundo sabe e condena o desmatamento relacionando-o com o aquecimento global, mas tanto aqui quanto lá, as madeireiras continuam a devastar impiedosamente a natureza mesmo sob o monitoramento dos satélites que coletam dados precisos sobre a degradação ambiental. O ritmo do avanço dos agressores se torna bastante desigual ao avanço das denúncias, já que o recurso financeiro para mover as ações dos ambientalistas com provas através de documentos, fotos, depoimentos é escasso e comparativamente inferior a 0,0000000000000001% do poder das mineradoras.

Enfim, rogamos às autoridades responsáveis que possibilitem um amplo diálogo para debater o caos ecológico, com o objetivo de garantir debate entre os poderosos senhores do setor carbonífero com a sociedade civil organizada afetada com a poluição do carvão. Não é possível continuar este quadro onde quem polui é mais ouvido do que a sociedade. O que pedimos é o exercício da democracia e dos direitos da população afetada, o que implica demonstrar os interesses que estão em jogo: a preservação da natureza e a saúde pública contra os interesses pessoais privados.

A análise de um empreendimento da dimensão da USITESC ou de outras que estejam sendo projetadas para a região deve levar em consideração toda a biodiversidade regional. A poluição causada pela atividade deve ser considerada num contexto mais amplo, afinal o próprio setor carbonífero possui um único sindicato que é o SIECESC (Também bancado pela SATC). A responsabilidade, portanto, também é do setor!

O setor carbonífero admiravelmente manipula dados e informações com maestria, não permitindo a divulgação de nada que possa prejudicar sua imagem. Está sempre de bem com a mídia local, estadual e nacional,

que publica tudo que este solicita sem questionamento ou investigação jornalística. Uma espécie de cartel das comunicações está surgindo com alguns órgãos de propriedade das mineradoras que não permitem a presença de ambientalistas que “ousem” apontar a poluição do carvão.

A classe política sul catarinense, bem como das esferas estadual e federal, apóia incondicionalmente o setor carbonífero (com raríssimas exceções encontramos um político que não concorda com os estragos realizados pela mineração do carvão). Os defensores do ouro negro esbravejam que o desenvolvimento de Criciúma e região se devem ao carvão, opinião que não concordamos e contra-argumentamos no ensaio “A desmistificação do desenvolvimento atribuído ao carvão” (em anexo) onde apontamos que o verdadeiro desenvolvimento é aquele acompanhado de evolução social, sem exploração do trabalho e sem degradar a natureza.

“O desenvolvimento econômico deve privilegiar os interesses e o bem-estar da população e não só os ganhos capitalistas dos empreendedores” Eng. Bautista Vidal – o criador do pro - álcool.

Em quase todos os documentos que redigimos sobre a histórica luta contra a poluição do carvão no rio Araranguá, insistimos e desafiamos quem não concordar com o diagnóstico real sobre o rio Araranguá. O baixíssimo pH da água não permite a criação de peixes de água doce (a sobrevivência de peixes de água salgada só é possível com o avanço da maré), impossibilitando que famílias possam complementar na pesca a escassa dieta alimentar. Neste início de mês de Abril milhares de peixes apareceram mortos na foz do rio e na praia do Morro dos Conventos, mas não existem na região laboratórios capacitados para identificar a causa da mortandade.

A flagrante poluição dos recursos hídricos no rio Araranguá é um problema ambiental que tem dimensão econômica e social para o município. Assim sendo, o atual quadro ambiental comprova que a atividade/setor carbonífero continua criminosamente poluindo nossos recursos hídricos. Se o município de Araranguá não pode utilizar a água do seu único rio por causa do carvão, então a indústria carbonífera também não pode utilizar a

água na cabeceira do principal formador da bacia de mesmo nome. Aqui caberia a aplicação da Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98 e o Art. 225.

CONCLUSÃO.

Em nome da sociedade civil organizada do sul de SC, afetada direta e indiretamente pela poluição resultante da desordenada atividade de exploração, beneficiamento e queima do carvão mineral, encarecidamente requer a Vossa Senhoria, representante do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, que inicie urgentemente um processo com objetivo de proporcionar definitivamente a redução da poluição carbonífera. Solicitamos também que determine (ou promova) uma grande discussão entre o setor produtivo e a sociedade, oportunizando, se possível, uma espécie de **“Pacto pela Vida”**, para que a região passe a recuperar de fato seus recursos naturais. Dessa forma, solicitamos que:

- 1. Procure junto a FATMA e o MPF o cancelamento da LAP fornecida a USITESC e alternativas para continuar debatendo a implantação da USITESC, na forma de mais uma audiência pública para os esclarecimentos necessários, e que seja em Criciúma.**
- 2. Uma equipe técnica independente e idônea seja contratada para analisar o EIA-RIMA. Justificamos o pedido baseado na condição da região ser considerada Área Crítica Nacional, no fato do setor carbonífero estar “sob judice” e no fato dos Estudos de Impacto Ambiental de obras complexas terem sido adulterados ou serem omissos em questões de relevância ambiental, como os de Barra Grande em SC/RS e Mauá no Paraná. Temos muita preocupação com o EIA-RIMA, no sentido de ter sido manipulado e/ou direcionado em favor do mega empreendimento.**

- 3. Alerte-se aos governos municipal, estadual e federal, responsáveis em grande parte pelo caos ecológico, para que passem a olhar com mais seriedade a problemática ambiental do Sul de SC.**

- 4. A urgente criação de um plano de recuperação ambiental da região carbonífera com participação da sociedade civil organizada afetada pela poluição. Este plano é no nosso entender a alternativa mais viável e econômica, pois poderia se utilizar dos princípios e diretrizes dos Planos Diretores e do inovador Estatuto da Cidade. Este plano deve se basear nos objetivos do Comitê de Bacias (Lei 9.433/97) bem como nas diretrizes da Agenda 21. Sugerimos a reativação do Comitê Gestor com objetivos mais específicos em relação à recuperação ambiental e sua adaptação à realidade do sul de SC.**

- 5. A criação de Políticas Públicas voltadas às mudanças climáticas, com enfoque nos aspectos preventivos (redução de riscos) e de adaptação às adversidades e fenômenos naturais que ocorrem na região, CFE DOC EM ANEXO.**

- 6. A criação e o apoio a projetos e programas de educação ambiental com abrangência em toda rede de ensino da região afetada. A população precisa ser informada dos malefícios que a atividade carbonífera causa à natureza e à saúde pública. Nada irá mudar na região se não forem acionadas as duas forças que sintonizadas poderão na prática rever conceitos e atitudes: a justiça com os rigores da lei e os abrangentes programas de educação ambiental.**

- 7. O depósito de uma espécie de “garantia ambiental”, onde a justiça determinaria ao empreendedor o depósito de uma quantia equivalente a 25% do valor de qualquer obra considerada impactante, como as usinas e minas de carvão. Com o recurso poder-se-ia construir hospitais para tratar dos males causados aos**

seres humanos e laboratórios para identificar a causa da mortandade de peixes ocorrida esta semana, por exemplo.

Enfatizamos nossa posição de que somente uma ação mais enérgica do Judiciário Catarinense poderá fazer com que as mineradoras revejam suas condutas e ações na exploração do carvão. Se o setor insiste em dizer que irá utilizar novas tecnologias sem poluir o meio ambiente e que adotará o sistema de leito fluidizado com queima limpa e emissão zero, deverá o mesmo prová-lo.

Por fim, esclarecemos que: 1) não queremos fechar minas, queremos sim, que parem de poluir e que cumpram a legislação; 2) os empresários do carvão sejam ambientalmente honestos; 3) a FATMA seja realmente uma Fundação de Proteção ao Meio Ambiente; 4) o IBAMA passe a ser atuante como órgão fiscalizador (não só da Amazônia), mas da região carbonífera do Sul de SC (Lei nº 6.938/81); 5) a Polícia Federal de Criciúma passe a agir em parceria com a Polícia Ambiental. São medidas duras e rígidas, mas só assim os corações e mentes dos poluidores irão realmente mudar para melhor!

Garantimos que os fatos, as denúncias, as informações, os documentos, os recortes de jornais, as fotos, os depoimentos, as publicações, são todos verdadeiros e assumimos a responsabilidade pelos mesmos. Devido à dificuldade de recursos não conseguimos juntar todos os documentos que gostaríamos, mas assumimos o compromisso de que tão logo consigamos encaminharemos a Vossa Senhoria. Talvez tenhamos sido um tanto repetitivos e extensos ao explanar nossas angústias e preocupações, mas como observamos no início do texto, esta é a maneira de uma ONG ambientalista olhar e se manifestar, sobretudo perante um conflito sócio-ambiental desta magnitude.

Senhor Promotor Luciano Naschenweng, a ONG Sócios da Natureza agradece a atenção demonstrada e coloca-se a disposição do MPE para

qualquer esclarecimento sobre o teor do conteúdo apresentado neste relatório.

OBS. Na finalização deste trabalho, colaboraram Roney Kerber, Eliane Scremim, Celso de Souza, Tzam Lin, Valéria Búrigo, José Mario De Boni, Juliana Vamerlati e Tadeu Santos.

Atenciosamente

A Coordenação

Araranguá, SC, 03 de Abril de 2008.

Só depois das florestas destruídas,
dos lagos, rios e mares poluídos,
da atmosfera contaminada!
O homem irá perceber que
o dinheiro não se come!

Sócios da Natureza

**ONG criada em 05 de Junho de 1980.
(Prêmio Fritz Muller 1985)**

**" TRABALHANDO EXCLUSIVAMENTE DE FORMA VOLUNTÁRIA
E,
SEMPRE BUSCANDO OBJETIVOS DE INTERESSE COLETIVO "**

Av. XV de Novembro Nº. 1585, sala 01 – CEP 88900 000 – Araranguá – SC
Fone: 48 - 99850053 / 3522 1818 Fax: 3522-0709
E-mail: sociosnatureza@contato.net BLOGs www.sociosdanatureza.blogspot.com www.tadeusantos.blogspot.com www.aramericano.blogspot.com

Siglas:

AP = Audiência Pública

SATC = Sociedade Amigos dos Trabalhadores do Carvão

SIECESC = Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de SC

USITESC = Usina Termelétrica do Sul-Catarinense

ABCM = Associação Brasileira do Carvão Mineral

ONGSN = Organização Não-Governamental Sócios da Natureza

POAM = Polícia Ambiental

FEEC = Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses

FBOMS = Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais

FATMA = Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina

EIA-RIMA = Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

IBAMA = Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

MPF = Ministério Público Federal

MPE = Ministério Público Estadual

UNICAMP = Universidade de Campinas

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

CONAMA = Conselho Nacional de Meio Ambiente

PCH = Pequena Central Hidrelétrica

CGBHRA = Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.

ACP = Ação Civil Pública

LAP = Licença Prévia Ambiental

CASAN = Companhia Catarinense de Saneamento

CG = Comitê Gestor

SDS = Secretaria de Desenvolvimento Social

pH = potencial hidrogeniônico

ISO = Certificado de Qualidade

FSM = Fórum Social Mundial

UNESC = Universidade do Extremo Sul Catarinense

UFSC = Universidade Federal de Santa Catarina

APA = Área de Proteção Ambiental

UC = Unidades de Conservação

POA = Porto Alegre

ALESC = Assembléia Legislativa de Santa Catarina

CO² = Gás carbônico

MW = Mega Wats

PROINFA = Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

JICA = Japan International Corporation American

PRAD = Plano de recuperação de área degradada

CFE = Conforme
DOC = Documento

NUM PARAÍSO DA ÁGUA E DA MATA,
O INFERNO DA PEDRA FÓSSIL.

[PIEMONTE DA SERRA GERAL DO SUL CATARINENSE]

*Relatório da 5ª estadia profissional, a convite, na região. Prof. Oswaldo Sevá Fo. ,
Engenharia Mecânica, Unicamp, Campinas, SP Versão 2, 14 outubro 2001.*

Antes do relatório, transcrevo o último diálogo entre o imperador tártaro Kublai Khan e o mercador veneziano Marco Polo, do livro “**As cidades invisíveis**”, do escritor italiano Italo Calvino, publicado em 1972 (ed. Palomar srl) trad. brasileira Diogo Mainardi, Companhia das Letras, SP, 1995 , pp. 149-150.

“ O Grande Khan já estava folheando em seu atlas os mapas das ameaçadoras cidades que surgem nos pesadelos e nas maldições: Enoch, Babilônia, Yahoo, Butua, Brave New World. Disse:

- É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.

E Marco:

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos.

Existem duas maneiras de não sofrer.

A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo.

A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o quê, no meio do inferno não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Começemos viajando num breve roteiro na nossa maior “Serra sobre o Mar”.

Quem chega ao Sudeste e Sul do Brasil pelo litoral, vê esta **muralha de serras, quase toda verde, às vezes rochosa, plena de água e de vida**, que enchia os olhos e excitava a cabeça dos navegantes e dos imigrantes se aproximando pelo Atlântico Sul. Um ou dois séculos atrás, a costa e os férteis vales do lado de lá da muralha, terra adentro, foram a moradia generosa de muitos povos nativos, extintos como bugres, alvos de caçadas e de doenças dos brancos, mestiçados como os caiçaras, ou fugidos para o planalto e os grandes rios do Paraná, como os kaingangues e tantos outros guaranis.

É uma mesma muralha, alta, quase sempre acima de mil metros, longa, com mais de mil km, que começava a ser vista desde o litoral do Espírito Santo, depois se abria para a baixada da foz do Paraíba do Sul, onde fica a cidade de Campos dos Goytacases, RJ. Descendo pela costa fluminense, via-se as dunas, planícies e lagoas, algumas bem extensas, a Feia, a Araruama, e lá no fundo, cercando o horizonte do poente, as Serras do Mar, com tantos nomes distintos, do Sudeste e Sul do Brasil.

Depois, se o viajante navegava para Oeste no rumo das baías da Guanabara, de Sepetiba, de Angra e Paraty, de Ubatuba, de Caraguatatuba, via, e vê, as serras altas despencando dentro do próprio mar e ressurgindo como ilhas serranas, algumas portentosas, a Ilha Grande, a Ilha Bela. Da Baixada Santista para o Sul, o paredão vai se afastando para o interior e se abre a planície do Ribeira do Iguape e Juquiá.

Depois, a serra faz um angulo, e outro, volta a mergulhar abrupta sobre o mar nas baías de Paranaguá, Antonina, depois nas de Guaratuba e da Babitonga, entre Joinville e São Francisco do Sul. Depois, ainda no rumo Sul, o paredão vira a esquina para o interior, recua um pouco para que passe o furioso rio Itajaí, e, na outra vertente, volta a invadir a costa catarinense, formando a bela ilha da capital, com suas serras e lagoas.

A partir deste ponto, começa o trecho da muralha que vejo com a maior preocupação, dentre alguns que conheço um pouco:

- a Serra Geral do Sul catarinense e sua planície litorânea.

Este pequeno artigo tenta relatar o que vimos uns dias atrás e confirmar o que já havíamos visto, ouvido e lido, quando ali estivemos em 1992, em 1994, em 1996 e em 1999. [** V. resumo destas estadias na área, ao final do artigo]

1. De Florianópolis para o Sul, a **Serra Geral vai abrindo uma comprida planície lagunar**, com morrotes e serrinhas aqui e acolá, até a linha da praia, seus cordões de dunas, tudo entremeado de lagoas, muitas interligadas, algumas bem grandes:

- o complexo lagunar formado pela Mirim, próximo da cidade de Imbituba, pela Lagoa do Imaruí, e pela Santo Antonio, ao lado da cidade de Laguna, mais as lagoas da Manteiga, Jaguaruna, Garopaba e Santa Marta, próximas da cidade de Tubarão.

Menos de cem km ao Sul, antes da Serra se afastar do litoral e dobrar suas escarpas para o interior do Rio Grande do Sul, a paisagem se parece : as chuvas fartas acumuladas nas camadas rochosas profundas destes paredões vulcânicos, recarregam sempre os arroios e banhados da baixada, e aí, as costelas da Serra e seus canyons panorâmicos caem sobre um colar de grandes lagoas, do Caverá, Sombrio, a Itapeva, proximas da cidade de Torres, depois, a dos Quadros, a do Pinguela, a dos Barros.

As chuvas também formam numerosos rios no platô da Serra Geral, nas terras frias dos campos altos, nos trechos entre os parques nacionais de São Joaquim e dos Aparados da Serra, e o Parque Estadual da Serra dos Tabuleiros (SC), uma parte deles vai formar o rio Uruguai no rumo Oeste, outra parte vai encurtar o trajeto para o mar, logo ali perto, despencando nas gargantas do paredão, ou então rebrotando nos olhos d'água e nas grotas de pequenos vales suspensos entre os "dedos" da Serra Geral, e depois se espraiando para o Leste, com seus meandros na planície.

2. Eis o cenário deslumbrante de um paraíso de água e de mata, **entre a serra e a baixada litorânea, entre três parques públicos preservados, na superposição da mata atlântica e com a mata subtropical**, basta ilustrar com a

convivência das bromélias, orquídeas, araucárias, em meio às brumas e à geada acima de mil metros.

Na vertente oceânica do paredão, todos os rios têm cachoeiras de vários metros de degrau e longas corredeiras, os maiores recolhem os afluentes das serrinhas próximas, abrem vales maiores, regiões quase alpinas, como os altos vales do rio São Bento, e do Jordão, e depois passam por boqueirões, antes de espriar pela planície. Podem subir vários metros em pouco tempo com enxurradas torrenciais, e podem passar longos períodos com vazões mais baixas, estáveis, águas cristalinas.

Nos morrotes e encostas, algum replantio com eucaliptais e pinheirais, fruteiras, e... bananas, de boa qualidade, crescem bem com pouco adubo segundo dizem. Mais o aipim, a mandioca deles, o milho, para a polenta, um pouco de gado bovino, animais de carga, e, os porcos e patos nos sítios e açudes. Muitas granjas avícolas, cooperativas e empresas agro-industriais.

Para abastecer as cidades maiores, Laguna, Tubarão, Criciúma, Torres, alguns setores com horticultura variada, inclusive cultivo hidropônico e produções orgânicas.

Nas baixadas, o arroz é soberano e implacável; dizem que seus agricultores abusam das obras hidráulicas para a irrigação, além do uso de agroquímicos; e que descuidam da erosão; em alguns trechos mais ao Sul, plantio do tabaco, problemático em todo o trajeto. Nas lagoas e rios ainda limpos, muita captura para subsistência, e ainda, um bom comércio de camarões e de peixes.

Assim são as terras das bacias fluviais do rio Tubarão, - que ainda ostenta o requinte de algumas fontes de águas quentes - , do rio Urussanga, - em cujas colinas os descendentes dos italianos ainda plantam uvas e fabricam vinhos, - e do rio Mãe Luzia, que é o braço norte do rio Araranguá [cuja outra metade começa também nas escarpas da Serra Geral, mais ao Sul, perto dos canyons do Itaimbezinho e da Fortaleza].

Muita coisa não está intacta, mas a maior parte ainda é um paraíso.

3. Exatamente neste trecho importante do piemonte da Serra Geral, a mineração vem há muitas décadas ocupando e devastando muitas encostas e baixadas e

chegando até a destruir barrancas e leitos dos rios destas três bacias, - isto além de impactar pontos específicos do litoral, no porto de Laguna, no terminal ferroviário e portuário de Imbituba, e na área industrial carboquímica (ICC desativada em 1991/2 após a privatização da Petroquisa/ Petrofértil).

No meio do paraíso, uma ferida aberta, **um bom pedaço de inferno: os escombros e a continuidade da atividade carbonífera**. Durante quase um século foram os esburacamentos por cima e por baixo do solo, forjando um novo relevo que, no total, embora não em área contínua, deve cobrir umas dezenas de milhares de hectares... com a formação de pilhas de rejeitos de mineração, e com contaminação química de todo o ambiente, terra, subsolo, ar e água. Não somente por aqui, mas também em outros pontos da mesma formação carbonífera que chega próxima da superfície no Paraná e no Rio Grande Sul, o carvão mineral começou a ser minerado por baixo, cavando as galerias, e retirando parte do minério para fora,, após seleção manual das pedras. Depois, passou-se a detonar as paredes rochosas das galerias e dos salões

subterrâneos, e a lavar mecânicamente o minério. A operação visa obter o “recheio” dos sanduíches de carvão [camadas poucas espessas, um metro, ou até menos de meio metro, espremidas entre camadas mais largas de siltitos, arenitos, xisto, calcáreo dolomítico]; mas, na prática, retira-se todo o minério abatido para a superfície, onde então será “beneficiado”, para se conseguir separar aquele carvão que estava ensanduichado na rocha. Além das liberações de **gás metano**, que está impregnado nas camadas fósseis e areníticas e cujos bolsões podem sempre flashear, inflamar e explodir, o minério lavrado contém também resíduos de **gás radônio**, radiativo. No caso deste minério sul catarinense, todas as camadas vêm impregnadas da famosa **pirita**, de cor amarelocobreada, o “ouro de tolo”, composta de Sulfetos metálicos, principalmente Ferro e Manganês, mas com pequenas proporções de outros compostos metálicos pesados (p.ex. cádmio, cromo, arsenico, quase sempre, e chumbo, mercúrio, menos frequentes).

Na época pioneira, o minério era separado manualmente lá em baixo, e britado e lavado depois na superfície, uma parte era vendido para queimar nas caldeiras dos trens da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. A ferrovia passava pelos altos vales do Tubarão, Urussanga e Mãe Luzia, coletando a própria produção de carvão, além de

transportar trabalhadores e mercadorias no sentido inverso, passando por Tubarão, - onde fizeram no começo de século XX a primeira **usina termelétrica no distrito de Capivari**, e seguindo até o **porto de Laguna** – onde era embarcado o carvão beneficiado para outras cidades brasileiras, para usar nos fornos de cimento e das fundições, para os gasômetros e outras usinas térmicas.

4. Depois, durante a Segunda Grande Guerra, veio a era da siderurgia chamada nacional, (apesar da sociedade com a US Steel na formação da CSN, em Volta Redonda) com o uso obrigatório de uma cota de carvão nacional (para uma grande maioria de carvão importado). E a **CSN, em busca do carvão nacional** para os seus alto-fornos, deslocou o eixo da mineração para perto de Criciúma, com a mina Nova Próspera, no Sangão, e fundou a cidade de **Siderópolis**, em torno da qual a mitológica “dragline” Marion, uma escavadeira - guindaste de grande porte, sobre lagartas, que revolveu tudo que mandaram durante uns quarenta anos. Nos anos 1950 e 60, outras minas subterrâneas foram abertas em Siderópolis, e no seu distrito de Treviso, e a Oeste de Criciúma, na direção de Forquilha, além das lavras já funcionando mais longe, ao Norte, em Urussanga e em Lauro Muller. O fornecimento para a siderurgia e outras indústrias crescia, e começou a construção da nova termelétrica em Tubarão, com 66 MW e depois com 186 MW. Nas minas subterrâneas mecanizadas, o minério ia para um primeiro beneficiamento na superfície, com a chamada **pré- lavagem** , para a produção de carvão-vapor (para caldeiras) e de carvão metalúrgico, coqueificável. Nestes lavadores, após ser feita uma emulsão de minério finamente britado com óleos e amidos, conseguia-se uma separação dos rejeitos mais pesados e do carvão mais leve. **Sobrando grandes volumes de rejeito, a maior parte bem piritoso**, com teor importante de enxofre e metais, começaram a ser montados os pátios e as pirâmides de rejeitos.

Nas primeiras décadas da era siderúrgica, o minério da CSN era embarcado em bruto para o lavador de Capivari, em Tubarão, e o carvão dito beneficiado era exportado por Laguna; posteriormente, foi criado em **Imbituba um terminal especializado em carvão**, com maior calado para os navios, e foi construída ao lado, uma **unidade química, a ICC para recuperar enxôfre e ácido sulfúrico** , a partir do rejeito, suprimindo com estes produtos a indústria de fertilizantes sintéticos. Na mina Nova Próspera, em Criciúma, foi montado então uma grande estrutura de separação de pirita, que fornecia a matéria- prima para a ICC, de Imbituba, e , daí se

formou a grande área degradada no distrito do Sangão, próximo de onde hoje estão a Unesc e o aeroporto: uma das maiores extensões contínuas de pilhas de rejeito e de bacias e pátios abandonados e contaminados em toda a região. Como em todas as pilhas ao ar livre, **as camadas mais rasas de pirita entram em combustão espontânea**, conforme a luz, e a umidade, os ventos, e emana do chão a conhecida fumacinha de gases sulfurosos e sulfetos. Em Siderópolis, e por onde esteve em sua excursão devoradora, o rastro da passagem da Marion é bem típico : as **pilhas cônicas de descartes rochosos** da escavação a céu aberto, (arenito, siltito e outros, tudo com pirita incrustada).

5. Em todos estes municípios onde funcionaram minas com mecanização, com retirada de todo o minério bruto das galerias, operavam as instalações de superfície chamadas de “lavadores”, e como resultado, restaram **os pátios pavimentados, as pirâmides e taludes de rejeitos piritosos da “lavagem”** . Entre pilhas e pirâmides, tentam passar os ex – riozinhos, espremidos ou bloqueados de vez, e acabam engolidos por grandes cavas com muitos metros de fundura, formando-se novos **açudes e alagados cheios de águas bem ácidas**. É só circular pela região com a luz do dia e ver lagos de cores e consistências nunca vistas alhures: verde claro - leitoso, amarelo gema, cor de laranja, azul turquesa transparente, vermelho cobre, cinza chumbo espesso. São marcas registradas da paisagem sulcatarinense, estes **reservatórios coloridos envenenados**, continuamente abastecidos pela passagem da água de chuva nas pilhas, e pelos rios, que começam em geral, limpos, mas, afinal não deixam de passar pelas áreas estragadas.

Não para aí o prejuízo, pois tanto a escavação aberta como a lavra subterrânea alteram os **lençóis d’água subterrâneos**, ou, interrompendo sua trajetória de recarga do rio, ou formando novos açudes e enchendo cavas. Nas galerias e salões do subsolo também mina muita água , que deve ser retirada e posta na superfície. Isto **faz secar as fontes de água nos morros acima e ao lado das galerias**, rebaixando muitos metros o nível do lençol; de quebra, ainda contamina com uma vazão extra os rios próximos das bocas das minas. Foi exatamente esta a causa básica do enfrentamento social havido em Criciúma em 1996, quando um empresário pretendeu prolongar uma galeria da mina Nova próspera, “herdada” da CSN após a privatização, - exatamente por baixo dos morros Estevão e Albino, bem ocupados por pequenos e médios agricultores. Logo após a Câmara Municipal haver

confirmado a área como APA – de Proteção Ambiental, o Forum onde houve a sessão pública dos vereadores foi depredado em protesto, pelos sindicalistas e trabalhadores das minas, que foram por sua vez, reprimidos por tropas da PM estadual. O que estava em jogo era – a água dos morros, e a sua economia agrícola – ou – mais uma frente de lavra de carvão.

Na desativação das minas subterrâneas, às vezes são retiradas também as pilastras rochosas que ainda contêm um pouco de carvão, e deixa-se de bombear a água, os dois fatos podem levar a **inundar galerias e provocar desmoronamentos e afundamentos** do teto, o que quer dizer, em alguns casos, maior risco de afundamento do solo, **maior risco de tremores** acima das galerias- inclusive para boa parte da área urbana de Criciúma, toda furada por baixo, e até hoje, com detonações por perto... De toda forma, para os níveis de água do subsolo que ainda estão mais altos do que o nível do mar, a água se acumulando, de alguma forma, irá minar em outro ponto. **E o inferno vai piorando, sem apelação: as correntes líquidas do subsolo estão também contaminadas e ácidas.**

6. O aumento da acidez é inexorável na região. Esta região carbonífera, como todas, é um foco de acidez, **uma vítima ambiental de si própria**, e também um foco exportador de acidez, para locais próximos, ou até distantes, e neste caso, o carvão regional é também, **uma fonte de impacto ambiental em outras regiões**, - extrapolando os limites imediatos das pilhas e dos açudes ácidos, já que a poluição vem também pela atmosfera. Além das fumacinhas da combustão da pirita, queima-se o minério nas coqueiras, várias bem rudimentares, e as descargas das chaminés desta coqueificação são bastante nocivas, incluindo- se hidrocarbonetos aromáticos, mais gás sulfuroso e mais fumaças e fuligens. O coque, bem como as moinhas e finos recuperados do carvão depois serão vendidos para fornos de outras indústrias; algumas olarias e cerâmicas que ainda queimam carvão; e poucas caldeiras industriais. Os subprodutos e derivados do carvão mineral continuam poluindo, mais adiante. A grande demanda da CSN e todo o esquema da carboquímica ICC morreram no período Collor, e **o ciclo do carvão teria se encerrado**, se não fossem as novas demandas para termo-eletricidade, contratadas depois das ampliações da usina de Tubarão, - de 186 p/ quase 440 MW instalados, e da grande unidade geradora 7, com 350 MW a mais, que começou a operar no final da década de 1990. Esta mega - central termelétrica, uma das maiores do país, que integra o cartão

postal da cidade de Tubarão e de sua ampla baixada de turfeiras e arroios até as dunas da praia, antes era da empresa federal Eletrosul. Agora, privatizada, é da européia Tratecbel, chama-se Gerasul, e queima, em suas sete caldeiras, se estiver a plena carga - algumas centenas de toneladas de carvão a cada hora, algumas centenas de milhares de toneladas mensais.

Um combustível com teores de 40% de cinzas e de 1,8 a 2,5 % de enxôfre e poder calorífico em geral baixo, de 3.500 a 4.500 kilocalorias/kg, portanto, bem abaixo dos padrões médios internacionais. **Assim, aí em Tubarão está um dos maiores focos fixos de emissões, em todo o país, de gases sulfurosos** (SO₂ e SO₃, que formarão ácido sulfúrico quando em contato com a umidade do ar e nas nuvens), além de ser também um grande foco de **gases carbônicos** CO₂ e CO, e **nitrogenados** (formados pela oxidação de parte do N₂ do ar, dentro das caldeiras, e que influem na acidez da atmosférica, e em todo o ciclo de formação de gás ozônio em baixa altitude, respirável). **É ainda uma central termelétrica muito fumacenta**, mas, proporcionalmente ao seu volume de queima, emite pouca fumaça, pois o material particulado bem fino (fly ash) é retido, a maior parte, nos precipitadores tipo eletrostático – na prática, o único equipamento de redução de poluição nesta central.

7. A acidez vem por cima e agrava aquela que já existe no chão.

Estimo que as chaminés das primeiras unidades da central de Tubarão tinham 40, 50 metros de altura, depois, por imposição do órgão ambiental estadual, foram unificadas em outra, com uns 90 metros; as chaminés das caldeiras 5 e 6 têm mais de 100 metros, e a da unidade 7, uns 140 metros de altura. Quase todos na cidade e na BR- 101 enxergam estas chaminés, desde vários km de distância. **Suas plumas de gases, fumaça e de acidez podem ir lambar as escarpas e o planalto nos Parques Nacionais**, se ventar para o Oeste e Sudoeste; e, certamente, a julgar pela direção mais frequente das massas altas de ar e das chuvas, estas plumas vão várias vezes no rumos Norte ou Nordeste, sobre o mar, sem barreiras, podendo ir se espalhar ou cair com a chuva **sobre o Parque estadual na Serra dos tabuleiros**, ou adiante, sobre **a ilha de Santa Catarina**, ou quem sabe até, sobre a costa paulista, a 400km dali. Quando os índices de pH de algum meio , estão abaixo de 4 ou de 3, ou seja, cem, mil vezes mais baixos do que o neutro (ph 7), isto favorece também a liberação e a solubilização de metais pesados, seja água, num terreno úmido, ou na umidade do

próprio ar. Quando isto ocorrer num ambiente onde vivem e se reproduzem algumas formas de vida aquática elementar, planctons, algas, vermes, pode-se iniciar o processo de **biometilação destes metais nos organismos, que são bases da cadeia alimentar**. Os efeitos danosos para o ciclo das águas [* redução de oxigênio dissolvido na água, * acidez, * teores altos de sulfetos e de compostos de metais pesados na água e nos sedimentos] vão se espalhando com as correntezas dos rios : cada um dos três maiores, Tubarão, Urussanga e Mãe Luzia, juntam vários afluentes que passaram exatamente por estas áreas mineradas, com margens quase sem mata, encostas e várzeas destruídas, aquela faixa de côm enferrujada acima da linha d'água, os terrenos próximos estéreis, cinza escuro, negros, alguns dissimulados com bosques ralos de eucaliptos resistentes e samambaias espinhentas, adaptadas à acidez. Antes já eram rios furiosos, pois são curtos, mas drenam as águas de bacias extensas e sujeitas a chuvas grossas, intensas; mas, após a era da mineração, aumentaram sua fúria , por que estão mais entupidos com lodo, borra e até rejeitos rochosos. Além disto, agora **sua enxurrada é tóxica, e cada rio vai disseminando por novos trechos sua carga de acidez e seu teor relevante de metais pesados**, além de um tanto de óleo, finos de minério e de carvão, e de outras cargas orgânicas.

8.A água do paraíso. Para o povo? Ou, para ampliar o inferno ?

Não se surpreenda o leitor, após todos estes detalhes, que: **um dos grandes problemas de política pública e de saúde na região seja o suprimento e qualidade da água**, para consumo humano e nas indústrias e serviços nas cidades e vilas, e também para consumo no meio rural. Se avaliarmos tudo o que já houve nesta pobre bacia fluvial, parece lógico que o problema mais agudo seja, já na década de 1990, **o abastecimento de Criciúma mais Rio Maina, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso**, todas atravessadas pelo rio Mãe Luzia, e por alguns formadores também com pouca água ou água ruim. Quase todos os 800 litros por segundo atualmente demandados por estes duzentos mil habitantes, talvez mais, são captados em trechos ainda limpos de rios mais distantes, o Jordão, o Guarapari, o São Bento. Neste rio, justamente no boqueirão que fecha o seu fértil vale suspenso, nos distritos de São Pedro e Serrinha, sob a proteção da Serra Geral, está sendo construída pela empreiteira baiana OAS, uma grande obra da empresa ainda estadual de água e saneamento, a CASAN, uma barragem com mais de 40 metros de altura.

O reservatório do alto rio São Bento afogará quase 500 hectares, ou 5 km quadrados, tirando do mapa o rico recanto que os colonos ocuparam “fa’ cento anni, o piú...”. Indenizados ou não, podendo ou não reconstruir alhures suas vidas e negócios, derrotados já foram, e terão que orar muito para a “Signora di Caravaggio”. **Se** a mineração não houvesse alterado as vazões e contaminado o rio Mãe Luzia e vários de seus afluentes, **esta nova cirurgia no paraíso não seria necessária**. Não pára aí a novela : a obsessão carbonífera está há alguns anos, empenhada em convencer a todos os sul catarinenses de que **mais uma usina de 400 MW** ali em Treviso pode ser “não – poluente”, mesmo queimando minério de carvão ruim e rejeitos piritosos das próprias pilhas ali já formadas. **Se** não houve este projeto devorador de mais água, a uma distância de uns quinze km em linha reta, poderíamos sair da visita feita uns dias atrás, com a certeza de que toda aquela água iria no futuro para o abastecimento das famílias e coletividades de Criciúma e região próxima. Aí, talvez, a captação no rio São Bento não precisasse ser tão grande, nem o alagamento dos sítios e fazendolas dos colonos do São Pedro e da Serrinha, tão extenso. E talvez os moradores e agricultores da extensa planície que começa logo abaixo da futura barragem, tivessem a garantia de algo mais do que a prometida vazão mínima de 100 litros por segundo, que a Casan denomina de ecológica... Insisto em que a história social do Sul catarinense, com os episódios marcantes do Morro Estevão e da grande obra para a nova captação no rio São Bento, chegou no **ponto previsto de conflito**: a água escasseia para todos, as pessoas precisam, a agricultura também, as indústrias idem, mas, o carvão é o maior predador comprovado dos recursos hídricos, e agora pretendem agravar o prejuízo, projetando uma usina de grande porte. Nota: Uma usina termelétrica deste tipo tem o seu coração formado por um gerador elétrico acoplado a uma turbina, acionada por vapor de alta pressão e temperatura, produzido pela queima de carvão em caldeiras de grande porte, ou seja, usa muita água. Para as seis caldeiras mais antigas da usina em Tubarão, (potência equivalente a 440 MW), são captados do rio Tubarão, até quinze metros cúbicos de água por segundo, a maior parte usada para condensar o vapor em ciclo aberto, esquentando a água do rio na descarga do condensador; a caldeira da unidade 7 (equivalente a 350 MW, possivelmente a maior do país), produz mil toneladas por hora de vapor, e sua torre de resfriamento da unidade 7 é uma das maiores do país, podendo perder por evaporação centenas de litros por segundo, talvez mais de mil litros E quanto usaria de água a projetada

usina de Treviso, e quanto perderia? Ou, antes de qualquer conta, de onde pretendem obter mais água? E neste lugar, quanto ainda tem de água? E se realmente for tirar x litros, o que provoca rio abaixo?

E mesmo que isto tenha solução decente, o que significam mais cinquenta mil ,cem mil ou duzentas mil toneladas a mais de minério abatido nas galerias, a cada mês? E

como ignorar leis básicas da Termodinâmica, negando as pesadas emissões de poeira, fumaça, gases carbônicos, e nitrogenados neste complexo mina– usina térmica? E porque omitir que, - mesmo conseguindo neutralizar, com uso de compostos alcalinos, 90 % do fluxo de gases sulfurosos no interior da caldeira ou antes das chaminés – o fato é que uma tonelagem enorme será ainda emitida, coisa da ordem de centenas de toneladas de gás SO₂ por dia ?

Até quando? E onde mais, o inferno se nutre de bons pedaços do paraíso?

9. Aqui, de novo, a velha luta de classes... O drama humano e social da decadência carbonífera no sul catarinense inscreve o Brasil na **história mundial das regiões mineiras, em especial das regiões carboníferas**. Os nomes de algumas minas brasileiras são reveladores: *Esperança*, *Próspera*, em SC, *Alegria*, MG, o garimpo de *Bom Futuro*, RO. Antes de baixar à mina, os mineiros pedem proteção à imagem de Santa Bárbara. Os enredos se parecem, aqui e alhures: o auge, o surto de riqueza, e depois, a crise econômica, a perda dos mercados para outros combustíveis, a perda das proteções cartoriais para o carvão, as falências e o fechamento das minas. Durante as décadas mais intensas, de 1940 a 1980, **as doenças e as mortes prematuras dos trabalhadores diretos** são estatísticas terríveis, e atingem a quase todos nas minas abertas e com mais gravidade nas subterrâneas; os acidentes de trabalho e os eventos de grandes proporções e com mortos e feridos são também probabilísticos, e o mais recente, em Urussanga, com quase quarenta mortos, faz somente quinze anos.

A atmosfera ruim do enxôfre, da fumaça e da poeira fina se combina freqüentemente com umidade do ar em noites e manhãs muito frias nas colinas da região minerada e nas imediações das coquerias e de onde se queima a pedra fósil. Pela lógica da patologia ambiental, trabalhadores de outros postos da mineração, em escritórios e em oficinas, e os de outras empresas próximas, os moradores vizinhos ou que ficam no rastro dos ventos, **devem estar adquirindo problemas alérgicos, respiratórios e de pele; em alguns casos, patologias mais**

graves, pela exposição a hidrocarbonetos, principalmente os chamados aromáticos, ou benzênicos. No Sul catarinense, como em quase todas as regiões carboníferas do mundo, as **levas de demissões de mineiros** foram traumáticas, houve lutas sociais longas, tentativas de acordos, a maioria frustradas, e portanto, derrotas sindicais. Isto apesar de manifestações públicas, nas ruas, apesar do apoio de lideranças políticas regionais, algumas delas eleitas com apoio dos trabalhadores e sindicatos,... quem tem vencido as batalhas, mesmo na decadência, é o poder das demais lideranças, eleitas com apoio dos donos de minas, e que também controlam em parte a vida cultural e os jornais da região, enfim, a velha luta de classes... logo ali, no pé da Serra.

Estima-se que o total de funcionários das minas tenha caído de mais de 30 mil para menos de cinco mil em poucos anos entre fins dos 1980 e 1992, durante o último grande golpe econômico (corte da compra de carvão siderúrgico nacional, o abandono e posterior licitação das minas da CSN, e a desativação da ICC, 1990-92). Outras minas foram abandonadas por seus donos, num caso, o da CBCA, trabalhadores e seu sindicato tentam auto - gerir o negócio, mas têm muitas dificuldades, claro... As seqüelas daquele período ainda marcam a vida econômica e política em Criciúma e cidades vizinhas, entre elas, Siderópolis; já os efeitos ambientais, bem mais agudos nesta área e em Tubarão, preocupam também os distritos e cidades menores do baixo vale do Mãe Luzia e a cidade de Araranguá, que está rio abaixo de tudo isto. Lá, as pessoas sabem que o Araranguá ruim, sujo ou barrento acaba prejudicando os estuários, o mar e as praias, no Morro do Convento, na Barra Velha.

10. O mito de “Fênix fóssil – elétrico”, e a construção de algum futuro.

Os capitais, somados ao longo de décadas pelos lucros do carvão, bem, estes foram aplicados alhures, em outros Estados, sabe-se lá...ou, aplicados ali mesmo, em outros setores destacados. A região se tornou um pólo cerâmico de importância nacional; dentre os alimentos, a banana, o arroz, o aipim, a avicultura e o pescado são expressivos; o turismo vem crescendo, na serra, nas lagunas e na orla do Atlântico.

Os padrões da mineração, - historicamente sempre bem ligados aos governos em Florianópolis, a algumas grandes empresas em SP e RJ, e à burocracia do Ministério de Minas e Energia - lutam agora, para **fazer o Fênix fóssil renascer das cinzas.**

O lema do patriotismo regional, que alia vários grupos com interesses distintos, e que assedia todos os demais, é o “*ressurgimento da era do carvão*”. E parecem contar, desde 1996, com o apoio dos sindicatos dos mineiros, nesta tentativa plena de riscos. Seria então possível **ressuscitar uma mercadoria antiga**, barata, de segunda linha, transformando-a em **eletricidade, mercadoria moderna, nobre, financeirizada?** É com esta mera hipótese, a meu ver pouco provável, que sonham tais empresários, os seus lobbistas, mais os líderes direitistas e toda a imprensa do Estado. Dizem mesmo que esta suposta “chance” histórica vem sendo posta na pauta de reuniões de lideranças cutistas, pedetistas. Do quê pude ver e ouvir, apenas as entidades de moradores e ambientalistas, com apoio isolado de estudiosos, repudiam o mito de Fênix. Assim, pode-se entender melhor a insistência, com que se faz propaganda na região, e se tenta obter apoio, legitimar e tornar irreversível o projeto de uma nova usina termelétrica, que seria localizada a norte de Treviso, bem no sopé da Serra Geral, área de muitas nascentes, a uns trinta km do Parque Nacional de S.Joaquim...

Simbolicamente, a projetada UTE seria lá **onde o rio Mãe Luzia poderia continuar a ser limpo**, cheio de quedas e poços, matas e rochas originais, com a vida que sempre

teve... Poderia, mas na prática, a história foi outra: - bem ali, entre o final da estrada das caçambas poeirentas, as terraplenagens arrasadoras da mina da Comin, e os longos e altos taludes de rejeito das minas da Metropolitana, - é que **o rio começa a morrer no inferno do carvão**. Em toda a região, **a decadência carbonífera trouxe alguma melhoria**, pelo simples fato de que, no conjunto, diminuíram o minério lavrado, o rejeito produzido, o tráfego de caçambas e trens; de resto, se tudo parasse, hipoteticamente, a contaminação ainda duraria décadas ou séculos, em níveis altos, supondo-se que os terrenos mexidos, túneis e galerias, rios e pilhas sejam abandonados como têm sido. No estágio atual de degradação e com a continuidade da lavra, da “lavagem” e do despacho de cem ou duzentas mil toneladas mensais de minério, é lógico que **quaisquer obras de recuperação efetiva**, e não apenas maquiagem da paisagem visível, **são de difícil projeto e execução, caríssimas, nem sempre dão bons resultados**. Além do quê, nem os empresários anteriores, os donos da “poluição sem dono”, nem os atuais, querem assumir custos com isto, e forçam para que o poder público desembolse... Deve

haver outros bons exemplos já comprovados, **sinais de um futuro viável e melhor sem o carvão**. Registro dois deles, durante a década de 1990:

1) a batalha que resultou na interdição da lavra sob os morros Estevão e Albino e o conseqüente progresso da organização dos moradores e de sua produção agrícola;
2) a mudança ocorrida na cidade e praias de Imbituba,- cujos moradores haviam sido dos primeiros, no país, a reclamar de chuva ácida, por volta de 1981/ 82; os incômodos e efeitos visíveis da poluição já eram bem conhecidos dez anos depois, quando houve a desativação da ICC e do terminal carbonífero do porto de Imbituba. De imediato, foi um golpe econômico na cidade e região, mas, visto hoje, a melhoria ambiental que resultou pode até ter evitado, ou postergado, um colapso do turismo e do veraneio, que era iminente. Precisando concluir, basta propor que cada um pense e aja logo :

sem o carvão, há poucos futuros para o Sul catarinense, todos dependem de descontaminar , recuperar e recompor o que foi destruído;

com o carvão, haveria apenas um futuro, pois o inferno ampliará suas chagas e venenos avançando nestes pedaços do paraíso sobre a terra.

a . oswaldo sevá fo. Outubro 2001

[**] anexo, registro das estadias na região.

[**] registros necessários de minhas estadias na região, AOSF :

=====

** No 2º semestre de 1992, estive em Criciúma a convite da deputada Luci Choinacki para uma palestra em Seminário sobre o Carvão, e percorri a área com o vereador de Siderópolis Ademir Milo, e estive na ICC Sangão e baixei no primeiro salão da mina da CBCA, com dirigentes sindicais dos trabalhadores mineiros.*

** No inverno de 1994, voltei a Criciúma, a convite dos sindicalistas mineiros, e do deputado Milton Mendes, para um outro painel sobre a economia carbonífera; visitei a usina de Tubarão, a convite do gerente da Eletrosul; uns meses depois, participei de banca de Mestrado em Florianópolis, UFSC, sobre uma dissertação em Educação Ambiental, com relatório de pesquisa sobre os moradores de bairros pobres de Criciúma construídos sobre os rejeitos da mineração.*

** No inverno de 1996, voltei, a convite do prof. Milo, da Unesc, no Nucleo de Educação*

Ambiental, para um Seminário sobre o Meio ambiente regional e as propostas de desenvolvimento do carvão, incluindo uma usina em Treviso; visitei as minas Beluno

(galerias da mina Amália-II) e Metropolitana (instalações de superfície, bacias e áreas de rejeitos em Treviso) e algumas áreas degradadas e em recuperação na bacia do rio Fiorita, acompanhado por um professor da Unesc e um técnico da agência ambiental estadual , Fatma.

** No inverno de 1999, estive numa Jornada de Educação Ambiental, em Araranguá, a*

convite da ong Sócios da Natureza, que organizou também um percurso pelo vale sul da bacia do Araranguá e no parque nacional dos Aparados da Serra, no canyon do Itambezinho, fronteira SCRS.

** E, há poucos dias, no início de outubro de 2001, voltei a convite da Unesc, , profa. Gilca Benedet, coordenadora adjunta do curso de Engenharia Ambiental, para palestrar para os estudantes do curso de Engenharia Ambiental, e percorremos a área prevista para usina térmica em Treviso e a obra da barragem no rio São Bento, junto com outros professores da Unesc, um técnico da Casan, e o fotógrafo e video maker Tadeu Santos, que gravou uma reportagem para a mesma ong Socios da Natureza, de Araranguá.*